



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Artes e Letras

# **O jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas: estruturas, tendências e impactos do género nobre do jornalismo**

**Joana Isabel Basílio Gonçalves**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Jornalismo**  
(2º ciclo de estudos)

Versão corrigida após defesa

Orientador: Prof. Doutor Ricardo Morais

**Covilhã, Novembro de 2019**



# Dedicatória

À minha eterna estrelinha no céu. A minha Vitória.



# Agradecimentos

Sempre me disseram que as ações têm maior significado do que as palavras, mas eu gosto de acreditar que podemos expressar-nos devidamente, e com o impacto necessário, se soubermos a força que as palavras têm. E se as recebermos com o mesmo amor do que a pessoa que as que escreveu.

A vida dá voltas e esta foi uma sobre a qual não estava à espera, mas que me ajudou a entender que a minha força é maior do que eu pensava. Por esse motivo, só tenho a agradecer a quem me fez perceber isso:

Aos meus pais, Ana e Rui, por me darem asas para voar e descobrir que a vida acontece além da ilha. E que bonita que ela pode ser.

À minha irmã, Sara, por ser o exemplo de dedicação que é e por me incentivar todos os dias a ser um bocadinho como ela, ainda que ela disso não saiba.

Às minhas tias e tios, Nélia, Tina, Fátima, Duarte, Paulo e Luís, que mesmo longe, sempre se preocuparam em saber se eu estava bem.

Ao meu orientador, Ricardo Morais, que sempre me mostrou que era possível, e que com o empenho necessário, chegaríamos lá. Obrigada.

Às minhas companheiras de faculdade, e vocês sabem quem são, por viverem esta fase intensa comigo e nunca me abandonarem, mesmo que a vida nos tenha levado por caminhos distintos.

A todos os jornalistas que, de uma forma ou de outra, colaboraram com as suas opiniões para esta dissertação. Pelas palavras de motivação e, acima de tudo, pelas experiências de anos partilhadas comigo.

Agradeço, também, a todos os que me deixaram uma palavra amiga, de que tudo ia correr bem. Obrigada a todos os que sempre acreditaram que eu ia conseguir e que acreditaram em mim mais do que eu mesma. Foi graças a vocês que também foi possível. Obrigada por me acompanharem neste ano.



# Resumo

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar a importância que as Grandes Reportagens Televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação, considerando as tendências, estruturas e modelos de produção jornalística seguidos na atualidade. O trabalho pretende fazer esta análise a partir da perceção dos jornalistas dos três canais generalistas (RTP, SIC e TVI) e considerando os trabalhos jornalísticos produzidos no âmbito daquele que continua a ser considerado o “género nobre” do jornalismo. O problema de investigação está assim ligado à identificação das características das Grandes Reportagens Televisivas enquanto trabalhos de jornalismo investigativo, mas considerando em particular as funções, repercussão e impacto que estes conteúdos jornalísticos podem ter na sociedade.

Para responder à problemática deste trabalho, começamos por fazer uma revisão bibliográfica centrada no desenvolvimento do jornalismo de investigação e no papel do conhecido *watchdog journalism*. No enquadramento teórico exploramos a importância das fontes de informação e dos valores notícia, mas também do agendamento noticioso. Dedicamos ainda atenção aos géneros jornalísticos televisivos, com destaque para a Grande Reportagem, central no contexto deste trabalho. Consideramos as origens deste género, a sua evolução e as tendências mais recentes na produção e exibição de Grandes Reportagens televisivas.

Na segunda parte do trabalho começamos por efetuar um levantamento dos trabalhos de Grande Reportagem Televisiva produzidos na última década em cada um dos três canais (RTP, SIC, TVI), com o intuito de identificar as principais tendências ao nível da categoria temática, duração e espaço de exibição dos trabalhos jornalísticos, naquela que constituiu a dimensão mais quantitativa do trabalho. Na abordagem qualitativa, por sua vez, realizamos um conjunto de entrevistas com jornalistas de cada um dos canais para tentar perceber as suas perspetivas, enquanto autores e profissionais, sobre as práticas desenvolvidas ao nível do jornalismo de investigação e a sua relação com as Grandes Reportagens Televisivas.

Os dados recolhidos permitiram não apenas dar resposta ao problema de investigação, uma vez que concluímos que as Grandes Reportagens Televisivas são particularmente importantes no contexto do jornalismo de investigação, sendo o trabalho jornalístico que melhor permite um aprofundamento dos temas, mas também que a repercussão e o impacto das Grandes Reportagens vão muito para lá das métricas indicadas pelas audiências, uma vez que este é um dos géneros que melhor pode contribuir para que o jornalismo cumpra as suas funções de vigilante e fiscalizador dos diferentes poderes.

## Palavras-chave

Jornalismo de investigação, Grande Reportagem Televisiva, jornalismo “cão de guarda”, serialização, impacto social, repercussão mediática.





# Abstract

The present dissertation aims at analyzing the importance that Great Television Reports have in the context of investigative journalism, considering current trends, structures and models of journalistic production followed today. The work intends to make this analysis from the perception of the journalists from three generalist channels (RTP, SIC and TVI) and considering the journalistic works produced in the scope of what continues to be considered the “noble genre” of journalism. The research problem is thus linked to the identification of the characteristics of the Great Television Reports as investigative journalism pieces, yet considering in particular the functions, repercussions and impact that these journalistic contents may have on society.

To answer the problem of this work, we start by making a bibliographic review focused on the development of investigative journalism and the role of the well-known watchdog journalism. In the theoretical framework we explore the importance of information sources and news values, but also news scheduling. We also pay attention to television journalistic genres, especially the Great Report, central in the context of this work. We consider the origins of this genre, its evolution and the most recent trends in the production and exhibition of Great Television Reports through the different programs broadcast on the three national broadcasters.

In the second part of the work we attempt, through the crossing between quantitative and qualitative methodologies, to collect data that allows us to respond to the objectives of the work. We begin by surveying the works of Great Television Reporting produced in the last decade on each of the three channels (RTP, SIC, TVI), in order to identify the main trends in terms of thematic category, duration and exhibition space of journalistic works, in what constituted the most quantitative dimension of the work. In the qualitative approach, we conducted a set of interviews with journalists from each channel in order to understand their perspectives, as authors and professionals, on the practices developed at the level of investigative journalism and their relationship with the Great Reports Televisions.

The data collected not only allowed us to address the research problem, since we conclude that Great Television Reporting is particularly important in the context of investigative journalism. The impact of these Great Reports goes far beyond the metrics indicated by the audiences, as this is one of the genres that can best contribute to journalism fulfilling its duties as vigilant and overseer of the different powers.

## Keywords

Investigative journalism, Great Television Reports, watchdog journalism, social impact, media repercussion.



# Índice

|  |     |
|--|-----|
| Introdução .....   | 1   |
| Parte I .....  | 5   |
| Enquadramento teórico.....   | 5   |
| Capítulo 1. O jornalismo de investigação: “uma forma superior de jornalismo” .....   | 7   |
| 1.1. Do jornalismo tradicional ao jornalismo de investigação: denúncia e profundidade na cobertura jornalística .....  | 7   |
| 1.2. A história do jornalismo de investigação: a era dos muckrakers e o caso Watergate .....   | 13  |
| 1.3. O jornalismo de investigação em Portugal: a importância do processo “Casa Pia”. ..  | 24  |
| 1.4. A função do jornalismo “watchdog” e a investigação jornalística na sociedade ....   | 29  |
| 1.5. Os valores notícia e o processo de agendamento no jornalismo de investigação ...  | 32  |
| 1.6. As fontes de informação e a importância da denúncia no jornalismo de investigação .....   | 39  |
| 1.7. Obstáculos e questões éticas no jornalismo de investigação. ....  | 45  |
| 1.8. A sustentabilidade e o impacto do jornalismo de investigação.....   | 50  |
| Capítulo 2. A Grande Reportagem Televisiva como género do jornalismo de investigação. ..   | 55  |
| 2.1. O jornalismo de investigação e as especificidades dos meios de comunicação: o caso da Televisão. ....   | 56  |
| 2.2. Os géneros jornalísticos televisivos: a nobreza da Grande Reportagem.....   | 58  |
| 2.3. A produção de Grandes Reportagens no tempo do imediatismo televisivo. ....  | 64  |
| 2.4. A serialização enquanto “estratégia narrativa” da Grande Reportagem Televisiva. ..  | 67  |
| 2.5. Os programas de Grande Reportagem nos canais generalistas. ....   | 70  |
| 2.5.1. A Grande Reportagem no serviço público de Televisão: “Enviado Especial”, “Grande Reportagem”, “Em Reportagem”, “Linha da Frente” e “Sexta às 9”. .... | 71  |
| 2.5.2. O primeiro canal privado e a “Grande Reportagem SIC”.....   | 72  |
| 2.5.3. A aposta da TVI na investigação e na reportagem: “Repórter TVI”; “Ana Leal”; “Alexandra Borges”. ....   | 73  |
| Parte II .....   | 75  |
| Investigação empírica .....  | 75  |
| Capítulo 3. Metodologia e desenho da investigação. ....  | 77  |
| 3.1. O problema e as hipóteses de investigação. ....   | 77  |
| 3.2. A complementaridade entre paradigmas de investigação: a metodologia de tipo misto. ....   | 80  |
| 3.3. O processo de seleção da amostra: das reportagens aos profissionais.....  | 81  |
| 3.4. As estratégias de recolha de dados.....   | 88  |
| 3.4.1. A análise de conteúdo como estratégia de recolha de dados. ....   | 88  |
| 3.4.2. As entrevistas enquanto instrumento para a obtenção de dados. ....  | 90  |
| Capítulo 4. Apresentação e discussão dos resultados.....   | 95  |
| 4.1. As grandes reportagens televisivas nos três canais generalistas portugueses. ....   | 95  |
| 4.2. A relação entre o jornalismo de investigação e Grandes Reportagens Televisivas. ..  | 104 |
| 4.2.1. O jornalismo de investigação em Portugal. ....  | 104 |
| 4.2.2. A Grande Reportagem Televisiva como género de excelência do jornalismo de investigação.....   | 107 |
| 4.2.3. A liberdade de expressão e as pressões no jornalismo de investigação.....   | 108 |
| 4.2.4. A importância das fontes no jornalismo de investigação. ....  | 110 |
| 4.2.5. Contenção de custos na investigação jornalística e os impactos na Grande Reportagem Televisiva. ....  | 112 |
| 4.2.6. O futuro das Grandes Reportagens e do jornalismo de investigação face ao imediatismo da televisão.....  | 114 |
| 4.3. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas. ....  | 115 |
| 4.3.1. Modelos e principais características das Grandes Reportagens Televisivas. ..  | 116 |
| 4.3.2. A tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas. ....   | 118 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.3.3. A complexidade das histórias na aproximação ao estilo ficcional. ....  | 120 |
| 4.3.4. O impacto da criação de produtos de entretenimento na informação<br>jornalística. ....                             | 121 |
| 4.3.5. Os formatos como estratégias para rentabilização dos conteúdos. ....   | 123 |
| 4.4. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas. ....                                       | 124 |
| 4.4.1. A agenda mediática e a escolha das histórias/temas das Grandes Reportagens<br>em função das audiências. ....       | 125 |
| 4.4.2. A importância da Grande Reportagem Televisiva e objetivo final da<br>investigação jornalística. ....               | 127 |
| 4.4.3. A responsabilidade social dos jornalistas e as funções de vigilância dos poderes<br>e de prestação de contas. .... | 130 |
| 4.4.4. A repercussão e o impacto das Grandes Reportagens Televisivas na sociedade<br>portuguesa. ....                     | 132 |
| Considerações finais .....  | 135 |
| Limitações da investigação .....  | 139 |
| Propostas para investigações futuras. ....  | 140 |
| Referências Bibliográficas. ....  | 143 |
| ANEXOS .....  | 153 |
| Anexo I. Guiões para as entrevistas aos jornalistas .....   | 155 |
| Anexo II. Guiões para as entrevistas aos Coordenadores .....  | 157 |
| Entrevistas realizadas aos jornalistas da TVI .....   | 159 |
| Anexo III. Entrevista à jornalista Alexandra Borges. ....   | 161 |
| Anexo IV. Entrevista ao jornalista Paulo Salvador .....   | 167 |
| Anexo V. Entrevista ao jornalista Rolando Santos .....  | 173 |
| Entrevistas aos jornalistas da SIC .....  | 187 |
| Anexo VI. Entrevista ao jornalista Carlos Rico .....  | 189 |
| Anexo VII. Entrevista à jornalista e .....<br>produtora editorial Diana Matias. ....                                      | 195 |
| Anexo VIII. Entrevista ao jornalista Pedro Coelho .....   | 201 |
| Entrevistas aos jornalistas da RTP .....  | 213 |
| Anexo IX. Entrevista ao jornalista e documentarista Jacinto Godinho. ....   | 215 |
| Anexo X. Entrevista ao jornalista José António Pereira .....  | 235 |
| Anexo XI. Entrevista ao jornalista Luís Loureiro .....  | 243 |

## Lista de Figuras

|   |    |
|---|----|
| Figura 1. Diferenças entre jornalismo convencional e investigativo (Hunter & Hanson, 2013, p. 9)..... | 10 |
| Figura 2. Processo de agendamento de Rogers, Dearing e Bregman (1988, p. 557) .....                   | 38 |
| Figura 3. O paradigma do agendamento teoria da notícia (Traquina, 2000, p.23).....                    | 38 |



# Lista de Gráficos

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por canal de televisão. ....                | 96  |
| Gráfico 2. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por ano e canal de televisão.<br>.....      | 96  |
| Gráfico 3. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por mês e canal de televisão.<br>.....      | 97  |
| Gráfico 4. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por tema.....                               | 99  |
| Gráfico 5. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por tema e canal de<br>televisão. ....      | 100 |
| Gráfico 6. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por geografia e canal de<br>televisão. .... | 101 |
| Gráfico 7. Distribuição das Grandes Reportagens por programas/espços nos noticiários....                   | 102 |





# Lista de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1. Programas considerados para a seleção da amostra de Grandes Reportagens a analisar..... | 82  |
| Tabela 2. Procedimentos adotados para a seleção da amostra e jornalista entrevistados. ...        | 84  |
| Tabela 3. Breve caracterização dos jornalistas entrevistados por canal televisivo.....            | 85  |
| Tabela 4. Variáveis e categorias utilizadas na análise das Grandes Reportagens. ....              | 89  |
| Tabela 5. Modo de realização das entrevistas com cada um dos jornalistas.....                     | 92  |
| Tabela 6. Jornalistas com maior número de trabalhos entre as Grandes Reportagens analisadas. .... | 103 |



## Lista de Acrónimos

|       |   |
|-------|---|
| BCP   | Banco Comercial Português                   |
| BES   | Banco Espírito Santo                        |
| BPN   | Banco Português de Negócios                 |
| CMTV  | Correio da Manhã Televisão                  |
| CNN   | Cable News Network                          |
| CS    | Comunicação Social                          |
| Info  | Informação                                  |
| IURD  | Igreja Universal do Reino de Deus           |
| GR    | Grande Reportagem                           |
| MP    | Ministério Público                          |
| Net   | Internet                                    |
| NOS   | NOS Comunicações                            |
| Promo | Promoção                                    |
| RTP   | Rádio e Televisão de Portugal               |
| SIC   | Sociedade Independente de Comunicação       |
| TVI   | Televisão Independente                      |
| TVE   | Televisão Espanhola                         |
| TVs   | Televisões                                  |
| UTAD  | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro |



# Introdução

Numa época em que a cobertura jornalística foi posta em causa, em grande medida devido a propagação de notícias falsas, ou dito de outra forma, devido ao crescimento da desinformação, e em que os cidadãos têm cada vez mais dificuldades em selecionar fontes de informação credíveis, urge refletir sobre o papel do jornalismo na sociedade democrática. Não é possível imaginar uma democracia saudável sem órgãos de comunicação capazes de garantir cidadãos informados, capazes de participar no debate público e tomar decisões com base em factos verdadeiros.

Neste sentido, e apesar de muitos considerarem que foi a Internet a grande responsável pela crise que o jornalismo atravessa, a verdade é que se o ambiente digital transformou de modo significativo as formas de produzir e consumir jornalismo, foram os cortes nas redações e a aposta no imediatismo, num jornalismo de produção rápida, com notícias de última hora, que contribuiu de forma decisiva para a situação em que nos encontramos hoje. Tendências como o *clickbait* são mais o resultado de um desinvestimento no jornalismo de qualidade do que propriamente uma consequência da digitalização. Os problemas com o investimento publicitário e as dificuldades em encontrar novos modelos de negócio sustentáveis, vieram apenas adensar um problema que afeta todos os meios de comunicação, da imprensa à televisão, passando pela rádio.

Os problemas que afetam o jornalismo podem assumir as suas particularidades em função da realidade de cada um dos meios, mas é inegável que a diminuição do número de profissionais nas redações tem afetado o mais importante: a qualidade do jornalismo. No caso particular da televisão, objeto de estudo neste trabalho, esses cortes também se fizeram sentir e ameaçaram, entre outras coisas, uma das áreas mais importantes, a do jornalismo de investigação. É precisamente este tipo de jornalismo, que demora mais tempo e consome mais recursos, que pretendemos analisar neste trabalho, designadamente através do género televisivo onde ele melhor se apresenta, a Grande Reportagem Televisiva.

Neste trabalho procuramos assim estudar o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas a partir da perspectiva dos jornalistas que trabalham nos órgãos televisivos. Neste contexto, o estudo é guiado por três objetivos principais: estudar a importância que as Grandes Reportagens Televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação; analisar as tendências, estruturas e modelos de produção das Grandes Reportagens Televisivas; analisar as funções, repercussão e impacto que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade, a partir da perspectiva dos jornalistas que as produzem.

A escolha desta temática surge no contexto da crise que afeta o jornalismo, mas emerge sobretudo perante a ameaça que paira sobre os conteúdos informativos mais longos, que demoram mais tempo a produzir, porque resultam de investigações demoradas, mas que na realidade são os que mais diferença podem fazer para garantir a qualidade da vida em democracia. Neste trabalho focamo-nos precisamente nesses trabalhos jornalísticos, nas Grandes Reportagens Televisivas, procurando analisar como tem sido a aposta neste género ao longo do tempo. Para esse efeito, consideramos os três principais canais generalistas (RTP, SIC, TVI), aqueles a que todos podem ter acesso livremente, e olhamos para a última década, um período temporal suficientemente abrangente para percebermos a evolução, quer em termos de programas dedicados ao jornalismo de investigação, quer em termos de Grandes Reportagens produzidas.

Se as Grandes Reportagens Televisivas, enquanto género onde o jornalismo de investigação se pode desenvolver, são o foco deste estudo, o seu desenvolvimento apenas se torna possível com a auscultação dos jornalistas que trabalham diariamente na produção destes trabalhos jornalísticos. Os profissionais dos canais de televisão entrevistados são determinantes nesta investigação, não apenas pelos anos de experiência, mas também por todos as Grandes Reportagens já realizadas.

Para lá da crise que afeta o jornalismo, a temática escolhida para este trabalho parece-nos também relevante pelo facto de, no meio televisivo, assistirmos atualmente a uma “tendência de hibridização de géneros e formatos”, que colocam “novos desafios interpretativos e éticos na receção e leitura dos conteúdos jornalísticos” (Baptista, 2018, p. 95). Por outro lado, a necessidade de análise dos “modos de promoção e venda no mercado informativo” (Baptista, 2018, p. 103), de conteúdos como as Grandes Reportagens é igualmente importante, sobretudo se lembrarmos que são ainda muitos os trabalhos jornalísticos travestidos de conteúdos publicitários e ficcionais.

Por fim, se é verdade que já são vários os casos de jornalismo de investigação e de trabalhos de Grande Reportagem que se destacam, nomeadamente em termos mediáticos, a nível nacional e internacional, do lado da academia continua a verificar-se uma falta de trabalhos sobre jornalismo de investigação e em particular sobre as Grandes Reportagens Televisivas.

No que diz respeito à estrutura do presente trabalho de investigação, a sua organização divide-se em duas partes, o enquadramento teórico e as investigações empíricas, a que se seguem as considerações finais, onde são apresentadas as conclusões da investigação, as limitações e algumas propostas para estudos futuros. A primeira parte, dedicada à revisão da literatura está organizada em dois capítulos, o mesmo número que encontramos na segunda parte do trabalho.

O primeiro capítulo começa por abordar a história do jornalismo de investigação, destacando as suas origens e a sua evolução, mas sobretudo as suas características quando aplicado a cada

um dos diferentes meios de comunicação: imprensa, rádio e televisão. Depois de uma primeira abordagem introdutória, aprofundamos a análise do jornalismo de investigação com a identificação da sua importância e das suas funções na sociedade, nomeadamente ao nível da fiscalização dos poderes e da denúncia das irregularidades. Destacamos neste contexto o surgimento da imprensa *Watchdog* e o papel do *watchdog journalism*, também conhecido como “jornalismo de cão de guarda”, como forma de representar aquele que deve ser o papel do jornalismo enquanto vigilante da sociedade face aos desvios e às injustiças. Neste contexto abordamos ainda a importância das fontes de informação e os valores notícia da denúncia, e encerramos o capítulo com uma breve abordagem de alguns dos casos mais paradigmáticos em termos de jornalismo de investigação.

No segundo capítulo centramos a análise no jornalismo de investigação televisivo, estabelecendo desde logo o cruzamento com os géneros jornalísticos característicos deste meio e que melhor podem acolher esta prática jornalística. As origens da reportagem enquanto “género nobre” do jornalismo, mas sobretudo o seu desenvolvimento na outrora “caixa mágica”, são apresentadas de seguida. A importância das Grandes Reportagens Televisivas no contexto do jornalismo de investigação é destacada nos pontos seguintes, através de uma abordagem que procura destacar as tendências de produção das Grandes Reportagens, sobretudo no que diz respeito aos modelos, estruturas e formatos. O capítulo encerra com uma apresentação dos principais programas de Grande Reportagem Televisiva emitidos em cada um dos três canais generalistas. Nesta primeira parte do estudo seguimos a linha de estudos sobre jornalismo e sociedade, mas também sobre estudos televisivos, numa abordagem que procura cruzar os dois campos de estudos e trazer novos contributos para uma área, a do jornalismo de investigação aplicado às Grandes Reportagens Televisivas, que carece ainda de aprofundamento teórico.

O terceiro capítulo, dedicado à metodologia e desenho da investigação, inicia a segunda parte, dedicada às dimensões empíricas do trabalho. Começamos por apresentar o problema de investigação, os objetivos e as hipóteses da pesquisa, para depois explicarmos as opções em termos de métodos e técnicas de recolha de dados, nomeadamente com a escolha da análise de conteúdo e da realização de entrevistas junto dos jornalistas dos três canais generalistas.

No quarto capítulo apresentamos os principais resultados da investigação e procedemos à discussão dos mesmos, considerando em particular as respostas obtidas através das entrevistas realizadas. A apresentação dos resultados encontra-se nesse sentido dividida em quatro partes: uma dedicada aos dados que resultaram do levantamento das Grandes Reportagens Televisivas nos sites dos três canais generalistas; uma segunda parte centrada nas respostas dos jornalistas sobre a relação entre o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas; um terceiro momento com as opiniões dos profissionais sobre as tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas; e por fim um último ponto dedicado aos temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas na sociedade.

O trabalho encerra com as considerações finais, onde para além das conclusões mais importantes, são apresentadas as limitações do estudo e as propostas para investigações futuras.



# **Parte I**

## **Enquadramento teórico**



# Capítulo 1. O jornalismo de investigação: “uma forma superior de jornalismo”

Toda a atividade jornalística pressupõe a investigação dos fatos, ou dito de forma, a recolha de informação e a capacidade de a transmitir aos cidadãos. Mas se é verdade que investigar é a base de todo o processo jornalístico, não podemos esquecer que existe um tipo de jornalismo cuja especificidade reside precisamente na investigação, entendida não apenas como capacidade de reportar os factos, mas enquanto processo de desvendar ou revelar o que se encontrar oculto ou escondido. Falamos do jornalismo de investigação, que apesar de nem sempre ser de fácil ou unânime definição, é considerado por muitos como “uma forma superior de jornalismo”, na medida em que embora “ancorado no mesmo quadro de valores que o jornalismo quotidiano, estabelecendo o mesmo compromisso com a ética, sujeito à mesma lei, o jornalismo de investigação rodeia-se, todavia, de outros cuidados” (Coelho & Silva, 2018, p. 82).

É precisamente nesses cuidados que nos pretendemos centrar neste primeiro capítulo, onde começamos por estabelecer uma comparação entre o jornalismo tradicional, ou quotidiano, e o jornalismo de investigação. Nesta distinção entre tipos de jornalismo, é fundamental uma abordagem histórica, com início nos Estados Unidos da América, onde encontramos boa parte das raízes do jornalismo investigativo. Para além da análise da história, que nos ajudará a compreender como emerge o jornalismo de investigação, sobretudo a partir da década de 1960, fazemos uma breve passagem pelo desenvolvimento da área em Portugal, com destaque para um dos casos que ajudou a quebrar a falta de tradição deste tipo de jornalismo no nosso país. Neste primeiro capítulo abordamos ainda dimensões como os valores notícia, a importância das fontes de informação e as questões éticas que se colocam a um jornalismo que muitos também chamam de “denúncia” (cf. Nobre-Correia, 2018). No caminho que percorremos neste capítulo não esquecemos conceitos como o de “*whatchdog journalism*” ou de “*accountability*”, igualmente importantes para se compreender a função, a sustentabilidade e o impacto do jornalismo de investigação na sociedade.

## 1.1. Do jornalismo tradicional ao jornalismo de investigação: denúncia e profundidade na cobertura jornalística

Numa entrevista dada à revista “Jornalismo & Jornalistas” (2016), José António Cerejo, um dos membros fundadores do jornal “Público”, repórter de longa data no diário, e duas vezes vencedor do prémio Gazeta de Imprensa, defende que “o jornalismo ou é de investigação ou

não é jornalismo” (pp. 9-10). Sendo inegável que toda a atividade jornalística pressupõe investigação, falar de jornalismo de investigação implica falar de mais do que a simples produção jornalística do quotidiano. Apesar da provocação, o repórter também reconhece que o jornalismo de investigação é “uma prática mais aprofundada do jornalismo”, na medida em que implica uma “dose maior de investimento” (pp. 9-10). A referência a José António Cerejo não surge por acaso, mas como o ponto de partida para a distinção que importa traçar entre jornalismo tradicional, convencional ou quotidiano, e o jornalismo de investigação.

A pergunta que se impõe, desde logo, é se podemos falar efetivamente de dois tipos de jornalismo? E o que distingue afinal as duas práticas jornalísticas? No “*Investigative Journalism Manual*”, publicado pelo “*Forum for African Investigative Reporters (FAIR)*”, Gwen Ansell destaca precisamente a dificuldade de definir jornalismo de investigação pela ausência de fronteiras claras entre os diferentes tipos de jornalismo.

Existem provavelmente tantas definições de jornalismo de investigação quanto existem jornalistas a trabalhar na área. Porque, por um lado, o jornalismo de investigação, enquanto uma especialidade dentro da profissão, é relativamente novo e ainda estamos a desenvolver os modelos apropriados. E todo o jornalismo pertence a uma comunidade e a um campo de trabalho. Assim, não existe nenhuma divisória entre ‘jornalista comunitário’, ‘jornalista ambiental’ e ‘jornalista de investigação’: qualquer jornalista se torna jornalista de investigação quando a matéria que estiver a trabalhar adquire um âmbito e uma profundidade que vão para além das reportagens de rotina (Ansell, 2011, p. 3).

Apesar das dificuldades na definição, o autor realça que são o âmbito e a profundidade os principais elementos que podem contribuir para a distinção. É também neste sentido que David E. Kaplan refere que embora toda a atividade de reportar envolva investigação, existem determinadas características que são reconhecidas como definidoras do jornalismo de investigação, porque representam uma determinada forma de trabalhar.

Alguns jornalistas, de facto, afirmam que toda a reportagem é reportagem investigativa. Há alguma verdade nisso - as técnicas de investigação são amplamente usadas por jornalistas, bem como por membros de equipas jornalísticas com semanas para trabalhar numa história. Mas o jornalismo investigativo é mais amplo que isso - é um conjunto de metodologias que são um ofício e podem levar anos para dominar (Kaplan, 2013, p. 10).<sup>1</sup>

O autor remete ainda para os principais trabalhos de investigação que têm sido premiados como forma de se perceber os “altos padrões de pesquisa e reportagem que a profissão aspira” e que faz com que o jornalismo de investigação tenha de certa forma um estatuto especial. Nesse sentido, e apesar das definições poderem variar entre si, Kaplan salienta que “há um amplo consenso sobre os seus principais componentes: investigação sistemática, aprofundada e

<sup>1</sup> “Some journalists, in fact, claim that all reporting is investigative reporting. There is some truth to this—investigative techniques are used widely by beat journalists on deadline as well as by “I-team” members with weeks to work on a story. But investigative journalism is broader than this—it is a set of methodologies that are a craft, and it can take years to master. A look at stories that win top awards for investigative journalism attests to the high standards of research and reporting that the profession aspires to: in-depth inquiries that painstakingly track looted public funds, abuse of power, environmental degradation, health scandals, and more” (Kaplan, 2013, p. 10).

original, geralmente envolvendo a revelação de segredos. Outros observam que a sua prática geralmente envolve o uso de dados e relatórios públicos, para além de um foco na justiça social e na prestação de contas” (Kaplan, 2013, p.10)<sup>2</sup>.

Se para alguns autores o jornalismo de investigação se distingue do trabalho jornalístico quotidiano pelas suas características ao nível da cobertura e aprofundamento jornalístico, para outros, é na forma como é obtida a informação que se encontram as principais diferenças. Na obra *“A Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos”*, Mark Lee Hunter e Nils Hanson chamam a atenção para a forma como são obtidas as informações, destacando que no jornalismo convencional a procura pela informação é passiva ou reativa, ao contrário do que acontece no jornalismo investigativo.

O jornalismo investigativo envolve expor ao público questões que estão ocultas - seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem o entendimento. Ele requer o uso tanto de fontes e documentos secretos quanto divulgados. A cobertura convencional de notícias depende amplamente - e, às vezes, inteiramente - de materiais fornecidos pelos outros (por exemplo, pela polícia, governos, empresas, etc.); ela é fundamentalmente reativa, quando não, passiva. A cobertura investigativa, em contraste, depende de materiais reunidos ou gerados a partir da própria iniciativa do(a) repórter (e por isso ela é frequentemente chamada de “cobertura empreendida” - em inglês, “*enterprise reporting*”)” (Hunter & Hanson, 2013, p. 8).

O jornalismo de investigação caracterizar-se-ia, desta forma, por uma procura permanente de informações, num processo de trabalho que exige mais dos jornalistas, porque os obriga não apenas a procurar dados, mas a produzir trabalhos que, em muitos casos, ainda que partindo de dados objetivos, assumem construções mais subjetivas, como explicam os autores.

A cobertura convencional de notícias visa criar uma imagem objetiva do mundo como ele é. A cobertura investigativa utiliza materiais objetivamente verdadeiros - ou seja, fatos que qualquer observador razoável concordaria que são verdadeiros - visando a meta subjetiva de reformar o mundo. Ela não é uma licença para mentir por uma boa causa. Ela é uma responsabilidade, para que a verdade seja aprendida de modo que o mundo possa mudar (Hunter & Hanson, 2013, p. 8).

Para além da responsabilidade de revelar a verdade, muitas vezes escondida, para Hunter e Hanson o jornalismo investigativo distancia-se do jornalismo convencional também ao nível das questões chave que todo o jornalista deve colocar na produção jornalística.

De facto, ambas as formas de jornalismo focalizam os elementos de quem, o quê, onde e quando. Mas o quinto elemento da cobertura convencional, o “por que”, torna-se o “como” na investigação. Os outros elementos são desenvolvidos não apenas em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade. O “quem” não é apenas um nome ou um título, e sim uma personalidade, com traços de caráter e um estilo. O “quando” não está presente nas notícias, e é um continuum histórico - uma narrativa. O “quê” não é

<sup>2</sup> “While definitions of investigative reporting vary, among professional journalism groups there is broad agreement of its major components: systematic, in-depth, and original research and reporting, often involving the unearthing of secrets. Others note that its practice often involves heavy use of public records and computer-assisted reporting, and a focus on social justice and accountability” (Kaplan, 2013, p. 10).

meramente um evento, e sim um fenômeno com causas e consequências. O “onde” não é apenas um endereço, e sim uma ambientação, na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis. Esses elementos e detalhes dão ao jornalismo investigativo, na sua melhor forma, uma poderosa qualidade estética que reforça o seu impacto emocional (Hunter & Hanson, 2013, p. 8).

É nesse sentido que os autores defendem que, “ao contrário do que alguns profissionais gostam de dizer, o jornalismo investigativo não é apenas o bom e velho jornalismo bem realizado”. A verdade é que o jornalismo de investigação implica muitas vezes uma nova forma de trabalho, com diferentes métodos e processos, uma cobertura jornalística diferenciada ao nível da recolha dos dados e da transmissão da informação.

| JORNALISMO CONVENCIONAL   | JORNALISMO INVESTIGATIVO  |
|---|---|
| <b>Pesquisa</b>   |   |
| As informações são reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal).  | As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas.  |
| A pesquisa é completada com rapidez. Não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa.  | A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação.   |
| A história se baseia em um mínimo necessário de informações, e pode ser bastante curta.   | A história se baseia no máximo possível de informações, e pode ser bastante longa.  |
| As declarações das fontes podem substituir a documentação.  | A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.  |
| <b>Relações de fontes</b>   |   |
| A boa fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação.  | A boa fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.   |
| As fontes oficiais fornecem informações ao(a) repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas.  | As informações oficiais são ocultadas do(a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.   |
| O(a) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.            | O(a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.   |
| O(a) repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes.   | O(a) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria delas em conjunto.  |
| As fontes são quase sempre identificadas.   | As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.   |
| <b>Resultados</b>   |   |
| A reportagem é vista como um reflexo do mundo, que é aceito assim como ele está dado. O(a) repórter não espera obter resultados além de informar o público. | O(a) repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.    |
| A reportagem não requer um engajamento pessoal por parte do(a) repórter.  | Sem um engajamento pessoal do(a) repórter, a história nunca será completada.  |
| O(a) repórter busca ser objetivo(a), sem viés ou juízo de valor em relação a qualquer uma das partes envolvidas em uma história.                            | O(a) repórter busca ser justo(a) e escrupuloso(a) em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfetores. O(a) repórter também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história. |
| A estrutura dramática da reportagem não é de grande importância. A história não precisa ter um final, pois as notícias continuam.                           | A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo(a) repórter ou por uma fonte.   |
| Erros podem ser cometidos pelo(a) repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não têm muita importância.   | Os erros expõem o(a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do(a) repórter e do(s) meio(s) de comunicação.  |

Figura 1. Diferenças entre jornalismo convencional e investigativo (Hunter & Hanson, 2013, p. 9)

A tabela elaborada por Hunter e Hanson, resume as diferenças entre jornalismo convencional e investigativo, destacando três momentos fundamentais no processo jornalístico, desde a pesquisa, passando pela relação com as fontes, até aos resultados que se pretendem alcançar com o trabalho. No decorrer deste capítulo voltaremos a falar de algumas destas dimensões, nomeadamente da importância das fontes no jornalismo de investigação.

Mas neste ponto o que importa realçar é que apesar das diferenças que existem entre jornalismo, elas não devem ser entendidas como opostas ou irreconciliáveis, uma vez que trabalhos realizados quotidianamente podem estar na origem de grandes investigações jornalísticas, salientam os autores. Trata-se apenas, e sobretudo, de perceber que no jornalismo de investigação todos os elementos são tratados de forma distinta, tendo como foco a profundidade e como objetivo central contar uma história “sem mácula, onde a prova seja à prova de bala” (Coelho & Silva, 2018, p. 82).

Diríamos portanto que a principal distinção entre jornalismo convencional e investigativo reside no envolvimento, no aprofundamento, no tempo necessário para produzir trabalhos que não se limitem a reproduzir o que as fontes lhes dizem, mas que se dedicam a questionar, sempre com o objetivo de apresentar um trabalho em relação ao qual não existam dúvidas quanto à verdade e credibilidade jornalística. Como referem Anderson e Benjaminson (1976, p. 3), “o que separa o jornalista quotidiano do jornalista de investigação é a predisposição para escavar” (apud Coelho & Silva, 2018, p. 82).

Mas tal como Hunter e Hanson (2013), também David Randall realça que a fronteira entre os dois jornalismo é simultaneamente o ponto onde os trabalhos do quotidiano e as investigações jornalísticas entram em contacto e se articulam, dando origem a novos trabalhos. “A investigação começa no ponto em que a ação quotidiana para. O jornalismo de investigação não aceita o segredo nem a recusa das fontes oficiais. O jornalismo de investigação descobre sozinho o que lhe querem esconder” (Randall, 1996/2016, p. 128)<sup>3</sup>.

A relação entre os dois “braços do jornalismo” é também destacada por Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva (2018), que remetem para Dean Starkman e as diferenças que o autor identifica entre “*accountability journalism*” e “*access journalism*”.

As duas tendências representam diferentes subculturas de jornalismo. Eles contam com fontes diferentes - *insiders versus outsiders*, autoridades *versus* dissidentes, altos executivos *versus* executivos demitidos (ou seja, denunciante). Eles exigem diferentes conjuntos de habilidades, diplomacia *versus* confronto. Eles até pressupõem visões de mundo diferentes. *Access journalism* pode tender a aceitar as instituições e os sistemas

<sup>3</sup> “This is true of a lot of reporting, but in day-to-day work, there is often a point at which you have to stop and report what you have found or not found. Investigative reporting starts at the point where the day-to-day work stops. It does not accept the secrecy and the refusal of officials to give the information. It finds out for itself” (Randall, 1996/2016, p. 128).

como são e a procurar aprender sobre as suas atividades internas; *accountability journalism* tende a questionar instituições e sistemas (Starkman, 2014 p. 188)<sup>4</sup>.

O autor confronta assim um jornalismo de prestação de contas com um jornalismo mais convencional, resultado da ação quotidiana, em que existe menos tempo e predisposição para questionar. Mas esta referência a Starkman ajuda-nos também a perceber que existem diferentes formas de nos referirmos a esta prática jornalística, ou seja, que diferentes autores utilizam expressões distintas para se referir a um jornalismo cujos objetivos passam sempre por garantir ao público a vigilância da sociedade.

A prática - o único órgão de vigilância com que o público pode contar - nunca teve um bom nome. Às vezes, é chamado de "jornalismo de prestação de contas". Às vezes, é chamado de "jornalismo de investigação". Às vezes, é chamado de "jornalismo de serviço público" ou "jornalismo de interesse público". Às vezes, é chamado de outras coisas (Starkman, 2014, p. 24)<sup>5</sup>.

Neste trabalho optámos por utilizar a expressão jornalismo de investigação, uma vez que entendemos que é aquela que melhor serve os objetivos do estudo, mas não deixamos de fazer referência a outras expressões como as de *accountability* e *watchdog journalism*, como forma de definirmos um jornalismo distinto, em termos de práticas, daquele que é feito no quotidiano. Por outro lado, as diferentes definições remetem-nos também para o alerta deixado por Kaplan em relação à distinção que é necessário fazer entre jornalismo de investigação e um "jornalismo de fugas de informação".

Às vezes chamado de corporativo, de aprofundamento ou de reportagem de projeto, o jornalismo investigativo não deve ser confundido com o que foi denominado "*leak journalism*" - informações obtidas de forma rápida através de fugas de informação, que permitem o acesso a documentos e dados, normalmente por parte de pessoas com poder político. De facto, nas democracias emergentes, a definição pode ser bastante vaga, e as histórias são frequentemente rotuladas de reportagens investigativas simplesmente pelo facto de serem críticas ou envolverem fugas de informações. Histórias que focam casos de crime ou corrupção, ou mesmo peças com opiniões opostas podem também ser rotuladas como reportagens investigativas (Kaplan, 2013, p. 10)<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> "The two tendencies represent different journalism subcultures. They rely on different sources—insiders versus outsiders, authorities versus dissidents, top executives versus fired executives (that is, whistleblowers). They require different skill sets, diplomacy versus confrontation. They even presuppose different worldviews. Access journalism might tend to accept institutions and systems as they are and seek to learn their internal goings-on; accountability journalism tends to question institutions and systems" (Starkman, 2014 p. 188).

<sup>5</sup> "The practice—the one watchdog the public can count on—has never really had a good name. Sometimes it's called "accountability reporting." Sometimes it's called "investigative reporting." Sometimes it's called "public-service reporting" or "public-interest reporting." Sometimes it's called something else. We'll go with "accountability reporting." Accountability reporting is a journalism term of art—the shoptalk of reporters and editors, as Lippmann would put it. But it's one the public would do well to better understand" (Starkman, 2014 p. 24).

<sup>6</sup> "Sometimes called enterprise, in-depth, or project reporting, investigative journalism should not be confused with what has been dubbed "leak journalism"—quick-hit scoops gained by the leaking of documents or tips, typically by those in political power. Indeed, in emerging democracies, the definition can be rather vague, and stories are often labeled investigative reporting simply if they are critical or involve leaked records. Stories that focus on crime or corruption, analysis, or even outright opinion pieces may similarly be mislabeled as investigative reporting" (Kaplan, 2013, p. 10).



O alerta deixado por David E. Kaplan é particularmente importante porque nos remete para aquilo que Nobre-Correia refere como sendo um “jornalismo de denúncia”, que se tornou de certa forma comum nos meios jornalísticos, mas que levanta muitas questões, desde logo do ponto de vista da própria definição do jornalismo de investigação.

Tomando, antes de mais, por alvo homens políticos e grandes partidos políticos, grandes instituições e grandes empresas, mundo parlamentar e mundo judiciário, o “jornalismo de investigação” é sobretudo um jornalismo de revelações, porque repousa, na maior parte das vezes, em inquéritos conduzidos por outros (meio judiciário, polícia...) e que foram objeto de “fugas”, sem que os jornalistas se interroguem sobre “o que motiva as fontes deles a darem-lhes tal ou tal informação” (Cf. Cohen & Lévy, 2008, p. 88), porquê uma tal generosidade para com os media. De facto, um “jornalismo de investigação” aparenta-se “por vezes com um exercício de delação” (Cf. Cohen & Lévy, 2008, p. 73), e cai naturalmente no que se poderia chamar, mais precisamente um jornalismo de denúncia, espécie de arma de destruição massiva que tem por objetivo derrubar os poderosos, fazê-los cair por terra num implacável bota-abaixo, instaurando uma tirania mediática que fomenta o medo em muitos meios dirigentes. Poder-se-á desde logo considerar uma tal démarche jornalística uma contribuição para a consolidação do sistema democrático? (Nobre-Correia, 2018, p. 269).

Este jornalismo de denúncia, que apresenta como principal prática a “delação”, em muitos casos através de fugas de informação, levanta questões do ponto de vista ético, como veremos mais à frente neste trabalho, mas também no que diz respeito à definição do próprio jornalismo de investigação, e que apenas poderemos compreender através de uma análise histórica sobre o surgimento deste jornalismo. É precisamente essa abordagem da história do jornalismo de investigação que nos propomos fazer no ponto seguinte, destacando em particular o surgimento desta prática nos Estados Unidos da América, primeiro na era que ficou conhecida como dos *muckrakers* e, posteriormente, como o caso Watergate.

Antes de avançarmos para a história do jornalismo de investigação, encerramos este ponto destacando as dimensões que de acordo com a instituição americana IRE (*Investigative Reporters and Editors*) constituem, como revela Melo (2015), os pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa: “1) A investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; 2) O tema da investigação deve ser relevante para o leitor; 3) O assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público” (p. 2). Para além do papel ativo que o jornalista deve assumir na descoberta dos factos, destacamos que constituem características fundamentais do jornalismo de investigação a revelação do que se encontra oculto ou escondido e a cobertura/tratamento jornalístico aprofundado, práticas que podem resultar numa denúncia quanto a desvios por parte de pessoas ou entidades.

## **1.2. A história do jornalismo de investigação: a era dos muckrakers e o caso Watergate**

Depois de no primeiro ponto deste capítulo nos termos dedicado a tentar definir o jornalismo de investigação, sobretudo tendo em conta as diferenças deste em relação ao jornalismo

convencional ou do quotidiano, neste segundo ponto procuramos demonstrar a importância que as dimensões históricas e culturais tiveram na construção do conceito de jornalismo de investigação.

De acordo com Vanessa Amaro (2004), “o jornalismo de investigação tem manifestações no século XIX, especialmente associadas ao compromisso social do intelectual, à sua independência face ao poder assumida com particular intensidade nos ideais cívicos da Revolução Francesa” (p. 3). Para a autora são exemplos desta forma de pensar, “a denúncia da justiça francesa no processo Dreyfus pelo escritor realista Émile Zola, primeiro em artigos publicados em *Le Figaro*, que seriam suspensos pelo jornal, depois sob a forma de panfletos fora do circuito da imprensa, culminando com *J’Accuse, lettre a M. Félix Faure, President de la Republique*, que levaria à revisão judicial do processo” (Amaro, 2004, p.3).

No entanto, e embora se possam encontrar referências quanto à emergência do jornalismo de investigação em diferentes momentos da história e em diferentes países (Melo, 2015), para compreendermos verdadeiramente a tradição do jornalismo investigativo é necessário procedermos a uma análise da sociedade americana de meados do século XIX, mas também da primeira década do século XX.

Depois de um período em que o jornalismo foi essencialmente dominado pelos poderes políticos, com tudo o que era publicado a ter de passar pelo crivo censor das elites da época, a prática jornalística consegue finalmente libertar-se rumo a uma publicação de massas no século XIX. “O século XIX foi o período da história de maior importância para a imprensa devido a fatores como a evolução dos sistemas económico e político, os avanços tecnológicos, transformação sociais e o reconhecimento da liberdade rumo à democracia” (Silva, 2010, p.3). Foi sobretudo com a descoberta das possibilidades do jornalismo, enquanto veículo que podia servir para as empresas se publicitarem, que o campo acabou por evoluir e se tornou, no final do século, e já livre das influências políticas, rentável (Traquina, 2005).

Por volta de 1835, como refere Jorge Pedro Sousa (2008), os americanos começaram a encarar o jornalismo como uma prática que podia gerar lucro, o que acabou por os levar a ceder ao sensacionalismo. As competições entre os jornais de William Hearst e de Joseph Pulitzer levaram a que a época ficasse mesmo conhecida como a era do “jornalismo amarelo”. Em suma, “a lógica informativa de Hearst, centrada no princípio “I make news!” (“eu faço as notícias!”), afastou-se, assim, decididamente, da lógica da veracidade factual da restante imprensa” (Sousa, 2008 p. 150). O “jornalismo amarelo”, que teve a sua origem no jornal de William Hearst, acabaria por expandir-se a todo o jornalismo, que se tornaria cada vez mais sensacionalista. “A *penny press* provocou uma revolução. O jornalismo - para atender aos interesses da publicidade, então local - volta-se à realidade quotidiana e à sociedade, noticiando-as com grande sensacionalismo” (Rublescki, 2009, p.2). Para Traquina (2002), é sobretudo a partir da *penny press* que o jornalismo passa a ser visto como um negócio lucrativo.

De facto, é com o surgimento da *penny press* que podemos compreender, do ponto de vista sociológico, a mudança que se verifica na imprensa americana, e que passa, nas palavras de Schudson (1981) por uma mudança de uma cultura política para uma cultura económica, ou seja, para uma “sociedade democrática de mercado”. “Apesar de nascer como uma imprensa partidária, no sentido de que os jornais representavam os ideais dos partidos políticos do país, o jornalismo norte-americano migra, ainda no século XIX, para um jornalismo não-partidário e orientado para o mercado” (Melo, 2015, p. 3).

Anos mais tarde, e depois de um período essencialmente sensacionalista, os jornalistas começam aos poucos a voltar ao rigor e à factualidade, sobretudo através dos jornais que se recusavam a seguir aquela linha editorial (Sousa, 2008). “Com a finalidade de fornecer informações e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto - as notícias, baseadas em «fatos» e não em «opiniões»” (Traquina, 2002, p. 20).

Assim, foi, gradualmente, emergindo nos Estados Unidos uma imprensa que, embora mantendo o seu cariz noticioso e o respeito por várias das mudanças introduzidas pelo Novo Jornalismo, como a atenção ao design, aos títulos e às ilustrações (fotografias e desenhos), a diversidade de conteúdos e a diversidade de géneros jornalísticos, evoluiu para um modelo jornalístico “de qualidade”. Aliás, o próprio Pulitzer, no início do século XX, reorientou editorialmente os seus jornais para uma linha de maior sobriedade e ‘qualidade’ (Sousa, 2008, p.151).

Esta mudança nos jornais da época, viria também a registar-se com o surgimento de novos títulos que procuravam apresentar um novo tipo de jornalismo. O *The New York Times*, fundado em 1851, caracterizou-se precisamente por ser o jornal americano que reergueu das cinzas o jornalismo de interesse público. A política, a economia, a saúde e o desporto são alguns dos setores que começam a ter destaque e a ser notícia, dando ênfase à necessidade de exploração de factos e constituição de fontes que fornecessem rigor e exatidão às informações que eram transmitidas. O movimento começava a expandir-se também pela Europa, com jornais como o *La Presse* (em França) e o *The Times* (em Inglaterra) a constituírem-se como pioneiros deste estilo noticioso (Sousa, 2008). No entanto, esta mudança, que se espalhava pelo mundo, era tão profunda que os próprios conteúdos começavam aos poucos a mudar.

As mudanças no campo jornalístico não se limitaram às transformações na estrutura de produção, organização e financiamento, atingiram também o conteúdo e a representatividade das notícias. Aos poucos surgiam as diferenças entre as matérias com cunho informacional, supostamente neutras e objetivas, e os textos opinativos na forma de artigos que apresentavam um posicionamento definido sobre determinados temas, abordados através de ideologias e valores particulares ao articulista (Silva, 2010, p.8).

As mudanças nos conteúdos surgem juntamente com um primeiro conflito entre editores e jornalistas, na medida em que uns defendiam mais factos e outros mais opinião, como lembra Schudson (1981).

Os editores da década de 1890 treinaram repórteres para manter as suas opiniões fora das histórias, e os jovens repórteres revoltaram-se contra essa disciplina. Editores e repórteres têm sempre em mãos diferentes tarefas, interesses diferentes para proteger e ambições

diferentes para servir; jornalistas mais jovens e jornalistas mais velhos estão em momentos diferentes das suas carreiras e têm preocupações diferentes (Schudson, 1981, pp. 161-162)<sup>7</sup>.

Este conflito seria importante para perceber, anos mais tarde, um novo choque entre novos e velhos profissionais. Não sendo inédito, o novo conflito apresentava contornos distintos, porque se apresentava ligado a uma “crise cultural mais generalizada” e a uma desconfiança em relação à própria política (Melo, 2015).

Mas, no passado, o ressentimento de jovens repórteres contra os editores era ocasionado apenas por um conflito de interesses no trabalho. Não estava conectado a correntes políticas mais amplas e não se expressava através de um idioma político. Nos anos sessenta, no entanto, a rebelião geracional fazia parte de uma crise cultural geral. Os jovens repórteres ainda queriam expressar sua paixão e estilo pessoal, mas a rebelião contra as convenções de “notícias diretas” surgiu mais como um desafio político do que como um estágio adolescente na passagem para o profissionalismo. Os jovens repórteres não apenas pediram um jornalismo mais ativo, um jornalismo “participante”, cético em relação a relatos oficiais de assuntos públicos; eles também alegaram que o jornalismo tinha participado durante muito tempo. As “notícias diretas” não eram apenas monótonas e restritivas - era em si uma forma de participação, uma forma de cumplicidade com fontes oficiais, cuja característica mais alarmante era o fato de reivindicarem tão justamente estar acima de considerações partidárias ou políticas (Schudson, 1981, p. 162)<sup>8</sup>.

Esta participação que o autor americano refere, estava relacionada também com a forma como os Gabinetes de Relações Públicas do Governo tinham ganho poder e acabavam por controlar, de certa forma, o jornalismo, impedindo qualquer tipo de questionamentos. Como refere Melo, “a partir de 1945, surge o “estado de segurança nacional”, sob o pretexto de preparar o país para um conflito internacional. No contexto da Guerra Fria, a imprensa raramente questionava os pressupostos dessa doutrina de segurança” (2015, p. 8).

Este questionamento dos jovens jornalistas abria assim portas para um novo tipo de jornalismo, mais crítico, menos passivo, e que iria expandir-se a partir do fim da década de 1960 e no início da década de 1970. É neste momento, de crítica ao jornalismo convencional, mas também de necessidade de um jornalismo mais ativo, menos dependente das assessorias de imprensa e cúmplice das versões oficiais (Melo, 2015), que encontramos as origens do que então se passou a chamar de jornalismo de investigação. No entanto, para compreendermos as raízes do

<sup>7</sup> “We have seen a conflict of generations in journalism before. Editors in the 1890s trained reporters to keep their opinions out of their stories, and young reporters rebelled at this discipline. Editors and reporters perennially have different tasks at hand, different interests to protect, and different ambitions to serve; younger journalists and older journalists are at different point in their careers and have different concerns. That these differences should yield correspondingly different attitudes toward reporting the news is not surprising” (Schudson, 1981, pp. 162-163).

<sup>8</sup> “But in the past, the resentment of young reporters against editors was occasioned only by a conflict of interests on the job. It was not connected to broader political currents, and it did not express itself in a political idiom. In the sixties, however, the generational rebellion was part of a general cultural crisis. Young reporters still wanted to express their passion and personal style in print, but the rebellion at the conventions of “straight news” emerged more as a serious political challenge than as an adolescent stage in the passage to professionalism. Young reporters not only called for a more active journalism, a “participant” journalism skeptical of official accounts of public affairs; they also claimed pointedly that journalism had long been too participant. “Straight news” was not only drab and constricting - it was in itself a form of participation, a complicity with official sources whose most alarming feature was that it so self-righteously claimed to be above partisan or political considerations” (Schudson, 1981, pp. 162-163).

jornalismo investigativo não podemos esquecer a era dos *muckrakers* que marcou o início dos anos 1900, e que se caracteriza pela revelação de vários casos de corrupção em grandes corporações e no próprio Governo (Hillstrom, 2010; Melo, 2015). Neste contexto importa recordar o trabalho de Protess, Cook, Doppelt, Ettema, Gordon, Leff & Miller (1991), investigadores americanos que destacam que o jornalismo de investigação descende do movimento dos *muckrakers*, que emerge nos EUA em condições muito particulares.

Em suma, o pêndulo histórico girou em torno do *muckraking* na mesma medida em que dois fenómenos se reforçavam mutuamente: a procura por informações sobre os males da sociedade por parte de uma população alienada e alfabetizada de consumidores; e um conjunto de *media* nacionais ferozmente competitivos que procuravam fornecer essa informação (Protess et al., 1991, p. 36)<sup>9</sup>.

Os autores destacam por um lado a competitividade entre os meios impressos, jornais e revistas, mas também a insatisfação por parte da sociedade em relação ao Governo e às grandes corporações. Este papel que o jornalismo passou a assumir, com a revelação e exposição pública de casos de corrupção e desvios, está na origem do termo *muckraking*, usado pelo então Presidente Theodore Roosevelt, num discurso em 1906, para se referir ao papel dos jornalistas, comparando-os “àqueles que esgravatam (*rake*) no lixo ou esterco (*muck*)” (Prior, 2016, p. 365)<sup>10</sup>. Os alvos destes jornalistas denunciadores estavam bem definidos, assim como o motivo da sua exposição. “Em geral, os *muckrakers* concentraram sua atenção em três alvos: grandes empresas, políticas de poder e injustiça social. (...) Na fórmula do *muckraking*, as grandes empresas corromperam políticos poderosos, o que resultou em injustiça social” (Protess et al., 1991, p. 37)<sup>11</sup>. O termo utilizado por Roosevelt serviu para designar o tipo de jornalismo praticado, mas outros termos, como *journalism of outrage* serviam também para referir uma prática que assentava sobretudo na denúncia pública como forma de corrigir os erros do sistema.

Os *muckrakers* acreditavam que um jornalismo assente na denúncia pública poderia conduzir a reformas sociais. Ao publicitar os desvios perante a opinião pública, mormente os desvios do poder político, o *muckraking* adquiria uma certa aura moral que poderia conduzir ao reequilíbrio do sistema. E eles, os *muckrakers*, preocupavam-se com a denúncia de formas de governo invisível, celebrizando um tipo de jornalismo que ficou conhecido como *literature of exposure* (Prior, 2016, p. 366).

Neste contexto, foram sobretudo as revistas que “lideraram o ataque às elites económicas americanas” (Protess et al., 1991, p. 37), com o trabalho de Ida M. Tarbell publicado em 1902

<sup>9</sup> “In sum, the historical pendulum swung toward muckraking as two mutually reinforcing phenomena converged: the demand for information about societal ills from an alienated, literate population of consumers; and a fiercely competitive national media that sought to supply it” (Protess et al., 1991, p. 36).

<sup>10</sup> “In 1906, however, Roosevelt grew frustrated with what he viewed as an excessively negative tone in American magazines and newspapers. He claimed that many reporters were so focused on exposing problems and scandals - or “raking through the muck”- that they ignored positive, uplifting stories” (Hillstrom, 2010, p. 4).

<sup>11</sup> “In general, the *muckrakers* focused their attention on three targets: big business, power politics, and social injustice. (...) In the *muckraking* formula, big business corrupted powerful politicians, which resulted in social injustice” (Protess et al., 1991, p. 37).

na revista mensal McClure's, sobre a ascensão ao poder de John D. Rockefeller e da Standard Oil Company, a ficar conhecido como um dos primeiros desta era de *muckraking* (cf. Protess et al., 1991). Apesar de se focarem sobretudo nos mais poderosos, os jornalistas denunciavam todo o tipo de problemas sociais, nomeadamente ao nível das condições de trabalho e de vida, bem como das crianças e das mulheres, entre outros (cf. Hillstrom, 2010, pp. 35-49).

A era dos *muckrakers* marcou a sociedade norte-americana até ao início da primeira grande guerra, momento em que a sua influência começou a diminuir, devido a vários fatores, entre os quais a própria necessidade de cobertura jornalística do conflito.

Quando a Primeira Guerra Mundial estourou na Europa, em 1914, a era da *muckraking* no jornalismo americano chegou ao fim. Jornais e revistas nos Estados Unidos dedicaram grandes quantidades de espaço à cobertura de guerra, e os problemas domésticos receberam muito menos atenção (Hillstrom, 2010, p. 84)<sup>12</sup>.

Para além do acompanhamento da guerra, “os ataques do Presidente Roosevelt e o esgotamento da sociedade americana em relação às denúncias”, podem ser apontadas como causas por fim da era da exposição.

A idade de ouro do *muckraking*, apesar da sua intensidade e do seu impacto, durou pouco mais de uma década. A era da exposição atingiu o seu pico em 1906 e depois decresceu um pouco em 1907-1908. A retirada da reforma durante a presidência de Taft deu nova vida às investigações jornalísticas, mas em 1912 elas foram reduzidas a um pinga. Com o início da Primeira Guerra Mundial, a era do *muckraking* terminou (Protess et al., 1991, p. 42)<sup>13</sup>.

Ausente durante o período dos conflitos que devastaram a Europa, a era do *muckraking* regressaria, já no final dos anos 1960, e desta vez, para além das revistas e dos jornais, a competição envolvia novos meios.

Depois da guerra terminar em 1945, o novo meio televisivo surgiu para desafiar jornais e revistas (...) Embora os noticiários televisivos não pudessem fornecer o volume de informações disponíveis nas fontes impressas, eles deram às histórias um apelo visual e imediato que muitas vezes faltava aos jornais e revistas (Hillstrom, 2010, pp. 87-88)<sup>14</sup>.

Assim, depois de um período de crescimento e prosperidade o jornalismo volta a ganhar novo papel na denúncia e exposição de informações, essencialmente sobre o trabalho do Governo. Entre os motivos para este novo fôlego que o jornalismo ganhou, destaca-se o aumento da

<sup>12</sup> “When World War I broke out in Europe in 1914, the muckraking era in American journalism came to an end. Newspapers and magazines across the United States dedicated large amounts of space to war coverage, and domestic problems received much less attention” (Hillstrom, 2010, p. 84).

<sup>13</sup> “The golden age of muckraking, despite its intensity and impact, lasted little more than a decade. The era of exposure reached its peak in 1906 then declined somewhat in 1907-1908. The retreat from reform during the Taft presidency breathed new life into journalistic investigations, but by 1912 they were reduced to a trickle. With the onset of World War I, the muckraking era ended” (Protess et al., 1991, p. 42).

<sup>14</sup> “After the war ended in 1945, the new medium of television arose to challenge newspapers and magazines (...) Although television newscasts could not provide the volume of information available in print sources, they gave stories an immediacy and visual appeal that newspapers and magazines often lacked” (Hillstrom, 2010, pp. 87-88).

“insatisfação popular com o governo, manifestada em vários movimentos sociais, e com o crescimento da televisão como veículo de notícias acirrando a competição no jornalismo” (Melo, 2015, p. 4). Nas palavras de Hillstrom, na década de 1970 o papel que o jornalismo assume ao nível da exposição supera mesmo o que se tinha registado na era dos *muckrakers*.

Na década de 1970, o jornalismo investigativo alcançou alturas nunca vistas desde a era do muckraking. Uma nova geração de jovens editores idealistas assumiu o comando de vários grandes jornais. Eles incentivaram os seus repórteres a questionar a autoridade e os repórteres responderam descobrindo informações chocantes sobre o funcionamento interno do governo dos EUA. Essas revelações contribuíram para a renúncia do presidente Richard Nixon e a retirada das forças militares americanas do Vietname (Hillstrom, 2010, p. 88)<sup>15</sup>.

As reportagens de Seymour Hersh sobre a Guerra do Vietname (1970)<sup>16</sup>, bem como o caso dos *Pentagon Papers* (1971)<sup>17</sup> e a famosa cobertura do caso *Watergate* (1972) marcam uma nova época no jornalismo de investigação. É sobretudo a partir deste momento que se começa a falar efetivamente de jornalismo de investigação, deixando para trás alguns dos termos que caracterizavam a ação dos *muckrakers*, como por exemplo “*to expose*”. Nesta época passam a usar-se verbos como “*to investigate*” e “*to reveal*” (Melo, 2015, pp. 4-5), e ainda palavras como *disclosure*, *revelation* e *uncover*, o que, para Schudson (1981), são termos que reforçam o papel de um jornalismo ativo, que não procura simplesmente escavar e expor factos que contribuam para a indignação pública, mas pelo contrário investigar e revelar informações que se encontram deliberadamente escondidas.

O uso de “expor”, mesmo em língua portuguesa, quando relacionado a crimes e malfeitos, também é responsável por acrescentar uma forte carga moral ao discurso. De forma semelhante, outros autores já haviam identificado o forte apelo moral das reportagens dos *muckrakers*, no sentido de construir uma história em termos de vilões (grandes empresários) e vítimas (o povo, o trabalhador explorado, etc.) (Melo, 2015, pp. 7-8).

Apesar de ser nesta época que se começa a utilizar com mais frequência a expressão “jornalismo investigativo”, Melo (2015) lembra que só a partir de 1964 é que esta passa a ser uma categoria dos prémios *Pulitzer*, criados em homenagem a Joseph Pulitzer e ao trabalho do jornalista que dirigia o *New York World*, no final do século XIX, contra a injustiça e a corrupção. De acordo com Melo (2015), através de uma análise bibliográfica podemos verificar que durante cerca de dez anos (1953-1963), existiu uma categoria que se designava de *Local Reporting*, que

<sup>15</sup> “The 1970s saw investigative journalism reach heights not seen since the muckraking era. A new generation of young, idealistic publishers took the reins of several major newspapers. They encouraged their reporters to question authority, and the reporters responded by uncovering shocking information about the inner workings of the U.S. government. These revelations contributed to the resignation of President Richard Nixon and the withdrawal of American military forces from Vietnam” (Hillstrom, 2010, p. 88).

<sup>16</sup> O jornalista Seymour Hersh ganhou mesmo o Prémio Pulitzer deixo à sua investigação sobre o massacre de My Lai, um incidente da Guerra do Vietname em que soldados americanos mataram centenas de civis (cf. Hillstrom, 2010, p. 93).

<sup>17</sup> O caso conhecido como *Pentagon Papers* foi revelado por Neil Sheehan, do *New York Times*, que descobriu a existência de um relatório de cerca de sete mil páginas, onde constavam dados sobre o estudo militar secreto feito pelos EUA sobre o sudeste da Ásia e as causas da Guerra do Vietname. Os dados revelados demonstraram que o Governo dos EUA enganou a sociedade sobre as decisões tomadas no conflito no Vietname (cf. Hillstrom, 2010, p. 94).

apenas mais tarde foi alterada com o objetivo de integrar o jornalismo investigativo, recebendo o nome de *Local Investigative Specialized Reporting*. Já a atual categoria, *Investigative Reporting*, existe apenas desde 1985. Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2014) explicam precisamente essa mudança no nome das categorias depois da entrega do prémio ao *Philadelphia Bulletin*.

Em 1964, o Prémio *Pulitzer* foi para o *Philadelphia Bulletin* numa nova categoria de reportagem. O prémio homenageou o *Bulletin* por expor polícias daquela cidade envolvidos na execução de uma espécie de jogo ilegal da lotaria, fora da esquadra. A história antecipava o que se tornaria uma nova onda de escrutínio sobre a corrupção policial nas cidades americanas. O prémio também teve outro significado. Marcou o reconhecimento formal de uma nova era no jornalismo americano. A nova categoria do *Pulitzer* foi chamada de “*Investigative Reporting*” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 238)<sup>18</sup>.

É também neste sentido que Melo (2015) lembra que alguns dos jornais premiados com o *Pulitzer*, apesar de trabalhos de jornalismo investigativo, surgem noutras categorias, como é o caso do *Hersh*, em 1970, na categoria *International Reporting*, e do *Washington Post*, em 1973, na categoria *Public Service*.

O jornalismo de investigação expande-se nesta época e em grande medida devido a um caso que é ainda hoje considerado como uma “bandeira do jornalismo de investigação” (Coelho, 2015, p. 106), “um “marco indelével” na história do jornalismo, particularmente na história do jornalismo de investigação” (Prior, 2016, p. 366), falamos do que ficou conhecido como o caso Watergate.

O ponto alto das reportagens investigativas americanas continua a ser o Watergate e a investigação histórica do *Washington Post*, liderada pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein; seus editores, principalmente Ben Bradlee; e a editora do jornal, Katharine Graham. É verdade que os anos trouxeram novas análises e uma compreensão mais subtil e menos heroica do processo Watergate, mas continua a ser visto como um monumento ao potencial da investigação noticiosa de expor irregularidades, obrigar o poder a prestar contas e desencadear políticas e reformas eleitorais (Starkman, 2014, p. 152)<sup>19</sup>.

O caso começou quando Bob Woodward e Carl Bernstein, jovens repórteres da secção local do *Washington Post*, foram escolhidos para cobrir uma invasão suspeita à sede do comité nacional do Partido Democrata, localizada dentro do edifício Watergate Hotel em Washington, na madrugada do dia 17 de janeiro de 1972. Os dois jornalistas depressa perceberam que os cinco

<sup>18</sup> “In 1964, the Pulitzer Prize went to the Philadelphia Bulletin in a new reporting category. The award honored the Bulletin for exposing police officers in that city who were involved in running a numbers racket, a kind of illegal lotto game, out of their station house. The story presaged what would become a new wave of scrutiny about police corruption in American cities. The award had one other significance as well. It marked formal recognition by the print establishment of a new era in American journalism. The new Pulitzer category was called “Investigative Reporting”” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 238).

<sup>19</sup> “The high-water mark of American investigative reporting remains Watergate and the Washington Post’s landmark probe led by reporters Bob Woodward and Carl Bernstein; their editors, primarily Ben Bradlee; and the paper’s publisher, Katharine Graham. It is true that the years have brought new examinations and a more nuanced, less heroic understanding of the Watergate probe, but it continues to stand as a monument to the potential of the news investigation to expose wrongdoing, hold power to account, and trigger political and electoral reforms” (Starkman, 2014, p. 152).



suspeitos do assalto tinham ligações aos Republicanos e iniciaram então uma longa investigação jornalística.

Suspeitando que o crime tivesse motivação política, Woodward e Bernstein lançaram uma investigação que durou mais de dois anos, produziu uma série de 225 notícias e ganhou um Prémio Pulitzer. Com base em dicas de fontes dentro da Casa Branca, eles descobriram que o Presidente Nixon e membros da sua administração tentaram encobrir o crime e o seu conhecimento público. Os artigos do *Washington Post* levaram à nomeação de um comité do Senado dos EUA para investigar o assunto. Nixon renunciou ao cargo em 1974 e evitou assim o impeachment pelo seu papel no escândalo, e 22 membros de seu governo acabaram por ir para a prisão (Hillstrom, 2010, p. 96)<sup>20</sup>.

O escândalo Watergate ficou ainda marcado pela fonte principal do caso, a notabilizada garganta funda, “*Deep Throat*”, que teve um papel determinante na revelação de informações que ajudaram na investigação jornalística.

No que se tornou um ícone do jornalismo investigativo, o escândalo de Watergate foi auxiliado de forma inestimável pela fonte anónima *Deep Throat*, revelado após a sua morte como W. Mark Felt, alto funcionário do FBI. O escândalo forçou a renúncia do Presidente Nixon e a prisão dos principais funcionários da Casa Branca de Nixon. Os repórteres do *Washington Post*, Woodward e Bernstein, conseguiram manter em segredo a identidade de Felt por 30 anos. A história deles tornou-se a base do filme, “*All the Presidents Men*” (Burgh, 2008, p. 140)<sup>21</sup>.

Para Hélder Prior, o filme, dirigido por Alan Pakula, ilustra bem todo o processo de investigação por parte dos jornalistas, constituindo-se por isso como um exemplo do poder do jornalismo na revelação das transgressões da sociedade.

Não é, de todo, ao acaso que o filme *All the President's Men* (1976), dirigido por Alan Pakula, glorifica a investigação dos dois jornalistas do *Washington Post*. Dustin Hoffman, no papel de Carl Bernstein, e Robert Redford, interpretando o jornalista Bob Woodward, popularizam as ardilosas táticas jornalísticas no desvelamento das disfunções e transgressões do poder político. Em *All the President's Men*, os jornalistas são guardiães do interesse público e a sua perseverança na purificação da vida pública obrigou um presidente americano a resignar ao cargo. De facto, é este o mito do escândalo Watergate. Com efeito, Bob Woodward e Carl Bernstein renovaram e engrandeceram o poder do jornalismo de investigação no desvelamento e exposição de situações ocultas. Mas também renovaram e enalteciram o poder do *muckraking*, a sua meticulosidade enquanto método de investigação jornalística (Prior, 2016, pp. 366-367).

<sup>20</sup> “Suspecting that the crime was politically motivated, Woodward and Bernstein launched an investigation that lasted more than two years, produced a series of 225 news articles, and earned them a Pulitzer Prize. Based on tips from sources inside the White House, they eventually discovered that President Nixon and high-ranking members of his administration had tried to cover up the crime and their knowledge of it. The *Washington Post* articles led to the appointment of a U.S. Senate committee to investigate the matter. Nixon resigned from office in 1974 rather than face impeachment for his role in the scandal, and twenty-two members of his administration ended up going to prison” (Hillstrom, 2010, p. 96).

<sup>21</sup> “In what became an icon of investigative journalism, the Watergate scandal was aided invaluablely by the anonymous insider, Deep Throat, revealed after his death as W. Mark Felt, a senior FBI official.<sup>3</sup> The 1970-71 scandal forced the resignation of President Nixon and the jailing of Nixon’s key White House staff. The *Washington Post* reporters, Woodward and Bernstein, were able to keep the identity of Felt secret for 30 years. Their story became the basis of a motion picture, *All the Presidents Men*” (Burgh, 2008, p. 140).

Neste contexto, importa também lembrar o papel da dona do *Washington Post*, Katharine Graham, que apesar de todas as pressões apoiou sempre os jornalistas e permitiu que a investigação continuasse. Nelson Traquina (2002), destaca que após a sua morte, foram vários os artigos que recordaram o apoio dado aos seus jornalistas na altura do escândalo, sem sucumbir a pressões externas. “A figura de Graham é elogiada pelo apoio incondicional aos seus jornalistas e pela coragem de desafiar o poder; foi endeusada e batizada como «a mãe do Watergate»” (Traquina, 2002, p.170). Como lembra Philip Meyer (2009), apesar das pressões o jornalismo conseguiu resistir, porque o dever e a responsabilidade cívica imperaram. “Enquanto a história de Watergate se desenrolava, Graham estava consciente da sua responsabilidade para com os acionistas e ela estava “assustada com o futuro da Washington Post Company”, mas tomou a ação socialmente responsável” (Meyer, 2009, p. 191)<sup>22</sup>.

O caso Watergate representa, desta forma, não apenas um exemplo e um símbolo do jornalismo de investigação, mas também da liberdade de imprensa e da responsabilidade jornalística perante a sociedade (Schudson, 1981; Amaro, 2004; Meyer, 2009; Prior, 2016)

O caso Watergate é apenas o exemplo mais famoso de casos em que o jornalismo teve um papel de «contrapoder» concreto, que ilustra a dedicação aos valores mais nobres da profissão. A pujança do polo ideológico do campo jornalístico é também alimentada pelos êxitos dos jornalistas no cumprimento do seu papel de watchdog, um reforço deste polo na crescente necessidade de responder à força do polo económico (Traquina, 2002, p.210).

A resistência ao poder comercial e às influências políticas, assumindo um papel de contrapoder, garantido a prestação de contas por parte dos poderes instituídos, faz do caso Watergate um marco na história do jornalismo de investigação, desde logo porque serve de modelo a seguir, como nota Starkman (2014).

(...) ninguém argumenta seriamente que o jornalismo, mesmo que apenas o jornal *Post* durante algum tempo, não foi fundamental para quebrar e perpetuar a história do Watergate em momentos importantes. O facto de o jornal fazer parte de uma dinâmica de exposição que envolvia a aplicação da lei e outras instituições, de ter sido impulsionado por fugas de investigadores oficiais e de que outros órgãos eventualmente forçaram as demissões de Nixon, não diminui a conquista do *Post*. Na sequência do caso Watergate, jornais em todo o país destacaram repórteres e criaram equipas dedicadas à investigação: *Boston Globe*, *Philadelphia Inquirer*, *Chicago Tribune*, *Chicago Sun-Times*, *Miami Herald*, *Minneapolis Tribune*, *Indianapolis Star*, *St. Louis Post-Dispatch*, *Atlanta Journal*, *Cincinnati Enquirer*, *Daily Oklahoman* e *Nashville Tennessean*, entre muitos outros, sem mencionar o *New York Times* e o *Wall Street Journal*” (Starkman, 2014, p. 153)<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> “While the Watergate story was unfolding, Graham was mindful of her responsibility to shareholders and she was “frightened for the future of the Washington Post Company,” but she took the socially responsible action” (Meyer, 2009, p. 191).

<sup>23</sup> “But without relitigating the disputes, no one seriously argues that journalism, even if only the *Post* for a time, was not instrumental breaking and perpetuating the Watergate story at key moments. That the newspaper was part of an exposure dynamic that involved law enforcement and other institutions, that it was propelled by leaks from official investigators, and that other bodies eventually forced Nixon’s resignations do not diminish the *Post*’s achievement. In the wake of Watergate, newspapers around the country installed dedicated investigative reporters and teams: the *Boston Globe*, *Philadelphia Inquirer*, *Chicago Tribune*, *Chicago Sun-Times*, *Miami Herald*, *Minneapolis Tribune*, *Indianapolis Star*, *St. Louis Post-*

O impulso que deu a outros jornais para desenvolverem investigações jornalísticas é inegável e constitui também uma das principais marcas que o caso Watergate deixou na sociedade americana.

A história demonstrou o poder da imprensa e inspirou uma nova geração de americanos a seguir carreiras como jornalistas investigativos. “Watergate tornou-se um exemplo por anos, um caso clássico em que o jornalismo fez a diferença”, observou um historiador. “O bom jornalismo não costuma derrubar um presidente, mas frequentemente muda a vida dos cidadãos, tanto os grandes quanto os comuns (Hillstrom, 2010, p. 96)<sup>24</sup>.

Neste contexto, “no final dos anos 70, enquanto os jornais consolidavam o seu status como quase monopólios locais, a sua vontade para embarcar em investigações agressivas, tornou-se um indicador de referência de jornais de qualidade” (Starkman, 2014, p. 155). O jornalismo de investigação acabaria também por se expandir para outras latitudes, apesar de a era dos *muckrakers* e o caso Watergate continuarem a ser as principais referências na área.

Encerramos desta forma este ponto em que procurámos abordar a origem do jornalismo de investigação, designação que Melo (2015, p. 10) considera ser uma “construção social iniciada nos Estados Unidos por volta da década de 1960”, fruto de um conjunto de fatores que caracterizavam a sociedade norte-americana da época.

O discurso do jornalismo investigativo é gradualmente construído a partir da década de 1960 por meio do estabelecimento de equipes investigativas ou especiais dentro dos principais jornais nacionais, da criação de categorias específicas em prêmios (como é o caso do Pulitzer e a categoria renomeada a partir de 1964) e de instituições diversas, como a IRE (*Investigative Reporters and Editors*, fundada em 1975) e o Fundo para Jornalismo Investigativo (*Fund for Investigative Journalism*, fundando em 1969) (Melo, 2015, pp. 10-11).

Se é verdade que o jornalismo de investigação não está ligado, na sua origem, a um trabalho jornalístico específico, verificámos que o caso Watergate é um símbolo de uma prática jornalística que procura vigiar a sociedade e obrigar os poderes instituídos a prestar contas.

Mais recentemente os EUA conheceram outro caso de jornalismo de investigação que marcou igualmente a sociedade e que, tal como o Watergate, teve direito a filme. O filme *Spotlight* (2015), que viria a ganhar dois Óscares, retrata a histórica verídica de um grupo de jornalistas de investigação que fazia parte de uma equipa do jornal *Boston Globe* chamada *Spotlight* e que, em 2001, revelou um dos maiores escândalos de abusos sexuais de crianças a envolverem padres católicos da arquidiocese de Boston. A película cinematográfica veio recordar o caso, mas sobretudo o poder do jornalismo de investigação e a necessidade de continuar a apostar

Dispatch, Atlanta Journal, Cincinnati Enquirer, Daily Oklahoman, and Nashville Tennessean, among many others, not to mention the New York Times and the Wall Street Journal” (Starkman, 2014, p. 153).

<sup>24</sup> “The story demonstrated the power of the press and inspired a new generation of Americans to pursue careers as investigative journalists. “Watergate became an example for the ages, a classic case when journalism made a difference,” one historian noted. “Good journalism does not often topple a president, but it frequently changes the lives of citizens, both grand and ordinary” (Hillstrom, 2010, p. 96).

numa vertente do jornalismo que os cidadãos consideram importante. Noutros contextos existiram outros trabalhos jornalísticos que assumiram o mesmo papel, ainda que a tradição do jornalismo investigativo não exista com a mesma força ou, dito de outra forma, esteja menos presente. Portugal é exemplo de um país onde a tendência que se verificou nas redações norte-americanas demorou a chegar.

No ponto seguinte procuramos traçar uma breve história sobre o jornalismo de investigação no contexto nacional, não com o intuito de sermos exaustivos, mas de destacarmos um dos casos considerado como mais importante na inauguração de uma tradição investigativa no nosso país.

### **1.3. O jornalismo de investigação em Portugal: a importância do processo “Casa Pia”**

Ao contrário do que se verificou nos Estados Unidos da América, mas também noutros países europeus, o jornalismo investigativo chegou tarde a Portugal. De acordo com Vanessa Amaro, “o número de artigos produzidos através de investigações jornalísticas é bastante reduzido se comparado ao da vasta produção dos Estados Unidos, de outros países europeus, como Espanha e França, e mesmo de países latino-americanos, tal como Brasil e Argentina” (2004, p. 3). Para a autora, Portugal nunca teve uma verdadeira tradição de jornalismo de investigação, pelo menos se pensarmos na força que este teve noutros países onde funcionou a favor de uma sociedade democrática. “Não há registo de um contributo considerável do jornalismo investigativo neste país europeu que desempenhasse um papel marcante democraticamente. A literatura de autores portugueses acerca do tema é praticamente inexistente” (Amaro, 2004, p.3).

A falta de tradição de que fala a autora explicava-se, para Joaquim Vieira, jornalista ensaísta e documentarista, que já ocupou cargos em diferentes órgãos de comunicação, pelo facto de Portugal ser uma democracia recente. Num seminário sobre “Reportagem e Investigação no Jornalismo Contemporâneo”, organizado pela Fundação Oriente, o jornalista realçava que “não valia a pena pensar em jornalismo de investigação numa ditadura. Por isso, nos países latinos, o conceito só ganhou força já no final dos anos 70, quando os regimes democráticos começaram verdadeiramente a ganhar raízes”<sup>25</sup>.

A falta de solidez da democracia nacional podia ajudar a explicar a falta de jornalismo de investigação, mas o jornalista apontava também que o panorama tendia a mudar com o aparecimento dos canais de televisão privados e a concorrência pelas audiências,

<sup>25</sup> Declarações retiradas da notícia publicada no jornal Público a 17 de outubro de 2012, pela jornalista Maria Lopes com o título: “O jornalismo de investigação em Portugal está em crise”. Disponível em [url] <https://www.publico.pt/2002/10/17/portugal/noticia/o-jornalismo-de-investigacao-em-portugal-esta-em-crise-189878>

nomeadamente ao nível da informação. Se assim acontecesse, Portugal estaria apenas a seguir o caminho trilhado nos EUA, onde a concorrência entre meios de comunicação foi determinante para o despertar do jornalismo de investigação.

Apesar do aparecimento das televisões privadas ter contribuído para que surgissem mais trabalhos de investigação, a verdade é que, como lembra Vanessa Amaro (2004), existem poucos casos que, no contexto nacional, possam ser considerados como verdadeiros trabalhos de jornalismo de investigação.

O escândalo Casa Pia é um dos poucos que se encaixam, em parte, nas definições do jornalismo de investigação e a razão da sua escolha deve-se a três fatores: 1) por ter desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de denúncias sobre pedofilia em Portugal; 2) por ter características ligadas ao jornalismo de investigação; e 3) a contribuição à governabilidade democrática e o bom funcionamento das entidades públicas (Amaro, 2004, pp. 3-4).

Para a autora, o processo “Casa Pia” é simbólico no contexto nacional por ser um dos primeiros que pode ser considerado efetivamente jornalismo de investigação. Esta interpretação por parte da autora resulta do facto de, como referem Houston, Bruzese e Weinberg no livro *The Investigative Reporter's Handbook: a Guide to Documents, Databases and Techniques* (2002), nem todo o jornalismo pode ser considerado jornalismo de investigação.

Seria maravilhoso dizer que todo o jornalista é um jornalista investigativo, mas seria falso. Muitos jornalistas são cintos de transmissão para procedimentos oficiais. Eles participam de reuniões do governo da cidade, escrevem num bloco de notas, ou gravam a reunião, e depois editam o material para se ajustar ao espaço ou tempo alocado. Estes jornalistas não são investigadores: eles seguem a agenda de outra pessoa; eles não conseguem capturar o que aconteceu em particular entre os membros do conselho da cidade, funcionários e grupos de interesse; e eles não verificam registros de terras, contratos ou outros documentos potencialmente reveladores nos quais as decisões do conselho se baseiam (Houston, Bruzese & Weinberg, 2002, p. 9)<sup>26</sup>.

Neste contexto, o que se assistiu no processo “Casa Pia” foi precisamente a um caso em que os jornalistas assumiram um papel ativo na revelação de um escândalo de abusos sexuais contra menores. O jornal Expresso e a jornalista Felícia Cabrita<sup>27</sup> destacaram-se por terem sido os primeiros a investigar o caso.

É amplamente sabido que o semanário português Expresso desempenhou um importante papel em termos de jornalismo investigativo para desvendar a problemática Casa Pia. Foi o primeiro a investigar a fundo denúncias da sociedade civil, nomeadamente de vítimas e testemunhas da pedofilia, a partir de uma queixa feita à Polícia Judiciária (PJ) por parte da

<sup>26</sup> “It would be wonderful to say every journalist is an investigative journalist, but it would be untrue. Many journalists are transmission belts for official proceedings. They attend a city council meeting, write on a notepad or tape the meeting and then edit their material to fit the space or time allotted. Such journalists are not investigators: They follow somebody else's agenda; they fail to capture what took place in private among city council members, staff and interest groups; and they do not check land records, contracts or other potentially revealing documents on which the council's decisions are based” (Houston, Bruzese & Weinberg, 2002, p. 9).

<sup>27</sup> Para além do semanário “Expresso”, também o extinto semanário “O Independente” contribuíram para os primeiros trabalhos de jornalismo de investigação em Portugal. Já a jornalista Felícia Cabrita foi das primeiras a estar ligada à revelação de escândalos como o Ballet Rose e posteriormente o Casa Pia.

mãe de um aluno da instituição de Lisboa contra o funcionário Carlos Silvino (Amaro, 2004, p. 2).

A primeira notícia sobre o caso, publicada no jornal Expresso no dia 23 de novembro de 2002 daria origem a uma ampla cobertura por parte de todos os meios de comunicação social que acabaria por durar vários anos. Não sendo o primeiro caso de investigação por parte de jornalistas, este caso marcou efetivamente o contexto nacional no que ao jornalismo de investigação diz respeito, sobretudo porque, para além da existência de uma denúncia, se assistiu de forma significativa a um envolvimento por parte dos jornalistas na descoberta e revelação de novas informações sobre o caso. A dimensão que adquiriu em termos de cobertura mediática e de revelação abriu espaço para que se apostasse mais, no seio das redações, neste tipo de jornalismo, que em vez de seguir a agenda, fosse à procura de novos temas e assuntos, desde logo porque, como lembram Houston, Bruzzese & Weinberg (2002), o jornalismo de investigação não pode trabalhar apenas com base em denúncias ou fugas de informação. É aliás neste sentido que podemos compreender a ideia defendida por Prior (2016) de que “a linha que delimita o jornalismo de investigação da mera investigação feita por jornalistas, ao famigerado estilo dos detetives privados, é tão ténue” (p. 369). Deixando as questões éticas para mais tarde, importa realçar que depois da investigação sobre o processo “Casa Pia” o país conheceu vários casos que deram origem a grandes trabalhos de investigação.

Não sendo nosso intuito abordar todos os casos, não podemos deixar de referir aqueles que, de uma forma ou de outra, acabaram por se destacar, não só pelo processo de investigação jornalística, como pela ampla repercussão mediática e social que tiveram. Neste sentido, após o escândalo “Casa Pia”, merecem referência casos como o “Freeport” (2004), onde esteve em causa um alegado suborno no processo de licenciamento do centro comercial Freeport, em Alcochete; o caso dos “Submarinos” (2004), relativo ao processo de um concurso público para aquisição de dois submarinos, mas que alegadamente envolveu corrupção, tráfico de influências e financiamento ilegal de partidos políticos; o caso “Maddie McCann” (2007), relativo ao desaparecimento da menina britânica na Praia da Luz no Algarve; o caso “Portucale” (2005) relacionado com a autorização para o abate de 2600 sobreiros e construção de um empreendimento numa área de Reserva Ecológica Nacional; o caso da “Operação Furacão” (2005), que surgiu depois de ter sido detetado um esquema para colocação de dinheiro em *off-shores*, por intermédio de bancos e outras instituições financeiras; o caso da “Universidade Independente” (2007), relativo à conclusão da licenciatura em Engenharia Civil de um ex-Primeiro Ministro naquela instituição de ensino superior; o caso “BCP” (2007) relativo ao falseamento de contas por parte do banco e à existência de dezenas de *off-shores*, e que ganhou maior dimensão com a prescrição das penalizações sobre os banqueiros a fazerem recair as responsabilidades sobre os contribuintes; o processo “Face Oculta” (2009), no qual um grupo económico foi investigado, mas no qual também foi investigada a destruição de conversas telefónicas entre um ex-ministro socialista e ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos e do Millennium BCP, e outros arguidos. Em causa estiveram crimes de lavagem de dinheiro,

corrupção política e evasão fiscal; o caso “BPN” (2011) relativo a irregularidades como distribuição de favores financeiros a destacados militantes de um partido político; o processo “Monte Branco” (2011), cuja investigação levou à descoberta de uma das maiores redes de branqueamento de capitais e fraude fiscal; o caso “Tecnoforma” (2012), relativo à atribuição de fundos europeus a uma empresa portuguesa, que tinha tido um ex-Primeiro Ministro como consultor e administrador. O alegado favorecimento teria acontecido durante o período em que um dos dirigentes da empresa era também Secretário de Estado; o caso da “Operação Fizz”, que surge depois de uma denúncia anónima contra um procurador por alegado corrompimento num processo de compra de um apartamento de luxo por parte do então Presidente da Sonangol; o caso dos “Vistos Gold” (2014), que resultou da “Operação Labirinto” e que investigou a aquisição de vistos por parte de cidadãos estrangeiros interessados em investir e residir em Portugal, mas na qual se descobriu que estavam também envolvidos outros tipos de negócios paralelos, nomeadamente envolvendo responsáveis da Administração Pública; o caso do “Grupo Espírito Santo (GES/BES)” (2014), relativo ao poder do grupo económico, aos atos de gestão económica danosos e às influências políticas na sociedade portuguesa por parte de um banqueiro; o caso da “Operação Marquês” (2014) relativo ao alegado recebimento de luvas para o suposto favorecimento por parte de um governante em diferentes negócios. Em causa estão crimes de fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e corrupção<sup>28</sup>.

Como referimos anteriormente o nosso objetivo não é fazer um levantamento exaustivo de todos os casos a partir dos quais foram realizados trabalhos de jornalismo de investigação, desde logo porque a lista teria de ser muito maior. Destacamos estes casos não apenas pelo facto de terem sido muito mediatizados, fruto também da cobertura jornalística, mas porque nos parece que evidenciam, de certa forma, como o aumento dos processos judiciais contribuiu para o aumento do jornalismo de investigação em Portugal. No fundo, o que pretendemos realçar é o facto de a nível nacional o jornalismo investigativo ter estado durante vários anos sobretudo ligado a um jornalismo de denúncia, de revelações e de fugas de informação por parte do poder judicial, o que não pode deixar de nos levantar algumas questões, como realça Nobre-Correia, 2018).

Tomando, antes de mais, por alvo homens políticos e grandes partidos políticos, grandes instituições e grandes empresas, mundo parlamentar e mundo judiciário, o “jornalismo de investigação” é sobretudo um jornalismo de revelações, porque repousa, na maior parte das vezes, em inquéritos conduzidos por outros (meio judiciário, polícia...) e que foram objeto de “fugas”, sem que os jornalistas se interroguem sobre “o que motiva as fontes deles a darem-lhes tal ou tal informação (cf. Cohen & Lévy, 2008, p. 88), porquê uma tal generosidade para com os media” (2018, p. 269).

<sup>28</sup> As datas apresentadas podem dizer respeito ao início da investigação judicial ou ao momento em que os casos se tornaram do conhecimento público e começaram a ser alvo de notícias. Os casos referidos e a informação apresentada foi recolhida através de notícias e dados disponíveis nos seguintes endereços eletrónicos: [url] <https://transparencia.pt/a-corrupcao-na-politica-em-portugal-alguns-casos-marcantes-nos-ultimos-30-anos/>; [url] <https://www.publico.pt/2019/01/09/politica/noticia/-30-anos-acusacoes-corrupcao-politica-1857182>

Esta questão, à qual voltaremos mais à frente neste trabalho, ajuda-nos a caracterizar aquela que nos parece ser uma tendência do jornalismo de investigação em Portugal durante vários anos. Importa, no entanto, realçar, nesta breve abordagem sobre o jornalismo de investigação em Portugal, que nos últimos anos o número de trabalhos de jornalismo de investigação tem aumentado, bem como a sua natureza.

Sendo verdade que as fugas de informação continuam a alimentar uma grande quantidade de trabalhos jornalísticos, afinal de contas é também essa a origem deste tipo de jornalismo, não podemos ignorar o facto de que nos últimos anos têm surgido muitas outras investigações por iniciativa dos próprios jornalistas e não diretamente ligadas a fugas de informação. A criação de programas dedicados ao jornalismo de investigação em praticamente todos os canais, apelando ao envio de dados que os cidadãos considerem como desvios, más condutas e que precisam ser revelados, parece ter contribuído para este intensificar do jornalismo de investigação.

Não pretendemos uma vez mais fazer uma listagem exaustiva de todos os trabalhos, mas referir apenas alguns que se destacaram, nomeadamente aqueles que abordaram a gestão danosa de uma Instituição Particular de Solidariedade Social de utilidade pública; todo o processo por detrás do “Grupo GES” e da “Operação Marquês”, já referidos; os trabalhos jornalísticos sobre o caso dos recrutas mortos nos Comandos; as reportagens sobre uma alegada rede de adoção ilegal e as irregularidades na retirada de crianças aos pais para serem entregues a membros de uma determinada igreja; os trabalhos sobre a tragédia dos incêndios que afetaram o interior do país em junho e outubro de 2017, mas sobretudo as reportagens sobre Pedrogão Grande; ou os casos mais recentes sobre “Rui Pinto” e o “*Football Leaks*”, bem como sobre a “Operação E-Toupeira”.

Estes são apenas alguns exemplos de trabalhos de jornalismo de investigação, a que poderíamos juntar tantos outros, sobretudo se considerarmos outros meios para além do televisivo, aquele em que nos centramos neste trabalho<sup>29</sup>. Para encerrar este ponto, onde procurámos sobretudo destacar que o jornalismo investigativo em Portugal tem vindo a crescer, ainda que em grande parte devido a fugas de informação, importa referir que a colaboração com entidades internacionais no que à investigação jornalística diz respeito marcou também os últimos anos a nível nacional. O caso que ficou conhecido como “Panama Papers” (2016), e que diz respeito a um escândalo mundial de ocultação de dinheiro que envolve políticos, empresários, celebridades e empresas *offshore*, cuja investigação é conduzida pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ), também teve colaboração de órgãos nacionais,

<sup>29</sup> Poderíamos por exemplo destacar o trabalho de investigação produzido pelo jornalista Paulo Pena para o jornal Diário de Notícias sobre “*fake news*”, e que resultou numa série de reportagens sobre um dos assuntos que mais tem marcado a sociedade nos últimos anos, seja diariamente, seja em tempos de campanhas eleitorais.



nomeadamente do “Expresso” e da “TVI”, que integraram a lista de mais de cem órgãos de comunicação social envolvidos.

Neste contexto, importa também lembrar que em agosto de 2018 a *Global Investigative Journalism Network* (GIJN) em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), lançou a primeira Rede Global de Jornalismo Investigativo em português, com o “objetivo de fomentar e difundir técnicas, tutoriais e o melhor da produção jornalística de países como Portugal, Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, além de outras regiões em que o português é falado”<sup>30</sup>. A criação desta rede, por parte de um dos maiores centros de apoio à prática de jornalismo investigativo no mundo, é elucidativa de como a aposta neste tipo de jornalismo tem crescido.

Depois de termos falado sobre o jornalismo de investigação em Portugal, no ponto seguinte centramos a nossa análise na função do jornalismo *watchdog* na sociedade, para depois nos dedicarmos aos valores notícia e à importância das fontes de informação.

## 1.4. A função do jornalismo “watchdog” e a investigação jornalística na sociedade

Depois de no ponto anterior termos analisado as origens e o crescimento do jornalismo de investigação, procuramos agora enfatizar o papel desta vertente do jornalismo no contexto daquilo que ficou conhecido como *watchdog journalism*. Entender o jornalismo de investigação como a cultura de “cão de guarda” é assumir o seu papel enquanto mediador de uma sociedade que não se conhece por completo (cf. Coelho, 2015). Se o papel do jornalismo é informar os cidadãos de tudo o que ocorre no mundo, não poderia também deixar de ser imprescindível que se fizesse sentir a necessidade de desbravar caminhos insólitos - que podem desvendar segredos e causar mudanças. Só desta forma é que a população consegue perceber a importância desta vigilância constante.

É através do impacto do jornalismo de investigação - quando os políticos resignam a cargos, quando corruptos são presos e quando a política pública muda, ou melhora as suas condições - que as pessoas conseguem ver melhor o poder do papel da *media watchdog* (Forbes, 2005, p. 5)<sup>31</sup>.

Assim, só através do reconhecimento por parte do cidadão é que o jornalismo de investigação atinge a sua verdadeira função. Nesse sentido, é imprescindível compreender que os jornalistas

<sup>30</sup> Mais informação sobre a Rede Global de Jornalismo Investigativo em português criada pela GIJN em parceria com a ABRAJI [url] <https://gijn.org/2018/08/13/gijn-launches-portuguese-social-media-channels/>

<sup>31</sup> “It is through the impact of investigative journalism - when politicians resign, fraudsters are imprisoned, public policy is changed or conditions are improved - that the public most clearly see the power of the media’s watchdog role” (Forbes, 2005, p. 5).

de investigação, através do seu trabalho, lutam pelos princípios em que acreditam. De acordo com Pinto (2003), é essa a importância de revelar o desconhecido aos cidadãos.

O jornalismo assume uma importância acrescida no tocante a dimensões como: divulgação de informação não disponibilizada, mas de interesse público; identificação de situações problemáticas; denúncia de práticas da administração; sensibilização dos poderes públicos; veiculação de perspectivas e necessidades dos cidadãos; conhecimento de realidades de grupos sociais minoritários; abertura às realidades do espaço global e mundial; debate e contrastação da informação disponível e enquadramento e contextualização (Pinto, 2003, p. 2).

O jornalismo de investigação, em contraposição ao jornalismo tradicional, não se caracteriza pela imediatez de publicação, preocupando-se, por outro lado, mais com o aprofundamento das pesquisas. “O excesso de informação traz a dispersão cognitiva, a credibilidade ambígua, a insegurança das fontes, a manipulação dos dados. Coloca em xeque um dos princípios sagrados do jornalismo: a busca da verdade dos fatos” (Moraes & Adghirni, 2012, p. 5).

Numa sociedade que se pauta cada vez mais pela rapidez em prol da qualidade, o jornalismo de investigação vem possibilitar aos cidadãos retomar a credibilidade do jornalismo, afinal “um jornalismo distinto será sempre um jornalismo de qualidade, onde a mais-valia do contexto, alcançada pela via da reportagem e da investigação, consiga impor-se, resistindo aos efeitos do mercado” (Coelho, 2015, p. 110).

Neste sentido, a prática do jornalismo “*watchdog*” implica que os jornalistas disponham de habilidades diferentes do que teriam para o jornalismo convencional. “Na prática e na organização, é suficientemente diferente do papel mais comum [do jornalismo], mas muitas vezes subvalorizado, de prestar testemunhos, e por isso é importante que eles se distingam um do outro. O monitoramento mais rotineiro do testemunho pode ser a centelha que leva à investigação do cão de guarda. Mas não são a mesma coisa” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 52)<sup>32</sup>. O *watchdog journalism* assume também uma função de serviço público como relembra Forbes.

A ideia de uma reportagem de investigação como um serviço público é importante para os jornalistas porque eles veem os agentes públicos, e os funcionários públicos, envolvidos em corrupção como uma traição daquilo que é bom na sociedade: a responsabilidade para com a entidade pública que representam (Forbes, 2005, p. 2)<sup>33</sup>.

Num meio que está em constante mudança, o jornalismo tem de procurar formas para se adaptar, entregando aos seus leitores conteúdo de qualidade. O papel do jornalista “*watchdog*”

<sup>32</sup> But it is sufficiently different in practice and organization from the more common but often undervalued role of witness bearing that it is important they are distinguished from each other. The more routine monitoring of witness bearing may be the spark that leads to the watchdog investigation. But they are not the same (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 52).

<sup>33</sup> “The idea of investigative reporting as a public service is important to journalists because they see public agents and civil servants involved in corruption as betraying what is good in society: the responsibility to the public authority they represent” (Forbes, 2005, p. 2).

é exatamente o de se responsabilizar em entregar a verdade ao cidadão, sobretudo numa época em que a verdade é muitas vezes ameaçada.

Além disso, o princípio do cão de guarda está a ser ameaçado no jornalismo contemporâneo pelo uso excessivo e por um falso cão de guarda voltado mais para o público do que para o serviço público. Talvez ainda mais sério, o papel de fiscalizador está ameaçado por um novo tipo de conglomerado corporativo, bem como pela busca sombria de novos modelos de receita por operações noticiosas que procuram compensar a falta de dólares da publicidade digital (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 240)<sup>34</sup>.

Com as novas tecnologias, é mais fácil ocultar informações e é função dos jornalistas de investigação manterem-se em alerta. Só desta forma os jornalistas que praticam esta cultura de cão de guarda na sociedade vão conseguir cumprir com as responsabilidades sociais que têm para com os cidadãos.

Esse objetivo não é facilmente cumprido. Muitas das mudanças da última década, à primeira vista, parecem impedir o ressurgimento jornalístico. O colapso do modelo de receita baseada em publicidade reduziu o tamanho da maioria das redações. Ao mesmo tempo, surgiu uma nova onda de media sociais, construída em torno da brevidade, da rede e da facilidade de uso, liderada pelo YouTube, Facebook, Twitter, Pinterest, Storify, Instagram e outros. Essas novas plataformas começaram a cumprir a promessa de que somos todos produtores e consumidores de uma maneira que a primeira onda de media sociais - o blog - apenas sugeria (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 240).

Neste contexto, o *watchdog journalism* é importante não apenas como forma de vigiar os poderes tradicionais, mais também a própria ação dos novos produtores de conteúdos, que por sua vez controlam cada vez mais a ação dos *media*. “O papel de construtor de realidade, inerente à ação do jornalista passa, desta forma, a estar mais exposto ao escrutínio, tanto como a ação dos governantes, pelo olho de lince dos cidadãos que agora têm espaços onde fazer a sua opinião e a sua análise” (Sá, 2019, p. 28).

O clássico “jornalismo de cão de guarda” assume assim, nos dias que correm, uma dupla função de vigilância, não apenas perante os poderes instituídos, mas também face à abundância de informação e aos novos produtores de conteúdos. Neste contexto, “o jornalismo vive, assim, um sério risco de perda de credibilidade, reforçado sobre a ditadura da urgência de publicar e pela desconfiança de uma certa manipulação dos seus conteúdos” (Sá, 2019, p.32).

O que importa realçar neste ponto é a importância de continuar a existir um jornalismo de investigação que assuma um papel de vigilância, de verdadeiro “cão de guarda”, capaz de monitorizar o exercício do poder, responsabilizar aqueles que o exercem, mas acima de tudo manter uma sociedade livre e proteger a democracia (Coelho, 2015, p. 105).

<sup>34</sup> “This principle is often misunderstood, even by journalists, to mean “afflict the comfortable.” Moreover, the watchdog principle is being threatened in contemporary journalism by overuse and by a faux watchdogism aimed more at pandering to audiences than doing public service. Perhaps even more serious, the watchdog role is threatened by a new kind of corporate conglomeration, as well as the grim search for new revenue models by news operations that have found digital advertising dollars wanting” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 240).

Procuramos neste ponto reforçar a importância de o jornalismo de investigação não esquecer aquelas que são as funções determinantes para que continue a ser encarado como uma mais valia por parte da sociedade. Não chega apenas investigar, é preciso garantir que essa investigação é acompanhada de vigilância, de um “cão de guarda” que acompanha os assuntos e procura, através dos seus trabalhos, contribuir ativamente para a melhoria da sociedade.

## 1.5. Os valores notícia e o processo de agendamento no jornalismo de investigação

Na produção de qualquer conteúdo jornalístico há uma questão que se coloca sempre ao jornalista. Que assuntos têm potencial para ser considerados notícias? Os critérios de noticiabilidade são fundamentais neste processo de seleção entre as informações que devem ser consideradas notícias. No caso específico deste estudo, quais os temas que devem ser considerados passíveis de ser investigados. De acordo com Traquina (2002), os valores-notícia são fundamentais na cultura desta profissão.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir um valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo um «valor-notícia» (*newsworthiness*) (Traquina, 2002, p.273).

Na conceção de Mauro Wolf (1992), os valores-notícia complementam-se uns aos outros, apesar de serem apresentados em sequência, isso não quer dizer que se anulem uns aos outros. “Os critérios de relevância funcionam conjuntamente, «em pacotes»: são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que recomendam a seleção de um facto” (Wolf, 1992, p.173). O autor salienta ainda a importância de considerar os valores-notícias não apenas no momento da seleção do que pode ser noticiado, mas também durante a produção dos conteúdos.

Existem diversas interpretações quanto à aplicação dos valores notícia. De acordo com a interpretação de Traquina (2002), foi o estudo de Galtung e Ruge (1965), o pioneiro na conceptualização dos critérios de noticiabilidade. Os autores definiram doze valores-notícia que incluem: a frequência de um acontecimento; a amplitude; a clareza (ou falta dela); a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade; a referência a nações de elite; a personalização; a composição; a referência a pessoas de elite; e a negatividade (Traquina, 2002).

Para o autor, os valores-notícia também podem ser considerados tendo em conta a sua subdivisão em grupos: por um lado “os valores-notícia de seleção - os critérios substantivos” (Traquina, 2002, p.187), que envolvem a morte, a notoriedade, a proximidade, a novidade, o tempo, o inesperado e o conflito/controvérsia; e por outro lado os valores-notícia de

notabilidade, que englobam a quantidade, o insólito, a inversão, a falha e o excesso/a escassez (Traquina, 2002). No âmbito destes valores-notícia, Traquina destaca a novidade como fundamental no jornalismo de investigação, pois dentro desta vertente do jornalismo é necessário que se abordem assuntos que ainda não sejam conhecidos, ou dito de outra forma, é necessário revelar/desvendar algo que se encontra escondido ou que ainda não é conhecido.

Mas os valores-notícia podem também ser agrupados, de acordo com Traquina (2002), em função de critérios contextuais, que consideram a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade e a concorrência como valores-notícia. Num último subgrupo encontram-se ainda os valores-notícia de construção, onde encontramos a amplificação, a relevância, a dramatização e a consonância.

Noutra perspetiva, Mauro Wolf (1992) define os valores-notícia através de critérios. Os primeiros são os critérios substantivos, que incluem dois conceitos base - a importância e o interesse da notícia. A importância da notícia, por sua vez, determina-se através de quatro variáveis (Wolf, 1992): grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto que essa notícia terá sobre a nação, assim como o seu interesse nacional; quantidade de pessoas envolvidas nesse acontecimento; e a relevância do acontecimento. O interesse da notícia, de acordo com Gans (1979), na interpretação de Wolf (1992), pode ser categorizado nas seguintes situações:

- a. histórias de gente comum que é encontrada em situações insólitas, ou histórias de homens públicos surpreendidos no dia a dia da sua vida privada; b. histórias em que se verifica uma inversão de papéis («o homem morde o cão»); c. histórias de interesse humano; d. histórias de feitos excecionais e heroicos (Wolf, 1992, p. 182).

Os segundos critérios identificados por Mauro Wolf dizem respeito ao produto enquanto valores-notícia, incluindo-se aqui a consonância e a atualidade, como dimensões a serem tidas em conta na seleção das notícias. Seguem-se os critérios relacionados com o meio de comunicação, e que dizem respeito a aspetos como o formato e a frequência, por exemplo. Existem ainda os critérios que Wolf associa ao público e aqueles relacionados com a concorrência.

Apesar de existirem vários autores a conceitualizar os valores-notícia, é possível encontrarem-se semelhanças nesta categorização. No jornalismo de investigação, os valores-notícia como a novidade, a consonância, a relevância e a importância, podem ser essenciais na seleção dos temas a serem trabalhados. Afinal, “o acontecimento específico é mais noticiável se for continuo em relação a acontecimentos prévios, no sentido em que o repórter é capaz de o colocar num enquadramento saliente” (Traquina, 2002, p. 183). Nesse sentido, os jornalistas de investigação têm de conseguir contextualizar o tema que querem abordar, no sentido de fornecer a informação de forma coerente aos cidadãos. Essa contextualização pode ser conseguida precisamente através da complementaridade entre os diferentes valores-notícia.

A observação parece reforçar a hipótese do caráter negociado da noticiabilidade; isto é, os critérios relevantes são variáveis, embora de uma forma limitada, de acordo com determinados fatores. Isso significa que a «transformação» de um acontecimento em notícia é o resultado de uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos (Wolf, 1992, p.191).

Os valores-notícia estão, como vimos, intrinsecamente ligados com as características necessárias para que determinado acontecimento seja considerado “notícia”. Eles existem em todos os meios de comunicação, mas alguns autores sublinham a existência de certos critérios de noticiabilidade que se adequam exclusivamente à televisão, meio de comunicação central neste trabalho. Esta diferença existe dada à necessidade de adaptação do jornalismo, para que se possam potencializar a utilização das capacidades máximas de cada meio. Desta forma, são imprescindíveis valores-notícia que sejam exclusivos de um determinado meio, pois eles funcionam de formas distintas.

De acordo com João Canavilhas (2001), existem três valores-notícia que funcionam na televisão dada à potência tecnológica do meio. A previsibilidade, pois apesar de noutros meios de comunicação ser possível realizar trabalho de campo com apenas uma pessoa, “(...) o trabalho televisivo implica a existência de alguém que saiba captar imagens e que tenha o equipamento necessário. Em suma, para que haja notícia tem de haver planeamento, isto é, quanto mais previsível for o acontecimento, mais probabilidade tem de ser coberto” (Canavilhas, 2001, p.4). O valor das imagens, dado que “a imagem condiciona bastante o trabalho televisivo. Uma boa história sem imagens não tem qualquer hipótese de ser noticiável”. Além destes dois valores-notícia, Canavilhas (2001) destaca ainda os custos como um dos valores que são tidos em conta para determinar se um acontecimento deve ser notícia, uma vez que “o envio de uma equipa tem custos altos, por isso o fator económico pesa bastante na noticiabilidade de uma ocorrência”.

Assim sendo, através dos valores-notícia selecionam-se as temáticas que devem ser abordadas, seja em notícias, ou em peças de maior abrangência, como é o caso das Grandes Reportagens de Investigação. Apesar de existirem critérios de noticiabilidade que se adequam exclusivamente ao formato da televisão, existem outros que se adaptam dos outros meios, isto porque, como já referimos, os critérios de noticiabilidade caracterizam-se através da sua maleabilidade. Nesse sentido, eles variam de acordo com cada situação específica a ser noticiada.

Talvez devido a essa multiplicidade de forças conformativas, os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais. Por outro lado, são, frequentemente, de natureza esquiva, opaca, e, por vezes, contraditória e funcionam conjunta e inter-relacionadamente em todo o processo de fabricação/construção de notícias, dependendo a forma de operar da organização noticiosa, da sua hierarquia interna e da maneira como ela confere ordem ao caos (Sousa, 2000, p. 102).

Assim sendo, nenhum critério de noticiabilidade vai anular o outro, mas sim complementar-se. Na televisão, esse conjunto de valores-notícia vai auxiliar na seleção do material a ser escolhido

para ter destaque nos jornais televisivos, e, especialmente na Grande Reportagem, quais os temas que vão ter destaque.

Desta forma, definir a noticiabilidade de um acontecimento é essencialmente avaliar os valores-notícia que se adequam a essa situação, de forma a perceber a importância para a sociedade. Nesse sentido, no âmbito do jornalismo de investigação não podemos afirmar que os valores notícia mudam, mas apenas que a forma como se combinam pode alterar-se em função do tema que está a ser trabalhado.

Se a transparência, a novidade, a relevância e o interesse público são valores notícia determinantes no jornalismo de investigação, a forma como estes se combinam com outros critérios deve ser tida em conta, para que “a fronteira entre jornalismo de investigação e investigação feita por jornalistas, ao famigerado estilo dos detetives privados” (Prior, 2016, p. 369), não seja ultrapassada.

Como a conceção hodierna do jornalismo de investigação reflete a teoria da “responsabilidade social”, invocando a moralidade cívica e o *public’s right to know*, a maior quantidade possível de disseminação da informação tem-se confundido com o interesse público, com o escrutínio societal e com a alegoria do *watchdog role of the press* enquanto ideia consensual do jornalismo (Cf. David L. Protess et al., 1991) (Prior, 2016, p. 369).

Nunca esquecendo que o jornalismo de investigação procura sempre assumir um papel de *watchdog*, de vigilante da sociedade, é preciso lembrar também que “os meios de comunicação de massa determinam e reconfiguram a realidade e os seus efeitos com o objetivo de obterem atenção do público”, e que, nesse sentido, “as histórias de interesse humano e *voyeurismo* passam a fazer parte dos critérios de relevância dos *media*” (Prior, 2016, p.369).

É por isso que quando falamos em valores notícia no jornalismo de investigação não podemos simplesmente identificar um ou outro critério, mas pensar na combinação entre uma multiplicidade de fatores e naquele que é o objetivo principal de todo o jornalismo. “O ethos do jornalismo, como o entendemos, continua incorporado na prática da democracia, estando intimamente ligado à exposição e discussão públicas dos temas considerados importantes para a vida dos cidadãos e para a prática da cidadania ativa” (Sá, 2019, p. 21).

Mas a fronteira entre os temas que são interessantes para os cidadãos e os temas interessantes socialmente nem sempre é fácil de definir. Talvez seja nesse sentido que Prior (2016) considera que “é, pois, com alguma naturalidade que se constata que a investigação jornalística procura, por vezes, satisfazer o interesse do público, justamente no sentido de satisfação da curiosidade do público. Talvez seja esta a natureza paradoxal do jornalismo de investigação” (Prior, 2016, p. 369).

A natureza paradoxal do jornalismo de investigação, como diz o autor, no que diz respeito aos critérios de noticiabilidade encontra-se conectada com o próprio agendamento noticioso. Como

tivemos oportunidade de verificar no primeiro ponto deste capítulo, o jornalismo de investigação diferencia-se do jornalismo convencional precisamente porque quebra com a agenda noticiosa, ou seja, porque vai à procura dos assuntos e dos temas que não fazem parte da agenda. “Os jornalistas investigativos raramente seguem a agenda de alguém” (Houston, Bruzzese & Weinberg, 2002, p. 9)<sup>35</sup>.

Não seguindo uma agenda na produção do trabalho jornalístico, o agendamento assume, no entanto, outra função determinante no jornalismo de investigação, sobretudo se pensarmos na forma como um determinado trabalho de investigação pode influenciar a agenda e a produção de novas investigações sobre determinados assuntos. Nesse sentido importa abordarmos, ainda que sucintamente, o funcionamento do processo de *agenda-setting*.

De acordo com Nelson Traquina (2000), ainda antes de se aprofundarem os estudos sobre o efeito que os *media* têm na sociedade, nomeadamente considerado a teoria do agendamento, é preciso destacar a importância da Teoria Hipodérmica. “Este paradigma defendia que as mensagens dos meios de comunicação de massas tinham um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos previsíveis: esses “efeitos” aconteciam em todas as pessoas” (Traquina, 2000, p.15). No entanto, esta teoria foi contestada com o passar do tempo, essencialmente devido às suas limitações. Nelson Traquina (2000) aponta os estudos de Lazarsfeld (cf. Lazarsfeld, Berelson & Gaudet, 1944) como um dos trabalhos que refutou esta teoria, ao apresentar evidências sobre a pouca influência que a propaganda política teve nas eleições de 1940. Nesse sentido, foi através das investigações e conclusões que Lazarsfeld e Katz (1955) alcançaram, que se começou a falar da “Teoria dos Efeitos Limitados” dos *media* (Traquina, 2000).

É a partir desta teoria que se começa a falar, em 1970, de um novo paradigma: o do agendamento (Traquina, 2000). A necessidade de perceber a verdadeira influência, e o verdadeiro poder que os meios de comunicação detinham na altura, mas também qual o papel que estes desempenhavam na formação da sociedade e dos indivíduos foi determinante para o surgimento desta teoria. “Outra razão para este regresso é a insatisfação com o paradigma dos “efeitos limitados”: alguns membros da nova geração tinham experiência prática nos media, e uma experiência pessoal que apontava para a existência de efeitos mediáticos”” (Traquina, 2000, p.16). Nesse sentido, surgiram diversos estudos sobre a temática do agendamento, sendo as investigações de Maxwell McCombs e Donald Shaw essenciais neste processo. O estudo dos autores analisou a forma como os conteúdos eram recebidos pela população, num estudo que envolveu a comunicação política.

<sup>35</sup> “Investigative journalists rarely follow somebody else's agenda” (Houston, Bruzzese & Weinberg, 2002, p. 9)



Nos dias de hoje, mais do que antes, os candidatos chegam até às pessoas mais vezes através dos *mass media* do que em pessoa. A informação através dos *mass media* tornou-se o único contacto que muitas pessoas têm com os políticos. Os compromissos, as promessas e a retórica emergidas nas histórias, colunas e editoriais constituem grande parte das informações sobre as quais uma decisão de voto tem de ser feita. A maior parte do que as pessoas sabem vai até elas por segunda ou terceira mão, através dos *mass media* ou por outras pessoas (McCombs & Shaw, 1972, p.176).

Sabendo da importância que a divulgação da informação pelos *media* tem para a sociedade, dado que para muitos é a única fonte de informação, o estudo e a teoria que defendia ganhou força. Através de uma entrevista a 100 eleitores, que não tinham o seu voto ainda decidido, os autores procuraram estabelecer uma ligação entre a agenda pública e a agenda mediática. De acordo com McCombs e Shaw (1972), muito embora não se prove exatamente a existência de um agendamento direto, “a evidência está em consonância com as condições que devem existir se o agenda-setting existir através dos meios de comunicação de massas” (McCombs & Shaw, 1972, p. 184). No fundo, o que autores procuravam demonstrar passava pela tendência de os eleitores avaliarem e considerarem o que é importante em função da importância dada pelos *media* aos assuntos, o que apontava para a ideia de agendamento produzida pelos *media*.

De acordo com Traquina (2000), o estudo de McCombs e Shaw foi assim ao encontro de uma investigação realizada por Cohen (1963), que chegou à conclusão de que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar” (Cohen, 1963, p.72, apud Traquina, 2000, p.17).

Já na perspectiva do autor e investigador Jorge Pedro Sousa, “a teoria do agendamento demonstra que os media podem ter efeitos diretos (não mediados) sobre as pessoas” (2008, p. 8). Sousa refere, neste contexto, Rogers, Dearing e Bregman (1993), que consideraram que existem três componentes no processo de agendamento a agenda mediática, a agenda pública e a agenda política, que, por sua vez, interagem umas com as outras num processo mútuo de agendamento (Figura 2). Para Sousa, as três agendas podem adaptar-se, “quer no que respeita ao temário, quer no que respeita à importância relativa dos temas inscritos nesse temário, pela comunicação interpessoal que as pessoas estabelecem entre si, pela experiência pessoal que as pessoas têm da realidade e pelos acontecimentos que ocorrem no mundo” (Sousa, 2008, p.10)

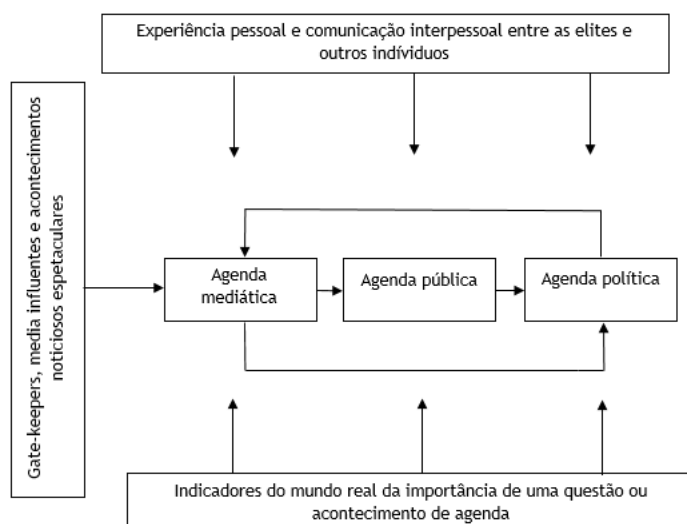


Figura 2. Processo de agendamento de Rogers, Dearing e Bregman (1988, p. 557)

Nelson Traquina, por sua vez, refaz o esquema de Rogers, Dearing e Bregman (1988), “à luz de uma teoria da notícia”, dando ênfase, por exemplo, a questões que consideram a relação que as agendas políticas estabelecem com as agendas jornalísticas. O autor centra ainda a sua análise no “estudo das influências da agenda jornalística sobre a agenda das agendas políticas, que qualquer teoria da notícia não pode negligenciar, dado que os próprios jornalistas podem ser promotores de notícias com as suas reportagens e o seu jornalismo de investigação” (Traquina, 2000, p. 23)

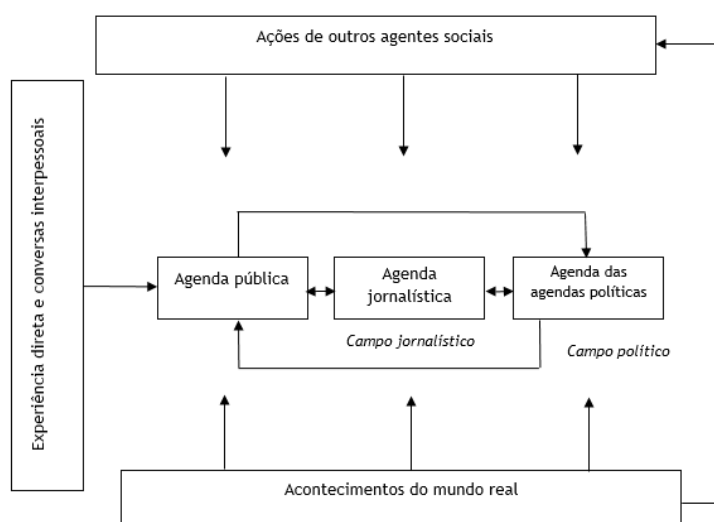


Figura 3. O paradigma do agendamento teoria da notícia (Traquina, 2000, p.23)

Para além da relação que estabelece entre as agendas, Traquina coloca em discussão a possibilidade de formação da agenda pública através da agenda jornalística, analisando a

influência que os *media* podem ter nesse processo. Em suma, Nelson Traquina (2000) procura definir alguns dos principais pontos de influência que podem compor todo este processo de agendamento, dentro do campo jornalístico.

A teoria do agendamento vem, neste sentido, demonstrar o poder que os *media* têm na determinação dos assuntos que são debatidos publicamente pela sociedade. No contexto do jornalismo de investigação esta influência é importante para se perceber como a partir de um trabalho de investigação podem surgir novos conteúdos jornalísticos e novos programas, ou seja, como os temas dos trabalhos no jornalismo investigativo apesar de não respeitarem uma agenda particular, e por conseguinte, quebrarem com a agenda mediática, acabam por ter capacidade de influência do debate público na sociedade. No fundo falamos de uma capacidade que o jornalismo de investigação pode ter para definir novas agendas, quer em termos públicos, quer em termos jornalísticos e até mesmo em termos políticos.

Ao desvelar determinados assuntos e temas, o jornalismo de investigação pode direccionar-se para o interesse público, quebrando todas as agendas, que passam a girar em torno de acontecimentos particulares. Nos últimos anos têm sido vários os casos que comprovam esta capacidade de quebra do agendamento e de contra agendamento por parte do jornalismo investigativo.

Depois de termos falado dos valores notícia e do agendamento, no ponto seguinte abordamos outra dimensão que, estando diretamente ligada a estes aspetos, é determinante no contexto do jornalismo de investigação e decidimos por isso tratá-la isoladamente. Referimo-nos à importância das fontes de informação no jornalismo investigativo, com especial destaque para o papel dos denunciadores e das fugas de informação.

## **1.6. As fontes de informação e a importância da denúncia no jornalismo de investigação**

Neste ponto abordamos a importância das fontes de informação para a produção jornalística, destacando em particular o papel que as fontes podem assumir no contexto do jornalismo de investigação, onde em muitos casos tudo começa com uma denúncia. As fontes são o começo de tudo, da notícia, da reportagem, de qualquer conteúdo jornalístico. Como refere Schmitz (2011), “a maioria das notícias depende do que as fontes dizem, dos tipos consultados e das suas ações” (p.19). As fontes são também a base para a produção de conteúdos de qualidade, com informação rigorosa e sobretudo com dados confirmados. As fontes podem, desta forma, fortalecer a informação que se procura transmitir.

Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes. É tarefa comum

dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas (Lage, 2001, p.21).

De acordo com Schmitz (2011) as fontes podem dividir-se em: primária, no que dizem respeito à sua ação direta no conteúdo que está a ser exposto; e secundárias, quando servem de complemento para contextualizar determinada situação. Estas fontes podem ser representadas através de pessoas (testemunhas), ou através de documentos (sons, fotografias e vídeos), sendo que o que está em causa é o fornecimento da informação por parte de algo ou alguém.

Para além de poderem ser classificadas como primárias ou secundárias, testemunhais ou documentais, as fontes podem também ser identificadas como: oficiais, quando dizem respeito a instituições oficiais, como por exemplo o Estado; oficiosas, quando surgem por interesses próprios, associando-se, geralmente, ao anonimato; independentes, quando estamos perante instituições ou entidades sem fins lucrativos; testemunhais, quando os relatos dos acontecimentos são contados por alguém; e experts, quando os depoimentos resultam da intervenção de um especialista de uma determinada área (Lage, 2001, p. 28).

No contexto do jornalismo de investigação a classificação das fontes não se altera, mas a sua relevância pode ser maior do que num trabalho convencional, tendo em conta que por vezes as fontes assumem uma função de denúncia. A função do jornalista de investigação é, neste contexto, determinante, porque dele depende a verificação da veracidade da informação. Sobretudo quando se falam em depoimentos humanos, o jornalista tem de conseguir agir de forma estratégica para obter a informação que procura.

Do ponto de vista da pessoa que presta uma informação, a relevância é aferida com base naquilo que ela acha que é ou deve ser relevante para o ouvinte - e retornamos aqui à questão do juízo que um interlocutor faz do outro, numa conversa. Ocorrem, com frequência, conflitos de relevância - quando fonte e repórter desenvolvem estratégias discordantes, cada qual pretendendo levar a conversa para o ponto que considera mais importante. É o caso do pesquisador, para quem o ponto principal de uma exposição é um detalhe técnico, diante do repórter que, pensando com a média do público, situa o principal em algo mais amplo, ou numa consequência social ou econômica (Lage, 2001, p. 27).

Na televisão, por exemplo, quando se recolhe um depoimento em formato de vídeo, faz parte da função dos jornalistas conseguir obter da testemunha relatos/informações que credibilizem o tema que está a ser trabalhado. Assim sendo, é essencial que se construam guiões com perguntas pertinentes, mas para além disso é necessário que o jornalista de investigação seja capaz de conseguir guiar a entrevista de forma a conseguir recolher as informações de que necessita.

Depois de recolhida a informação junto das fontes, é necessário que se faça uma seleção daquilo que foi transmitido, valorizando determinadas informações em detrimento de outras. Muitas vezes, o processo pode acontecer ao contrário, ou seja, existirem determinados fatores que ajudem a determinar qual o valor de uma informação, cruzando-se neste ponto o papel das fontes de informação com o dos valores-notícia que abordámos anteriormente.

Para além de ser necessário cruzar as fontes de informação com os valores notícias, no contexto do jornalismo de investigação não podemos ignorar a importância quer das fugas de informação, quer das denúncias, uma vez que elas estão na origem de um número considerável de trabalhos jornalísticos. Como verificámos no início deste capítulo, nos primeiros trabalhos considerados como jornalismo de investigação dominavam as “*leaks*” e sobretudo as denúncias.

Considerando que alguns dos trabalhos de jornalismo de investigação podem ter um real impacto na sociedade, promovendo mudanças significativas na vida de determinados atores e instituições, a confirmação absoluta da informação obtida, seja através de uma fuga ou de uma denúncia, é determinante. Neste contexto, no jornalismo de investigação as fontes de informação são determinantes para os jornalistas desenvolverem o seu trabalho, mas sobretudo são fundamentais na relação de confiança que os jornalistas podem estabelecer com o público.

De acordo com Brunella Ferreira (2010), as fontes devem ser verificadas até à exaustão, pois na investigação não vale muito o que diz a fonte, mas sobretudo aquilo que ela expõe. Nesse sentido, é importante que os jornalistas investiguem “todos os lados da história, o que inclui examinar facções partidárias e tensões, a conduta do acusado, bem como de quem acusa” (Nazakat, 2016, p. 21)<sup>36</sup>.

Além disso, “qualquer história de investigação começa com uma questão” (Nazakat, 2016, p. 6). Seja através do despertar do interesse por parte do jornalista ou de uma declaração de alguém, é através da denúncia de um caso em concreto que se formula uma hipótese, procuram-se as evidências e as provas incontestáveis e se passa, posteriormente, à exposição desse acontecimento. Para que isso seja feito, é importante que seja elaborado um trabalho de investigação com recurso a diversas fontes. Estas fontes são fundamentais para a descoberta de algo que seja verdadeiro e de interesse público (Nazakat, 2016, p. 6). Para Syed Nazakat (2016), autor de um manual para o jornalismo de investigação, criado com exemplo de casos concretos, “as fontes mais importantes, confiáveis e vividas são geralmente testemunhas, pessoas com experiência de primeira-mão ou que estão de outra forma envolvidas na história” (p. 71)<sup>37</sup>.

No contexto do jornalismo de investigação para além dos tipos de fontes de informação importa também considerar, como já referimos, as fugas e os denunciadores, em inglês *whistleblowers*. Os denunciadores são normalmente indivíduos que trabalham dentro de instituições ou de entidades fraudulentas e que são os responsáveis por fornecer informações sobre situações irregulares, desviantes ou ilegais. Para Paul MacFayden (2008), os denunciadores são importantes

<sup>36</sup> “Journalists have to investigate all sides of a story, and that includes examining party factions and tensions, and the conduct of the accuser as well as the accused” (Nazakat, 2016, p. 21).

<sup>37</sup> “The most important, reliable and vivid sources are usually witnesses, people with first-hand experience or are otherwise directly involved in a story” (Nazakat, 2016 p. 71).

para o jornalismo de investigação porque estão dentro do local onde acontece o que se quer expor e relatar, tornando o testemunho, desta forma, mais rigoroso.

A denúncia de irregularidades continua a ser uma das fontes mais importantes de grandes histórias e o cultivo e proteção dos denunciante é uma preocupação central dos jornalistas investigativos. Diferente das "fontes" que podem ter conexões pessoais ou familiares com a história, os denunciante são quase sempre funcionários e internos. Muitas das investigações e revelações mais importantes da Guerra Fria foram iniciadas ou desenvolvidas por especialistas preparados para arriscar as suas posições profissionais e pessoais, expondo publicamente o comportamento criminoso ou antiético dos seus empregadores (MacFayden, 2008, p. 138)<sup>38</sup>.

As fontes de informação tradicionais e os denunciante têm, neste sentido, papéis distintos, ainda que no fundo o objetivo seja comum: expor uma situação irregular. De acordo com o relatório realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD) no âmbito do "*Global Anti-Corruption and Integrity Forum*", os *whistleblowers* estão na origem de um número considerável de trabalhos de jornalismo de investigação, sobretudo quando se trata de casos de corrupção.

Os denunciante são muitas vezes a primeira fonte de informação para os jornalistas que reportam histórias de corrupção. Os denunciante dirigem-se aos jornalistas por várias razões, incluindo a proteção da sua identidade, para trazerem questões de interesse para a atenção do público ou do governo, ou devido à ausência de respostas eficazes na aplicação da lei ou empregadores (OECD, 2018, p. 8)<sup>39</sup>.

Neste contexto, e se as fontes, neste caso os denunciante, desempenham um papel tão importante nas investigações jornalísticas, é fundamental a forma como os jornalistas se relacionam com elas. Para Nelson Traquina (2002), "a relação entre fonte e o jornalista é sagrada" (p. 115). Só através da promoção de uma boa relação com os denunciante, nomeadamente ao nível do sigilo profissional, se conseguem obter informações honestas e verdadeiras. É também neste sentido que no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 63% dos jornalistas entrevistados consideram que proteger os denunciante é a forma mais valiosa de apostar no jornalismo de investigação. "Proteger as fontes, ou os denunciante (...) é também fundamental para assegurar que os casos de corrupção possam ser trazidos à luz pelos media" (OECD, 2018, p. 6)<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> "Whistleblowing remains one of the most important sources of major stories and the cultivation and protection of whistleblowers is a central preoccupation for investigative journalists. Different from 'sources' who may have personal or family connections to the story, whistleblowers are almost always employees and inside. Many of the most important investigations and revelations of the Cold war and after were begun or developed by insiders prepared to risk their professional and personal positions by publicly exposing the criminal or unethical behaviour of their employers" (MacFayden, 2008, p. 138).

<sup>39</sup> "The Survey indicated that whistleblowers are often the first source of information for journalists reporting on corruption stories. Whistleblowers turn to journalists for various reasons including to protect their identity, to bring issues of concern to the attention of the public or government, or in the absence of effective responses by law enforcement or employers (OECD, 2018, p. 8).

<sup>40</sup> "Protection of sources, or whistleblowers (the terms will be used interchangeably in this report), is also fundamental to ensuring that corruption cases can be brought to light in the media" (OECD, 2018, p. 6).

Nesse sentido, é um direito e um dever dos jornalistas proteger as fontes, e em particular os denunciantes, para que eles possam cumprir o seu papel sem obstáculos.

Proteger as fontes confidenciais de informação é, talvez, a chave do dever profissional do jornalista. Como disse um editor recentemente: “o princípio fundamental da ética jornalística passa por nós termos um imperativo moral para garantir o anonimato para que as fontes possam dar o seu testemunho genuíno. No jornalismo de investigação, em que até agora neste ramo de notícias isso envolve revelar segredos de um tipo ou de outro, este dever é central e pode levar o jornalista a ter conflitos com a lei em dois casos: desrespeito ao tribunal e violação de confiança (Horrie, 2008, p. 121)<sup>41</sup>.

No jornalismo de investigação a relação com as fontes assume uma outra dimensão, porque em risco pode estar não apenas uma peça jornalística, mas também a credibilidade do jornalista e do meio de comunicação que ele representa. “Na vida real, as pessoas podem perceber quando uma pessoa está perto de acertar, quando uma pesquisa (*sourcing*) é autoritária, quando a pesquisa é exaustiva, quando o método é transparente” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 91)<sup>42</sup>. É também através desta transparência que se estabelece uma relação de confiança entre o leitor e o jornalista.

Só com o recurso às fontes é possível assegurar o rigor da informação partilhada. Só com a variedade de fontes às quais os jornalistas podem recorrer, é possível aprofundar determinados temas. Desta forma, é a existência destas fontes que garante a essência do jornalismo de investigação, uma vez que permite justificar a hipótese da investigação.

A fonte faz acontecer, revela o segredo, detém o saber ou a emoção que queremos socializar. Ou sofre os efeitos ou a eles reage. Assim como a seiva está para a árvore, a fonte está para o repórter, o editor e o articulista da análise diária (Gomes, 2012, p. 83).

Estas fontes, que ajudam os jornalistas de investigação a chegar a conclusões concretas, são essenciais para que o jornalismo de investigação tenha mais valor e qualidade. A verdade é que sem as fontes, sem os denunciantes, o jornalismo de investigação está ameaçado (OECD, 2018). No entanto, por mais que sejam garantidas aos denunciantes determinadas condições para que estes transmitam informações aos jornalistas, é preciso não esquecer que são muitos os obstáculos que se colocam nesta relação. De acordo com Derek Forbes (2005), para além das fontes que temem em fazer denúncias, registam-se também dificuldades na obtenção de informação fruto das ameaças feitas aos jornalistas. De acordo com o relatório da Organização

<sup>41</sup> “Protection of confidential sources of information is perhaps the key professional duty of the journalist. As one editor recently put it: “The fundamental ethical principle of journalism is that we have a moral imperative to give a guarantee of anonymity to genuine confidential sources providing bona fide information” In investigative journalism, in so far as this branch of news involves revealing secrets of one sort or another, this duty is central and can bring the journalist into conflict with the law in two related areas: contempt of court and breach of confidence” (Horrie, 2008, p. 121).

<sup>42</sup> “In real life, people can tell when someone has come closer to getting it right, when the sourcing is authoritative, when the research is exhaustive, when the method is transparent” (Kovach & Rosenstiel, 2014, p. 91).

para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, apenas 35% dos jornalistas referem que se sentem relativamente seguros quando expõem casos de corrupção (OECD, 2018).

Nesse sentido, “em termos de responsabilidade legal os jornalistas têm vantagens e desvantagens em relação a investigadores oficiais, como a polícia, mesmo que partilhem os mesmos objetivos de expor a transgressão” (Horrie, 2008, p. 114)<sup>43</sup>. Estas vantagens estão associadas ao papel dos jornalistas enquanto “cão de guarda” da sociedade, ao seu papel enquanto “quatro poder”.

Para exercer a autoconcedida função de quarto poder, a imprensa defende enormemente o poder da denúncia. O quarto poder é basicamente o de fiscal. A função primordial de um fiscal é encontrar e apontar coisas erradas. Ao contrário do que ocorre com um fiscal do Ministério da Saúde, um policial ou um procurador, que têm a fiscalização como uma de suas tarefas básicas, o jornalista não conta com um sistema formal, oficial e já montado, para encaminhar a descoberta de irregularidades e detonar um processo de punição. No processo não formal e não oficial de trabalho do jornalista, o encaminhamento da descoberta de algo que ele considera errado é a publicação. Ao publicar o que considera irregular ou incorreto, o jornalista faz uma denúncia (Nascimento, 2007, p. 56).

Assim sendo, o jornalismo de investigação faz-se a partir da denúncia, seja ela feita por pessoas de fora ou pelo próprio jornalista que vê em determinada situação uma irregularidade e procura descobrir o que está a ser encoberto. É de acordo com essa linha de pensamento que se procura entender a forma como o jornalismo de investigação influencia diretamente a população e a forma como ambos cooperam entre si. Afinal, a população intervém na investigação a partir do momento em que uma ou mais testemunhas expõem a informação, de que têm conhecimento, para ajudar a expô-la.

Mas falar dos denunciantes enquanto fonte de informação principal do jornalismo de investigação obriga também a pensar em aspetos éticos, relacionados com o acesso a determinadas informações. A fronteira entre a denúncia e as fugas de informação nem sempre é fácil de identificar, e é por isso que Nobre-Correia (2018) questiona o papel do jornalismo de denúncia e o acesso por parte de jornalistas a informações obtidas pelos outros poderes.

De facto, um “jornalismo de investigação” aparenta-se “por vezes com um exercício de delação” (cf. Cohen & Lévy, 2008, p. 73), e cai naturalmente no que se poderia chamar, mais precisamente um jornalismo de denúncia, espécie de arma de destruição massiva que tem por objetivo derrubar os poderosos, fazê-los cair por terra num implacável bota-abaixo, instaurando uma tirania mediática que fomenta o medo em muitos meios dirigentes. Poder-se-á desde logo considerar uma tal démarche jornalística uma contribuição para a consolidação do sistema democrático? (Nobre-Correia, 2018, p. 269).

Para além da questão do jornalismo de denúncia, não devemos esquecer também que as alterações no ecossistema jornalístico transformaram as funções tradicionais de emissor e

<sup>43</sup> “In terms of legal liability journalists have advantages and disadvantages over official investigators, such as the police, even though they may share the same objectives of exposing wrong-doing” (Horrie, 2008, p. 114).



recetor, o que significa dizer que existe hoje a possibilidade todos sermos produtores e consumidores, mas também fontes de informação.

(...) esta sensação generalizada de que todos podemos ser jornalistas pode significar uma grande mudança de paradigma - porque todos conhecemos fontes, gravámos momentos que considerámos importantes para serem partilhados, todos temos opinião sobre os mais diversos assuntos e alcançámos espaços onde podemos fazer valer as nossas ideias. Ou seja, estaremos perante uma espécie de noção de jornalismo ubíquo que saiu das mãos “conservadoras” dos jornalistas para ser trabalhado e divulgado numa comunidade global onde cabemos todos (Sá, 2019, p. 5).

Esta “mudança de paradigma” levanta muitas questões do ponto de vista ético, mas coloca sobretudo a ênfase no papel do jornalismo, na forma como este é produzido, no tempo necessário para confirmar todas as informações, de forma a garantir que o jornalista continua a ser o “guarda portão” da credibilidade jornalística.

No ponto seguinte debruçamo-nos precisamente sobre algumas das questões éticas que se podem colocar ao jornalismo de investigação, não apenas em relação às fontes de informação, mas considerando também os valores-notícia que norteiam muitos dos trabalhos jornalísticos, menos orientados para o interesse público e mais para o interesse do público.

## **1.7. Obstáculos e questões éticas no jornalismo de investigação.**

Depois de no ponto anterior nos termos dedicado a explorar a importância das fontes de informação para o jornalismo investigativo, destacando em particular o papel dos denunciadores, procuramos agora explorar aqueles que podem ser considerados os principais obstáculos no exercício desta vertente do jornalismo. Começamos pelos obstáculos, uma vez que eles estão diretamente relacionados com diferentes dimensões, seja a questão das fontes de informação, quer uma dimensão mais económica e de sustentabilidade do próprio jornalismo, como veremos no ponto seguinte. Mas neste ponto procuramos explorar os obstáculos colocados ao jornalismo de investigação ao mesmo tempo que abordamos algumas questões éticas, uma vez que entendemos que se pode estabelecer uma ligação entre os dois aspetos.

Um dos principais, senão mesmo o principal obstáculo do jornalismo de investigação está relacionado com o tempo necessário para a produção dos trabalhos jornalísticos. A crise que afetou o jornalismo, “amplificada pela revolução digital e pelo *subprime*, “desintegrou o negócio dos media” (Starkman, 2014, p. 246), com reflexos diretos no jornalismo de investigação” (Coelho & Silva, 2018, pp. 80-81). Não podemos ignorar que o desinvestimento nas redações afetou em primeiro lugar os conteúdos que exigem mais tempo para ser produzidos.

O tempo da investigação é um dos seus maiores obstáculos. Associado à incerteza do desfecho, o fator tempo encabeça a lista das razões objetivas que os gestores das redações utilizam para desinvestir nesta forma superior de jornalismo. Érik Neveu toca no ponto quando realça a contradição que emerge do jornalismo de investigação: “mais fortemente elogiado do que verdadeiramente praticado”, desde logo por implicar “a afetação de investigadores a tempo inteiro e sem garantias de resultados” (2005: 129). A comunidade jornalística é a primeira a valorizar o investimento, e a reclamá-lo; mas no seio desse grupo são poucos os que aceitam entregar-se à tarefa, pelos riscos e exigências que a mesma transporta. Afinal, o jornalismo de investigação exige “uma motivação pessoal elevada, experiência, conhecimento, metodologia e um conjunto de capacidades que suportem um grau complexo de ação” (Franklin *et al*, 2005/2010: 123) (Coelho & Silva, 2018, p. 83).

Como bem constata Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva, o tempo necessário para produzir um trabalho de jornalismo de investigação nem sempre é percebido como positivo, sendo pelo contrário considerado muitas vezes como um desperdício de recursos por parte daqueles que, em vez de qualidade, procuram sobretudo quantidade e resultados rápidos. A questão do tempo e dos recursos necessários para a produção de jornalismo investigativo agrava-se quando falamos do meio televisivo, central neste trabalho. Apesar de todo o potencial da televisão em termos comunicacionais, a verdade é que a produção jornalística televisiva é dispendiosa, desde logo porque, sobretudo no contexto do jornalismo de investigação, não se pode enviar um jornalista em reportagem sozinho, ou seja, são necessários mais recursos, nomeadamente humanos.

Assim, e muito embora as questões financeiras constituam uma das principais barreiras ao desenvolvimento do jornalismo de investigação, sobretudo no meio televisivo, não podemos deixar de considerar também o sensacionalismo como um dos elementos que, contribuindo para uma crise de sustentabilidade, afeta o próprio jornalismo de investigação. Coelho e Silva (2018) defendem que o ataque à credibilidade jornalística, o pilar da profissão, resultado da corrente influência dos meios digitais e da abundância de informação na Internet, põe em causa todo o jornalismo.

Na essência da crise de credibilidade, que hoje identificamos no jornalismo, está a influência do mercado, a dimensão que forçou o mergulho do jornalismo no seu maior paradoxo: se na génese da sua missão está a necessidade de gerar lucro social, o jornalismo moderno abriu brechas no edifício quando assentou âncora na necessidade de gerar lucro financeiro. É certo que a revolução tecnológica digital amplificou a dimensão da crise de credibilidade, mas o seu esteio encontra-se nessa outra dimensão, de efeitos bastante mais estruturantes (Coelho & Silva, 2018, p. 75).

Não querendo explorar em demasia a dimensão económica do jornalismo de investigação, nomeadamente ao nível da sua sustentabilidade, porque esse será o tema do ponto seguinte, não podemos deixar de concordar com Starkman (2014) que alerta para os cortes e para o desinvestimento que tem sido feito ao nível da especialização, aspetos que contribuem para a formação de jornalistas de secretária, que não têm forma de sair e desvendar as verdades ocultas pela sociedade, estando obrigados a realizar o seu trabalho dentro das quatro paredes da redação.

A tendência mais ampla é inegável: hoje existem menos repórteres a tempo integral e os que permanecem têm menos tempo para conduzir entrevistas e investigações aprofundadas. De certa forma, a produção de notícias hoje é mais de alta tecnologia - não há um repórter nos Estados Unidos que não saiba como twittar, blogar e usar uma câmara de vídeo - mas, de outras maneiras, ele regrediu, com mais e mais jornalistas a operarem como repórteres do serviço de notícias da década de 1930 - ou apressando-se no que a *Columbia Journalism Review* chama de “roda de hamster” para produzir a quota diária de histórias cada vez mais superficiais. Eles podem descrever a paisagem, mas têm menos tempo para virar as rochas. Eles podem transmitir o que veem diante dos seus olhos - muitas vezes melhor e mais rápido do que nunca -, mas têm menos tempo para descobrir as histórias ocultas nas sombras ou desenterrar as informações que instituições poderosas querem ocultar (Waldman et al., 2011 apud Starkman, 2014, p. 317)<sup>44</sup>.

Podemos assim considerar que o tempo, resultado do desinvestimento no jornalismo de um modo geral, e no de investigação de forma particular, constitui um dos principais obstáculos que esta vertente enfrenta, sobretudo quando observamos a sua prática no meio televisivo. É inegável que “investigar exige o tempo que o cutelo da produtividade imediata não disponibiliza” (Coelho & Silva, 2018, p. 81).

Neste sentido, se entendermos que o fator económico é decisivo para a prática do jornalismo de investigação, podemos perceber algumas das mudanças que se procuram introduzir neste campo. Tradicionalmente um repórter, quando realiza trabalho de campo, faz-se acompanhar de um operador de câmara. Na redação, posteriormente, há um editor de imagem que o vai ajudar a montar a reportagem, selecionando os planos que mais se adequam, de acordo com um determinado contexto e orientação temática. Aquilo que hoje se verifica é a redução do número de elementos que intervêm neste processo, essencialmente por questões económicas, o que pode causar graves consequências ao nível do jornalismo de investigação.

A falta de tempo, fruto da falta de investimento ou, diríamos mesmo, do desinvestimento nas redações, afeta o tipo de trabalhos que é possível realizar, mas sobretudo coloca em risco a independência e a credibilidade jornalística. Sem recursos para confirmar as informações e pressionados pela urgência da emissão continua, os jornalistas acabam por cometer erros. É neste ponto que podemos falar de algumas questões éticas, relacionadas, por um lado, com a exposição de histórias que interessam o público, mas não são do interesse público e, por outro, com a utilização de fontes que não foram confirmadas ou da utilização de fugas de informação para construir histórias de jornalismo de investigação.

<sup>44</sup> “The broader trend is undeniable: there are fewer full-time newspaper reporters today, and those who remain have less time to conduct interviews and in-depth investigations. In some ways, news production today is more high tech—there is nary a reporter in America who does not know how to tweet, blog, and use a flip video camera—but in other ways it has regressed, with more and more journalists operating like 1930s wire service reporters—or scurrying on what the *Columbia Journalism Review* calls “the hamster wheel” to produce each day’s quota of increasingly superficial stories. They can describe the landscape, but they have less time to turn over rocks. They can convey what they see before their eyes—often better and faster than ever—but they have less time to discover the stories lurking in the shadows or to unearth the information that powerful institutions want to conceal” (Waldman et al., 2011 apud Starkman, 2014, p. 317).

Como sugere Helder Prior (2016), “a natureza paradoxal do jornalismo de investigação” reside precisamente num dos aspetos que entendemos como uma das questões éticas que se coloca a esta vertente do jornalismo: a questão do interesse público. Para o autor é difícil delimitar a prática do jornalismo de investigação quando muitos trabalhos jornalísticos procuram sobretudo conquistar as audiências, esquecendo os princípios jornalísticos da credibilidade.

Ora, se é verdade que o jornalismo de investigação, quando demonstra a sua acuidade para desvelar as condutas impróprias do poder político, se direciona para o interesse público, também é verdade que quando o jornalismo procura as manchetes mais lucrativas, direcionando-se para o interesse do público, quebra todos os preceitos morais e deontológicos (Prior, 2016, p. 369).

Quando o jornalismo de investigação procura revelar as transgressões e os desvios dos atores e entidades, acaba muitas vezes por se deixar capturar por uma espécie de justiceiro implacável, que o leva a esquecer as regras jornalísticas e os códigos deontológicos. Ao atuarem dessa forma, “os meios de comunicação de massa determinam e reconfiguram a realidade e os seus efeitos com o objetivo de obterem atenção do público” (Prior, 2016, p. 369). Sendo uma dimensão importante, a de despertar a atenção do público para os assuntos, a verdade é que esta não pode, nem deve ser, a principal função do jornalismo de investigação. Se a escolha dos temas a abordar por parte do jornalismo de investigação estiver condicionada pela capacidade de satisfação do interesse do público, pela capacidade de captar audiências e gerar receitas, então é a própria natureza do jornalismo investigativo que é posta em causa.

Se, em alguns casos, a perscrutação jornalística é imprescindível para a vigilância da esfera pública, cumprindo o jornalismo uma das suas funções essenciais, a da auto-regulação societal, em outros casos o jornalismo de investigação vai ao encontro de uma tradição que, nos países anglo-saxónicas, ficou conhecida como *journalism of outrage*, jornalismo de indignação, ou, por outras palavras, de escândalos (Prior, 2016, p. 365).

Quando os meios de comunicação confundem jornalismo de investigação com um jornalismo de indignação ou de escândalos, o essencial perde-se, porque o objetivo deixa de ser o de contribuir para uma melhoria da sociedade. Independentemente dos resultados, o objetivo final do jornalismo de investigação deve permanecer o de ser transparente na transmissão das informações aos cidadãos, respeitando os princípios éticos e a deontologia profissional. Deve ser um “espaço democrático ao contribuir para a divulgação, denúncia de situações insólitas e que prejudicam o cidadão comum”, e a revelação das situações investigadas, independentemente das “repercussões no tecido social, económico, político e judicial” deve ser “promotora de mudança também pelo exercício de liberdade” (Freitas, Silva & Amante, 2019, p. 664).

A questão do acesso às fontes está diretamente relacionada com esta questão, mas também com o desinvestimento no jornalismo. Nobre-Correia questiona precisamente a forma como o jornalismo de investigação assume sobretudo uma faceta de jornalismo de revelações, expondo dados que resultam de “inquéritos conduzidos por outros (meio judiciário, polícia...) e que foram objeto de “fugas”” (2018, p. 269). Para o autor, os jornalistas deviam questionar-se por

que motivo têm acesso a essa informação, uma vez que não se trata apenas de uma denúncia, mas muitas vezes de uma fuga deliberada ou de uma entrega deliberada de informação, que pode colocar em causa a independência dos jornalistas e o próprio contributo do jornalismo de investigação numa sociedade democrática.

Poder-se-á desde logo considerar uma tal démarche jornalística uma contribuição para a consolidação do sistema democrático? A interrogação merece em todo o caso ser formulada. Depois de a terem praticado, jornalistas houve que se deram conta de que o “jornalismo de investigação derivou para uma nova forma de prática, a do profeta da desgraça, do inquisidor” (Raffy, 2005, p. 85). Como o faz lembrar Yves Mamou, nos nossos dias o controlo da informação “passa raramente pela censura. Pelo contrário, a fuga é à democracia o que o segredo é à ditadura (Mamou, 1991, p. 12)” (Nobre-Correia, 2018, p. 269).

A relação com as fontes, nomeadamente com os denunciante, e o acesso a dados através de fugas de informação constitui outra dimensão do jornalismo de investigação que não podemos deixar de considerar como problemática no que às questões éticas diz respeito.

Em suma, verificámos que os custos associados à prática do jornalismo de investigação, bem como o tempo que é necessário para a sua produção, são duas das principais dificuldades que os jornalistas e os meios de comunicação enfrentam. Mas para Derek Forbes (2005), as dificuldades na produção de conteúdos jornalísticos de investigação passam também pelo “sigilo do governo e do setor privado, falhas no acesso à informação, problemas burocráticos e logísticos. Outros obstáculos incluem a escassez de recursos financeiros e formação para jornalistas de investigação e a falta de apoio editorial” (Forbes, 2005, p. 47)<sup>45</sup>.

Neste sentido, percebe-se que além dos custos, humanos e materiais, existem outras dimensões que afetam o jornalismo de investigação. Se o acesso às informações pode ser um obstáculo considerável, verificámos também que as fugas podem levantar problemas do ponto de vista ético. No entanto, não podemos ignorar o facto de que existem informações que são deliberadamente escondidas e mantidas em segredo, com o objetivo de impedir que o jornalista lhes aceda.

Terminamos este ponto estabelecendo uma relação entre os vários aspetos que referimos e que nos permitem esboçar uma espécie de círculo vicioso entre os obstáculos e as questões éticas que se colocam ao jornalismo de investigação. A falta de recursos humanos levanta problemas ao nível do acesso à informação, porque existem menos jornalistas para realizar os trabalhos. Por sua vez, esta limitação de meios contribui para uma procura por informações que resultam de fugas, quebrando muitas vezes processos em segredo de justiça, e que resultam num jornalismo de escândalos e indignação. As fontes mais tradicionais não se sentem seguras em

<sup>45</sup> “Journalists working in the SADC region highlight several barriers to unfettered investigative reporting. These include government and private sector secrecy, lack of access to information, bureaucracy and logistical problems. Other obstacles include a shortage of financial resources and training for investigative journalists and lack of editorial support” (Forbes, 2005, p. 47).

fornecer informações, porque têm medo de represálias. Essa forma de obter os dados, de forma fácil e sem custos, faz com que os gestores dos meios de comunicação não vejam necessidade de investir em jornalistas para investigar. O círculo fecha-se com o regresso à ideia de que faltam profissionais e investimento no jornalismo de investigação.

Como referimos, um dos principais obstáculos do jornalismo de investigação está diretamente relacionado com as questões do financiamento e do investimento numa vertente do jornalismo que exige tempo na produção e não oferece garantias de retorno, sobretudo no que diz respeito às audiências. No ponto seguinte, que encerra o capítulo, abordamos a dimensão económica do jornalismo, focando em particular a sustentabilidade do jornalismo de investigação e o seu impacto na sociedade.

## **1.8. A sustentabilidade e o impacto do jornalismo de investigação.**

No ponto anterior já realçámos a forma como a crise que atingiu o campo jornalístico teve particular impacto no jornalismo de investigação. A redução de profissionais nas redações afetou sobretudo a prática jornalística que exige mais tempo na recolha e tratamento da informação. Como bem lembrava o jornalista José António Cerejo, “em época de cortes no investimento, há uma área da profissão especialmente dispendiosa, e potencialmente incómoda, que corre riscos: o jornalismo de investigação” (Jornalismo & Jornalistas, 2016, p. 18). É precisamente o valor do jornalismo de investigação que procuramos abordar neste ponto, com o objetivo de perceber, por um lado, se este é sustentável em termos económicos, mas também do ponto de vista social.

Para Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva (2018) a partir do início dos anos 90 deixou de estar em causa “a mera subsistência financeira das empresas de jornalismo, para se impor a maximização do lucro e a rentabilidade máxima” (p. 76). Os autores realçam que com “o aumento da concorrência, com o aparecimento de novos *players* no mercado, ao invés de aumentar a competitividade e, como consequência, a diversidade da oferta e a qualidade da mesma”, o que se assistiu foi a uma degradação do jornalismo.

Neste sentido, os problemas dos meios de comunicação e do jornalismo não estão diretamente relacionados com a revolução tecnológica, como muitos querem fazer parecer, têm uma origem mais profunda, que, no entanto, se agravou com a transformação digital. É verdade que o jornalismo atravessa um problema de sustentabilidade, mas como nos diz Meyer (2009), “a Internet não criou esse problema, apenas o acelerou” (p. 231)<sup>46</sup>. Apesar das mudanças que

<sup>46</sup> “The Internet did not create this problem, but it is accelerating it” (Meyer, 2009, p. 231).

afetaram o campo do jornalismo, os proprietários dos meios de comunicação não reagiram, ou simplesmente ignoraram os sinais e acreditaram que era possível volta a ter “as velhas e grandes margens de lucro” mesmo com a redução da qualidade do jornalismo.

O jornalismo de alta qualidade ainda será economicamente viável, mas não será tão lucrativo. O problema não é manter a antiga lucratividade. Isso não pode ser feito de maneira sustentável. O verdadeiro problema é ajustar-se a níveis de lucro normais para mercados competitivos. Cortar a qualidade para manter a lucratividade a que estavam habituados pode adiar esse ajuste, mas essa estratégia é muito perigosa para as empresas existentes. Uma qualidade inferior corroerá a confiança nos meios e criará oportunidades para o que as escolas de negócios chamam de “maus concorrentes”, ou seja, aqueles dispostos a prestar um melhor serviço aos clientes com margens de lucro mais baixas (Meyer, 2009, p. 232)<sup>47</sup>.

Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva não têm dúvidas de que “a revolução tecnológica mergulhou o jornalismo numa crise de sustentabilidade”, também porque a atividade jornalística passou a estar condicionada.

Plenamente condicionado pela dificuldade de gerar receitas, o jornalismo tornou-se menos vigilante, diminuiu os pontos de observação, passou a conviver com uma multiplicidade de vozes e de interesses de identidade difusa, que ameaçam torná-lo indistinto. O jornalismo perdeu autonomia (Coelho & Silva, 2018, p. 77).

Os proprietários dos meios de comunicação, e em particular os departamentos comerciais destes, passaram a intervir em decisões que até então pertenciam apenas aos jornalistas, lembram os autores, que falam numa “transferência de poder” de decisão, cujo “resultado é a produção de uma informação padronizada, onde quantidade se tornou o avesso da qualidade” (Coelho & Silva, 2018, p. 77).

Neste contexto, a procura incessante por audiências, e através delas, de lucro, tem levado à transformação de conteúdos informativos em verdadeiros produtos de entretenimento, fruto de uma mistura de géneros e de um forte apelo emocional.

Desde há alguns anos, toda uma série de iniciativas novas em matéria de emissões de televisão, por vezes de rádio, situa-se no fio da navalha entre informação e outros géneros caracterizados pelo divertimento, dando uma larga parte à emoção, ao humorismo, ao riso, ao mau humor, à discussão acalorada, a uma permanente mistura dos géneros. Por vezes, o seu produtor ou animador é um jornalista de origem. Outras vezes, ele provém antes do mundo do espetáculo, da animação. É o que acontece com emissões que poderíamos chamar em português infotretenimento (entre informação e entretenimento) - o que os anglófonos chamam infotainment. Ora, dramatizar a apresentação de uma sequência de informação é uma coisa, pôr a informação num contexto que lhe é estrangeiro é outra (Nobre-Correia, 2018, p. 249).

<sup>47</sup> “High-quality journalism will still be economically feasible, but it won’t be as profitable. The problem is not one of maintaining the old profitability. That can’t be done in a sustainable way. The real problem is adjusting to profit levels that are normal for competitive markets. Cutting quality to maintain the accustomed profitability can postpone that adjustment, but such a strategy is very dangerous for existing companies. Lower quality will erode trust in the newspaper and create opportunities for what the business schools call “bad competitors,” i.e. those willing to provide better service to customers at lower margins of profit” (Meyer, 2009, p. 232).

Quando falamos de gerar lucro, já não nos referimos apenas à dimensão económica, mas também ao “lucro social, que constitui a espinha dorsal do jornalismo”, nas que hoje está, para Coelho e Silva (2018), “refém da extrema dificuldade em obter lucro financeiro, que, verdadeiramente, proteja o jornalismo, o seu quadro de valores e missão” (p. 78). Se o jornalismo não for capaz de demonstrar o seu valor em termos sociais, assumir-se como um verdadeiro serviço público cuja missão é garantir uma sociedade democrática, não conseguirá também tornar-se sustentável em termos financeiros.

O jornalismo de investigação vive neste contexto tempos particularmente difíceis, uma vez que não sendo um conteúdo de rápida rentabilidade, é diretamente afetado pelo impulso de produzir notícias vazias de conteúdo. É por isso que os autores defendem que hoje “o desafio maior será o de resgatar o jornalismo de investigação num tempo em que o jornalismo se deixou aprisionar por uma crise de sustentabilidade. Um jornalismo financeiramente aprisionado rendeu-se à obsessão de gerar receitas rápidas” (Coelho & Silva, 2018, p. 81).

Para gerar receitas rápidas os meios de comunicação apostaram na produção intensiva, voltada para o digital, onde acreditavam que podia estar a solução para os seus problemas, uma vez que disponibilizando conteúdos gratuitamente conseguiriam ter mais audiência. Depressa perceberam que mais do que uma solução o ambiente digital trouxe novos problemas, desde logo a necessidade de novos profissionais, o que obrigou ao despedimento de mais jornalistas e por conseguinte ao desinvestimento na produção de conteúdos de qualidade. “A revolução digital fez-se sob o constrangimento de recursos, o que leva a que, para a maioria dos títulos, as possibilidades digitais não tenham surgido como complemento de um conteúdo de informação de qualidade, mas em seu detrimento” (Cagé, 2016, p. 45).

O jornalismo de investigação surge como um dos conteúdos de qualidade que mais sofreu, não apenas devido à falta de profissionais, mas também porque as empresas se tornaram avessas ao risco que os trabalhos de investigação lhes podiam trazer. Neste contexto é o próprio público que começa a duvidar do poder do jornalismo de investigação, não reconhecendo, por exemplo, a qualidade dos conteúdos, nem os seus verdadeiros custos. Este desinvestimento na qualidade, bem como “o foco na quantidade, em histórias baratas e fáceis de cobrir, num jornalismo *low cost*”, está desconectado da realidade, e “vive perigosamente desvinculado das regras e do quotidiano de redações efetivas, que vão perdendo a sua identidade ao mesmo tempo que deixam cair os géneros jornalísticos mais exigentes (e mais caros) e que descuram os debates e a conflitualidade que as enriqueciam” (Monteiro, 2017, p. 183 apud Coelho e Silva, 2018, p. 87).

Perante tal desinvestimento e aposta em *fast news*, a questão que se coloca é a de saber se existe espaço para conteúdos de qualidade, se o jornalismo de investigação não tem também capacidade de gerar receitas? Para Michael Rezendes, jornalista da equipa do *Boston Globe* que inspirou o filme *Spotlight*, os consumidores procuram tanto “notícias curtas, rápidas, *breaking*



*news*”, como “histórias longas, poderosas, com pessoas”. Na conferência inaugural do 4.º Congresso dos Jornalistas, o profissional realçou o valor do trabalho que os jornalistas de investigação realizam, apesar deste nem sempre ser compreendido, até pelos próprios colegas, no seio da redação, que não têm tempo para investigar e são obrigados a publicar diariamente.

O jornalismo de investigação pode assim ser sustentável, porque pode gerar lucro, quer social, quer financeiro. “O eixo da denúncia, o escrutínio dos poderes públicos ou tão simplesmente a abordagem de estórias que vão além de um mero relato comportam, todavia, um lucro social, um valor acrescentado para a sociedade - e que pode ser, até, tangível” (Coelho & Silva, 2018, p. 87).

Para Philip Meyer (2009) os estudos não deixam dúvidas quanto à possibilidade de as receitas aumentarem através da aposta em conteúdos de qualidade. Neste sentido, apostando em mais conteúdos de qualidade os meios de comunicação podem entrar num ciclo de crescimento económico, uma vez que conteúdos de qualidade permitem obter lucro que poderá depois ser investido em novos conteúdos de qualidade.

Como a boa revisão de literatura de Esther Thorson demonstrou, a maioria dos estudos que relacionam a qualidade com o sucesso da circulação são estudos de correlação. Eles mostram que maior qualidade e maior circulação estão ligadas, mas não indicam qual é a causa principal. O que provavelmente temos é, claro, um ciclo de reforço, onde a qualidade produz sucesso nos negócios, o que permite mais qualidade. Identificar qual a direção dominante nem sempre é possível. O esforço pode levar muito tempo. Mas pelo menos estamos certos de que há conexão (Meyer, 2009, p. 78)<sup>48</sup>.

É também neste contexto que Coelho e Silva (2018) realçam o trabalho de James T. Hamilton, Diretor do programa de jornalismo da Universidade de Stanford e doutorado em economia pela Universidade de Harvard, no qual é defendido que a aposta em trabalhos de investigação pode gerar muitas vezes receitas em termos sociais.

O trabalho digno de prémios geralmente leva seis ou mais meses [a ser realizado]. Por meio de estudos de caso, mostro que cada dólar investido por um jornal num trabalho de investigação pode gerar centenas de dólares em benefícios para a sociedade, a partir de mudanças nas políticas públicas. Histórias que custam milhares para produzir podem gerar milhões de benefícios espalhados por uma comunidade (Hamilton, 2016, p. 10)<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> “As Esther Thorson’s good literature review has shown, most of the studies that relate quality to circulation success are correlation studies. They show that higher quality and higher circulation are linked, but not which is the primary cause. What we probably have, of course, is a reinforcing loop, where quality produces business success which enables more quality. Teasing out the dominant direction of causation is not always possible. A credible effort takes many data points over a much longer period of time than has been spent on any given study. But at least we are reassured that there is connection” (Meyer, 2009, p. 78).

<sup>49</sup> Prize-worthy work often takes six or more months. Through case studies, I show that each dollar invested by a newspaper in an investigative story can generate hundreds of dollars in benefits to society from changes in public policy. Stories costing thousands to produce can deliver millions on benefits spread across a community” (Hamilton, 2016, p. 10).

Percebemos desta forma que a aposta no jornalismo de investigação pode ser sustentável, não apenas do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista social, ou seja, não é necessário sacrificar a aposta em conteúdos de qualidade para ter resultados. No fundo, a questão que se deve colocar já não é em relação à sustentabilidade do jornalismo de investigação, mas ao impacto que o jornalismo de investigação pode produzir. Se como defende Hamilton (2016), todo o dinheiro investido pode retornar sob a forma de transformações na sociedade, resta apenas perceber se os gestores dos meios de comunicação e a própria sociedade são capazes de ver esse retorno como uma mais-valia. Por outro lado, num contexto de competitividade crescente, a diferenciação pode ser conseguida precisamente através de uma aposta em conteúdos que, podem demorar mais tempo a produzir, mas produzem resultados que não seria possível alcançar com os trabalhos do quotidiano que todos os meios produzem. Encerramos este ponto, mas também o capítulo, com esta discussão em torno da sustentabilidade do jornalismo de investigação e o seu impacto na sociedade, para realçarmos o facto de existir espaço para esta vertente do jornalismo que precisa de tempo para obter resultados, mas que é fundamental para o exercício democrático.

Depois de neste primeiro capítulo nos termos dedicado a abordar o jornalismo de investigação, destacando as suas origens, mas também a sua evolução ao longo do tempo, no capítulo que se segue centramos a nossa atenção no meio televisivo e em particular na Grande Reportagem Televisiva enquanto género que melhor pode acolher o jornalismo de investigação.

## Capítulo 2. A Grande Reportagem

# Televisiva como género do jornalismo de investigação.

No primeiro capítulo deste trabalho abordámos as origens do jornalismo de investigação, tema central neste trabalho, sem nos determos sobre o seu desenvolvimento em cada um dos diferentes meios de comunicação. Se é verdade que é na imprensa que encontramos as raízes desta vertente do jornalismo, nos meios radiofónico e televisivo também existem muitos e bons exemplos de trabalhos de jornalismo de investigação, mesmo se, como realça, Pedro Coelho, “a televisão não é considerada a plataforma por excelência da investigação jornalística, ou sequer do próprio jornalismo” (2015, p. 114).

Apesar de a televisão nem sempre ser considerada como um meio para o jornalismo de investigação, desde o início deste trabalho que tivemos a certeza que era este o meio que queríamos estudar. A escolha da televisão enquanto meio de comunicação a ser estudado surge pelo facto de um dos principais objetivos deste trabalho passar precisamente por tentar perceber em que medida as Grandes Reportagens Televisivas se assumem como o género jornalístico televisivo que melhor pode acolher as práticas e as características do jornalismo de investigação.

Sendo verdade que “todas as variáveis que afetam, e infetam o jornalismo, adquirem maior dimensão na televisão” (Coelho, 2015, p.114), o estudo deste apresentou-se-nos como aquele que melhor nos poderia ajudar a perceber a importância de continuar a apostar na investigação jornalística e poder mostrar às pessoas os resultados de dias, meses, e até mesmo anos, de trabalho dos jornalistas. Afinal de contas não podemos ignorar que a televisão continua a ser, de acordo com os dados do *Digital News Report 2019*, o meio de comunicação em que as pessoas mais confiam para se informarem.

Neste sentido, o que procuramos, neste segundo capítulo, é realçar as particularidades do jornalismo televisivo, nomeadamente ao nível dos géneros jornalísticos, para depois nos concentrarmos na análise das tendências de construção de Grandes Reportagens Televisivas enquanto principais trabalhos de jornalismo de investigação. Pelo caminho falamos de alguns obstáculos que se colocam ao desenvolvimento do jornalismo de investigação no meio televisivo, mas também da aposta que os três canais generalistas de televisão têm feito em programas de jornalismo de investigação e de Grande Reportagem Televisiva.

## 2.1. O jornalismo de investigação e as especificidades dos meios de comunicação: o caso da Televisão.

Como tivemos oportunidade de explorar no primeiro capítulo do trabalho, o jornalismo de investigação deu os primeiros passos através da publicação de reportagens nos jornais impressos (Silva, 2010). Nos EUA, o caso Watergate e a investigação realizada pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Berstein, constitui “um “marco indelével” na história do jornalismo, particularmente na história do jornalismo de investigação” (Prior, 2016, p. 366).

Se é verdade que é na imprensa que encontramos os primeiros trabalhos, mas também alguns dos mais importantes, não podemos ignorar que a história do jornalismo é também marcada pela evolução tecnológica e pela história dos próprios meios de comunicação. Depois da imprensa, também a rádio, e mais tarde a televisão, seguiram o caminho do jornalismo de investigação. Apesar de a base do trabalho ser quase sempre a mesma, a de uma “prática identificada como especializada (...) e a divulgação, denúncia de situações insólitas e que prejudicam o cidadão comum” (Freitas, Silva & Amante, 2019, p. 664), a sua produção assume diferentes formas em função das particularidades do meio.

No caso da imprensa, por exemplo, o jornalismo de investigação deparou-se durante muito tempo com a necessidade de pensar nos limites que o papel impunha. Na rádio por sua vez, colocava-se a questão do tempo, mas o meio apresentava como vantagem o facto de ter como principal recurso a voz, dimensão que, juntamente com a visual, constituem dois dos elementos mais básicos do ser humano.

Nossas tradições, antes de transpostas ao meio escrito, são perpetuadas por meio da transmissão oral e, ainda hoje, comunidades inteiras dispensam qualquer artifício impresso para o registo de sua história. Fala-se. Entende-se. Grava-se na memória. Retransmite-se. A realidade sonora, juntamente com a visual, constitui nossa forma de perceber e apreender o mundo (Rodrigues, 2006, p. 45).

Na rádio, a voz é o elemento central de todo o trabalho jornalístico. No caso do jornalismo de investigação, o uso desta “ferramenta” permite ao jornalista uma maior proximidade com o ouvinte. Na verdade, “qualquer elemento disponível no universo dos media pode-nos fazer mergulhar em seu significado a partir do momento que consegue mexer com a nossa essência” (Velho, 2009, p. 4). Através do uso da voz, é possível captar a atenção do ouvinte sem, no entanto, limitar a sua ação, uma vez que não é necessário parar para escutar. Para além da voz, o jornalismo de investigação ganha também com a rádio novas possibilidades, nomeadamente através dos sons e dos efeitos sonoros. Para Sousa (2008), através da edição os repórteres conseguem estruturar uma reportagem, usufruindo das técnicas de sonorização e sobreposição de sons para criar um contexto. Nesse sentido, esta liberdade de criação faz com

os jornalistas radiofónicos consigam transportar os ouvintes para os locais dos acontecimentos, interagindo dessa forma com eles. “É importante frisar que, quando se fala em comunicação, estamos nos referindo à uma iniciativa de se propor vínculos com o outro, de interagir com o outro no sentido de mover alguém a ouvir, a prestar atenção às mensagens que colocamos no mundo” (Velho, 2009, p. 3).

Na rádio com o som, na televisão com o som, a imagem e o texto, é dessa forma que o jornalismo televisivo cria um vínculo com o público. Juntando texto, som e imagem, os conteúdos jornalísticos televisivos adquirem um novo poder em termos comunicativos. “O poder da voz é também o poder da ação. (...) A voz, tal como a imagem, “aciona”, (...), põe em movimento” (Godinho, 2011, p. 76). É por isso que se considera que o jornalismo televisivo consegue cativar a atenção das pessoas de uma forma distinta e única.

No meio televisivo o jornalismo de investigação funciona como uma espécie de propulsor que procura instigar os telespectadores a refletirem sobre determinados temas através da força das imagens. A possibilidade de mostrar, transportando os espetadores para os locais, para junto das pessoas, aliado à emoção que consegue colocar no discurso jornalístico, fazem da televisão um meio capaz de despertar sentimentos únicos. É sobretudo a imagem que tem a capacidade de sensibilizar o público e de chamar a sua atenção para determinados assuntos (Jespers, 1998).

Na imagem recai grande parte do poder da televisão, mas também uma grande responsabilidade no que ao jornalismo de investigação diz respeito. A necessidade de expor as descobertas feitas, os segredos que se procuram revelar, obriga à captura de imagens de documentos ou de testemunhas que sirvam de prova junto do espectador. Garantir esta dimensão, das imagens enquanto verificadoras da informação que se pretende expor, nem sempre é fácil.

A imagem acaba por representar uma porção da realidade, tornando o espectador numa testemunha, uma vez que procura fazê-lo vivenciar uma determinada situação (Ferreira, 2010). Nesse sentido, a transmissão de informação tem de ser cuidada, de forma a que o espectador entenda os diferentes pontos de vista sobre um assunto em particular, mas tem sobretudo de ser credível. Como referem Coelho e Silva (2018), “as verdades ocultas que desvenda requerem um outro jornalista, um outro envolvimento, um outro tempo, um método que conduza à produção de uma notícia sem mácula onde a prova seja à prova de bala” (p. 82).

Neste meio, talvez até mais do que nos restantes, é necessário entender que o trabalho do jornalista passa também por “criar no espectador uma experiência de “vivido” a partir de um acontecimento real” (Godinho, 2011, p. 97). Esta troca de vivências torna possível que o telespectador receba todos os dados sobre um determinado assunto e seja capaz de os interpretar. No fundo trata-se de ter em conta que existe “um sistema de linguagem que rege a maneira como é capturada a imagem até à forma como é encadeada a narrativa” (Ferreira, 2010, p. 28).

O jornalismo de investigação constrói-se assim, no meio televisivo, através da relação entre as imagens, os sons e o texto, mas pode apresentar-se sob diferentes géneros. As Reportagens, e sobretudo, as Grandes Reportagens, emitidas no contexto dos noticiários, assumem-se como os géneros mais utilizados no contexto do jornalismo investigativo em televisão. Jacinto Godinho (2011) lembra, no entanto, que o jornalismo de investigação pode surgir no meio televisivo também através de programas especiais. O autor realça, nesse contexto, que para Hervé Brustini e Francis James, o programa “Zoom” é um dos melhores exemplos para se perceber o papel da reportagem de jornalismo de investigação.

A emissão de “Zoom” era normalmente composta por uma reportagem e um debate em estúdio. Para a reportagem ficava a factualidade o mais “bruta” possível e para o debate ficava a interpretação. O interessante deste novo modelo foi o afastamento da exigência analítica nas tarefas do reportar (Godinho, 2011, p. 109).

O profissional da RTP lembra assim o poder da imagem e a forma como os bons trabalhos de reportagem têm a capacidade de falar muitas vezes por si próprios. “Passa a ser então o reino da reportagem bruta sobre o terreno. Destaca-se um rosto, uma expressão no vivido, esboça-se um retrato ambiental assim que se chega ao local. Os constrangimentos aligeiram-se, a imagem liberta-se, ela pode, a partir daqui, dispensar por vezes o comentário e falar sozinha” (Jeanneney, 1982, p. 77 apud Godinho, 2011, p. 109).

Depois desta breve introdução sobre o que distingue o jornalismo de investigação no meio televisivo, o poder da imagem, no ponto seguinte apresentamos os principais géneros jornalísticos televisivos para, a partir deles, destacar o género mais nobre: a Grande Reportagem.

## **2.2. Os géneros jornalísticos televisivos: a nobreza da Grande Reportagem.**

Depois da imprensa e da rádio, a televisão foi talvez o meio que mais alterações trouxe para o campo jornalístico. Através da imagem, mas também do direto e do imediatismo que lhe está inerente, o jornalismo transformou-se, ao mesmo tempo que as pessoas passaram a “poder ver o mundo” sem sair das suas casas. Os métodos, formatos e características que tornam o meio televisivo tão particular, não surgiram de repente, mas de forma gradual, à medida que se ia descobrindo o potencial deste meio de comunicação.

As evoluções da linguagem, dos géneros e formatos, ocorreram juntamente com as transformações tecnológicas no setor. Os primeiros programas telejornalísticos apresentavam as notícias lidas pelos apresentadores no estúdio, cuja predominância era a dos textos informativos, principalmente as chamadas notas simples, um formato em que o apresentador lê a notícia sem a inserção de imagens complementares. Logo, os realizadores começaram a perceber o potencial das imagens (estáticas e dinâmicas) e surgiram as notas cobertas, em que as notícias eram lidas pelo apresentador sobre imagens referentes ao fato (Spinelli, 2012, p. 2).

A evolução do meio televisivo, nomeadamente no que diz respeito à informação, foi também mostrando que o tempo era determinante na forma como os assuntos podiam ser expostos, de acordo com a sua relevância e importância. Neste sentido, depressa se percebeu que “mais ainda do que num jornal, na televisão não se pode mostrar tudo o que se pretende, pois tem tempo ilimitado, que é muito mais valioso do que o do jornal” (Sena, 2013, p. 30). A importância da gestão do tempo é um dos aspetos fundamentais no contexto do jornalismo de investigação, como já tivemos oportunidade de verificar, mas é também determinante para se perceber porque defendemos que nem todos os géneros têm capacidade de acolher esta vertente do jornalismo.

Neste sentido, importa considerar que existem diferentes géneros jornalísticos, mas que a sua capacidade de renovação e adaptação torna muitas vezes difícil a sua definição (Bertocchi, 2005), sobretudo no que diz respeito ao meio televisivo. É através de uma observação dos primeiros meios de comunicação, a imprensa e a rádio, que encontramos os principais géneros jornalísticos (a notícia, a crónica, a reportagem os artigos de opinião), que viriam também a ser adaptados pelo meio televisivo. Podemos assim considerar que os géneros surgem, no âmbito do jornalismo, como uma ferramenta “para facilitar o processo comunicativo” (Bertocchi, 2005, p. 1293). Para Melo e Assis (2016), isso “significa que os géneros devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria mediática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência” (p. 45). Os géneros serviriam assim para ajudar o público, que em função de um determinado género, já saberia o tipo de conteúdo com que poderia contar.

De acordo com Bertocchi (2005), autores como Chaparro (1999), Albertos (1992), Casasús (1991), entre muitos outros, abordam a temática dos géneros jornalísticos, categorizando-os em diferentes grupos. Já na perspetiva de Melo & Assis (2016), é através dos estudos de autores como Wright (1968) e Lasswell (1987) que melhor podemos compreender as diferenças entre os géneros jornalísticos. Importa, no entanto, considerar que “a comunicação jornalística em televisão não é uniforme. Os diferentes produtos socorrem-se de técnicas e efeitos muito diversos para fazerem passar a mensagem e alcançarem os seus objetivos: serem vistos, ouvidos e entendidos pelo maior número possível de pessoas” (Oliveira, 2007, p. 9). No meio televisivo são, portanto, “as diferentes formas de exprimir a linguagem jornalística e televisiva” que constituem os géneros jornalísticos, que no fundo são “formas de enriquecer a comunicação, combatendo a monotonia formal e melhorando o ritmo dos produtos televisivos” (ibidem).

Apesar de diferentes autores apresentarem diferentes definições dos géneros jornalísticos, neste trabalho destacamos os estudos de Jean-Jacques Jaspers (1998) que classifica os géneros jornalísticos que se enquadram especificamente no jornalismo televisivo. O autor fala de jornalismo televisivo para se referir aos conteúdos informativos que são produzidos na televisão. Jaspers refere em particular “o jornal televisivo”; “a entrevista”; “o debate”; “o telejornal”; “os magazines”; “o *talk-show*”; “a reportagem” e “a série”, como os principais

“jornalismos televisivos”, aquilo que entende como os géneros jornalísticos daquele que é o próprio jornalismo televisivo.

Jorge Nuno Oliveira (2007) também considera como principais géneros jornalísticos televisivos a “peça de telejornal”, a “reportagem de telejornal”, o “documentário ou grande reportagem”, a “entrevista”, “o debate” e a “apresentação. Para o autor o que une os diferentes géneros é o facto de todos serem “formas de comunicação jornalística e o facto de serem emitidos em televisão”, sendo que eles se distinguem pela duração, formato, linguagem televisiva e linguagem jornalística (2007, pp. 9-10).

Neste ponto destacamos precisamente um destes géneros, aquele que muitos continuam a considerar “o género nobre do jornalismo”, a reportagem. No contexto do jornalismo de investigação e considerando o meio televisivo, importa realçar que o nosso objeto central de estudo não é a “reportagem ou peça de telejornal” também chamada de “reportagem de curta duração”, mas antes a “Grande Reportagem”, de acordo com a classificação de Oliveira (2017, p. 11), ou seja, o nosso objeto de estudo são os trabalhos de longa duração, centrados em temas de fôlego e assentes na profundidade do tratamento jornalístico.

No entanto, para percebermos a importância que a Grande Reportagem tem hoje no jornalismo televisivo, devemos considerar, ainda que de forma sucinta, o desenvolvimento da “reportagem de telejornal ou de curta duração”. A reportagem é o género informativo mais comum na produção de noticiários, sendo quase sempre a primeira opção dos jornalistas televisivos.

Na reportagem informativa os fatos são organizados de maneira linear por meio de elementos da linguagem audiovisual - offs, passagens e sonoras - com o intuito de fazer com que o espectador entenda perfeitamente as informações transmitidas, de uma maneira didática, imparcial e objetiva, que faz com que não haja nenhuma dúvida ou indagação sobre os eventos transcorridos na tela (Spinelli, 2012, p. 3).

Importa também lembrar que a reportagem tem um carácter híbrido, uma vez que “enquanto género jornalístico, atravessa um campo que é muitas vezes povoado por outras modalidades de discurso, nem sempre de carácter exclusivamente jornalístico” (Neves, 2007, p. 19). É por isso que por vezes é difícil definir este género, pela permeabilidade que apresenta. Apesar de existirem defensores de que as reportagens podem apresentar uma vertente mais subjetiva, na prática, e apesar de existir liberdade na produção dos textos para a voz-off, essa situação raramente se verifica. No jornalismo televisivo, o texto acompanha as imagens e a tendência é que se justifique o conteúdo apresentado através de testemunhos dos entrevistados, o que vai tornar o conteúdo mais direto e objetivo.

Esta dicotomia entre o objetivo e o subjetivo na reportagem surge do seu carácter híbrido, mas também da sua vertente mais literária, mais característica da imprensa. Há medida que se foram conhecendo outras formas de desenvolver trabalhos jornalísticos, adaptaram-se técnicas e surgiram novos géneros de jornalismo. A reportagem televisiva também se foi transformando.



Num artigo sobre a realização de reportagens no contexto do jornalismo de proximidade, Tatiana Melo e Telmo Silva, realçam as mudanças que se verificaram na produção das reportagens televisivas no contexto nacional.

No caso da reportagem televisiva e no contexto português, esta surgiu com o aparecimento da RTP. Porém, com técnicas bastante distintas das atuais, nomeadamente o facto de só o operador de câmara se dirigir ao local, ficando o jornalista na redação (Melo & Silva, 2016, pp. 93-94).

Percebe-se assim melhor a necessidade de definir a reportagem enquanto género jornalístico, destacando as suas principais características, mas também os diferentes formatos que podem surgir a partir desta. Por outro lado, é também importante descrever o crescimento que a reportagem teve no panorama televisivo e de que forma contribuiu para a evolução do próprio jornalismo. No início, como Melo e Silva (2016) realçam, a produção de uma reportagem televisiva era distinta daquela que se verifica na atualidade. Segundo Cárlica Emerim (2010), o processo de produção era lento, as imagens demoravam a chegar à redação e as peças eram realizadas perto do horário dos telejornais.

A evolução tecnológica alterou grande parte do processo, permitindo uma melhoria das condições técnicas de produção das reportagens. Apercebendo-se do valor que as reportagens podiam ter, ao “oferecerem ao público uma visão diferente de determinado acontecimento” (Melo & Silva, 2016, p. 94), as reportagens passaram a ser consideradas como um dos conteúdos jornalísticos mais importantes. Os repórteres de imagem passaram a fazer-se acompanhar dos jornalistas no trabalho de campo, e muitas vezes o processo envolvia mesmo uma terceira pessoa, o editor de imagem, responsável pelo processo de pós-produção da reportagem.

Este tipo de “reportagens de curta duração”, também chamadas de “peças de telejornal” ou “peças televisivas”, trata-se de trabalhos curtos, com duração entre os 1’20 e os 1’50, e cujo tratamento de caracteriza pela condensação da informação, cingindo-se à partilha dos detalhes mais relevantes e pertinentes de um acontecimento. Esta seleção de informação, bem como o tratamento jornalístico, podem variar em função dos jornalistas e de critérios editoriais.

No processo de expansão do facto, a reportagem pode aprofundar-se mais ou menos, de acordo com a estratégia editorial, a qual passa por diversos filtros, e a competência do jornalista, ao investigar e narrar os fatos de diversas naturezas e implicações na sociedade (Santos, 2009, p. 25).

A falta de profundidade no tratamento jornalístico é um dos principais aspetos que caracteriza este género jornalístico, mas é também esta dimensão que abre espaço para que se desenvolvam trabalhos através de outros géneros jornalísticos. Neste contexto, de acordo com a classificação de Jespers (1998) é preciso considerar que existem quatro variações ou sub-géneros da reportagem: “a reportagem de atualidade”, “a Grande Reportagem”, “o inquérito” e “o documentário de criação”. A “reportagem de atualidade” engloba “os acontecimentos que acabam de se produzir e a propósito dos quais não se dispõe de muito tempo. Daí a dificuldade

de manter uma abordagem crítica” (Jespers, 1998, p. 167). Consideram-se como “reportagens de atualidade” as peças jornalísticas que compõem os noticiários do dia-a-dia. A “Grande Reportagem”, por sua vez, “consiste na composição sob forma de um vídeo ou de um filme, de uma série de informações respeitantes a um acontecimento particular, da atualidade, ou a um fenómeno particular da sociedade, numa mensagem real de certa duração” (Jespers, 1998, p. 168). Já o “inquérito” “é uma reportagem explicativa ou de investigação que sintetiza numa mensagem real compósita uma mensagem virtual relativamente complexa sobre um assunto de interesse público” (Jespers, 1998, p. 172). Por fim, Jean Jespers (1998, p. 175) caracteriza o “documentário de criação” como “mensagem real elaborada segundo uma visão única, original, pessoal sobre a realidade. Trata-se de uma obra de autor”.

Existem diferenças entre as quatro vertentes da reportagem, mas no contexto deste trabalho para além da distinção entre “reportagem de atualidade” e “Grande Reportagem”, importa também realçar as diferenças entre o género que é o nosso objeto de estudo e aquele que mais se aproxima, o “Documentário”.

Um dos elementos chave que diferencia o documentário das reportagens telejornalísticas é o papel do repórter na constituição da informação. O repórter, como o próprio nome diz, é o núcleo fundamental da reportagem. Não existe reportagem sem repórter. Já no caso do documentário, pode até existir uma pessoa ou mais na condução da história, porém o modo como ela aparece no vídeo não precisa apresentar os princípios de imparcialidade e objetividade jornalísticas. Diferente dos documentários em que a importância de um olhar reflexivo e autoral sobre determinados problemas da sociedade costuma ser o fio condutor de uma narrativa, que tem como meta uma maior conscientização e aprofundamento do que é mostrado, a reportagem prioriza a informação (Spinelli, 2012, p. 3).

Nesse sentido, as Grandes Reportagens surgem como o género jornalístico que vem suprir a necessidade de aprofundamento da informação, além de darem espaço para a criatividade, uma vez que se podem abordar temas que não fazem parte da agenda noticiosa diária. “A grande reportagem opera segundo o método da sinédoque: mostra e faz sobressair um caso, uma situação, um problema particular, com o objetivo de dar a conhecer uma situação” (Jespers, 1998, p. 168).

Jean-Jacques Jespers (1998) caracteriza a Grande Reportagem como tópica ou intensiva. Tópica quando “concentra a atenção sobre uma situação, um fenómeno ou um acontecimento determinado”, e intensiva, quando “trata os assuntos em profundidade e aborda várias facetas” (Jespers, 1998, p. 168). Na televisão, a Grande Reportagem assume uma postura discursiva distinta daquela que existe nos restantes meios de comunicação, pois engloba imagem, voz-off e sonorização. Assim sendo, é fundamental que se entendam as características e funções deste género jornalístico.

A Grande Reportagem surge, geralmente, associada ao formato de um conteúdo jornalístico que contém entre 20 a 30 minutos, contudo, não é só através desse formato que ela se pode apresentar, uma vez que há espaço para aprofundar o tema em investigação, elas surgem muitas vezes em espaços autónomos, em programas dedicados, fugindo assim ao

constrangimentos dos noticiários. Em suma, a Grande Reportagem Televisiva pode surgir no meio televisivo em dois momentos e espaços: em especiais depois dos noticiários, como uma espécie de extra; ou em programas dedicados essencialmente ao jornalismo de investigação, onde se pretendem expor assuntos que fogem à agenda do noticiário.

Nesse sentido, Jespers (1998, p. 169) destaca que “o fio condutor da grande reportagem deve permitir abordar o maior número possível de aspetos da situação ou do fenómeno do qual se quer dar conta”. Nesse sentido, o autor recorda que existe sempre um elemento chave a partir do qual se desenvolve toda a história. Esse elemento central representa algo e/ou um grupo específico, uma vez que o objetivo é que o espectador se sinta representado quando assiste ao trabalho jornalístico.

Assim, as Grandes Reportagens têm como função apresentar determinada realidade, criando uma relação de empatia com o telespectador, o que vai conduzir a que este perspetive a realidade de acordo com o que lhe é transmitido. Essa relação vai ser guiada pelo jornalista, no seu sentido de profissional com “responsabilidade social” no relato dos assuntos e temas de interesse público. Nesse sentido, o jornalista “deve ser o responsável pelos seus atos profissionais, enquanto confidente do serviço público de informar” (Miranda, 2018, p. 7)

A Grande Reportagem, para além de ter a particularidade de ter uma maior dimensão temporal, era (e continua a ser na atualidade) um género explorado por jornalistas mais experientes, que sejam capazes de prosseguir com investigações (...) A Grande Reportagem procurou sempre “mexer” com o espectador, trazendo ao de cima temas de interesse público, muitas vezes polémicos (Moreira, 2017, p. 27).

Nesse sentido, são as características específicas do jornalismo televisivo que fazem da Grande Reportagem o género que melhor pode servir o jornalismo de investigação, uma vez que confere ao espectador a possibilidade de, mais do que simplesmente conhecer os factos através da leitura ou do relato jornalístico, assistir a um determinado acontecimento.

A narrativa sempre se mobilizou a partir da capacidade de as palavras estarem no lugar das imagens. Não para as substituírem, mas para as apresentarem fantasticamente na imaginação. Esse aparecer na imaginação não anulava, no entanto, o desejo de ver, desejo de concretizar o tesouro de imagens por detrás da narrativa oral (Godinho, 2011, p.64).

Assim, é possível verificar que na Grande Reportagem a voz e a imagem têm papéis distintos, mas que convergem entre si, complementando-se. Se, por um lado, as imagens dão ao leitor a sensação de continuidade, uma vez que estão associadas ao que Godinho (2011) entende como “*object a*” de Lacan (1973) (que se refere aquilo que move o desejo, colocando-o em constante presença na audiência), por outro, as palavras empregam significado ao que está a ser visualizado.

Desta forma, se uma imagem funciona como fonte de desejo para o espetador, que ao ver determinada sequência de imagens, mantém a atenção para perceber o que vai acontecer a seguir, encontramos aqui uma das principais potencialidades da televisão: cativar o espetador

através da imagem. Nesse sentido, é possível entender que o que motiva a escolha deste género em particular para o desenvolvimento de trabalhos de jornalismo de investigação.

A Grande Reportagem é precisamente o género jornalístico que destacamos neste trabalho por entendermos que é aquele que melhor pode acolher as exigências do jornalismo de investigação, não apenas ao “nível da execução”, mas também “do financiamento e sustentabilidade” (Coelho & Silva, 2018, p. 86). No ponto seguinte destacamos precisamente a importância de continuar a apostar neste género jornalístico, sobretudo num tempo que é o do imediatismo televisivo. Perante “a imposição do imediatamente visível e a dependência absoluta de conteúdos visuais que remetam para uma construção da realidade a partir da aparência e do sensível” (Sá, 2019, p. 30), urge pensar em conteúdos que apostem na qualidade e no tratamento aprofundado dos temas, sem que se caia “na banalização do extraordinário e na apresentação da generalidade dos temas em contexto de exagero a partir de um apelo constante à dramatização” ((Sá, 2019, p. 30).

## **2.3. A produção de Grandes Reportagens no tempo do imediatismo televisivo.**

No primeiro capítulo do trabalho tivemos oportunidade de verificar que o jornalismo de investigação se diferencia do jornalismo quotidiano, entre outros aspetos, pelo tempo que exige para ser produzido. Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva (2018) não têm dúvidas de que “o jornalismo de investigação constitui um género jornalístico exigente ao nível da sua execução e, na maioria das vezes, do seu financiamento e sustentabilidade” (p. 86).

A questão que se coloca neste ponto é então a de perceber se a produção de Grandes Reportagens Televisivas, género jornalístico que considerámos que melhor pode acolher esta vertente do jornalismo, é compatível com as necessidades de informação diária, numa época marcada pelo imediatismo e pela ubiquidade da informação. No fundo, procuramos compreender se existe tempo, no meio televisivo, para conteúdos que quebram com as lógicas de produção atuais, em que impera a quantidade e a rapidez na produção.

Um dos principais obstáculos que se coloca ao desenvolvimento de jornalismo de investigação e Grandes Reportagens no meio televisivo está relacionado com o imediatismo, entendido “como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas e segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento” (Traquina, 2002, p. 147). Neste meio de comunicação, este conceito é muito valorizado, o direto, a rapidez com que se transmite uma notícia, é um dos pilares do jornalismo televisivo.

As técnicas modernas do audiovisual permitiram diminuir consideravelmente o lapso de tempo que separa a ocorrência de um acontecimento do instante da sua “exibição”. Nos

minutos posteriores a qualquer acontecimento, pouco importa onde, uma equipa de televisão pode chegar ao local (Jespers, 1998, p. 65).

O jornalismo televisivo está assim associado a este imediatismo que, na perspectiva de Jean-Jacques Jespers (1998) acaba por constituir uma das principais limitações do jornalismo televisivo, uma vez que é preciso avaliar de que forma assuntos mais complexos, que necessitam de investigação e tempo para serem produzidos, podem ser abordados por um meio de comunicação que preza a rapidez de processos.

Se é verdade que “a presença ubíqua de informação na sociedade contemporânea tem conduzido a uma rápida alteração de comportamentos” (Serra, Sá & Filho, 2015, p. 1), não só dos produtores, mas também dos recetores, a principal consequência da ubiquidade acaba por ser a perda de qualidade nos conteúdos. Nunca, como nos tempos que correm, se produziu tanta informação. Como lembra Julia Cagé, professora de Economia no *Institut d'Études Politiques* de Paris (*Sciences Po*), e membro do Conselho de Administração da Agência France-Presse, vivemos numa época de abundância informativa. “Os ecrãs invadiram as nossas vidas, e falamos a novilíngua no Twitter ou no Facebook, por SMS ou no Snapchat. Na hora do jornalismo digital, dos *smartphones* e das redes sociais, a informação está em toda a parte” (2016, p. 14). Mas para a autora do livro “Salvar os Media”, o tempo em que vivemos é também aquele em que os meios de comunicação enfrentam mais problemas. O paradoxo explica-se facilmente, se pensarmos na necessidade de publicação contínua e incessante que acompanha a grande maioria dos meios de comunicação contemporâneos.

Os produtores de informação nunca foram tão numerosos como hoje em dia (...) Paradoxalmente, esses meios de comunicação nunca foram tão fracos. A receita anual combinada do conjunto dos jornais diários americanos é duas vezes inferior à do Google, cuja especialidade consiste em joeirar os conteúdos produzidos por outros. Cada “informação” é retomada até ao infinito; geralmente, de uma maneira idêntica. Sem sequer falarmos dos canais de informação em continuidade que despejam incessantemente as mesmas sequências de imagens, os jornais despendem uma crescente energia a publicar o mais depressa possível despachos de agências nos seus sítios na Internet, como se a capacidade de resposta no copia-e-cola tivesse mais importância do que a recolha de uma informação original (Cagé, 2016, p. 14).

Esta aposta na rapidez, que surge no contexto de uma lógica de concorrência, em que a informação passou a ser considerada como uma mercadoria, é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de Grandes Reportagens, uma vez que estes conteúdos são pautados por um tempo que não é o do jornalismo atual. O valor de uma Grande Reportagem Televisiva não se pode medir em termos financeiros, desde logo porque não é visível nos números das audiências do dia seguinte. Neste contexto importa refletir sobre a possibilidade de se produzirem Grandes Reportagens “em tempos de escassez económica e de dúvida persistente sobre o futuro” (Coelho, 2015, p. 115).

A este propósito, Pedro Coelho, jornalista televisivo, professor universitário e investigador, lembra Pierre Bourdieu e o conceito de “*mentalidade rating*” (1926, p. 26), para realçar que apesar desta ser ainda a lógica que domina em muitas redações, nomeadamente do meio

televisivo, é impossível não ser “sensível às audiências massivas que produtos de grande informação insistentemente geram” (Coelho, 2015, p.115). Apesar de num tempo e num espaço quase sempre distintos do ritmo diário, a verdade é que existe lugar para os conteúdos de qualidade na era do imediatismo e o lucro que estes produzem, apesar de não ser financeiro é muitas vezes social (Coelho & Silva, 2018).

No entanto, a ubiquidade informativa, e sobretudo o imediatismo que caracteriza o meio televisivo, coloca grandes desafios ao desenvolvimento de Grandes Reportagens Televisivas. Numa época em que o número de jornalistas por meio de comunicação continua a diminuir, disponibilizar recursos para realizar trabalhos que podem levar a meses de recolha e tratamento de informação, pode ameaçar o equilíbrio e a estabilidade de uma redação. O baixo valor que alguns profissionais ainda atribuem a estes trabalhos de fundo, contribui para a redução de recursos que são colocados ao dispor dos jornalistas que decidem investigar e não aceitar apenas o que lhes é dito pelas fontes oficiais.

Neste sentido, o imediatismo televisivo pode constituir uma efetiva ameaça para a produção de Grandes Reportagens Televisivas, se não existirem profissionais capazes de produzir outro tipo de conteúdos para além daqueles que têm como único objetivo alimentar as massas, famintas pelo *fast-food* informativo. A falta de profissionais constitui um perigo real, mesmo para aqueles que acreditam que as máquinas podem resolver os problemas do jornalismo.

Claro que poderemos sempre sonhar com o advento dos “robôs jornalistas”, já utilizados nos Estados Unidos para redigir um balanço de empresa ou uns anúncios de casamento. Mas esses “jornalistas” agem à maneira de agregadores: alimentam-se da informação produzida alhures e por outros na Internet. Recorde-se, pois, uma evidência: sem jornalistas, não há informação (Cagé, 2016, p. 51).

Apesar das ameaças que a produção incessante e o consumo veloz colocam ao jornalismo de investigação e às Grandes Reportagens Televisivas, continua a existir tempo e espaço para estes conteúdos, que constituem já uma marca de determinados órgãos de comunicação.

De facto, produtos informativos, habitualmente apresentados em formato de grande reportagem, são demonstrativos de que a qualidade gera audiência. A marca grande reportagem, continuadora da melhor tradição da RTP da década de 80 do século passado, mas de que o canal público acabaria por prescindir com o advento das televisões privadas, está, editorialmente, associada à SIC desde os primeiros anos de emissão. A grande reportagem resistiu, apesar dos efeitos diretos do mercado e da necessidade de adaptar os conteúdos jornalísticos à sua lógica aniquiladora do jornalismo de qualidade. De facto, as audiências aderem a conteúdos jornalísticos mais trabalhados, valorizando, sobretudo, a investigação jornalística (Coelho, 2015, pp. 115-116).

Se existem meios que continuam a apostar nas Grandes Reportagens e no jornalismo de investigação, para quebrar definitivamente com as lógicas do imediatismo televisivo, é preciso também que o papel dos profissionais que desenvolvem esses trabalhos seja reconhecido. Micael Pereira, jornalista do semanário Expresso, revelou, numa entrevista à revista Jornalismo & Jornalistas, que “as pessoas têm um quase total desconhecimento sobre a profissão e muitas vezes têm má impressão dos jornalistas, acham que as notícias nos caem no colo”. O profissional

defende por isso que é “importante mostrar que o jornalista se esforçou, deu tudo, investiu muito tempo, bateu a muitas portas... Mostrar a forma séria como tentamos chegar à verdade contribui para a nossa credibilidade” (2016, p. 14).

Neste ponto procurámos realçar que a produção de trabalhos de Grande Reportagem enfrenta alguns desafios em virtude de vivermos hoje numa época em que a informação está em todo o lado, em que produtores e consumidores se misturam, e em que predominam lógicas de publicação rápida e de consumo ainda mais rápido. Apesar das ameaças, continua a existir espaço para as Grandes Reportagens Televisivas, sobretudo se os gestores dos meios de comunicação e os jornalistas forem capazes de superar uma visão economicista dos *media*, ou seja, se não considerarem apenas os lucros financeiros, mas acreditarem também nos lucros sociais. Neste processo, tão importante como mudar a mentalidade dos profissionais dos *media* é mudar a forma como o público consome informação e valoriza a informação que consome.

## **2.4. A serialização enquanto “estratégia narrativa” da Grande Reportagem Televisiva.**

No ponto anterior destacámos a importância de refletir sobre os desafios que se colocam à produção de Grandes Reportagens na era do imediatismo televisivo. Verificámos que, apesar das ameaças, existem órgãos de comunicação que continuam a apostar neste género jornalístico, valorizando o jornalismo de investigação. Importa, no entanto, perceber de que forma tem sido feito este investimento. Que estruturas, modelos e tendências têm marcado a produção de Grandes Reportagens Televisivas, num “campo editorial que é hoje atravessado “pelo espectro do aborrecimento dos leitores e da lassidão dos telespectadores”” (Jack, 2016, p. viii apud Coelho & Silva, 2018, p. 78), e em que os “produtores de conteúdos informativos estabelecem compromisso com a surpresa, com o drama, com a provocação, com o interesse humano” (Coelho & Silva, 2018, p.78), como forma de conquistar audiências.

Procuramos assim analisar em que contexto têm sido produzidas as Grandes Reportagens Televisivas, mas sobretudo em que espaços são emitidas. Continua a existir espaço nos principais noticiários televisivos para estes conteúdos? Que estratégias têm sido utilizadas nos noticiários para poder acolher estes trabalhos jornalísticos? É necessário produzir programas dedicados exclusivamente a estes conteúdos de investigação? Estas são algumas das perguntas que nos guiam neste caminho de descoberta das novas estratégias narrativas utilizadas na divulgação de Grandes Reportagens Televisivas.

Pensar nas Grandes Reportagens Televisivas enquanto conteúdos de longa duração, é também pensar no impacto que um conteúdo mais extenso pode ter numa grelha de programação, sobretudo se pensarmos, como vimos no ponto anterior, no imediatismo que caracteriza o meio televisivo, mas também naqueles que são os conteúdos que dominam na televisão.

(...) atualmente, a televisão é dominada por programa de temporalidades curtas e amontoadas, como as notícias, as publicidades, as promoções, os videoclipes. Mesmo programas longos, como os talk-shows, vivem de uma variedade enorme de assuntos, onde cada tema e entrevistados dispõem de um tempo de permanência em cena cada vez mais curto (Godinho, 2004, p. 656).

A falta de tempo que impera no meio televisivo, aliada à necessidade de rentabilizar o investimento que é feito nos conteúdos, produziu alterações consideráveis nas grelhas de programas e em particular nos noticiários televisivos, o que acabaria por afetar a emissão de trabalhos de longa duração como as Grandes Reportagens.

Durante vários anos as Grandes Reportagens tinham como espaço de emissão privilegiado o noticiário televisivo, sobretudo no horário da noite, o chamado horário nobre. Mas aos poucos o panorama informativo foi-se transformando, os telejornais passaram a integrar todo o tipo de conteúdos, muitos deles pouco ou nada informativos, numa lógica em que informação e entretenimento se misturam. Esta nova aposta, com recurso “a estratégias discursivas normalmente associadas ao entretenimento” (Coelho, 2015, p. 115), contribuiu para um prolongamento dos noticiários televisivos e uma nova forma de abordar a transmissão de Grandes Reportagens. Esses trabalhos jornalísticos, que até esse momento eram emitidos, de modo integral, no âmbito dos noticiários ou como extensão destes, passaram a ser divididos em partes ou episódios. Esta nova tendência, que aproxima os conteúdos informativos de produtos ficcionais, ficou conhecida como a estratégia de serialização que procurava sobretudo rentabilizar o investimento feito neste tipo de trabalhos jornalísticos.

Falar em produção em série significa, sobretudo, falar na produção em larga escala que otimiza a relação entre produção e lucro numa formação da indústria cultural a partir do modelo de mercado surgido com a revolução industrial (Araújo, 2011, p. 2).

Se um dos maiores obstáculos que se colocava à prática do jornalismo de investigação no quadro das Grandes Reportagens passava pelos custos de produção, a serialização surgia neste contexto como uma alternativa. A lógica que se impunha passava então pela produção de mais episódios a partir de um mesmo conteúdo, como forma de potencializar os lucros. Mais episódios geravam também mais audiências e mais audiências gerariam mais dinheiro.

A lógica comercial por detrás desta opção é fácil de perceber, mas a estratégia pode também ser entendida como uma forma de ajudar na simplificação dos temas mais complexos, ou seja, de contribuir para melhorar a compreensão dos espectadores em relação a um determinado tema ou assunto.

A opção de serializar conteúdos jornalístico, quebrando rotinas produtivas e pactos comunicacionais não rígidos, mas operativos, é justificada pela complexidade das histórias e pela necessidade de adicionar muitos detalhes significativos. O longo formato é uma maneira de ultrapassar os limites das convenções noticiosas e aproximar o jornalismo do género literário da novela, também marcado pelo impulso realista e pela brevidade, por oposição ao romance (Baptista, 2018, p. 97).



A opção pela emissão de Grandes Reportagens através de episódios é um recurso adaptado do campo ficcional e surge no jornalismo enquadrado num conjunto mais vasto de estratégias de inovação, que pretendem transformar as narrativas jornalistas, nomeadamente ao nível das relações com os espetadores.

O jornalismo tem historicamente privilegiado formatos narrativos que apostam na concisão, na clareza e no foco, com o objetivo de propiciar ao público um instrumento imediato de conhecimento, debate e intervenção cívicas. Ao invés, a serialização é uma estratégia narrativa desenvolvida por alguns géneros dentro da literatura de ficção que privilegia a duração da ligação criada com os leitores, valorizando mais os recursos expressivos do que os usos informativos ou performativos da linguagem (Baptista, 2018, p.97).

No contexto nacional, a Grande Reportagem da TVI, “O segredo dos Deuses”, constitui um dos casos mais paradigmáticos da utilização desta estratégia narrativa. Os jornalistas optaram por contar a história, relacionada com uma alegada rede de adoções ilegais, em dez episódios. A Grande Reportagem acabou por se transformar numa verdadeira série informativa, marcada pelo elevado “nível de redundância ao longo dos episódios, com inúmeras repetições de cenas que sublinham os momentos marcantes e acrescentam ênfase, mas não informação” (Baptista, 2018, p.97).

A utilização desta estratégia levanta dúvidas precisamente se considerarmos que mais do que esclarecer o espetador, o que se pretende é fixá-lo ao ecrã, torná-lo um seguidor de um conteúdo informativo, tal como acontece com os conteúdos ficcionais. As estratégias utilizadas são exatamente as mesmas que encontramos nas séries ficcionais, o que acaba por colocar em causa o valor das informações, tal é o nível de repetição ao que o espetador é exposto.

O efeito de suspense é usado para manter o espectador engajado, desnaturalizando a narrativa e expondo o artificialismo da construção visual que preside à organização dos seus elementos e à movimentação das personagens. Um bom exemplo é a forma como os diversos tempos da história são cruzados de modo não cronológico, com sucessivos regressos ao passado dos protagonistas (a infância das crianças) mesmo quando os factos principais acontecidos nessa época já foram esclarecidos e a narrativa avançou para a situação presente (Baptista, 2018, p. 98).

O recurso a esta estratégia narrativa levanta dúvidas sobretudo porque aquele que poderia ser um objetivo legítimo, o que simplificar um determinado assunto através de produção de uma Grande Reportagem dividida em partes, acaba por transformar-se num mecanismo para prender os espetadores, uma vez que a informação mais relevante não é revelada nos primeiros episódios do trabalho. “A escolha das jornalistas foi retardar a divulgação de informação relevante para potenciar os ganhos emotivos e capturar a atenção do telespectador, cumprindo aquilo que parece ser uma vontade maximalista da série: contar histórias reais como se fossem ficção destinada ao entretenimento” (Baptista, 2018, p.98).

Mais do que uma estratégia narrativa, podemos entender a serialização, utilizada neste trabalho, como em muitos outros, como um habilidoso mecanismo para tentar fidelizar os espectadores e criar repercussões em termos sociais, que por sua vez, potenciam a produção

de novos conteúdos televisivos. “As reações provocadas pela reportagem após a sua emissão potenciam a sua visibilidade e geram novos conteúdos jornalísticos, tratados em espaços complementares (telejornais, programas de debate)” (Baptista, 2018, p. 99). Neste contexto, a Grande Reportagem acaba mesmo dar lugar a uma espécie de “*reality show*”, na medida em que passa a ocupar grande parte do telejornal, “que diariamente se dilui enquanto espaço informativo e passa a acolher conteúdos de natureza diversa: comentários, reações emocionadas dos presentes, incluindo dos jornalistas, depoimentos de outros envolvidos (Baptista, 2018, p. 101).

No caso da Grande Reportagem que utilizámos como exemplo são várias as questões que se podem levantar ao nível do estilo narrativo utilizado, dos efeitos visuais, da relação que se pretende estabelecer com o espetador enquanto seguidor de um conteúdo que apresenta características ficcionais, mas também de jornalismo de investigação. De acordo com Carla Baptista (2018), “é uma estratégia dramatúrgica poderosa, mas desafiante do ponto de vista jornalístico” (p. 99), aquela que é seguida neste trabalho, e que nos levanta várias questões para as quais procuramos encontrar respostas através das entrevistas que realizamos com os profissionais dos três canais generalistas de televisão.

Antes de terminarmos este ponto, importa também realçar que a introdução destas e outras estratégias no campo jornalístico nos ajudam a refletir também sobre o caminho que este tem procurado seguir rumo à rentabilização de conteúdos e à identificação de novos modelos de negócio que o tornem mais sustentável. Neste contexto, no ponto seguinte destacamos aqueles que são os principais programas de Grande Reportagem que podemos encontrar nos três canais generalistas nacionais. Para além da caracterização dos programas, salientamos o facto de alguns canais de televisão continuarem a apostar em programas exclusivamente dedicados ao jornalismo de investigação.

## **2.5. Os programas de Grande Reportagem nos canais generalistas.**

Na televisão portuguesa existem diversos programas dedicados à produção e emissão de Grandes Reportagens. Se durante muito tempo as Grandes Reportagens integravam os noticiários televisivos ou funcionavam enquanto extensão destes, nos últimos anos assistimos a uma nova tendência de criação de programas dedicados à produção e exibição destes conteúdos jornalísticos. Neste ponto procuramos descrever, ainda que de forma sucinta, cada um desses espaços, realçando as opções de cada um dos três canais generalistas. Começamos por falar do serviço público de televisão e de como a tradição da reportagem se manteve ao longo dos anos, apesar da mudança de nome dos espaços. Abordamos depois o caminho percorrido pelo primeiro canal privado e a aposta realizada num dos programas de Grande Reportagem que se tem mantido inalterado ao longo do tempo. Terminamos com a aposta que o segundo canal privado

fez, nos últimos anos, em programas dedicados ao jornalismo de investigação e à Grande Reportagem.

### **2.5.1. A Grande Reportagem no serviço público de Televisão: “Enviado Especial”, “Grande Reportagem”, “Em Reportagem”, “Linha da Frente” e “Sexta às 9”.**

Foi no serviço público de televisão, e nomeadamente na RTP1, que se realizaram os primeiros trabalhos de jornalismo de investigação, sob a forma de Grandes Reportagens Televisivas. O primeiro canal de televisão iniciou a produção de conteúdos de Grande Reportagem em 1998, com o programa “Enviado Especial”, da autoria de Diana Andriga. O “programa de grande reportagem especializada em temas contemporâneos, uma marca de rigor e isenção da RTP”, como era apresentado, teve episódios a serem emitidos até ao ano de 2018.

Já no ano de 2005, surge o programa “Grande Reportagem”. José Manuel Barata Feyo e Artur Albarran são dois dos jornalistas indicados, na ficha técnica, como intérpretes deste programa. No ano seguinte, mais concretamente em maio de 2006, arranca na RTP1 um novo programa dedicado à Grande Reportagem. “Em Reportagem”, assim se intitula “o programa de informação, de reportagem, que conta com a colaboração pontual de todos os jornalistas da RTP: redações de Lisboa e Porto, regiões, correspondentes e enviados especiais”. Da sinopse consta ainda a informação de que “as reportagens abordam todos os temas, desde a educação, imigração, defesa, prisões, integração social, religião, novas tecnologias, homossexualidade, entre outros”. O programa foi emitido entre 2006 e 2009, e contou com um total de 122 episódios. Estes dois primeiros espaços do canal público estão ligados ao telejornal, integrando-o ou funcionando como uma extensão deste, isto é, sendo emitido no seu seguimento.

Em setembro de 2009 surge um novo programa dedicado ao jornalismo de investigação e às Grandes Reportagens no canal público de televisão. “Linha da Frente”, assim se chama o programa, que continua, ainda hoje, a ser emitido. Na descrição do programa pode ler-se que o “Linha da Frente” é “um espaço de compromisso com o inconformismo, com a reportagem, com a notícia, com a verdade”. O programa promete “decifrar a realidade, com o rigor e a seriedade que a RTP já habituou os seus telespectadores”, e acrescenta, que “aqui, as respostas serão dadas”. O programa funciona como um conteúdo autónomo, ou seja, não está diretamente ligado ao telejornal e é atualmente coordenado pela jornalista Mafalda Gameiro.

Depois do “Linha da Frente” o canal público de televisão voltou a apostar num novo programa, desta vez com conteúdos claramente direcionados para o jornalismo de investigação. O programa “Sexta às 9” arranca em fevereiro de 2012 e continua até aos dias que correm. A apresentação do programa não deixa dúvidas, trata-se de “jornalismo de investigação sobre alguns dos casos mais polémicos da sociedade portuguesa”. O programa, coordenado e

apresentado pela jornalista Sandra Felgueiras, conta com trabalhos de uma equipa constituída por Soraia Ramos, João Ricardo Vasconcelos, Luís Miguel Loureiro, Duarte Valente e Joana Machado.

No serviço público de televisão a aposta ao nível do jornalismo de investigação e das Grandes Reportagens fez-se nos últimos anos através de programas autónomos, ou seja, não integrados nos noticiários televisivos, embora a sua emissão surja quase sempre no seguimento dos programas informativos.

### **2.5.2. O primeiro canal privado e a “Grande Reportagem SIC”.**

O primeiro canal privado de televisão apostou desde cedo na produção de Grandes Reportagens. Apesar da tradição que desde cedo existiu no canal, é apenas em 1996 que o canal passa a ter o primeiro espaço dedicado a este género jornalístico. “Grande Reportagem SIC”, assim se chama o programa de jornalismo de investigação que arrancou com a coordenação da jornalista Cândida Pinto. Mais de duas décadas depois do seu início, o programa continua a ser emitido e é hoje coordenado pela jornalista Amélia Moura Ramos.

Na página oficial do programa pode ler-se: “quando a realidade se torna complexa e as explicações tardam; quando uma névoa ofusca a verdade das coisas; quando a necessidade de saber mais se sobrepõe, a Grande Reportagem SIC impõe-se como a marca segura: credibilidade, profundidade, investigação. Grande Reportagem SIC: o programa mais premiado da televisão portuguesa”.

A SIC apresenta-se, no contexto dos três canais generalistas, como aquele que mantém o seu espaço dedicado à Grande Reportagem há mais tempo, para além de ser também o único canal que continua a apostar na sua emissão integrada no “Jornal da Noite”. É também neste noticiário que são exibidos os trabalhos produzidos no âmbito de um novo espaço lançado pelo canal. No final de 2018, o primeiro canal privado lançou o espaço “Investigação SIC”, “um espaço dedicado ao jornalismo de investigação da SIC” e que incentiva a participação do espetador: “Conte-nos o que merece ser denunciado... através do email [investigacao@sic.pt](mailto:investigacao@sic.pt)”.

Apesar desta opção surgir no seguimento daquela que foi também a aposta dos restantes canais, em conteúdos de jornalismo de investigação, destaca-se por um lado a dimensão variável dos conteúdos que são apresentados na página deste novo espaço, mas sobretudo o facto deste ser mais um segmento de informação que o canal decidiu incorporar dentro do “Jornal da Noite”, mantendo assim a aposta no seu noticiário como agregador de todos os conteúdos informativos. Importa também realçar que o facto de o principal programa de Grandes Reportagens ser emitido ininterruptamente durante mais de duas décadas, revela um forte investimento por parte do canal no género mais nobre do jornalismo.

### **2.5.3. A aposta da TVI na investigação e na reportagem: “Repórter TVI”; “Ana Leal”; “Alexandra Borges”.**

O segundo canal de televisão privado em Portugal arrancou com um programa dedicado às Grandes Reportagens em janeiro de 2011. Com o nome “Repórter TVI”, o programa começa por ser emitido fora do noticiário, para passar, posteriormente a integrar o “Jornal Nacional”. No site do programa a descrição realça a periodicidade com que é feita a emissão, mas também o trabalho dos profissionais. “Todas as semanas, as grandes reportagens dos jornalistas da TVI. Temas polémicos, investigações profundas, alertas sociais. Reportagens premiadas, de uma equipa de jornalistas que assegura, semanalmente, a melhor informação”.

O programa continua a ser emitido na atualidade, mas o número de trabalhos produzidos até ao momento (setembro de 2019) parecem indicar um desinvestimento na produção de trabalhos no contexto deste programa. O motivo para este aparente desinvestimento pode estar relacionado com a estratégia adotada pelo canal, que a partir do final do ano de 2018 e no início de 2019 arrancou com dois novos programas, dedicados ao jornalismo de investigação. As jornalistas Ana Leal e Alexandra Borges passaram então a ter programas com os próprios nomes. No caso de Ana Leal, no site do programa pode ler-se: “o jornalismo de investigação tem um nome. Conhece casos que merecem ser investigados? Entre em contacto para [analeal@tvi.pt](mailto:analeal@tvi.pt)”. Já no caso de Alexandra Borges, o desafio que é lançado ao espectador é que: “denuncie casos de injustiça. Jornalismo de proximidade e cidadania para [aborgesqueixas@tvi.pt](mailto:aborgesqueixas@tvi.pt)”.

Para além desta aposta que o canal fez no jornalismo de investigação e nas Grandes Reportagens, através de dois programas dedicados a esta vertente do jornalismo e a este género, importa realçar que a estratégia não passa apenas pela emissão dos trabalhos jornalísticos, mas também pela criação de novos conteúdos, nomeadamente debates e programas de comentário, que têm por base os conteúdos revelados nas investigações realizadas.



## **Parte II**

# **Investigação empírica**





# Capítulo 3. Metodologia e desenho da investigação.

Depois de na primeira parte do trabalho termos procedido à revisão da literatura, ou seja, “à identificação, localização e análise de documentos que contêm informação relacionada com o tema de uma investigação específica” (Coutinho, 2015, p. 59), iniciamos esta segunda parte do trabalho com um capítulo dedicado à explicação do desenho da investigação. Como refere Clara Coutinho, todo “o processo de uma investigação necessita ser planeado, desde o momento em que se seleciona a problemática, se formulam as hipóteses, se definem as variáveis e se escolhem os instrumentos, até à fase em que se interpretam e comunicam os resultados” (Coutinho, 2015, p. 47). É precisamente o caminho percorrido em termos metodológicos que pretendemos expor, começando por destacar o problema de investigação e as hipóteses, para depois apresentarmos a abordagem metodológica mista que decidimos seguir neste estudo e que nos levou a utilizar instrumentos de recolha de dados quantitativos e qualitativos. Trata-se assim de explicar aquilo que “na literatura se designa por *research design*” (Coutinho, 2015, p. 47) e que constitui uma tarefa fundamental em qualquer investigação.

## 3.1. O problema e as hipóteses de investigação.

No desenho e planificação da investigação que pretendemos desenvolver começamos por uma das etapas mais importantes: a definição do problema de investigação. Clara Coutinho realça que toda a “investigação envolve sempre um problema, seja ele (ou não) formalmente explicitado pelo investigador”. A autora faz ainda a distinção entre a forma como o problema pode ser definido, em função do tipo de metodologia adotado.

Na investigação que adota uma metodologia de cariz quantitativo, a formulação do problema faz-se via de regra numa fase prévia, seja sob a forma de uma pergunta (interrogativa), seja sob a forma de um objetivo geral (afirmação). Quando a investigação adota uma metodologia qualitativa, menos estruturada e pré-determinada, o problema pode ser formulado de uma forma muito geral, como que “emergindo” no decurso da investigação (Coutinho, 2015, p. 49).

Considerando que neste trabalho optámos por uma metodologia de tipo misto, como veremos no ponto seguinte, entendemos que a definição do problema deveria ser feita numa fase prévia, seguindo a revisão bibliográfica efetuada, e como forma de “focalizar a atenção do investigador para o fenómeno em análise, desempenhando o papel de “guia” na investigação” (Coutinho, 2015, p. 47).

Para a elaboração deste “guia” existem, no entanto, diversas possibilidades, ou seja, o problema de investigação pode ser definido de diferentes formas, em função do tipo de revisão da literatura efetuada, mas tendo também em conta a própria realidade que se pretende

estudar. O problema de investigação pode assim ser definido, de uma forma muito geral, como: o estudo das Grandes Reportagens Televisivas enquanto jornalismo de investigação ou dito de outra forma, o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas a partir da perspectiva dos jornalistas que trabalham nos órgãos televisivos. No entanto, “na opinião de Cardona Moltó (2002), é desejável que a definição do problema seja o mais específica possível contendo os aspetos essenciais do estudo, ou seja, fazer referência ao que se estuda (objeto de investigação), com quem se vai levar a cabo a investigação (sujeitos) e como se estuda o problema (definição de variáveis)” (*apud* Coutinho, 2015, p. 50).

Seguindo a proposta dos autores, entendemos que podemos definir o problema de investigação de forma mais específica. O propósito deste estudo é então o de investigar a importância que as grandes reportagens televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação, considerando as tendências, estruturas e modelos de produção jornalística seguidos na atualidade. O trabalho pretende fazer esta análise a partir da perceção dos jornalistas e considerando também as funções, repercussão e impacto que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade.

Formulado desta forma, e ainda que através de uma afirmação e não da tradicional interrogação, consideramos que fica claro qual o objeto da investigação, mas também os sujeitos e as variáveis que são consideradas. Diretamente relacionado com o problema em estudo, encontram-se os objetivos da investigação. De acordo com Cardona Moltó (2002), podemos falar de objetivos “exploratórios (descritivos) ou analíticos (explicativos ou preditivos)” (*apud* Coutinho, 2015, p. 51). Neste trabalho os objetivos são exploratórios ou descritivos, na medida em que “aproximam-nos a problemáticas pouco conhecidas e implicam: identificar e/ou descrever características ignoradas até ao momento; quantificar a frequência de algum fenómeno social; selecionar problemas ou áreas de interesse para a investigação” (*idem*).

Os objetivos são então exploratórios e descritivos, porque embora o jornalismo de investigação não seja uma temática nova, a verdade é que são ainda escassos os trabalhos académicos sobre a relação entre as Grandes Reportagens Televisivas e esta vertente jornalística. Por outro lado, ao procurarmos analisar as tendências, estruturas e modelos de produção das Grandes Reportagens Televisivas na atualidade, podemos contribuir para a exploração e descrição de uma nova realidade na qual podem surgir novas questões de investigação. Neste contexto, o estudo é guiado por três objetivos principais:

- Estudar a importância que as Grandes Reportagens Televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação;
- Analisar as tendências, estruturas e modelos de produção das Grandes Reportagens Televisivas;

- Analisar as funções, repercussão e impacto que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade na perspetiva dos jornalistas que as produzem.

Depois de definirmos o problema e os objetivos do estudo, centramos a nossa atenção nas hipóteses de investigação. A definição das hipóteses varia também, como a problemática, em função do paradigma de investigação que se decide seguir.

Sendo uma previsão de explicação de um fenómeno que está expresso no problema a investigar, resulta óbvio que o papel da hipótese numa investigação dependerá da perspetiva ou paradigma - quantitativa/positivista ou qualitativa/interpretativa - em que se insere a investigação propriamente dita (Coutinho, 2015, p. 53).

Como veremos no ponto seguinte, neste trabalho optámos por uma metodologia mista, o que nos obrigou a considerar hipóteses dedutivas, características dos estudos quantitativos, mas também indutivas, mais comuns nos estudos qualitativos, e que não sendo formuladas inicialmente, emergem no decurso da investigação. Neste sentido, se a hipótese de investigação é uma possível explicação para o problema em estudo, consideramos neste trabalho cinco hipóteses principais:

H1. As Grandes Reportagens Televisivas continuam a ter um papel importante no contexto do jornalismo de investigação uma vez que a sua produção tem aumentado nos últimos anos em Portugal.

H2. A escassez de profissionais e a rapidez com que é necessário produzir conteúdos na atualidade são fatores que estão a afetar as Grandes Reportagens Televisivas, enquanto género que exige maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico.

H3. A complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar o tratamento jornalístico contribuem para a adoção de novos formatos na produção das Grandes Reportagens Televisivas.

H4. A tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas afeta a compreensão do público e transforma produtos jornalísticos em conteúdos ficcionais.

H5. As Grandes Reportagens Televisivas são determinantes ao nível da vigilância dos poderes e da prestação de contas (*accountability*), funções tradicionalmente asseguradas pelo jornalismo de investigação.

As hipóteses foram formuladas, como referimos, tendo em conta o problema a investigar, mas também a forma como a investigação se desenrolou, ou seja, no decurso da própria recolha de dados foram emergindo novas hipóteses que considerámos, por entendermos que podem contribuir para cumprir os objetivos da investigação. No entanto, importa lembrar que a

intenção do trabalho não é fazer inferências da amostra para a população, mas apenas tentar recolher dados que permitam estudar a produção das Grandes Reportagens Televisivas no contexto do jornalismo de investigação, através da perspectiva dos profissionais, e dessa forma explorar tendências e modelos.

Depois de definirmos o problema, os objetivos e as hipóteses de investigação, avançamos no desenho do trabalho, com a explicação da abordagem metodológica que decidimos seguir e que nos orientou através de uma metodologia mista.

## **3.2. A complementaridade entre paradigmas de investigação: a metodologia de tipo misto.**

Falar em paradigmas ou tradições de investigação é importante para se perceber não apenas a opção por uma determinada metodologia, mas também os instrumentos de recolha de dados escolhidos. Mas do que falamos quando nos referimos a paradigma de investigação? De acordo com os investigadores, esta expressão serve para definir “um conjunto articulado de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico” (Coutinho, 2015, p. 9).

Neste sentido, no campo das Ciências Sociais e Humanas defende-se que existem três grandes tradições ou paradigmas de investigação: “o positivista ou quantitativo; o interpretativo ou qualitativo; e o paradigma sociocrítico ou hermenêutico (Bisquerra, 1989; Latorre et al., 1996; Morin, 1983)” (apud Coutinho, 2015, p. 11). No contexto deste trabalho interessa-nos destacar quer o paradigma quantitativo, quer o paradigma qualitativo, uma vez que a proposta metodológica que decidimos seguir cruza as duas tradições.

O paradigma quantitativo, também designado de “empírico-analítico, racionalista, empiricista”, caracteriza-se, como o próprio nome indica, por uma utilização de uma metodologia quantitativa, numa tentativa de adaptação dos modelos das Ciências Naturais às Ciências Sociais e Humanas.

Do ponto de vista conceptual, a pesquisa centra-se na análise de factos e fenómenos observáveis e na mediação/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo da investigação empírica (Coutinho, 2015, p. 26).

De acordo com os investigadores, esta tradição defende que existem soluções objetivas para os problemas sociais e, nesse sentido, que é possível explicar os fenómenos através de métodos científicos (Carr & Kemmis, 1988 apud Coutinho, 2015, p. 26). Já o paradigma qualitativo, também conhecido como interpretativo, “pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e ação” (Coutinho, 2015, p. 17). Nesta abordagem, mais do que transformar em números uma

determinada realidade, o investigador procura avaliar as intenções e as ações dos sujeitos e através delas reunir pistas que o ajudem a compreender um determinado fenómeno.

A nível conceptual, o objeto de estudo na investigação não são os comportamentos, mas as intenções e situações, ou seja, trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspetiva dos atores intervenientes no processo (Coutinho, 2015, p. 28).

Esta abordagem procura assim compreender como os sujeitos interpretam diferentes situações, através de um método que é essencialmente indutivo. Neste estudo este paradigma assume particular relevância tendo em conta as técnicas de recolha de dados escolhidos. Mas antes de falarmos sobre os procedimentos adotados para a seleção da amostra e a recolha dos dados, importa realçar que o debate entre os diversos paradigmas, particularmente o quantitativo e o qualitativo tem marcado grande parte da investigação das últimas décadas.

Durante vários anos foram vários os defensores da impossibilidade de utilizar simultaneamente dois paradigmas de investigação. De acordo com Clara Coutinho, só a partir dos anos 80 é que o “confronto virulento que pugnava pela imposição do modelo do paradigma único deu lugar a uma situação de maior tranquilidade em que se começa a aceitar a possibilidade de influências mútuas” (2015, p. 33). A possibilidade de combinar abordagens quantitativas e qualitativas abriu espaço para o desenvolvimento de novas investigações e adoção de metodologias mistas.

O que deve determinar a opção metodológica do investigador não será a adesão a uma ou outra metodologia, a um ou outro paradigma mas o problema a analisar; como comenta Anguera (1985): “Um investigador não tem de aderir cegamente a um dos paradigmas, podendo eleger livremente uma relação de atributos que, indistintamente, provenham de um ou de outro, se assim se conseguir uma adaptação flexível à sua problemática” (p. 133) (apud Coutinho, 2015, p. 35).

É precisamente por considerarmos que é possível relacionar as perspetivas quantitativas e qualitativas, que neste trabalho a opção recaiu sobre uma metodologia de cariz misto, que combina, como veremos mais à frente, métodos e técnicas de recolha de dados quantitativas (análise de conteúdo) e qualitativas (entrevistas). Esta combinação de metodologias e instrumentos de recolha de dados permite-nos aprofundar o problema em estudo e constitui por isso uma importante abordagem no desenho da nossa investigação. Partindo desta metodologia de tipo misto no ponto seguinte explicamos os procedimentos adotados para a seleção das amostras dos objetos a estudar.

### **3.3. O processo de seleção da amostra: das reportagens aos profissionais.**

Como referimos no ponto anterior, as abordagens metodológicas de tipo misto combinam métodos e técnicas de recolha de dados quantitativos e qualitativos, mas implicam também, em muitos casos, processos de seleção da amostra distintos. No caso deste trabalho podemos

assim falar de duas amostras distintas, ainda que relacionadas entre si. Por um lado, considerámos as Grandes Reportagens Televisivas enquanto objeto de estudo, por outro, os profissionais da informação, isto é, os jornalistas que as realizaram.

No processo de seleção das Grandes Reportagens Televisivas que integrariam a investigação, definimos inicialmente um critério que passava pela identificação dos trabalhos jornalísticos identificados enquanto jornalismo de investigação nos três canais generalistas (RTP1, SIC e TVI). A dificuldade em selecionar apenas os trabalhos jornalísticos considerados como grandes produções de investigação, levou-nos a rever o nosso critério e adotar uma nova estratégia. Decidimos então fazer um levantamento de todas as Grandes Reportagens Televisivas produzidas a partir do ano de 2008 e até 2018, ou seja, considerámos a produção de reportagens nos últimos dez anos como forma de efetuar uma análise cronológica. Para a composição da amostra recorremos aos sites oficiais de cada um dos canais de televisão, RTP1, SIC e TVI, e nesses espaços procurámos fazer o levantamento das Grandes Reportagens realizadas, considerando em particular os espaços e os programas identificados como de Grande Reportagem<sup>50</sup>. Neste contexto importa referir que foram consideradas não apenas as Grandes Reportagens que integram os serviços noticiosos, mas também os programas dedicados a este género jornalístico que podem ou não integrar os noticiários de cada uma das estações (ver Tabela 1).

Tabela 1. Programas considerados para a seleção da amostra de Grandes Reportagens a analisar.

| Canal televisivo | Programas/Espaços nos Noticiários | Período de exibição |
|------------------|-----------------------------------|---------------------|
| RTP1             | Em Reportagem                     | 2008 - 2009         |
|                  | Linha da Frente                   | 2009 - 2018 *       |
|                  | Sexta às 9                        | 2011 - 2018 *       |
| SIC              | Grande Reportagem SIC             | 2008 - 2018 *       |
| TVI              | Repórter TVI                      | 2008 - 2018 *       |
|                  | Ana Leal                          | 2018 - ... *        |

\* Programas que continuam a ser emitidos

Através do levantamento efetuado nos sites de cada um dos canais generalistas e considerando os diferentes programas, foi possível identificar um total de 1172 reportagens produzidas entre 2008 e 2018. Importa realçar, uma vez mais, que este número, que constitui a amostra de

<sup>50</sup> Sites: “Em Reportagem” (RTP) [url] <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p20716>; “Linha da Frente” (RTP) [url] <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p36585>; “Sexta às 9” (RTP) [url] <http://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p28597>; “Grande Reportagem SIC” (SIC) [url] <https://sicnoticias.pt/programas/reportagensic>; “Repórter TVI” (TVI) [url] <https://tviplayer.iol.pt/programa/reporter-tvi/53c6b3483004dc006243bd77>; “Ana Leal” (TVI) [url] <https://tvi24.iol.pt/equipatvi24/ana-leal/53f614203004bbf68d25ab7d>; “Alexandra Borges” (TVI) [url] <https://tviplayer.iol.pt/programa/alexandra-borges/5c4b427d0cf2adafd003503a>

reportagens, resulta de um levantamento efetuado única e exclusivamente através dos sites dos canais e que, nesse sentido, podem existir outros trabalhos que não sendo disponibilizados online, acabam por não fazer parte desta amostra.

Depois de definirmos a amostra de Grandes Reportagens Televisivas a analisar, avançámos para a seleção da amostra de jornalistas a entrevistar. Como referimos anteriormente o processo de seleção das amostras encontrava-se relacionado, uma vez que procurámos inicialmente selecionar jornalistas que tivessem realizado pelo menos uma das reportagens que integravam a nossa amostra. Considerando o elevado número de jornalistas que em cada um dos canais de televisão desenvolve trabalhos de Grande Reportagem, foi necessário definir um segundo critério para proceder a uma seleção. Foi então considerado como critério a escolha dos jornalistas que tinham realizado Grandes Reportagens no ano de 2018 num dos programas/espços/noticiários analisados. Selecionados os jornalistas a entrevistar procurámos, no momento seguinte, estabelecer o contacto com os mesmos, através do envio de email, com o objetivo de marcar uma entrevista presencial. Nalguns casos não obtivemos qualquer resposta e noutros as respostas foram muito distintas. Deparámo-nos também com uma dificuldade, que foi obter *feedback* por parte dos jornalistas, em função da sua agenda e das suas deslocações em reportagem.

Nesse momento, e seguindo os dois principais métodos de seleção da amostra - probabilístico e não-probabilístico -, optámos por uma abordagem não probabilística, na qual “não podemos especificar a probabilidade de um sujeito pertencer a uma dada população” (Coutinho, 2015, p. 95). Seguimos assim um procedimento amostral que foi um misto de amostragem por conveniência, na medida em que procurámos “grupos intactos já constituídos” (Coutinho, 2015, p.95), como os dos jornalistas de cada um dos três canais de televisão generalista, mas ao mesmo tempo uma amostragem criterial, no sentido em que foram selecionados “segmentos da população para o estudo segundo um critério pré-definido” (Coutinho, 2015, p.95), sendo neste caso o critério a realização de Grandes Reportagens Televisivas.

Considerando as dificuldades encontradas durante o processo de composição da amostra, seguimos também o processo de constituição da amostra conhecido como “bola de neve” (*snowball sampling*), uma vez que se “identificaram membros da população alvo e se lhes pediu que identificassem outros membros dessa mesma população” (Coutinho, 2015, p. 97). Conscientes de que os procedimentos amostrais adotados não garantem representatividade, avançámos no sentido de conseguir respostas que nos permitissem cumprir os objetivos da investigação.

O número de contactos efetuados foi largamente superior ao de respostas obtidas, sobretudo se considerarmos que não foi possível entrevistar alguns dos jornalistas com os quais chegámos a falar por e-mail. Nesse sentido, o resultado dos diferentes procedimentos adotados para a

seleção da amostra foi a constituição de um grupo de nove jornalistas, que se subdividem em grupos de três, de acordo com cada um dos canais generalistas de televisão (ver Tabela 2).

Apesar da dimensão da amostra ser importante, no sentido de garantir a qualidade dos resultados da investigação, a verdade é que muitos autores “defendem ser mais importante o cuidado na seleção da amostra do que propriamente o tamanho da mesma (Best & Kahn, 1993; Charles, 1998; Mertens, 1998)” (Coutinho, 2015, p. 99). Tendo em conta que procurámos assegurar todos os aspetos na seleção da amostra dos jornalistas, e que não existe qualquer intuito de generalização dos resultados para além do grupo em estudo, entendemos que o número de jornalistas entrevistado nos permite recolher dados suficientes para a identificação de importantes tendências quanto à produção de Grandes Reportagens Televisivas.

Tabela 2. Procedimentos adotados para a seleção da amostra e jornalista entrevistados.

| Canal televisivo | Jornalistas          | Modo de realização da entrevista   |
|------------------|----------------------|--|
| RTP              | Jacinto Godinho      | Presencial   |
|                  | José António Pereira | Correio eletrónico (e-mail)  |
|                  | Luís Loureiro        | Telefone   |
| SIC              | Carlos Rico          | Correio eletrónico (e-mail)  |
|                  | Pedro Coelho         | Presencial   |
|                  | Diana Matias         | Correio eletrónico (e-mail)  |
|                  | Amélia Moura Ramos   | Não foi possível marcar uma data para a realização da entrevista e não se obteve resposta às perguntas por e-mail              |
|                  | Miriam Alves         |  |
|                  | Catarina Neves       |  |
| TVI              | Alexandra Borges     | Correio eletrónico (e-mail)  |
|                  | Rolando Santos       | Presencial   |
|                  | Paulo Salvador       | Correio eletrónico (e-mail)  |
|                  | Isabel Semedo        | Não foi possível marcar uma data para a realização da entrevista e não se obtiveram respostas às perguntas enviadas por e-mail |
|                  | Ana Leal             |  |
|                  | Rui Araújo           |  |
|                  | Catarina Canelas     |  |

Na tabela podemos observar que para além dos jornalistas que compõem a amostra, existem outros, com os quais chegámos a estabelecer contacto, sobretudo por e-mail, mas junto dos quais não foi possível realizar a entrevista. A amostra é então composta por um total de nove jornalistas distribuídos por cada um dos três canais generalistas de televisão. Neste ponto e antes de prosseguirmos importa proceder a uma breve caracterização dos jornalistas que



integram a amostra, para que se conheça sucintamente o percurso de cada um, sobretudo em relação ao trabalho que desenvolveram e continuam a desenvolver na área da Grande Reportagem Televisiva. Os dados apresentados foram recolhidos junto dos jornalistas, nomeadamente através das questões colocadas na primeira parte da entrevista com o propósito de ajudar à caracterização socioprofissional.

Tabela 3. Breve caracterização dos jornalistas entrevistados por canal televisivo.

| Canal televisivo | Jornalistas          | Idade | Anos de carreira | Anos como jornalista no canal televisivo                            |
|------------------|----------------------|-------|------------------|---|
| RTP1             | Jacinto Godinho      | 55    | 31               | 31  |
|                  | José António Pereira | 25    | 5                | 4   |
|                  | Luís Loureiro        | 50    | 27               | 22 (4 no programa “Sexta as 9”)                                     |
| SIC              | Carlos Rico          | 53    | 33               | 26  |
|                  | Pedro Coelho         | 52    | 30               | 27  |
|                  | Diana Matias         | 35    | 13               | 18 (5 como Produtora editorial do programa “Grande Reportagem SIC”) |
| TVI              | Alexandra Borges     | 50    | 29               | 19  |
|                  | Rolando Santos       | 46    | 18               | 16  |
|                  | Paulo Salvador       | 54    | 30               | 26  |

## TVI

Da amostra de jornalistas da estação de televisão privada TVI fazem parte Rolando Santos, Paulo Salvador e Alexandra Borges, que se destaca por ser atualmente coordenadora de um programa de jornalismo de investigação com o seu nome. Jornalista desde os 21 anos, Alexandra Borges começou como produtora na TVE enquanto ainda estudava na Universidade Nova. Depois, foi jornalista na RP, onde foi convidada para a CNN, tendo também passado pela Globo. Posteriormente, integrou a equipa da TVI onde continua até à atualidade, tendo já produzido várias Grandes Reportagens

Paulo Salvador é jornalista há 31 anos, iniciou o seu percurso profissional na rádio, passando pela Rádio Universidade, Rádio Geste, Renascença, tendo posteriormente seguido carreira profissional no jornalismo impresso, em empresas como o “Jornal Sete”, “O Semanário”, o “Jornal Universitário”. Integrou a equipa da RTP, tendo depois passado para a equipa da TVI, onde é jornalista e autor de Grandes Reportagens que integram o espaço “Repórter TVI”.

Rolando Santos é jornalista há 18 anos. Começou por fazer trabalhos na área do jornalismo antes mesmo de ter carteira profissional. Entre 2001 e 2002 trabalhou na RTP. Em 2003 passou a fazer parte da equipa de jornalistas da TVI e é nessa estação que trabalha atualmente. Embora não trabalhe exclusivamente na área da Grande Reportagem, o jornalista apresenta propostas

dentro desse género à sua Direção de Informação, que uma vez aceites integram o espaço “Repórter TVI”.

## **SIC**

A amostra de jornalistas do primeiro canal de televisão privado português é constituída por Carlos Rico, Pedro Coelho e Diana Matias. Neste núcleo de jornalistas todos se dedicam à produção de trabalhos para o programa “Grande Reportagem SIC”, fazendo parte dos cinco elementos que desempenham funções específicas nesta área no canal.

Carlos Rico é jornalista há 33 anos. Começou por desempenhar funções na Rádio Renascença, entre 1986 e 1989. Foi cofundador da Rádio Nova, onde esteve entre 1989 e 1992. Durante esse período colaborou ainda com a RTP, nomeadamente nos anos de 1991 e 1992. Desde a fundação da SIC que faz parte da equipa de jornalistas, tendo já desempenhado funções de Coordenador da Delegação do Porto e de Diretor de Informação do canal, entre 2000 e 2003. Atualmente exerce funções no programa “Grande Reportagem SIC”, a partir dos estúdios da SIC em Matosinhos.

Pedro Coelho é jornalista há 30 anos. É licenciado em Ciências da Comunicação, Mestre e Doutor na área. Na sequência da sua licenciatura, fez um estágio curricular na Rádio Comercial, onde permaneceu durante um ano. Depois do estágio foi convidado a permanecer, mas decidiu continuar, no Correio da Manhã Rádio, onde trabalhou durante três anos e onde foi mesmo Chefe de Redação. Em 1992 integra a primeira equipa de jornalistas da SIC, a convite do próprio Emídio Rangel. Já exerceu funções como jornalista do dia-a-dia, já exerceu enquanto jornalista especializado na área do Poder Local e do Ambiente. Já foi Editor de Sociedade e Cultura e também desempenhou funções de Chefe de Redação, numa época em que o cargo se intitulava de Editor Executivo. Trabalha desde 2008 como Grande Repórter. Para além da atividade como jornalista é também Professor Auxiliar Convidado na Universidade Nova de Lisboa.

Diana Matias é jornalista há 18 anos, praticamente desde que saiu da universidade. Licenciou-se em Ciências da Comunicação, na variante de Jornalismo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa. Fez o seu estágio curricular na SIC, onde acabou por ficar. Nos últimos cinco anos tem desempenhado funções enquanto Produtora Editorial no programa “Grande Reportagem SIC”.

## **RTP1**

No canal público de televisão foram entrevistados os jornalistas Jacinto Godinho, José António Pereira e Luís Loureiro. Nenhum dos três profissionais se dedica exclusivamente à realização de Grandes Reportagens, mas já todos fizeram trabalhos na área e Luís Loureiro faz mesmo parte de um programa dedicado ao jornalismo de investigação.

Jacinto Godinho é jornalista há 33 anos. Deu os primeiros passos no jornalismo quando ainda estava na universidade, no programa Rádio Universidade, onde aprendeu as funções básicas do jornalismo. O jornalista e documentarista entrou depois para a RTP onde permanece até hoje. No canal televisivo Jacinto Godinho já fez um pouco de tudo na área do jornalismo. Enquanto esteve na Delegação da RTP no Porto fez peças de Desporto, Economia e Política. Passados mais de quatro anos voltou para Lisboa, onde desempenhou funções na informação diária. Nos anos 90 fez parte de todos os grupos de investigação jornalística da RTP. Posteriormente, surgiu a oportunidade de realizar o programa “Crónica do Século”, que marcou a sua estreia na área do documentário. Apesar de ter ingressado neste projeto continuou a realizar Grandes Reportagens na RTP. Através da série documental “Eles que Partem”, ganhou o segundo prémio gazeta. Hoje dedica-se ao que chama o projeto da sua vida, que consiste em retratar 70 anos da história do jornalismo, da altura da PIDE.

José António Pereira é jornalista há 5 anos. Começou por colaborar na comunicação regional quando ainda estava na universidade. Colaborou com um jornal regional e uma rádio em Resende, e também com outra rádio em Lamego. Fez um estágio curricular em 2014, no Correio da Manhã e na CMTV, onde posteriormente trabalhou durante cerca de dez meses. Começou a trabalhar na RTP em julho de 2015, onde permanece até hoje. Fez a cobertura do incêndio de Pedrógão Grande e uma Grande Reportagem, inserida no âmbito do “Linha da Frente”, onde se retratou a vida nas aldeias afetadas um ano após a tragédia.

Luís Loureiro é jornalista há 27 anos. É licenciado em Bioquímica e Doutor em Ciências da Comunicação. Apesar do seu percurso académico não se ter iniciado na área do jornalismo, foi durante a universidade que teve o primeiro contacto com o mundo do jornalismo, com a oportunidade de trabalhar em rádio. Foi com essa experiência que decidiu qual seria o seu percurso profissional. Trabalhou na Rádio Nova, entre 1992 e 1994, passando posteriormente para a Rádio Comercial, onde ficou por três anos. Em 1997 foi convidado a trabalhar na RTP, onde permanece até hoje. Desde 2015 desempenha funções no programa “Sexta às 9”, coordenado pela jornalista Sandra Felgueiras, onde trabalha exclusivamente temáticas voltadas para o jornalismo de investigação.

Com esta breve caracterização dos jornalistas, ficamos a conhecer o percurso de cada um, mas percebemos também que apesar da amostra não ser representativa, não permitindo extrapolações, é suficientemente diversificada em termos de perfis, quer dos profissionais, quer dos programas em que trabalham. Na caracterização da amostra destaca-se ainda o facto de os jornalistas envolvidos na área da Grande Reportagem, nas também na produção de conteúdos de investigação, serem na sua maioria jornalistas com vários anos de experiência.

Depois de seleccionarmos as amostras no ponto seguinte apresentados as estratégias de recolha de dados utilizadas no âmbito da metodologia de tipo misto que decidimos seguir neste trabalho.

### **3.4. As estratégias de recolha de dados.**

Como vimos anteriormente os diferentes paradigmas de investigação adotam abordagens distintas em relação aos métodos e às técnicas de recolha de dados. Apesar de na literatura “metodologia”, “métodos” e mesmo “técnicas” surgirem muitos vezes com o mesmo sentido, a verdade é para alguns autores existem diferenças entre cada um dos termos que importa considerar (Coutinho, 2015, p. 24).

Para Bisquerra “os métodos de investigação constituem o caminho para chegar ao conhecimento científico, (sendo) o conjunto de procedimentos que servem de instrumentos para alcançar os fins da investigação” (1989, p. 55 apud Coutinho, 2015, p. 24). Nesse sentido o autor entende que podem existir diferentes técnicas dentro de um mesmo método, considerando que “a relação entre método e técnica é semelhante à que existe entre género e espécie em biologia” (ibidem). Considerando que existem diferentes técnicas de recolha de dados no contexto das metodologias quantitativas e qualitativas, importa explicar o que nos levou a optar, no contexto do modelo misto que seguimos, pela análise de conteúdo e pela realização de entrevistas.

#### **3.4.1. A análise de conteúdo como estratégia de recolha de dados.**

Como Latorre et al. referem, “...o método é o caminho e as técnicas o modo de percorrê-lo” (1996, p. 876 apud Coutinho, 2015, p. 24). Neste sentido, a análise de conteúdo enquanto técnica característica do paradigma quantitativo assumiu-se, no contexto deste trabalho, como a melhor forma de percorrer o caminho para analisar as Grandes Reportagens Televisivas de forma objetiva e sistemática.

Enquanto técnica que procura “simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação” (Vala, 1986, p. 110), a análise de conteúdo permitiu-nos, considerando a amostra de reportagens selecionada, atribuir sentido aos dados, ou seja, compreender a evolução da produção de Grandes Reportagens Televisivas nos últimos dez anos nos três canais generalistas. No entanto, na realização de uma análise de conteúdo é preciso ter em conta diferentes aspetos, a começar pelo próprio objeto em análise. Nesse sentido, para além da seleção da amostra, é fundamental que seja criada uma grelha com os critérios que devem ser tidos em conta na análise.

Tabela 4. Variáveis e categorias utilizadas na análise das Grandes Reportagens.

| Variável                     | Categoria                                |
|------------------------------|--|
| Nº da reportagem             | -  |
| Canal de televisão           | RTP1                                     |
|                              | SIC                                      |
|                              | TVI                                      |
| Data                         | Dia                                      |
|                              | Mês                                      |
|                              | Ano                                      |
| Duração                      | Descritiva                               |
| Título                       | Descritiva                               |
| Categoria temática           | Economia                                 |
|                              | Ambiente                                 |
|                              | Educação e Ciência                       |
|                              | Política                                 |
|                              | Cultura                                  |
|                              | Polícia e Justiça                        |
|                              | Saúde                                    |
|                              | Religião                                 |
|                              | Desporto                                 |
|                              | Urbanismo e Transportes, Turismo         |
|                              | Pobreza e Exclusão Social Associativismo |
|                              | Novas tecnologias/Meios de comunicação   |
|                              | Agricultura e Pescas                     |
|                              | Sociedade                                |
|                              | Outro                                    |
| Subcategoria temática        | Descritiva                               |
| Categoria geográfica         | Âmbito local                             |
|                              | Âmbito regional                          |
|                              | Âmbito nacional                          |
|                              | Âmbito internacional                     |
| Espaço de exibição           | Noticiário                               |
|                              | Programa Autónomo                        |
| Noticiário/Programa Autónomo | Noticiário das 13h                       |
|                              | Noticiário das 20h                       |
|                              | Linha da Frente                          |
|                              | Sexta às 9                               |
|                              | Em Reportagem                            |
|                              | Grande Reportagem SIC                    |
|                              | Repórter TVI                             |
|                              | Ana Leal                                 |
| Autoria                      | Jornalista                               |
|                              | Repórter de Imagem                       |
|                              | Editor                                   |

No âmbito do nosso trabalho considerámos um conjunto de critérios que podem ser aplicados na análise de cada uma das Grandes Reportagens, seguindo em parte a informação que consta da ficha técnica de cada trabalho. Não se trata de uma análise do produto jornalístico no que diz respeito ao conteúdo jornalístico propriamente dito, mas dos elementos formais que nos ajudam a caracterizá-lo em relação aos restantes conteúdos informativos. Cada uma das

Grandes Reportagens foi assim categorizada tendo em conta as seguintes variáveis: a) canal de televisão; b) data; c) duração; e) título; f) categoria temática; g) subcategoria temática; h) categoria geográfica; i) espaço ou programa de exibição; j) autoria.

No âmbito da análise de conteúdo optámos pela análise quantitativa direta, uma vez que procedemos à contagem das respostas tal como estas aparecem, sem fazer por isso qualquer tipo de inferência. Esta opção deve-se ao facto de as categorias e as variáveis definidas estarem sobretudo relacionadas com a forma do género jornalístico e menos com o seu conteúdo. É no cruzamento entre os dados da análise de conteúdo, quantitativos, e das entrevistas, qualitativos, que tentaremos tirar ilações que nos permitam compreender as tendências e os modelos de produção das Grandes Reportagens na atualidade.

### **3.4.2. As entrevistas enquanto instrumento para a obtenção de dados.**

No âmbito da metodologia de tipo misto que decidimos seguir neste trabalho, complementámos a análise de conteúdo com a realização de entrevistas junto de uma amostra de jornalistas. A opção por esta técnica de recolha de dados no contexto da investigação qualitativa teve sobretudo que ver com a necessidade de perceber como é que os próprios jornalistas observam as práticas desenvolvidas ao nível do jornalismo de investigação e a sua relação com as Grandes Reportagens Televisivas.

Esta técnica revelou-se importante não apenas pelo facto de estarmos perante profissionais que são jornalistas há vários anos, mas também porque vários já foram coordenadores de programas de jornalismo de investigação e têm, ou já tiveram, funções de Direção de Programas de Grande Reportagem. A estas razões soma-se a ideia de que as entrevistas são, enquanto técnica de recolha de dados qualitativa, aquelas que permitem “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

A realização de entrevistas junto dos jornalistas responsáveis por Grandes Reportagens Televisivas procurou então perceber como estes percecionam o trabalho de grande reportagem que se faz hoje em dia, a forma como este se liga com o jornalismo de investigação e a função que pode assumir na sociedade, dando-lhes para esse efeito a possibilidade de se expressarem nas suas próprias palavras.

Considerando os diferentes tipos possíveis de entrevistas, “da menos estrutural - *informal conversational interview* -, à mais estrutural - *a closed fixed interview* - constituída por um conjunto de respostas fixas e pré-determinadas, à semelhança de um questionário” (Patton, 2002 apud Coutinho, 2015, p. 141), a opção recaiu sobre um modelo intermédio, normalmente

conhecido como semi-estruturado ou semi-diretivo (Bogdan & Biklen, 1994). Neste modelo, embora exista um guião, o entrevistador tem liberdade para conduzir a entrevista, dando também assim possibilidade ao entrevistado de desenvolver as suas ideias. A naturalidade na interação é importante, podendo o entrevistador reencaminhar a entrevista para ir de encontro aos seus objetivos, mas sempre de uma forma natural. Apesar de servir apenas de apoio ao trabalho do investigador, a construção de um guião é fundamental, uma vez que ajuda na organização das ideias e do conjunto de questões a colocar, de acordo com os objetivos da investigação.

No caso particular deste trabalho, interessava recolher opiniões em relação a diferentes momentos da atividade da investigação jornalística, ou seja, procurava-se que os jornalistas se expressassem em relação a três áreas:

- A relação entre jornalismo de investigação e Grandes Reportagens Televisivas
- Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas
- Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas

Procurávamos ainda que os jornalistas partilhassem a sua experiência em relação a trabalhos já realizados. A escolha destas dimensões não foi aleatória, mas resultou, pelo contrário, da necessidade de recolher opiniões e informações sobre o jornalismo de investigação, a produção de Grandes Reportagens Televisivas e as possíveis repercussões que as mesmas podem ter na sociedade.

O guião da entrevista (ver Anexo I) encontra-se assim dividido em quatro grupos. Depois de um primeiro dedicado à caracterização do perfil dos jornalistas, no segundo grupo foram efetuadas questões com o objetivo de perceber como é percecionado o jornalismo de investigação que se pratica em Portugal, mas também a relação deste com as Grandes Reportagens Televisivas. No terceiro grupo é a estrutura e os modelos de Grandes Reportagens que se pretendem analisar, nomeadamente as opções tomadas em termos de divulgação das Grandes Reportagens através de episódios, numa aproximação aos conteúdos ficcionais, e a influência que essa opção pode ter ao nível das audiências. No quarto e último grupo, as questões procuram recolher dados concretos sobre as Grandes Reportagens realizadas por cada um dos jornalistas entrevistados, numa lógica que nos permita perceber as opções tomadas.

O guião foi então composto por 31 perguntas, distribuídas por cada um dos grupos, e concebidas com o objetivo de permitir que os entrevistados expressassem as suas ideias de forma livre, dando resposta aos objetivos da investigação. Convém lembrar que, tratando-se de uma entrevista semi-diretiva, o guião serviu apenas como indicador dos tópicos a abordar e, nesse sentido, em várias entrevistas não foi necessário colocar todas as questões, uma vez que as respostas dadas pelos entrevistados já abordavam todos os tópicos necessários.

Enquanto técnica de recolha de dados as entrevistas são normalmente realizadas presencialmente, no entanto, “podem também ser implementadas por telefone (com todas as implicações que daí derivam como seja a impossibilidade de perceber as reações faciais/físicas do entrevistado) ou pela Internet” (Coutinho, 2015, pp. 141-142). Neste trabalho e pelas limitações que já referimos, o modo de realização das entrevistas variou de acordo com a disponibilidade em termos de agenda de cada um dos entrevistados e a possibilidade de marcar encontros presenciais com os jornalistas (ver Tabela 5).

Tabela 5. Modo de realização das entrevistas com cada um dos jornalistas.

| Canal televisivo | Jornalistas          | Modo de realização da entrevista |
|------------------|----------------------|----------------------------------|
| RTP              | Jacinto Godinho      | Presencial                       |
|                  | José António Pereira | Correio eletrónico (e-mail)      |
|                  | Luís Loureiro        | Telefone                         |
| SIC              | Carlos Rico          | Correio eletrónico (e-mail)      |
|                  | Pedro Coelho         | Presencial                       |
|                  | Diana Matias         | Correio eletrónico (e-mail)      |
| TVI              | Alexandra Borges     | Correio eletrónico (e-mail)      |
|                  | Rolando Santos       | Presencial                       |
|                  | Paulo Salvador       | Correio eletrónico (e-mail)      |

Nesse sentido, das nove entrevistas, três foram realizadas presencialmente: com o jornalista da TVI, Rolando Santos, nas instalações da TVI, em Lisboa, em março; com o jornalista da SIC Pedro Coelho, nas instalações do grupo Impresa, em Lisboa, em abril; e com o jornalista/documentarista da RTP, Jacinto Godinho, quando o repórter realizou uma palestra na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, em maio. Em abril foi ainda possível realizar uma entrevista por telefone, com o jornalista da RTP, Luís Loureiro, colaborador do programa “Sexta às 9”. As restantes entrevistas, efetuadas durante o mês de março, abril e maio, foram realizadas por e-mail, uma vez que, as agendas dos jornalistas impossibilitaram encontros presenciais.

As entrevistas presenciais duraram, em média, cerca de 40 minutos. A entrevista realizada por telefone teve a duração de pouco mais de uma hora. O guião das perguntas inicial foi adaptado nestas quatro situações de acordo com as respostas dos entrevistados. As entrevistas presenciais, assim como aquela realizada por telefone, foram gravadas com o objetivo de serem posteriormente transcritas.

A transcrição das entrevistas, que se encontra em anexo, constitui o conjunto de dados a analisar. Se é verdade que “pelo seu carácter aberto e flexível, os planos qualitativos produzem



quase sempre uma enorme quantidade de informação descritiva que necessita de ser organizada e reduzida (*data reduction*) por forma a possibilitar a descrição e interpretação do fenómeno em estudo” (Coutinho, 2015, p. 216), neste trabalho decidimos não proceder a uma análise centrada na codificação dos dados. Optámos antes por efetuar uma comparação das opiniões dos jornalistas entrevistados, com o objetivo de recolher informação sobre o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas, através da identificação de semelhanças e contrastes nas respostas dos jornalistas.

As respostas e opiniões em relação aos vários aspetos abordados serão apresentadas no capítulo seguinte, através das próprias palavras dos jornalistas, garantindo desta forma o maior rigor possível na transposição daquelas que foram as ideias defendidas por cada um dos profissionais.



## **Capítulo 4. Apresentação e discussão dos resultados.**

Neste capítulo apresentamos os principais resultados da investigação, mas relembramos primeiro o problema de investigação que guiou este trabalho. O propósito deste estudo passa por investigar a importância que as Grandes Reportagens Televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação, considerando as tendências, estruturas e modelos de produção jornalística seguidos na atualidade. O trabalho procurou analisar não apenas a produção de Grandes Reportagens, mas também recolher dados junto dos jornalistas que as realizam e assim perceber as funções, repercussão e impacto que estes trabalhos jornalísticos podem ter na sociedade.

Depois de recordarmos o problema de investigação avançamos para a apresentação dos resultados, que se encontra dividida em quatro partes. No primeiro momento expomos os principais dados obtidos com o levantamento que efetuamos das Grandes Reportagens Televisivas nos websites dos três canais generalistas de televisão em Portugal. Com base na grelha de análise de elaborámos, apresentamos as principais tendências no que diz respeito à produção de Grandes Reportagens Televisivas nos últimos dez anos.

No momento seguinte apresentamos os dados relativos às entrevistas efetuadas com os jornalistas responsáveis pelos trabalhos jornalísticos, mas também Coordenadores de programas de Grande Reportagem. Na exposição dos resultados seguimos a mesma estrutura que adotámos no guião da entrevista, com uma divisão das principais respostas por cada um dos três grandes grupos de questões. Com o objetivo de facilitar a leitura, e uma vez que decidimos não proceder à codificação dos dados, mas cruzar as respostas dos jornalistas, identificamos também, através de subtítulos, os diferentes assuntos abordados dentro de cada grupo.

### **4.1. As grandes reportagens televisivas nos três canais generalistas portugueses.**

Através do levantamento que efetuamos nos sites dos três canais generalistas de televisão foi possível identificar um total de 1172 Grandes Reportagens Televisivas produzidas entre 2008 e 2018. O período considerado para a análise, uma década, permite-nos compreender a evolução quanto à produção deste género jornalístico, mas também importantes mudanças no que diz respeito, por exemplo, à duração e à temática dos trabalhos realizados. Mas começamos pela distribuição do número total de reportagens por canal de televisão.

**Número de Grandes Reportagens por canal de televisão**

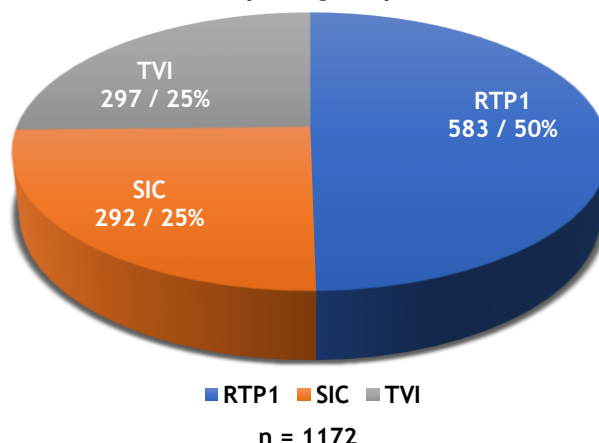


Gráfico 1. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por canal de televisão.

No período analisado e através da informação disponível nos sites dos canais de televisão, foi possível verificar que o canal público de televisão foi aquele que produziu maior número de Grandes Reportagens Televisivas, enquanto que os dois principais canais privados surgem praticamente lado a lado no que diz respeito ao número de trabalhos deste género produzidos. Estes dados podem explicar-se através de uma análise dos espaços onde são emitidas as Grandes Reportagens Televisivas, no contexto dos noticiários ou em programas autónomos, como veremos mais à frente, mas que no fundo resultam de estratégias e opções distintas. Nesse sentido, o número superior de trabalhos do canal público pode ficar a dever-se ao facto de a estação ter apostado nos últimos cerca de dez anos em dois programas dedicados em exclusivo à produção de trabalhos de Grande Reportagem (“Linha da Frente” e “Sexta às 9”) sendo que um deles representa também uma forte aposta no jornalismo de investigação.

**Número de Grandes Reportagens por ano e canal de televisão**

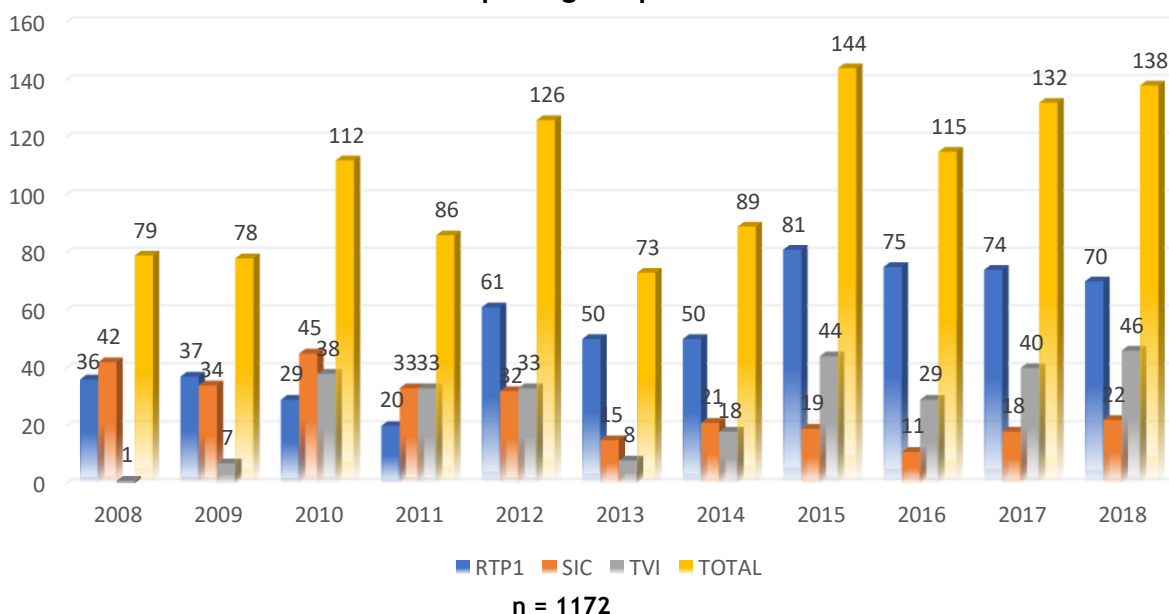


Gráfico 2. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por ano e canal de televisão.

Através da análise do gráfico percebemos que em termos totais existe um crescimento ao nível da produção de Grandes Reportagens Televisivas entre 2008 e 2018, com pequenas quebras sobretudo no ano de 2013. Observamos também uma variação constante no número de Grandes Reportagens realizadas por ano em cada uma das estações televisivas. É possível perceber que entre 2008 e 2010 a produção de Grandes Reportagens foi crescente, baixando consideravelmente no ano de 2011. Contudo, em 2012 esta produção cresce exponencialmente, sobretudo na RTP1. Em 2013 e 2014 percebe-se um novo decréscimo na produção deste tipo de conteúdo, mas entre 2015 e 2018 o número mantém-se equilibrado, sendo o ano de 2015 o ano em que se produziu mais reportagens a nível geral, entre os três canais generalistas.

Na análise dos dados devemos ainda considerar o facto de o número de reportagens se poder alterar em função da produção de trabalhos de maior dimensão que são posteriormente divididos em episódios e a sua exibição ser feita no decorrer de várias semanas. Por outro lado, não podemos ignorar que a crise financeira que afetou o país, sobretudo entre 2010 e 2014, e que também se fez sentir ao nível dos meios de comunicação, pode de alguma forma ajudar a explicar um desinvestimento num género jornalístico que implica a utilização de um maior número de recursos, quer humanos, quer materiais. Para além da distribuição por ano, considerámos também a distribuição das Grandes Reportagens por mês e canal de televisão.

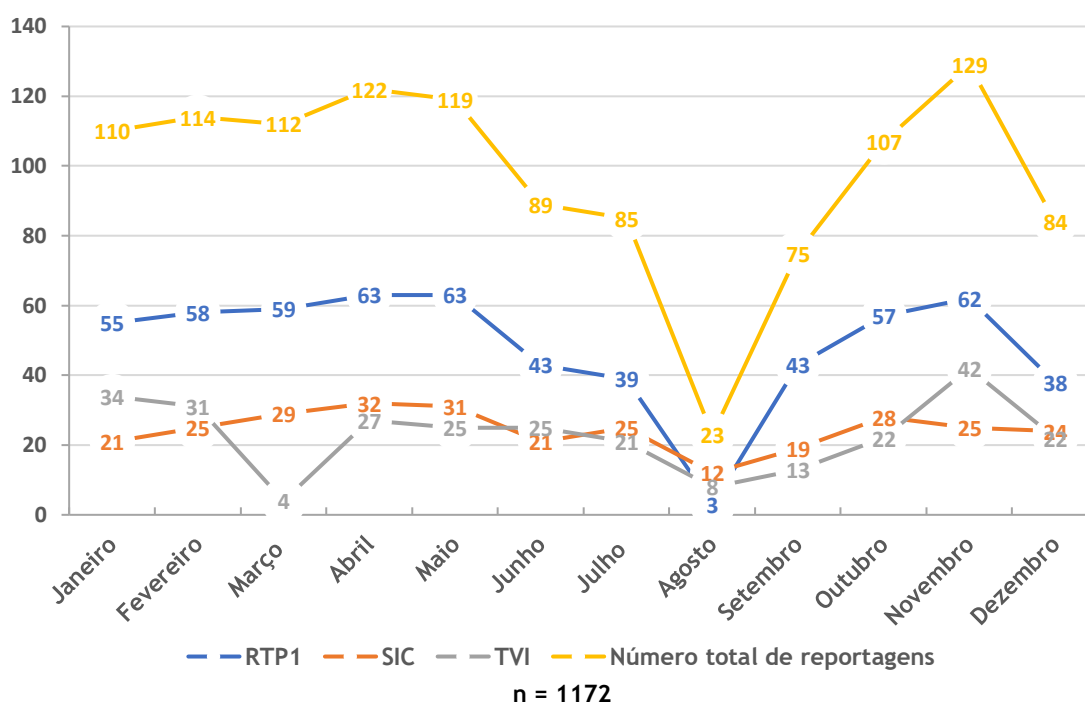


Gráfico 3. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por mês e canal de televisão.

Através do gráfico podemos observar que o maior pico de Grandes Reportagens Televisivas ocorre no mês de novembro, seguindo-se os meses de maio e abril. Já o pico mais baixo nota-se maioritariamente durante os meses de verão, nomeadamente em julho, e principalmente em agosto, mas também em setembro. Por canal, a RTP1 realizou mais Grandes Reportagens

ao longo dos dez anos, durante os meses de abril e maio, bem como a SIC. Já a TVI apresenta maior número de Grandes Reportagens nos meses de novembro e janeiro.

Depois de termos analisado a distribuição das Grandes Reportagens produzidas por cada canal de televisão nos últimos dez anos, avançamos na apresentação dos dados com os resultados relativos à duração das Grandes Reportagens. Estes dados são particularmente importantes, sobretudo tendo em conta que um dos objetivos do trabalho passa pela análise das tendências, estruturas e modelos de produção das Grandes Reportagens Televisivas. Mas a sua importância advém também do facto de termos considerado, nas hipóteses de investigação, que a adoção de novos formatos, nomeadamente com a tendência para a serialização, são dimensões que podem estar a transformar a forma como as Grandes Reportagens são produzidas.

Neste sentido, através da observação dos dados verificámos que nos últimos dez anos a duração média das Grandes Reportagens (n=834) rondou os 33 minutos e 17 segundos, sendo a moda, ou seja, o tempo que maior número de trabalhos jornalísticos apresentou de 30 minutos. Já na análise individualizada de cada um dos canais de televisão podemos observar algumas variações. Assim, no canal público de televisão a duração média das Grandes Reportagens é de 35 minutos. Neste canal televisivo, a reportagem mais curta teve a duração de 20 minutos e a mais longa de 54 minutos. Na SIC, por sua vez, a duração média dos trabalhos jornalísticos foi de 33 minutos, tendo a Grande Reportagem mais curta 15 minutos e a mais longa 45 minutos. Por fim, na TVI, a duração média das Grandes Reportagens analisadas é de 28 minutos. A Grande Reportagem mais curta teve 13 minutos e a mais longa contou com 40 minutos.

Para além da duração das Grandes Reportagens os dados permitem-nos ainda observar como a produção e exibição de Grandes Reportagens através de episódios ou, dito de outra forma, num formato que se aproxima dos conteúdos ficcionais, se tem intensificado. Entre 2008 e 2018 verificámos, através dos dados recolhidos nos sites dos canais de televisão, que 36 Grandes Reportagens foram produzidas e exibidas por partes ou episódios. Esta opção pela divisão de Grandes Reportagens em partes ou episódios parece ser uma tendência sobretudo dos dois canais privados (na RTP1 apenas três reportagens foram emitidas por episódios). No caso da SIC, desde 2013 que se regista a emissão de Grandes Reportagens por partes (nesse ano essa opção foi tomada com duas Grandes Reportagens e através de 9 episódios), mas a tendência intensificou-se em 2017 e sobretudo em 2018, com sete Grandes Reportagens a serem emitidas através de 18 episódios nos dois anos. O primeiro canal de televisão privado opta na maioria das Grandes Reportagens por dividir os trabalhos jornalísticos entre dois e três episódios. Já na TVI é sobretudo a partir de 2016 que se regista a opção de emitir reportagens por partes ou em episódios. Assim, entre 2016 e 2018 contabilizaram-se 16 reportagens a serem exibidas através deste formato, num total de 42 episódios. No caso do segundo canal privado português a opção recai quase sempre por dividir o trabalho jornalístico em dois episódios e as exceções dizem

respeito a trabalhos classificados como séries informativas (como por exemplo o trabalho “Segredo dos Deuses” que contou com 10 episódios).

Se parece existir uma tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas, sobretudo nos últimos anos, os motivos por detrás desta opção não são óbvios e as entrevistas com os jornalistas são por isso determinantes para percebermos se se trata de uma efetiva escolha ou simplesmente de uma forma de conseguir aprofundar os temas, dando ao telespectador mais e melhor informação. Mas antes de passarmos à apresentação dos dados que obtivemos com a realização das entrevistas, vamos analisar aquelas que foram as principais temáticas das Grandes Reportagens que fazem parte da nossa amostra.

#### Temáticas principais das Grandes Reportagens

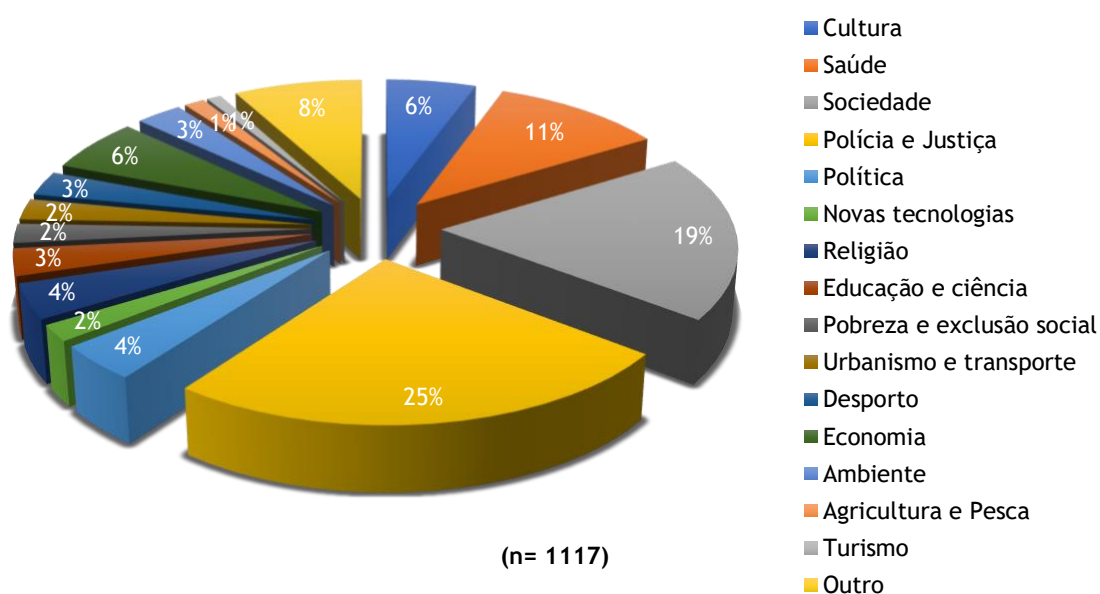


Gráfico 4. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por tema.

Os dados do gráfico permitem-nos constatar que o principal tema das Grandes Reportagens que fazem parte da amostra é a “Polícia e a Justiça” (25%). Destaque ainda para a “Sociedade” (19%), a “Saúde” (11%), a “Economia” (6%) e a “Cultura” (6%) como as temáticas que mais são trabalhadas através deste género jornalístico. Importa neste ponto realçar que nem sempre é fácil identificar as temáticas centrais de uma Grande Reportagem, uma vez que num mesmo trabalho podemos encontrar diferentes temas que se cruzam. Ainda assim, as temáticas apresentadas são aquelas que se destacam enquanto temas principais, ou seja, aquelas que dominam grande parte da história contada nas Grandes Reportagens Televisivas analisadas. Para esta classificação considerámos não apenas o título do trabalho, mas também a sua sinopse e outros dados que constam da ficha técnica. Nos casos de maior dúvida procedemos à visualização de alguns minutos das Grandes Reportagens.

Os resultados indicam que a principal temática trabalhada pelas Grandes Reportagens foi a “Polícia e Justiça”, o que se pode explicar tendo em conta os vários casos de corrupção que

nos últimos anos foram dados a conhecer, nomeadamente pelos meios de comunicação. É ainda interessante verificar que muitos destes casos estão relacionados com outra das temáticas que surge destacada, a “Economia”, resultado dos vários trabalhos jornalísticos produzidos sobre os problemas das entidades bancárias em Portugal.

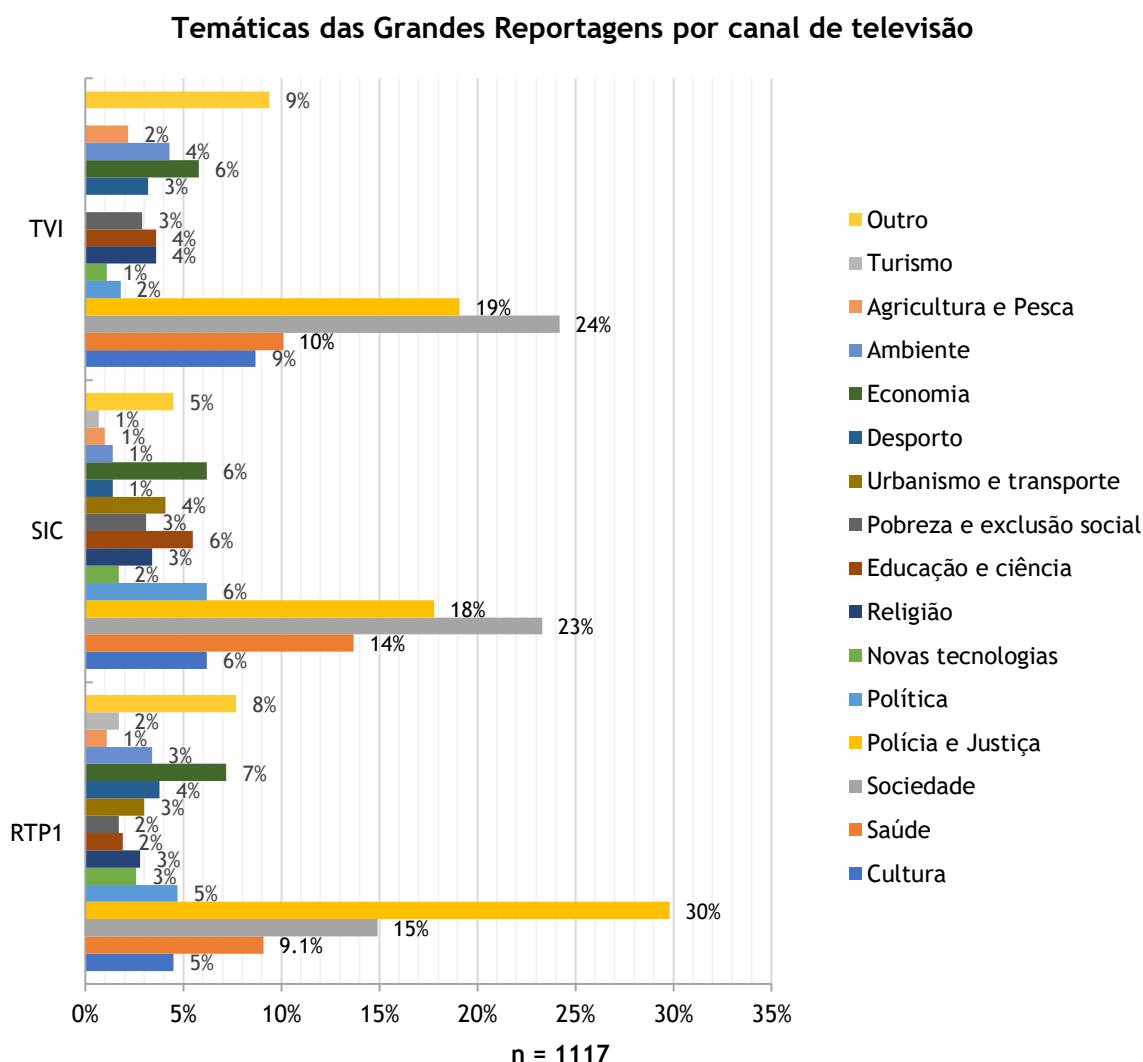


Gráfico 5. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por tema e canal de televisão.

Através dos dados do gráfico podemos observar os principais temas trabalhados por cada um dos canais generalistas nas Grandes Reportagens Televisivas. No canal público de televisão o destaque vai para os trabalhos jornalísticos que têm a “Polícia e a Justiça” como tema. Já nos dois canais privados, SIC e TVI, destaca-se o tema “Sociedade” como o de maior relevância na produção de Grandes Reportagens no período analisado. Importa ainda realçar que é na SIC que encontramos o maior número de trabalhos tendo como tema a “Saúde”, e que os temas culturais estão presentes em maior número de reportagens na TVI. Os dados permitem-nos ainda constatar que trabalhos com o tema “Polícia e Justiça” aumentaram sobretudo a partir de 2014. De 14 Grandes Reportagens com este tema em 2013, o número subiu para 26 em 2014, 30 em 2015, 40 em 2016, 47 em 2017 e 58 em 2018. Com base nestes dados será interessante perceber,



junto dos jornalistas, como é feita a escolha dos temas para as Grandes Reportagens, e em que medida é que as audiências e o impacto social podem pesar na seleção das temáticas.

Voltando aos dados relativos às Grandes Reportagens, analisamos agora a dimensão geográfica em que se inserem os diferentes trabalhos jornalísticos. Sem grandes surpresas podemos observar que o maior número de trabalhos aborda assuntos que se inserem no contexto nacional.

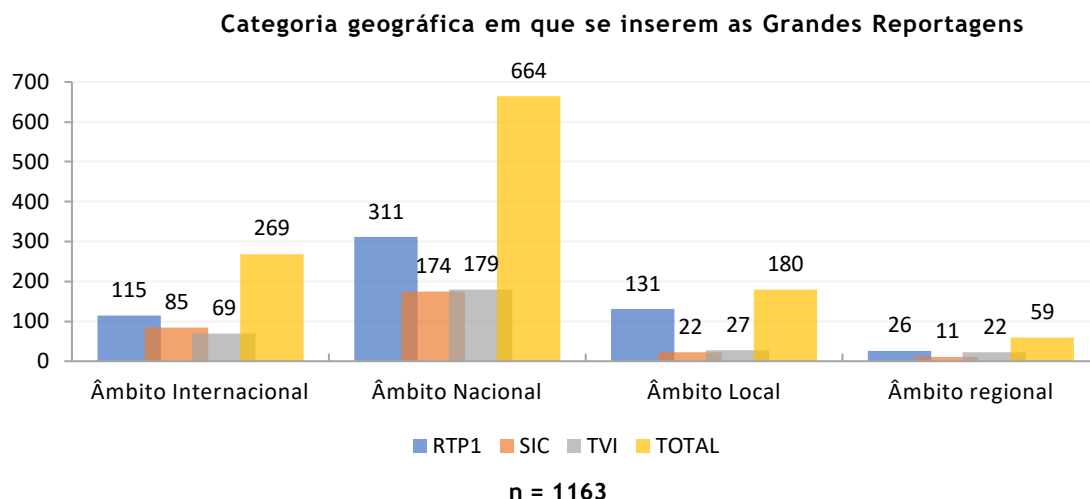


Gráfico 6. Distribuição do número total de Grandes Reportagens por geografia e canal de televisão.

Se nos três canais generalistas as grandes reportagens são, maioritariamente, de âmbito nacional, importa ainda destacar o número de trabalhos cujo abordagem é de âmbito internacional. De igual modo verifica-se que são poucas as Grandes Reportagens com abordagens locais e regionais. No cruzamento com as temáticas não se verificam mudanças em função da geografia, ou seja, os temas mais abordados manifestam-se de igual forma em todas as categorias geográficas.

No seguimento da apresentação dos dados relativos às Grandes Reportagens Televisivas que fazem parte da nossa amostra, considerámos também o espaço no qual são exibidos os trabalhos jornalísticos. Se os dados que vimos anteriormente apontam no sentido de existir uma tendência de emissão de conteúdos através de episódios, já ao nível do espaço onde são exibidas as Grandes Reportagens, continua a existir uma grande ligação aos noticiários, apesar de alguns canais de televisão terem já criado espaços autónomos para o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens.

Das 1172 Grandes Reportagens consideradas neste trabalho, 58% foram emitidas fora do noticiário, ainda que logo a seguir a este. As restantes 42% foram exibidas no âmbito do noticiário da noite. Esta separação nem sempre é fácil de fazer, desde logo porque os programas onde são emitidas as Grandes Reportagens, apesar de autónomos, estão muitas vezes ligados aos noticiários. Ainda assim, existem diferenças entre canais que importa assinalar. No caso da

SIC, é no programa “Grande Reportagem SIC”, que integra o “Jornal da Noite”, que 92% dos trabalhos foram exibidos, sendo emitidos fora deste espaço, apenas um número reduzido de trabalhos. Já na TVI, no contexto do “Jornal das 8” foram emitidas 80% das Grandes Reportagens da amostra, sendo apenas 20% exibidas em programa autónomo.

Neste ponto importa lembrar que, com exceção do programa “Grande Reportagem SIC”, os restantes canais procederam a alterações nos programas dedicados a este género jornalístico, transformações que passaram por mudanças ao nível do nome, mas também da integração nos noticiários. No caso do canal público de televisão, por exemplo, o espaço “Em Reportagem” foi durante alguns anos o principal espaço para a exibição das Grandes Reportagens produzidas no canal. Posteriormente foram criados os programas “Linha da Frente” e “Sexta às 9”, onde passaram a ser emitidas as Grandes Reportagens, mas também a ser desenvolvidos, no caso do “Sexta às 9”, outros trabalhos ao nível do jornalismo de investigação. Na TVI para além do “Repórter TVI”, que integra o “Jornal das 8”, foram criados, nos últimos anos, programas autónomos dedicados à investigação jornalística, nomeadamente os programas que têm o nome das jornalistas que os coordenam “Ana Leal” e “Alexandra Borges”.

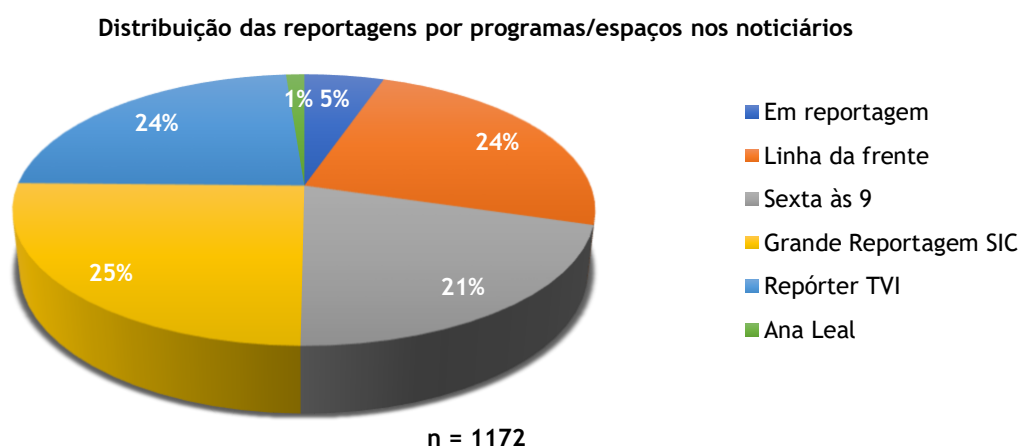


Gráfico 7. Distribuição das Grandes Reportagens por programas/espacos nos noticiários.

No gráfico podemos observar que entre as Grandes Reportagens analisadas, 240 (21%) foram produzidas no âmbito do programa “Sexta às 9” e 265 no programa “Linha da Frente” (24%). No contexto do espaço “Em reportagem” foram identificadas 55 Grandes Reportagens (5%). Na SIC, que tem mantido ao longo do tempo o seu espaço “Grande Reportagem SIC”, foram exibidas 290 Grandes Reportagens (25%) no período em análise e de acordo com os dados recolhidos através da página do espaço noticioso no site do canal. Por fim, no espaço “Repórter TVI”, que integra o noticiário da noite da estação privada foram realizadas 260 Grandes Reportagens (24%). Para além dos programas referidos, importa também realçar que na TVI a jornalista Alexandra Borges coordena também ela um programa de jornalismo de investigação, que, no entanto, ficou fora desta análise pelo facto de ter iniciado as suas emissões já em 2019, ano que não integrou o período definido para o levantamento e estudo das Grandes Reportagens. Ainda assim, a criação desse programa é mais um sinal daquela que parece ser uma aposta que

os canais de televisão têm realizado ao nível do jornalismo de investigação e de programas de Grandes Reportagens autónomos, ou seja, já não dentro dos noticiários, e a partir dos quais são posteriormente criados outros conteúdos, como notícias e debates.

Neste contexto a primeira estação privada portuguesa é um caso particular pelo facto de continuar a apostar num espaço de Grande Reportagem que surge integrado no “Jornal da Noite”. Esta tendência de criar programas autónomos para o jornalismo de investigação e para as Grandes Reportagens, juntamente com a forma como estes conteúdos jornalísticos são promovidos e como após a sua exibição surgem novos programas de debate sobre os mesmos, são dimensões que serão abordadas no decorrer das entrevistas.

Para terminar a apresentação dos dados recolhidos sobre as Grandes Reportagens Televisivas que fazem parte da nossa amostra e que foram realizadas pelos três canais generalistas, analisamos de forma breve as questões relacionadas com a autoria dos trabalhos, ou seja, tentamos identificar os jornalistas que assinam mais Grandes Reportagens Televisivas no período analisado.

Tabela 6. Jornalistas com maior número de trabalhos entre as Grandes Reportagens analisadas.

| Canal televisivo | Jornalistas             | Número de reportagens identificadas assinadas pelos jornalistas |
|------------------|-------------------------|---|
| RTP              | Mafalda Gameiro         | 50  |
|                  | Patrícia Lucas          | 37  |
|                  | Jorge Almeida           | 30  |
|                  | Sandra Videirinho       | 29  |
|                  | Armando Seixas Ferreira | 25  |
|                  | Berta de Freitas        | 22  |
|                  | Rita Ramos              | 15  |
|                  | Mafalda Gameiro         | 50  |
| SIC              | Pedro Coelho            | 44  |
|                  | Miriam Alves            | 37  |
|                  | Carlos Rico             | 27  |
|                  | Cristiana Boavida       | 21  |
|                  | Cândida Pinto           | 19  |
|                  | Sofia Arêde             | 18  |
|                  | Susana André            | 16  |
| TVI              | Ana Leal                | 48  |
|                  | Alexandra Borges        | 37  |
|                  | Conceição Queiroz       | 23  |
|                  | Victor Bandarra         | 22  |
|                  | Paulo Salvador          | 14  |

As Grandes Reportagens resultam sempre de um trabalho de equipa e nesse sentido programas como o “Sexta às 9”, apresentado por Sandra Felgueiras, são bons exemplos de como são verdadeiras equipas de investigação que estão por detrás dos trabalhos. No caso do programa da RTP1, para além de Sandra Felgueiras, a equipa é constituída por Soraia Ramos, João Ricardo Vasconcelos, Luís Miguel Loureiro, Duarte Valente e Joana Machado. Mas se as equipas são

fundamentais, a verdade é que há jornalistas, em cada um dos canais, que ao longo dos anos se tornaram nomes de referência no que diz respeito a este género jornalístico. Na tabela são identificados alguns que pelos trabalhos que têm desenvolvido e até pelas distinções que têm recebido, podem ser considerados como os profissionais que mais tem desenvolvido trabalhos na área da Grande Reportagem.

Depois de apresentarmos os principais dados que recolhemos na análise das Grandes Reportagens realizadas pelos três canais de televisão generalistas, no ponto seguinte apresentamos os dados das respostas dos jornalistas entrevistados, com o objetivo de recolher a opinião daqueles que diariamente estão envolvidos na produção dos trabalhos jornalísticos, mas também procurando obter respostas para algumas das dúvidas que surgiram através da análise das Grandes Reportagens, nomeadamente ao nível da duração, do espaço onde são exibidas, da forma como são promovidas e do futuro do jornalismo de investigação.

## **4.2. A relação entre o jornalismo de investigação e Grandes Reportagens Televisivas.**

Apresentados os principais dados sobre as Grandes Reportagens que fizeram parte a amostra, avançamos com a apresentação das respostas dos jornalistas entrevistados. Importa lembrar que foram entrevistados nove jornalistas, três por cada canal de televisão, com o objetivo de recolher informação sobre diferentes dimensões relacionadas com o jornalismo de investigação e a produção de Grandes Reportagens Televisivas. Nesse sentido, como tivemos oportunidade de explicar no capítulo dedicado ao desenho metodológico, o guião da entrevista foi dividido em três partes, para além daquela dedicada à caracterização dos profissionais entrevistados.

Em cada momento colocámos um conjunto de questões específicas e na apresentação dos resultados decidimos seguir essa mesma estrutura. Nesta primeira parte procurámos perceber como cada um dos jornalistas avaliar o jornalismo de investigação que se faz em Portugal, mas também de que forma os trabalhos de Grande Reportagem Televisiva podem ser considerados como produções jornalísticas de investigação. Abordamos ainda dimensões como o investimento neste género jornalístico, as relações com as fontes, a liberdade de expressão e a pressões sentidas por quem realiza investigação jornalística.

### **4.2.1. O jornalismo de investigação em Portugal.**

O jornalismo de investigação teve altos e baixos, na história do jornalismo, devido a fatores externos e internos aos órgãos de comunicação. A crise no jornalismo, provocada pela evolução tecnológica e pela contenção de custos associada ao desinvestimento publicitário nos órgãos de comunicação, influenciaram a forma como as estações televisivas investem em

determinados conteúdos jornalísticos em detrimento de outros. Os conteúdos que necessitam de mais tempo e profundidade para serem produzidos, como é o caso das Grandes Reportagens e da prática do jornalismo de investigação são quase sempre os primeiros a ser afetados. Foi com objetivo de perceber a perceção dos jornalistas sobre o jornalismo de investigação que colocámos as primeiras questões.

Iniciámos as entrevistas com os jornalistas tentando então perceber qual o panorama do jornalismo de investigação em Portugal. As opiniões dos jornalistas não foram unânimes, mas a maioria considera que o jornalismo de investigação, especialmente na televisão, evoluiu nos últimos anos. Diana Matias, jornalista da SIC, acredita que “depois de alguns anos negros - com um desinvestimento profundo em trabalhos de fôlego, ao nível dos meios humanos e também do tempo/dinheiro despendido - a tendência parece dar sinais de querer inverter-se”. O jornalista Carlos Rico, também do primeiro canal privado português, concorda que a comunicação social em Portugal está a apostar neste tipo de jornalismo, e louva por isso a “coragem dos jornalistas e dos responsáveis de alguns órgãos de comunicação que continuam a apostar no (bom) jornalismo de investigação”, tendo em conta a constante falta de recursos monetários e humanos que as redações jornalísticas têm enfrentado. Já Paulo Salvador, jornalista na TVI, considera o jornalismo de investigação como a parte “nobre da profissão”, sendo, portanto, um conteúdo jornalístico que tem sido produzido com mais frequência. Também José António Pereira, profissional na RTP, considera que o jornalismo de investigação desempenha uma missão que se caracteriza como “nobre”, uma vez que, de acordo com o jornalista, numa sociedade democrática o jornalismo funciona como meio para que se cumpra uma função de vigilância que vai de encontro à missão principal do jornalismo de investigação.

O jornalista da RTP, Luís Loureiro, destaca, por sua vez, que apesar do jornalismo de investigação ter surgido há alguns anos, nomeadamente na imprensa, as dificuldades e obstáculos que surgiram com o tempo acabaram por afetar o seu desenvolvimento. Por outro lado, realça que este tipo de jornalismo requer mais atenção da parte do espectador do que aquela que ele lhe está disposto a dar nos dias que correm. Nesse sentido, o jornalismo de investigação televisivo começou a ganhar maior relevância pelo facto de própria “a televisão manter uma força social muito grande”. Para o repórter, percebendo que se conseguia captar audiências, apostou-se nesta vertente do jornalismo também na televisão. Na mesma linha de pensamento, o jornalista da TVI Rolando Santos defende que o facto de o jornalismo de investigação ser um fator de diferenciação entre os conteúdos produzidos em televisão torna-se uma aposta recorrente das estações televisivas, sendo também forma de captar mais audiências. No entanto, o jornalista destaca que a falta de recursos humanos e monetários constituem obstáculos à prática deste tipo de jornalismo.

Mas nem todos os jornalistas entrevistados encaram o jornalismo de investigação que se tem feito em Portugal da mesma maneira, ou pelo menos nem todos destacam os mesmos aspetos quando se fala desta vertente jornalística. Alexandra Borges, jornalista na TVI, destaca os

ganhos democráticos ao considerar que o jornalismo de investigação, em Portugal, é uma vertente do jornalismo “rara e que faz falta, porque é o garante da democracia e o que melhora a qualidade desta”.

Pedro Coelho, por sua vez, considera que um dos principais problemas do jornalismo de investigação em televisão, está relacionado com a própria essência do jornalismo televisivo. O jornalista da SIC acredita que o jornalismo de investigação é o oposto da televisão, uma vez que “se a investigação habitualmente destaca coisas que estão ocultas, a televisão mostra, ou seja, como é que a plataforma que vive da imagem consegue conviver com a investigação que assenta a âncora na necessidade de destapar coisas que estão escondidas?”. Neste sentido, o jornalista defende que em televisão é difícil produzir conteúdos de investigação, sendo a imprensa, por exemplo, uma plataforma mais adaptada à produção deste tipo de conteúdo. O jornalista acrescenta ainda que o jornalismo de investigação não é suficientemente explorado em Portugal, e considera por isso que a investigação em televisão é escassa. Para Pedro Coelho existe muita coisa que se faz “a que pomposamente chamamos investigação, em todos os canais, mas verdadeiramente não se tratam histórias, não é mais do que uma história desenvolvida com algum investimento”.

Esta ideia, de que existe ainda muito por fazer na área do jornalismo de investigação, é partilhada por Jacinto Godinho, que considera que existem muitos trabalhos em Portugal que estão disfarçados de jornalismo de investigação, mas que na realidade não o são. O jornalista da RTP refere, como exemplo, um caso sobre violência doméstica, onde, à partida, existe um vilão e uma vítima, em que a própria peça jornalística tende a separar os dois, colocando desde logo um rótulo em cada uma das partes. Para Jacinto Godinho isso é “jornalismo de facção, ou jornalismo de causa, jornalismo militante”, sendo algo diferente daquilo que dizem ser o jornalismo de investigação. Nesse sentido, o jornalista considera que esta adaptação de conteúdos tem a ver com a necessidade que o jornalismo teve (e tem) de se adaptar a novos formatos para sobreviver, formatos esses “que ainda são muito difíceis de distinguir, de identificar, de nós lhe darmos um nome e um conceito”.

Apesar dos fatores que ameaçaram o jornalismo de investigação, a maioria dos entrevistados é da opinião de que o jornalismo de investigação cresceu em Portugal, especialmente pela necessidade de as televisões apresentarem conteúdos diversificados. De acordo com a perspetiva dos jornalistas entrevistados, o jornalismo de investigação é, cada vez mais, uma aposta frequente das estações televisivas. De um modo geral, foi possível perceber que o jornalismo de investigação tem crescido e é hoje uma aposta por parte das estações televisivas. É através desta aposta crescente no jornalismo de investigação que os jornalistas entrevistados acreditam que o jornalismo pode voltar a conquistar a credibilidade que em determinado momento perdeu.

#### **4.2.2. A Grande Reportagem Televisiva como género de excelência do jornalismo de investigação.**

A reportagem destaca-se, entre os conteúdos jornalísticos, por ser considerada o “género nobre” do jornalismo, mas por ser também um dos trabalhos jornalísticos que implica, pela sua própria natureza, maior tempo para a investigação. Nesse sentido procurámos perceber se os profissionais consideram que o jornalismo de investigação encontra na Grandes Reportagem Televisivas a melhor forma de se expressar.

Alexandra Borges e Paulo Salvador, jornalistas da TVI, bem como Diana Matias, profissional na SIC, são da opinião de que a Grande Reportagem é, por excelência, o género jornalístico de investigação. Diana Matias realça mesmo que é na Grande Reportagem que se dispõe “de um recurso precioso no jornalismo: tempo”, que torna possível, entre muitas outras coisas, o aprofundamento do pensamento crítico, permitindo assim uma reflexão mais deliberada.

Na perspetiva do jornalista da SIC, Pedro Coelho, a Grande Reportagem é um género que se adapta ao jornalismo de investigação, uma vez que tem associado à sua produção um “maior investimento do ponto de vista visual, envolve mais pessoas”. Este envolvimento torna possível, segundo o jornalista, que se tenha um olhar alternativo sobre o conteúdo produzido. Pedro Coelho lembra, neste contexto, a frase do autor David Randall, de acordo com o qual “o jornalismo de investigação começa quando acaba o jornalismo do quotidiano”. Tal acontece, de acordo com o jornalista da SIC, porque muitas vezes o jornalismo que se faz no dia-a-dia, pelas pressões a que está sujeito, nomeadamente a necessidade de a peça ir para o ar o mais rápido possível, acaba por cingir-se ao silêncio “e o jornalismo de investigação começa a trabalhar a partir do silêncio”. É neste sentido que a Grande Reportagem, pelas suas características, se assume como “o espaço ideal para a investigação”. Já o jornalista da TVI, Rolando Santos, considera que toda a reportagem, não só a Grande Reportagem, é “o género nobre do jornalismo televisivo”, realçando que o melhor jornalismo é aquele em que o repórter vai para a rua em busca de histórias, porque o mais importante é “acima de tudo, falar com as pessoas. Ouvi-las”.

Por outro lado, Carlos Rico, jornalista da SIC, e Luís Loureiro, da TVI, defendem que a Grande Reportagem não tem de necessariamente ser o género de excelência do jornalismo de investigação. Na opinião de Carlos Rico, o que sucede é que as características da Grande Reportagem levam-nos a “aprofundar matérias e a estabelecer contactos com fontes especializadas ou implicadas nos assuntos abordados, que acabam por nos abrir pistas de reflexão e investigação”. Para Luís Loureiro, a Grande Reportagem é um aprofundamento da reportagem, sendo, portanto, um subgénero da reportagem. O jornalista considera ainda que jornalismo da investigação pode se entendido como uma vertente que mistura diferentes géneros e assume-se por isso mais como uma metodologia. Enquanto a reportagem implica

sempre uma ida ao campo, no jornalismo de investigação tal pode não acontecer. O jornalista da RTP dá como exemplo dois trabalhos que preparou para o programa “Sexta Às 9”, em que num caso teve que fazer reportagem e noutro trabalhou sobretudo ao nível do jornalismo de dados, ainda que em ambos o ponto de partida tenha sido a investigação.

Também Jacinto Godinho defende que a Grande Reportagem é um meio para a produção do jornalismo de investigação. No entanto, o jornalista/documentarista sublinha que “a Grande Reportagem é uma coisa alargada, onde cabe lá tudo e cabe o jornalismo de investigação”, mas isso não quer dizer que o jornalismo de investigação só possa ser feito em Grande Reportagem, nem que a Grande Reportagem aborde só temáticas que englobem o jornalismo de investigação. Para o jornalista da RTP, a Grande Reportagem é, ao mesmo tempo, um formato e um género.

Numa perspetiva distinta das restantes, José António Pereira, apesar de considerar a grande reportagem um “espaço muito nobre, que merece ser respeitado e considerado”, defende que os restantes espaços dedicados à produção de conteúdos também são nobres, sendo que em alguns casos é “na corrida do dia que surgem pistas para investigações maiores e mais trabalhadas, que exigem tempo”.

#### **4.2.3. A liberdade de expressão e as pressões no jornalismo de investigação.**

No desenvolvimento das investigações jornalísticas os jornalistas são muitas vezes confrontados com pressões que podem afetar a sua liberdade de expressão. As limitações podem surgir na relação com as fontes, mas também no seio dos próprios meios de comunicação, com o impedimento de realizar determinados trabalhos. Neste sentido é importante perceber se os profissionais entrevistados já sentiram limitações no desempenho da sua atividade profissional.

Todos os jornalistas entrevistados afirmam que existe liberdade de expressão na seleção dos temas para os trabalhos jornalísticos. Alexandra Borges, jornalista na TVI, realça que nunca se sentiu condicionada na estação televisiva em que trabalha. Carlos Rico, da SIC, também considera que existe liberdade de expressão. Já Jacinto Godinho, profissional na RTP, também defende que existe liberdade de expressão, mas alerta para as pressões que a podem condicionar. A jornalista da SIC, Diana Matias, salienta mesmo que “a independência é um pressuposto básico para o verdadeiro jornalismo de investigação, seja em televisão ou em outro meio”. Luís Loureiro defende também que essa liberdade de expressão é “absolutamente fundamental para a democracia”. O jornalista da RTP, explica que no programa “Sexta às 9”, todos os temas propostos são avaliados, de forma a perceber se é possível investigá-los e se há pistas a serem seguidas. Se não for possível seguir esse caminho, explica o jornalista, é esse “o único critério para silenciarmos um assunto”.



Para Pedro Coelho a liberdade de expressão nunca esteve em causa. Para o jornalista da SIC o mais importante é que o jornalista construa “a sua própria rede que lhe permite ter liberdade de expressão, mas aí a montante tem que ter um trabalho fundamental”, salientando a necessidade de comprovar e verificar a prova em relação a determinado tema, de forma a fundamentá-lo bem para que seja credível. Rolando Santos, por sua vez, também nunca sentiu que tivesse sido limitado ao expor determinados assuntos. Para o profissional da TVI, a questão “não passa tanto por aquilo que não é permitido fazer, mas por aquilo que se faz”, realçando que existem trabalhos que são pedidos e em que é possível descortinar interesses instalados. O jornalista da RTP, José António Pereira, também nunca se sentiu censurado no desempenho da sua atividade, destacando que isso o faz sentir livre, mas não faz dele um privilegiado, porque é essa a função do jornalismo e dos jornalistas.

Apesar da liberdade que sentem no exercício da profissão, os jornalistas não negam que existem pressões, sobretudo em trabalhos de investigação, que podem assumir várias formas e vir de diferentes direções.

O jornalista Carlos Rico (SIC) destaca que as pressões existem, e não apenas em relação ao jornalismo de investigação. O objetivo, esse, é claro, “tentar silenciar verdades inconvenientes, para determinados grupos, interesses ou individualidades”. Diana Matias (SIC), por sua vez, acredita que os jornalistas são, muitas vezes, vistos como um meio para atingir determinado fim. Esse facto torna o jornalista “alvo de tentativas de manipulação e de instrumentalização”, revela a jornalista da SIC. Por isso, a repórter destaca que o jornalista tem de saber lidar com essa questão e ter o “discernimento” de fazer o possível para que as pressões sejam apenas pressões. Nesse sentido, Pedro Coelho (SIC) destaca que é preciso ter “atenção para não sucumbir ao efeito da pressão, para que a nossa história não sucumba a esse efeito”. O jornalista do primeiro canal privado salienta que estas pressões podem surgir em qualquer ação, em qualquer palavra, e muitas vezes o jornalista não se apercebe disso, daí ser necessário que o jornalista esteja atento a essas pressões que podem surgir de qualquer lado. Para além disso, o jornalista da SIC acredita que o intuito da pressão é, pelo menos, condicionar a história.

Já Paulo Salvador (TVI) realça que as pressões sempre existiram e que sempre vão existir, por isso é imprescindível “saber lidar com essas pressões de forma que não afetem o essencial da reportagem”. Para o jornalista, o que essas pressões querem é defender “o seu ponto de vista” ou atacar o ponto de vista dos outros. De acordo com o profissional da TVI, “todos os protagonistas querem sempre influenciar a história que vai ser contada”. Na perspetiva de Rolando Santos, as pressões surgem de cima, e são direcionadas especialmente às Direções de Informação. Por esse motivo, defende que muitas vezes os jornalistas acabam por não ficar a saber dessas pressões, porque o facto de saberem que existe uma pressão, pode afetar ou influenciar um trabalho de Grande Reportagem. Para Alexandra Borges, as pressões, ou “condicionalismos” como refere, a que é exposta, surgem no contexto das “pessoas poderosas”

que a própria denuncia, que “tentam asfixiar a TVI com processos cíveis, pedindo milhões”, algo que Alexandra Borges classifica de “bullying judicial”.

Por outro lado, para o jornalista da RTP, José António Pereira, que afirma nunca ter sofrido nenhum tipo de pressão, essas pressões surgem “por parte dos visados nessas investigações, muitas vezes expostos a verdades inconvenientes”. Jacinto Godinho (RTP) revela que as pressões que teve vieram sempre de fora e nunca de dentro da redação. No entanto, o jornalista dá o exemplo de uma reportagem que fez sobre trabalho infantil, em que optou por não revelar o tema à sua direção, por saber que a revelação faria com que o tema do “trabalho infantil não tivesse a vida facilitada”.

Luís Loureiro (RTP) realça que até começar a trabalhar diretamente com jornalismo de investigação não era muito pressionado, mas que esta vertente do jornalismo está sujeita a muita pressão, até porque “descobrir a careca a alguém não é vida fácil”. Nesse sentido, o jornalista destaca que é necessário que os profissionais tenham um “arcabouço” muito forte e que tenham um trabalho jornalístico já verificado. Na perspetiva do jornalista, as pressões incidem normalmente sobre a estrutura que suporta o jornalista e é necessário que tanto essa estrutura como o jornalista sejam imunes a essa pressão.

#### **4.2.4. A importância das fontes no jornalismo de investigação.**

No contexto da investigação jornalística as fontes são determinantes, mas gerir a relação com estas nem sempre é fácil. Nesse sentido procurámos perceber, junto dos jornalistas entrevistados, que tipo de ligação estabelecem com as fontes, sobretudo quando num trabalho de Grande Reportagem estão em causa acusações e denúncias.

Apesar de todos os jornalistas salientarem a importância e a necessidade das fontes no trabalho jornalístico, nomeadamente considerando a relação de confiança que é preciso estabelecer com as fontes, existem pontos de vista distintos quanto a essa relação. Quatro dos jornalistas entrevistados realçam a importância das fontes no jornalismo de investigação, mas lembram que há sempre um interesse por parte da fonte. Os restantes profissionais destacam a relação com a fonte, nomeadamente a necessidade de mostrar à fonte o interesse que tem para o jornalista, para lá da própria história.

Pedro Coelho (SIC), Luís Loureiro (RTP) e Jacinto Godinho (RTP) que acreditam na importância de desenvolver uma boa relação com a fonte, seguindo os princípios jornalísticos, alertam que é também preciso ter-se atenção ao momento em que a relação entre o jornalista e a fonte começa a transformar-se assumindo contornos de pressão. Os três jornalistas, a que se junta também José António Pereira (RTP), destacam a existência de um interesse por parte da fonte que partilha a informação.

Esse interesse inerente à própria fonte fica a dever-se ao facto de existirem, como refere Jacinto Godinho, “determinadas fontes que têm interesse em que determinados temas sejam tratados e sejam tratados pela perspetiva deles”, guiando dessa forma o jornalista e levando-o a produzir a peça de acordo com a sua versão da história, condicionando-o de certa forma. Para Jacinto Godinho, esse é um grande problema, uma vez que por esse interesse ser tão evidente, caso o jornalista vá falar com o outro lado e a fonte souber, ela pode retrair-se e não querer participar mais na história, ficando o jornalista sujeito apenas a uma perspetiva, o que pode distorcer a história.

A propósito da relação com as fontes, Pedro Coelho dá como exemplo uma das Grandes Reportagens que realizou, intitulada “Más Ações”, onde a relação com a fonte se caracterizou pela “excessiva proximidade”. O que aconteceu neste caso, de acordo com o jornalista da SIC, deveu-se ao facto das fontes pressionarem demasiado o jornalista, porque queriam ver a história contada, inundando-o de informação. Nestes casos, o jornalista refere que é importante “criar barreiras com as pessoas, temos que pedir a informação se elas a tiverem e ir procurar por outras vias, outras formas de confirmar aquela informação”. O jornalista lembra ainda que é necessário filtrar a informação que é dada pela fonte e verificar sempre a informação.

Luís Loureiro, à semelhança de Pedro Coelho, defende que é necessário existir uma posição crítica em relação aos testemunhos das fontes. O jornalista da RTP lembra que é preciso sempre corroborar a informação que é dada, verificá-la e escrutiná-la, ouvir sempre os dois lados da história. Nesse sentido, Luís Loureiro defende que é preciso assumir uma posição clara face às fontes, para não alimentar nenhum tipo de expectativa de que a história vai ser contada como a fonte deseja ou imagina, uma vez que, como Pedro Coelho e Jacinto Godinho também referiram, a fonte tem quase sempre um interesse naquela denúncia. Luís Loureiro acredita que “muitas vezes, o que acontece é que são já pessoas que não têm nada a perder, portanto já estão por tudo”. Por estes motivos, Luís Loureiro realça que é necessário estar atento a todas as perspetivas sobre o assunto que está a ser tratado, para que não existam fragilidades da parte do jornalista, “quer do lado de uma fonte interessada em que o assunto avance, quer do lado de uma fonte interessada em que o assunto seja parado”. Em suma, o jornalista da RTP realça a importância de verificar sempre as informações obtidas, para que os trabalhos jornalísticos tenham bases sólidas e sejam os mais neutros possíveis, ainda que no jornalismo de investigação muitas vezes uma das partes acabe por ser a visada.

Nesse sentido, também José António Pereira, defende que todas as fontes são importantes independentemente do contexto, mas que os jornalistas não se podem esquecer que não existem fontes desinteressadas. Para o jornalista da RTP isso obriga sempre a um cruzamento de dados em que a fonte seja confrontada pelo jornalista, onde os dados sejam verificados e a verdade, só a verdade, seja retratada. O jornalista lembra ainda que no caso de Grandes

Reportagens de investigação, a relação com a fonte tende a ser mais próxima, o que, por sua vez, contribui para uma relação de maior confiança, até pelo tempo investido na ligação.

Rolando Santos destaca a necessidade que existe por parte do jornalista em mostrar que não está a utilizar a fonte apenas como ferramenta para atingir um determinado fim (a busca pela informação), mas promover uma relação em que o jornalista realmente mostra interesse na fonte, ganhando assim a sua confiança e criando uma relação de empatia com a mesma, uma vez “não podemos pensar na fonte num ponto de vista meramente utilitário que a gente usa e deita fora”. Rolando Santos defende que no jornalismo é preciso ter gosto pelas pessoas, saber ouvi-las e respeitá-las, independentemente daquilo que o jornalista pensa sobre a opinião que tem. Criar uma relação genuína com a fonte é importante para que a fonte possa confiar no jornalista e assim partilhar a sua história sem inibições. É também nesse sentido que o Paulo Salvador (TVI) salienta que a fórmula para essa relação com as fontes passa por “respeitar as fontes, respeitar o contraditório e verificar os factos”. Diana Matias (SIC) concorda que a verificação de factos é imprescindível, acrescentando que o “dever de sigilo/proteção da fonte de informação” é outra das premissas que garantem esta relação. Por fim, Alexandra Borges, que acredita que a credibilidade do jornalista depende de bons contactos, destaca que é necessário investir tempo para falar com as pessoas e “garantir a sua confiança”.

#### **4.2.5. Contenção de custos na investigação jornalística e os impactos na Grande Reportagem Televisiva.**

A crise que afetou o jornalismo e que levou a uma redução do número de profissionais nas redações é particularmente relevante quando se analisa um género, como a Grande Reportagem, que exige vários profissionais, mas também tempo para investigar e aprofundar o tratamento dos temas. Nesse sentido procurámos perceber se os jornalistas entrevistados sentiram falta de investimento ao nível da investigação jornalística e até que ponto esse desinvestimento por afetar as Grandes Reportagens Televisivas.

Os profissionais entrevistados apresentam pontos de vista diferentes em relação ao investimento no jornalismo de investigação, com alguns a defenderem que a contenção de custos atingiu e continua a afetar o trabalho jornalístico, e em particular a Grande Reportagem Televisiva, e outros a preferirem realçar que a aposta tem sido crescente nesta vertente do jornalismo de investigação. Entre os que veem na contenção de custos um obstáculo à produção do jornalismo de investigação, há quem, como Luís Loureiro (RTP), comece por realçar que a investigação e a Grande Reportagem são por natureza os elos fracos do jornalismo, precisamente por estarem sujeitos a essas limitações. Os custos, de acordo com o jornalista da RTP, vêm associados aos números, e quando olhamos para os números, esquecemo-nos do fator qualitativo. Para Luís Loureiro, a ideia que se tem é de que um jornalista que produza 50 notícias, vale mais do que outro que esteja a trabalhar num só tema, numa investigação. Mas

a verdade é que o trabalho feito pelo jornalista que se dedica a um trabalho de investigação “tem mais valor social”, na medida em que este produz algo que é “absolutamente necessário produzir em termos sociais”, enquanto que o jornalista que faz 50 notícias está a fazer o que muitos outros meios de comunicação fazem, no fundo trata-se de uma repetição de conteúdos, nada que diferencie o órgão de comunicação.

É também neste sentido que Pedro Coelho considera a contenção de custos como uma “desculpa”, uma vez que, geralmente, um bom trabalho jornalístico é sempre associado à credibilidade, que, por sua vez, alia-se a um retorno financeiro, defende o jornalista da SIC. Quando se fala em custos, geralmente “nunca se tem em conta o efeito que esse custo vai provocar”, e por isso deixam-se de parte alguns fatores importantes. Nesse sentido, Pedro Coelho defende que o problema está mais naquilo que se pode “apanhar”, quando se investiga, que pode não ser benéfico para a empresa do órgão de comunicação, daí o investimento na investigação não ser o desejado.

Carlos Rico (SIC) admite que a contenção de custos existe e que “com mais investimento haveria mais e melhor investigação”. Na opinião de Diana Matias (SIC), que também concorda que existe uma redução de investimento, faltam “meios humanos e recursos financeiros para dar resposta aos temas” que precisam de ser abordados. A jornalista lembra que o tratamento dos temas implica tempo, seja em viagens, ou em trabalho dedicado exclusivamente ao assunto, e que com recursos limitados, a situação se torna asfíxiante.

Já Jacinto Godinho acredita que fazer investigação nos órgãos de comunicação, seja em qual for, é muito complicado, porque os meios são “deficitários”. Para o jornalista da RTP, esta contenção de custos sempre atingiu estas vertentes do jornalismo, tanto que “a maior parte dos programas funcionam com uma limitação de meios impressionante”, como por exemplo o programa “Sexta às 9”, da RTP, onde considera que existem jornalistas a trabalhar de forma “precária”.

Rolando Santos concorda que existe contenção de custos nestas vertentes do jornalismo. No entanto, defende que pelo facto das televisões captarem “dois terços, ou três quartos, do investimento publicitário no país” não estão tão condicionadas como outros meios. O jornalista da TVI defende que as limitações surgem sobretudo pela “necessidade das empresas terem conteúdos com rapidez e regularidade”, considerando por isso difícil que sejam feitas “apostas de longo prazo” em determinados conteúdos jornalísticos. Também José António Pereira (RTP) considera que é normal, de certa forma, que a contenção de custos tenha afetado as redações, mas acredita que “o jornalismo tem resistido e a Grande Reportagem, em particular, também tem dado provas de que está de boa saúde”.

Apesar dos cortes feitos no jornalismo, Paulo Salvador lembra que o investimento na investigação e na Grande Reportagem passou por diferentes períodos. “A GR é um produto caro,

pelo que as TVs privadas tiveram períodos em que investiram consoante o mercado publicitário o permitia”. Assim, e de acordo com o jornalista, a SIC fez um primeiro investimento e depois recuou, enquanto a TVI “fez o caminho inverso”. Paulo Salvador considera que hoje em dia ambos os canais televisivos “investem muito neste género jornalístico como fator diferenciador na guerra de audiências”. Alexandra Borges, por sua vez, defende que a contenção de custos ainda não afetou a Grande Reportagem, nem a investigação jornalística, destacando que a “TVI reforçou este ano o seu investimento, na investigação, porque sempre foi um fator diferenciador da informação na TVI”.

#### **4.2.6. O futuro das Grandes Reportagens e do jornalismo de investigação face ao imediatismo da televisão.**

Depois de recolhermos as opiniões dos jornalistas sobre o investimento no jornalismo de investigação, procurámos perceber como perspetivam o futuro das Grandes Reportagens Televisivas, num contexto de produção informativa marcado pela superficialidade e rapidez no tratamento dos assuntos.

Alexandra Borges (TVI), Paulo Salvador (TVI) e Diana Matias (SIC) acreditam que as Grandes Reportagens se vão manter como um género de excelência para a investigação, porque, como referem, estes conteúdos continuam a ser um espaço de reflexão distinto em relação aos demais conteúdos. Alexandra Borges destaca que “nenhum sistema informático” vai substituir os jornalistas e que as pessoas sabem identificar os bons conteúdos jornalísticos. Paulo Salvador defende que as Grandes Reportagens suportadas por boas investigações jornalísticas são uma ferramenta que os canais vão utilizar na guerra de audiências, um meio para fidelizar espetadores e uma forma das TVs ganharem notoriedade. Diana Matias salienta a importância de “cuidar do regime democrático em que vivemos”, para que exista tempo de exercer um “jornalismo cuidado, rigoroso, independente e ético”.

O jornalista Carlos Rico (SIC), por sua vez, defende que deve existir um equilíbrio “entre a necessidade de informar de imediato, porque essa instantaneidade é essencial ao funcionamento das sociedades modernas, e um jornalismo mais ponderado, mais reflexivo”. José António Pereira (RTP) e Rolando Santos (TVI) concordam que a forma como se consomem os produtos jornalísticos está a mudar. O jornalista da RTP destaca que hoje em dia, dada a evolução tecnológica e a “posição dos media na net”, o cidadão tem um papel mais ativo na forma como contribui para os conteúdos, o que na sua opinião não ameaça as Grandes Reportagens. Na perspetiva do jornalista, é necessário, no entanto, pensar-se noutro tipo de narrativas e plataformas para as produzir. Rolando Santos, por sua vez, acredita que o formato das Grandes Reportagens não é imune a mudanças, uma vez que os “gostos e preferências” dos espetadores estão a alterar-se. Se hoje preferem conteúdos apresentados em episódios, amanhã podem querer conteúdos apresentados num formato que tenha uma duração limitada

ou uma grande duração. Aquilo que Rolando Santos acredita que não se vai alterar no futuro é o desejo dos espectadores assistirem a Grandes Reportagens, isto porque, como refere, “a Grande Reportagem é uma coisa que responde à necessidade das pessoas, um desejo muito forte das pessoas que é contarem-lhes histórias”.

Jacinto Godinho e Pedro Coelho defendem, no entanto, que a rapidez que se impõe na produção de conteúdos pode mesmo afetar a Grande Reportagem Televisiva. O jornalista da RTP acredita mesmo que a necessidade de produzir conteúdos rapidamente sempre ameaçou a Grande Reportagem. O jornalista dá como exemplo os programas de Grande Reportagem da RTP, que hoje em dia resumem-se a dois: “Sexta às 9” e “Linha da Frente”, em grande medida devido à falta de meios para esta produção. A velocidade com que se produz e consome informação, sobretudo desde que surgiram os canais de 24h por dia, fez com que o espectador não esteja “pronto para consumir 50 minutos de conteúdo”. As reportagens no formato de 50 minutos, que marcaram o panorama jornalístico durante muito tempo, nunca funcionaram, porque além de exigirem ao espetador mais atenção e compreensão, exigem também do órgão de comunicação mais tempo e mais meios. Pedro Coelho (SIC) salienta que o imediatismo e a rapidez “são inimigas” da Grande Reportagem e da investigação, porque estas carecem de tempo, necessitam confirmação e verificação dos factos. O jornalista confessa que não se trata de um processo de adaptação, porque na realidade os conteúdos têm ritmos diferentes.

### **4.3. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas.**

Depois de na primeira parte termos procurado perceber como é que os jornalistas avaliam a relação entre o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas, neste segundo momento tentámos recolher dados sobre a forma como os trabalhos jornalísticos têm sido produzidos, considerando em particular as estruturas e os modelos adotados na sua produção.

Neste sentido, dedicamos especial atenção aquelas que parecem ser as novas tendências, não apenas ao nível da produção, mas também da exibição destes trabalhos jornalísticos. Referimo-nos em particular à emissão de Grandes Reportagens por episódios, numa estratégia de serialização que se pode aproximar do estilo ficcional. Procuramos perceber, junto dos profissionais, se esta nova lógica de divulgação resulta de uma opção que permite um aprofundamento das temáticas ou se é, pelo contrário, uma contingência, fruto dos ritmos televisivos, marcados pelos permanentes diretos e para velocidade de circulação da informação.

### **4.3.1. Modelos e principais características das Grandes Reportagens Televisivas.**

No processo de produção das Grandes Reportagens Televisivas é possível seguir por caminhos distintos, optando por modelos e formas alternativas de contar as histórias. Apesar de existirem diferenças, quisemos perceber se podemos falar de um padrão nos trabalhos realizados em Portugal, mas também quais as características que podem diferenciar uma Grande Reportagem Televisiva.

As opiniões dos jornalistas entrevistados variam quando se fala de modelos e características das Grandes Reportagens, desde logo no que diz respeito à duração. Para quatro dos jornalistas entrevistados, atualmente uma Grande Reportagem tem em média 30 minutos, longe dos 50 minutos que os trabalhos tinham nos anos 90. Apesar deste ser o tempo médio dos trabalhos, os jornalistas realçam que não devem existir limites no que diz respeito à duração. Para alguns existe, no entanto, um modelo comum de Grande Reportagem, enquanto que para outros não existem nem modelos, nem mesmo referências a ser seguidas, uma vez que são os assuntos tratados que acabam por definir as características do trabalho jornalístico.

Entre os jornalistas que defendem que não existe um modelo de Grande Reportagem a ser seguido, encontram-se Paulo Salvador (TVI) e Diana Matias (SIC), que acreditam que o importante numa Grande Reportagem não é medido pela duração ou formato da mesma, mas sim pela profundidade da abordagem. Diana Matias realça ainda a flexibilidade das Grandes Reportagens como uma importante característica, não podendo por isso falar-se de um modelo único. As Grandes Reportagens tanto podem apresentar-se em episódios, como em formatos mais longos, tudo depende do assunto a ser tratado. José António Pereira (RTP) também acredita que as Grandes Reportagens têm formas únicas de serem produzidas, por isso não existe um modelo comum a todas. “Cada assunto torna a reportagem única”, seja pela forma como os factos estão apresentados ou até mesmo pela maneira como a história é contada, dependendo do critério do jornalista. Alexandra Borges (TVI) também não acredita em modelos, mas sim numa “reinvenção de abordagens”, salientando que a duração ideal da reportagem vai ao encontro daquilo que a história necessita para ser contada. Pedro Coelho (SIC) partilha desta ideia, realçando que não existe um modelo, mas que uma grande reportagem deve ter 30 minutos de duração.

Rolando Santos (TVI) concorda que não existe um modelo, mas sim um método de trabalho, com muitos anos, em que estando estipulado o tema se procedem às seguintes etapas: “procurar as fontes, obter informações, confirmar essas informações com outras fontes independentes” e, posteriormente, analisar com cuidado toda a informação e reproduzir um produto que se aproxime o máximo possível da realidade que se quer retratar na reportagem. Este é o método que o jornalista da TVI acredita existir, realçando que um dos fatores mais



importantes na produção deste conteúdo são os valores éticos que tornam a profissão do jornalista uma profissão credível, valores que se têm vindo a perder com o tempo.

Sem uma opinião completamente definida, Carlos Rico, jornalista da SIC, confessa que não sabe se se pode falar num modelo, nem mesmo em termos de duração, porque essas características variam de acordo com o material que se decide utilizar no trabalho e decorre da própria investigação. O jornalista explica que no âmbito da “Grande Reportagem SIC”, existem reuniões antes da Grande Reportagem ser realizada, onde se decide “o ângulo de abordagem, possíveis intervenientes, calendarização de todos os passos da história, etc.”.

Há, no entanto, outros jornalistas que defendem que se pode falar de um modelo no âmbito da produção da Grande Reportagem Televisiva. Jacinto Godinho revela que existe um problema ao nível do formato, na forma como as Grandes Reportagens passaram a ser produzidas. De acordo com o jornalista da RTP, as Grandes Reportagens Televisivas passaram a ser produzidas como se fossem “uma espécie de pequenino telejornal”, onde a peça é estruturada com entrevistas, onde o jornalista quando seleciona um tema já pensa em quantas pessoas tem de entrevistar, quantos vivos tem de fazer e de que imagens necessita para realizar a peça. No entanto, para Jacinto Godinho, a Grande Reportagem não pede isso, uma vez que “a estrutura de uma Grande Reportagem tem uma linguagem diferente. Pode ser feita apenas com um caso, pode ser contemplada com um olhar diferente”. Uma grande reportagem deve adquirir uma cultura e uma linguagem que lhe são próprias.

Luís Loureiro, por sua vez, revela que existe um modelo-comum, com o qual não concorda. Para o jornalista da RTP, a estrutura atual da Grande Reportagem, aplicada 99% das vezes, baseia-se no “off/entrevista, off/entrevista, off/entrevista, off/entrevista”. O jornalista defende que a Grande Reportagem não tem de ser orientada só pela entrevista e o *off* do jornalista. Luís Loureiro realça que é preciso que “contemos uma história tal como a história pede para ser contada e isto significaria uma desconstrução total dos modelos sobre os quais normalmente são estruturados os trabalhos de Grande Reportagem”. Nesse sentido, o jornalista acredita que na fase do terreno, quando se está a trabalhar numa Grande Reportagem, é importante captar todas as imagens e posteriormente visionar todos os “takes” que foram realizados, porque existe uma “riqueza escondida no material que nos traz o terreno que nós muitas vezes não sabemos que existia”. Neste sentido, é necessário analisar o material recolhido atentamente e de forma crítica para que não se produzam conteúdos seguindo a lógica de um modelo assente numa estrutura predeterminada.

### 4.3.2. A tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas.

Se os jornalistas entrevistados se apresentam divididos quanto à existência de um modelo nos trabalhos de Grande Reportagem, quisemos perceber se as opiniões também se dividem em relação à produção e exibição dos trabalhos jornalísticos por episódios, o que ficou conhecido como a tendência de serialização das Grandes Reportagens.

Dos nove entrevistados, sete são da opinião de que esta tendência de serialização de Grandes Reportagens é válida, dependendo do assunto em questão. Os restantes profissionais entrevistados defendem que, apesar de certos temas poderem ser trabalhos desta forma, a verdade é que esta tendência não deve ser considerada como algo a desenvolver no futuro. Neste sentido, há mesmo quem fale não de uma tendência, mas sim de um recurso, uma técnica a que se pode recorrer em determinadas situações.

De acordo com Alexandra Borges, cada história tem a sua duração ideal para ser contada e isso é que vai definir se é ou não necessário desdobrar um episódio em dois. A jornalista da TVI alerta para os casos em que isso é feito só para “captar audiências”, o que defende não fazer sentido. Luís Loureiro (RTP), que também é defensor da serialização em casos em que se justifique esse desdobramento, fala da “serialização compulsiva” enquanto prática negativa, uma vez que se corre o risco de repetição, sobretudo se os conteúdos não justificarem esse formato. Jacinto Godinho não se mostra contra a serialização, mas destaca que o problema está exatamente na linguagem utilizada para apresentar estes episódios, “o problema é quando se recorrem a elementos retóricos dentro da própria narrativa que são mais comuns na ficção”. Para o jornalista da RTP, desta forma, corre-se o risco de cair num “jornalismo de expectativa”, onde através das estratégias utilizadas, que se assemelham às das séries e novelas, se cria uma espécie de “*suspense*” e de revelação de algo na própria história que na realidade pode não existir.

José António Pereira (RTP) e Rolando Santos (TVI) destacam que esta ainda é uma tendência recente. Por esse motivo, Rolando Santos prefere não dar a sua opinião, lembrando apenas que as pessoas querem ver conteúdos diferenciados, em que as histórias são “bem contadas”. José António Pereira, por sua vez, acredita que esta é uma estratégia para atingir as audiências, e por isso o formato pode variar em função da linha editorial dos canais televisivos e de acordo com os próprios assuntos abordados.

Carlos Rico (SIC) e Paulo Salvador (TVI) não apontam esta serialização como uma tendência de futuro. Para o jornalista da SIC, a serialização não é uma tendência, mas apenas um recurso que tem sido utilizado em função das circunstâncias, nomeadamente da profundidade e complexidade dos assuntos que possam necessitar de uma explicação mais ampla e, portanto,

serem construídos através de uma narrativa que se possa estender no tempo. Esta serialização pode contribuir, defende Carlos Rico, para que os assuntos abordados se tornem “imperceptíveis pelos telespectadores”.

Também Diana Matias (SIC) defende que a serialização “pode ser uma vantagem quando o tema é complexo e tem ramificações que a sua divisão em capítulos permite ao jornalista maior consistência”, além de poder ajudar na divulgação da mensagem junto do espectador. Pedro Coelho partilha da opinião que Diana Matias, o jornalista da SIC realça que nas Grandes Reportagens que produz utiliza essa “outra estratégia de construção” para poder aproveitar melhor o conteúdo e contar a história da melhor forma possível. O jornalista salienta ainda que não utiliza esta estratégia só para alimentar a história, mas sim porque os conteúdos o pedem, até porque, de acordo com a sua experiência, “o segundo episódio gera sempre menos audiência do que o último”.

Já no que diz respeito à compreensão da mensagem por parte dos espectadores, a maior parte dos jornalistas não acredita que a serialização interfira na forma como o espectador recebe o conteúdo. Alexandra Borges (TVI) defende mesmo que pode existir alteração na forma como se percebe o conteúdo se a serialização for bem feita. Jacinto Godinho (RTP), por sua vez, defende que os efeitos podem verificar-se no próprio espectador, sobretudo se este passar a assistir a um episódio, tal como faz com uma série, com base nas suas “paixões”, o que acaba por transformar a “cultura do espectador”. Tendo em conta que a linguagem no jornalismo é mais complexa, há sempre uma tendência de se procurarem construções narrativas para a simplificar, e os modelos seguidos são os das séries e novelas.

Rolando Santos (TVI) destaca que o facto de se utilizarem estratégias como anunciar o que se passará no próximo episódio no recorrente e rebobinar um pouco para o que se passou no anterior, são práticas que podem ajudar na compreensão do parte do público. José António Pereira (RTP) alerta para o risco de, com a serialização, a informação não chegar na totalidade ao espectador, uma vez que este pode assistir a apenas alguns episódios, o que poderia contribuir para que este formasse uma “opinião condicionada”. Paulo Salvador (TVI) concorda que em alguns casos esta serialização possa ser negativa para a audiência, mas que geralmente isso não acontece por se tratar de poucos episódios, muitas das vezes.

Diana Matias prefere destacar a possibilidade de se ter acesso aos episódios nas plataformas online, o que entende ser uma importante ferramenta para o espectador, que pode assistir aos conteúdos sempre que quiser. Nesse sentido, a jornalista da SIC acredita que a compreensão do trabalho jornalístico não é afetada pelo formato, mas depende sempre do espectador e da sua “disponibilidade para seguir o tema”. Carlos Rico (SIC) concorda que a facilidade no visionamento dos episódios serializados acaba por ser um “elemento facilitador” para o espectador, e que este vai ter interesse numa Grande Reportagem em função da relevância e interesse público do assunto tratado. Já Pedro Coelho (SIC) acredita que esta é a melhor forma

de contar a história, sobretudo nos casos em que é necessário aprofundar o tratamento jornalístico. Sem a possibilidade de criar diferentes episódios, a história seria de certa forma amputada, o que não seria bom para o jornalista, nem para o espetador. Encontrar o equilíbrio na forma como são contadas as histórias, é esse o seu “contrato com o telespetador”.

Podemos então considerar que a serialização é uma opção para a produção de Grandes Reportagens Televisivas, na medida em que torna possível explicar determinado assunto com mais detalhes, o que vai encontro daquilo que Carla Baptista (2018) defende em relação à serialização, ao destacar que a complexidade das histórias, aliada à necessidade de aprofundar detalhes, torna necessário este formato. Esta serialização é uma opção, segundo os jornalistas entrevistados, mas deve ser utilizada de acordo com as histórias e garantindo que não contribui para a produção de conteúdos repetitivos. A serialização é então vista como um formato para a produção das Grandes Reportagens Televisivas, nas situações em que existe demasiada informação que não pode ser condensada num só episódio, sob pena de comprometer o tratamento jornalístico.

### **4.3.3. A complexidade das histórias na aproximação ao estilo ficcional.**

Os jornalistas defendem que é sobretudo a complexidade dos temas que faz com que os trabalhos jornalísticos sejam divididos em episódios. Partindo destas opiniões, procurámos perceber se os profissionais não temem que esta estratégia possa ajudar a promover uma mistura de conteúdos e formatos, entre informação e ficção.

Quatro dos jornalistas entrevistados defendem que a complexidade dos temas justifica o formato de serialização, mas dos quatro, dois não consideram que exista uma aproximação ao estilo ficcional. Pedro Coelho (SIC) e Jacinto Godinho (RTP) referem que a profundidade dos temas é retratada de melhor forma quando existe espaço para isso, mas que existem estratégias de construção que são importadas do formato das séries e do entretenimento. No entanto, Pedro Coelho salienta que é contrário à mistura de entretenimento e informação. Considera, ainda assim, que existem estratégias de construção da narrativa, como por exemplo, preparar as pessoas já no primeiro episódio para o que vem no segundo, realizar uma espécie de “*teaser*”, são algumas das estratégias que funcionam e são necessárias na serialização. Jacinto Godinho, por sua vez, acredita que esta serialização pode ser vista como “uma forma de reajustar novamente o processo jornalístico”. O jornalista dá o exemplo de plataformas digitais como a Netflix que deram nova vida às séries. Nesse sentido, o profissional da RTP acredita que as plataformas de *streaming* conseguem contar histórias e que esta é uma “possibilidade de aposta noutros formatos em episódios, porque eles são ótimos no sentido de fidelizar espetadores”, além de tornarem possível que a informação seja tratada com mais detalhe. Em

contrapartida aos “prós” da serialização é preciso acrescentar os “contras”, que se prendem sobretudo com o recurso a outros meios do mundo da ficção.

Na perspetiva de José António Pereira (RTP) existem temas em que é necessário cruzar mais informações do que o que se poderia esperar. Nesses casos, a serialização pode fazer sentido, sobretudo se for tratada de forma equilibrada. Já Diana Matias (SIC), também considera que a complexidade justifica a produção de conteúdo em “série”, e salienta que essa complexidade é muitas vezes o critério que vai definir se determinado assunto será produzido em capítulos. No entanto, a jornalista não considera que exista uma aproximação ao estilo ficcional. Na opinião da profissional da SIC o que acontece é que esta é uma ferramenta que deve ser utilizada quando se percebe que para produzir um tema em 30 minutos, por exemplo, isso “implica uma abordagem redutora do tema”, sendo por isso utilizada esta ferramenta, de forma a não esgotar o tema num episódio que não o vai abordar completamente. Carlos Rico (SIC) também não acredita que exista uma aproximação ao estilo ficcional por parte das Grandes Reportagens, defendendo que “os jornalistas se cingem aos detalhes relevantes para a compreensão da história”.

Alexandra Borges (TVI) e Paulo Salvador (TVI), por sua vez, não acreditam que esta complexidade justifique a extensão das histórias para um formato de serialização. O jornalista Paulo Salvador acrescenta ainda que as Grandes Reportagens existem exatamente no sentido de contarem histórias que já são complexas por natureza.

#### **4.3.4. O impacto da criação de produtos de entretenimento na informação jornalística.**

Tendo em conta esta produção de Grandes Reportagens Televisivas através de novos formatos, nomeadamente com recurso a episódios, procurámos perceber junto dos jornalistas se existem riscos em termos de se misturar aquilo que é a informação jornalística e o que são conteúdos de entretenimento.

Cinco dos jornalistas entrevistados consideram que esta forma de contar a história não prejudica a informação, uma vez que seguindo os padrões básicos do jornalismo isso não pode acontecer. Jacinto Godinho (RTP) e Luís Loureiro (RTP), por sua vez, acreditam que existe a possibilidade do jornalismo ser prejudicado na utilização deste formato, enquanto que Pedro Coelho defende que se devem usar estas estratégias apenas ao nível da forma. O jornalista da SIC considera que a importação destas estratégias utilizadas na ficção não significa simultaneamente que seja adotado o conteúdo de entretenimento que nelas existe. Nesse sentido, o jornalista vê este tipo de narrativas e discursos como estratégias fundamentais para contar melhor a história, desde que a informação não seja prejudicada, o que não acontecerá se a história for sólida.

A jornalista da TVI, Alexandra Borges, defende que não há prejuízo para a informação se forem mantidos os valores básicos do jornalismo. A profissional destaca que “desde que seja isenta, rigorosa, verdadeira e não ficcionada, nada na informação jornalística fica comprometido”. José António Pereira acrescenta que as regras do jornalismo são claras, e que ele não é, nem pode ser, ficção. O jornalista da RTP considera por isso que se trata apenas de formas distintas de construção de conteúdos jornalísticos. Paulo Salvador (TVI) concorda e dá como exemplo as reconstituições de história reais, em que por vezes até se pode empregar mais sentido à história que se quer contada e “ajudar o discurso jornalístico”. Diana Matias (SIC) e Carlos Rico (SIC) também são da opinião de que a informação não sai prejudicada nesta situação, sendo que o jornalista da SIC alerta que muitas vezes o que acontece é que “a realidade ultrapassa a ficção”.

Jacinto Godinho (RTP) e Luís Loureiro (RTP) consideram que a informação pode ser prejudicada quando se contam histórias neste estilo mais próximo da ficção. A excessiva dramatização e a simulação de entrevistas podem levar os espectadores a duvidarem se aquilo que vêm é, ou não, real, explica Luís Loureiro. O jornalista considera que dessa forma os conteúdos se podem aproximar do sensacionalismo, o que não pode acontecer. Jacinto Godinho refere a esse propósito o “*infotainment*” como uma das dimensões a ter em conta e que pode prejudicar a informação, dado que nos dias de hoje encontra-se cada vez mais entretenimento misturado com alguns elementos de jornalismo, e menos “*infotainment*”, ou seja, jornalismo com elementos de ficção. Nesse sentido, sabendo que o jornalismo não tem narrativas tão atrativas como o entretenimento, Jacinto Godinho chama a atenção para o desafio que passa pelo jornalismo conseguir recorrer a essas narrativas da ficção sem que a informação saia prejudicada. Para Jacinto Godinho é possível, uma vez que as técnicas utilizadas pela ficção, não são mais do que “técnicas de escrita trabalhadas pela ficção”, que também podem ser adaptadas ao jornalismo. É nesse sentido que a televisão precisa de trabalhar, uma vez que essa é ainda uma área por explorar, ou seja, trabalhar as histórias para que se tornem consistentes de tal como que a história não seja afetada e a ficção não se sobreponha à própria realidade.

Neste ponto importa também perceber se, para além do que acontece ao nível da produção, os jornalistas consideram que a aposta em estratégias da área da ficção se tem verificado também na promoção dos trabalhos jornalísticos.

Todos os jornalistas concordaram que as Grandes Reportagens, ou qualquer outro produto jornalístico, não pode e não deve ser promovido como um conteúdo de ficção. Os entrevistados suportam a opinião nos princípios básicos do jornalismo e de acordo com os quais a ficção não pode ser misturar com a informação, no sentido de se promover determinado conteúdo como ficcional e este na realidade ser informativo

Alexandra Borges (TVI) destaca que “a informação não deve ser vendida como ficção” e que não nos podemos esquecer que “a realidade ultrapassa a ficção”, sendo a realidade a inspirar a ficção. Carlos Rico (SIC), por sua vez, defende que as Grandes Reportagens devem ser promovidas com a mesma intensidade com que os conteúdos de ficção, não como conteúdos de ficção. Jacinto Godinho (RTP) considera problemática esta questão, dado que as promoções não fazem parte da peça e pode-se criar ali algum tipo de desvirtuamento da peça, seja pela promoção ou pelo título, sendo necessário ter cuidado e atenção à ligação feita entre título, e não esquecendo que as promoções visam chamar a atenção para os trabalhos. Luís Loureiro (RTP) partilha da mesma opinião, realçando que no programa “Sexta Às 9”, o departamento responsável pelas promoções é o de Marketing, mas que os jornalistas têm algum controle, uma vez que são eles a sugerir o primeiro texto para a promoção. Diana Matias (SIC) salienta a diferença que existe entre conteúdo de ficção e Grande Reportagem jornalística, realçando que as promoções dos dois tipos de conteúdos têm linhas próprias e distintas e ambas o seu espaço nos meios de comunicação.

A serialização, como vimos na primeira parte do trabalho com a autora Carla Baptista (2018), é um formato que prioriza elementos expressivos face à narrativa informativa. Nas respostas dos jornalistas percebemos, no entanto, que os profissionais consideram que o recurso a estes elementos simbólicos não se sobrepõe, nem prejudica, a informação jornalística, uma vez que não passam de estratégias de construção da narrativa, e que a informação jornalística, os valores básicos do jornalismo, são mantidos durante a produção destes episódios. Neste sentido, desde que se mantenha o foco na história que se quer contar, a serialização não ameaça a informação jornalística.

#### **4.3.5. Os formatos como estratégias para rentabilização dos conteúdos.**

Para terminar a segunda parte, relacionada com as tendências, os modelos e as estruturas das Grandes Reportagens Televisivas, procurámos avaliar se as estratégias de importação de formatos da ficção não estão relacionadas com a rentabilização dos conteúdos jornalísticos onde normalmente se investem mais recursos.

Apenas três dos jornalistas entrevistados não entendem esta serialização como uma forma de rentabilizar os conteúdos, uma vez que os restantes não têm dúvidas de que é também esse o objetivo das estações. Pedro Coelho (SIC), Diana Matias (SIC) e Alexandra Borges (TVI) não consideram que a serialização seja uma forma de rentabilizar conteúdos, mas sim uma decisão de construção para que o conteúdo jornalístico seja tratado com mais profundidade. Diana Matias defende mesmo que este não é um critério jornalístico e não deve ser tido em conta quando se determinam temas para Grandes Reportagens e os formatos dos trabalhos jornalísticos.

Por outro lado, os restantes cinco jornalistas afirmam que essa é uma estratégia utilizada para que se captem mais audiências. José António Pereira (RTP) realça o facto de através da serialização se poder “chegar a mais público” e desta forma acabar por promover o debate entre os telespectadores. Luís Loureiro (RTP) e Rolando Santos (TVI) destacam uma preocupação crescente com esta rentabilização, pois apesar de concordarem que ela existe, acham que pode prejudicar o conteúdo jornalístico se for feita com o intuito de “fazer render o peixe”, como referem. Rolando Santos acrescenta, ainda, que as Direções de Informação olham para determinado tema e ao verem que é bom, que existe conteúdo para estender o assunto, consideram que é positivo fazê-lo render durante mais tempo. Todavia, salienta a importância de essa ser uma escolha feita de forma consciente, sem ultrapassar determinadas fronteiras que podem levar a que se caia no exagero.

Jacinto Godinho destaca que esta é uma “ótima maneira de rentabilizar conteúdos”, além de tornar possível que se seja justo para com as fontes que sacrificaram tempo e o próprio pensamento delas para depois ver a peça jornalística resumida a minutos ou segundos. Na sua opinião, tudo o que “levar as pessoas a ver bom jornalismo é ótimo”, desde que não se acabe por tornar os conteúdos num “espetáculo televisivo”.

Este formato contribui assim para a rentabilização de conteúdos, uma vez que ao desdobrar-se um episódio em dois (ou mais, dependendo das estratégias utilizadas pelos jornalistas), está-se a rentabilizar o investimento feito numa Grande Reportagem. Dos jornalistas entrevistados, a maioria considera que a rentabilização de custos se verifica não apenas ao nível da produção, mas também, fazendo render o conteúdo e, nesse sentido, aumentando o número de audiências com a emissão de episódios em dias diferentes. Nesse sentido, deve ter-se em conta que a rentabilização de custos nem sempre é um objetivo, mas acaba por ser uma consequência do trabalho jornalístico que se pretende realizar e das audiências que é preciso atingir.

## **4.4. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas.**

Depois de recolhermos as opiniões dos jornalistas sobre o jornalismo de investigação em Portugal no primeiro momento, e as tendências, modelos e estruturas na produção de Grandes Reportagens Televisivas, no segundo, nesta terceira parte centramos a atenção nos temas escolhidos para os trabalhos jornalísticos, bem como a sua relação com a agenda mediática e as audiências. Mas interessa-nos também perceber o impacto que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade e as repercussões na vida daquelas que são retratadas.

Procuramos assim avaliar se as Grandes Reportagens Televisivas cumprem aquelas que historicamente sempre foram consideradas as funções do jornalismo, nomeadamente ao nível



da vigilância dos poderes e da prestação de contas. Neste caminho, pedimos aos jornalistas que nos indiquem os trabalhos que consideram mais impactantes.

#### **4.4.1. A agenda mediática e a escolha das histórias/temas das Grandes Reportagens em função das audiências.**

No contexto do trabalho que desenvolvem nas redações televisivas, procurámos perceber como escolhem os jornalistas as temáticas para serem abordadas nas Grandes Reportagens, indagando desde logo se a agenda mediática influencia esse processo.

Dos nove jornalistas entrevistados, apenas um (José António Pereira) afirma não sentir essa preocupação da escolha do tema, mas realça que os espectadores aumentam quando uma investigação relevante é colocada no ar. Os restantes entrevistados demonstraram que existe uma preocupação na seleção dos temas, tendo em conta que essa escolha pode captar a atenção de mais ou menos espectadores.

Pedro Coelho (SIC), Rolando Santos (TVI), Diana Matias (SIC) e Paulo Salvador (TVI) realçam que as televisões onde trabalham como um fator que faz com que esta preocupação exista, isto é, são canais comerciais, funcionam como empresas, e nesse sentido tem que existir preocupação com as audiências. A lógica que existe associada ao negócio faz parte dos meios para os quais trabalham. No entanto, os jornalistas também revelam que se fazem trabalhos considerados importantes e relevantes para a sociedade, mesmo que estes não garantam audiências.

Paulo Salvador destaca que apesar desta preocupação, “há temas que se impõem por si mesmos”, dado que o jornalismo é pautado pela atualidade, mas que também é imprescindível refletir sobre o impacto que determinada história pode ter. Pedro Coelho chama a atenção para a importância de distinguir “público” de “audiência”, ressaltando que prefere ter público (que vai interagir de acordo com o conteúdo) do que audiência (que só consome o conteúdo). O jornalista da SIC revela que se fazem trabalhos que se sabe claramente que não são para as massas. Diana Matias acredita que se procuram trabalhar temas que inquietem as pessoas, que as preocupem, existindo por isso espaço para denunciar “temas fora do radar”, mas que também são relevantes a um nível mais geral. A coordenadora do programa “Alexandra Borges” realça que “sem público não há informação que sobreviva”, mas para além disso há sempre a preocupação de tratar temas relevantes para a sociedade.

Luís Loureiro e Jacinto Godinho, à semelhança de José António Pereira, trabalham na RTP, um canal público. Nesse sentido, os três jornalistas afirmam que dentro do canal televisivo onde trabalham não sentem tanto essa preocupação por se tratar de um serviço público. Contudo, Luís Loureiro concorda que existe a preocupação de entender “o impacto social” das histórias. O jornalista acrescenta ainda que dentro desse impacto social “há a expectativa de uma audiência”. Já Jacinto Godinho acredita que é preciso “encontrar histórias do ponto de vista

do interesse público, mas que ao mesmo tempo captem a atenção dos espectadores”, salientando ainda que esta atenção dos espectadores está muito circunscrita a determinados temas, sendo o papel da Grande Reportagem “fugir dessa limitação e abrir espaço para temas diferentes”.

Por fim, José António Pereira (RTP), apesar de não ter essa preocupação no órgão de comunicação em que trabalha, afirma que é natural que se uma investigação abordar determinados aspetos exista mais audiência, “porque à partida esse assunto tem influência direta na vida de mais gente”.

Já quanto à possibilidade de os jornalistas proporem temas para serem trabalhados no âmbito das Grandes Reportagens, Pedro Coelho (SIC), Paulo Salvador (TVI) e Alexandra Borges (TVI) destacam que existe liberdade para a apresentação de propostas de temas. O jornalista da SIC realça que sempre que vai tendo novas histórias as propõe, como foi o caso da reportagem “Más Ações” (que lhe chegou por denúncia e depois de um trabalho de pesquisa e investigação prévia ter sido elaborado) o tema foi aceite e avançou.

José António Pereira (RTP) realça que existem temas do dia-a-dia que podem ser aprofundados e dar origem a trabalhos de fundo. Diana Matias (SIC) salienta que a Grande Reportagem representa o tempo e o espaço ideais para que se explorem temas fora da agenda, uma vez que se trata de um subgénero da reportagem que permite uma abordagem mais profunda do que a do jornalismo do dia-a-dia. Carlos Rico (SIC), apesar de concordar que existe liberdade para tratar temas que “saem fora da agenda”, lembra também os trabalhos que fazem parte da agenda mediática e aos quais os jornalistas procuram “acrescentar valor e reflexão”.

Procurámos também perceber se os jornalistas consideram que uma determinada Grande Reportagem pode, depois de ser emitida, condicionar ou influenciar a agenda da estação televisiva, alterando-a de alguma forma. Oito dos nove jornalistas entrevistados concordaram que isso pode acontecer, na medida em que podem levar as pessoas a debater o tema/assunto em programas fora dos noticiários. No entanto, Carlos Rico, jornalista na SIC, não considera que se trata de um condicionalismo, mas sim de uma oportunidade, uma vez que pode dar origem a que outros conteúdos sejam tratados em função de uma determinada reportagem.

Alexandra Borges (TVI) acredita que as Grandes Reportagens podem marcar as agendas políticas e Rolando Santos (TVI) considera que depois da Grande Reportagem existe um “conjunto de produtos que a seguem”, ou seja, deixa de ser só um trabalho jornalístico para passar a ser “todo um conjunto de coisas que mobiliza a estação televisiva”, através de entrevistas, *follow ups* e debates, por exemplo. Rolando Santos e Alexandra Borges consideram ainda que as reportagens podem mesmo marcar as agendas das outras estações televisivas. O jornalista da TVI dá o exemplo do caso “Casa pia”, onde um órgão de comunicação começou por abordar o tema e os restantes meios de comunicação acabaram também por fazer peças sobre o assunto.

Jacinto Godinho acredita que isso pode acontecer se as Grandes Reportagens tiverem impacto e com isso visibilidade. É natural, defende o jornalista da RTP, que temas que saem fora da caixa ou fora da agenda possam ter impacto, desde que sejam bem tratados e estruturados. Paulo Salvador salienta ainda que uma Grande Reportagem que tenha impacto “é potenciada pela estação em vários espaços televisivos da grelha de informação”. O jornalista da TVI dá o exemplo de uma Grande Reportagem que realizou em 2017, sobre o “Telmo”, em que o impacto foi tão grande que o rapaz foi a vários programas e passado um ano a TVI realizou outra reportagem para perceber o que tinha mudado na vida do jovem.

Luís Loureiro (RTP) considera que esses são os “ecos” das Grandes Reportagens e que só com eles é que o trabalho de Grande Reportagem faz sentido. Diana Matias (SIC) confessa que é comum que muitas reportagens deem origem “a debates que promovem a reflexão sobre o tema abordado” e que podem também dar origem a outras reportagens. Pedro Coelho partilha da mesma opinião e dá o exemplo da reportagem que fez sobre bancos, que condicionou a sua agenda por 5 anos, uma vez que fez cerca de 6 grandes reportagens sobre essa mesma temática, porque a partir de um tema, surgiram outras ideias e mais pistas para investigar e casos para expor. O jornalista da SIC revela que as pessoas já sabiam que ele era o “tipo dos bancos” e vinham falar com ele sobre o assunto. José António Pereira (RTP) não considera que se condicione a agenda televisiva, mas que existe sim uma influência, dado que uma determinada reportagem pode pedir uma reação por parte da entidade/pessoa afetada e, nesse sentido, a “própria agenda pode avançar em função” desse primeiro trabalho.

Carlos Rico, que não considera que as Grandes Reportagens Televisivas possam condicionar a agenda das estações televisivas, defende que dado o seu impacto, os trabalhos podem “ganhar uma relevância que transcende a própria reportagem, originando debates dentro e fora da estação”. O jornalista conclui que existem casos em que determinada reportagem acaba por levar ao pronunciamento de órgãos políticos, processos nos tribunais e até mesmo resultar em demissões por parte da pessoa visada na investigação.

#### **4.4.2. A importância da Grande Reportagem Televisiva e objetivo final da investigação jornalística.**

A capacidade que as Grandes Reportagens Televisivas têm de influenciar a agenda mediática é importante para os jornalistas, como verificámos, mas será que o sucesso destes trabalhos jornalísticos se mede apenas em função dessa influência? A visibilidade, a repercussão e impacto na vida (praça) pública de um trabalho jornalístico são dimensões fundamentais ou secundárias quando falamos do objetivo final da investigação jornalística?

Rolando Santos (TVI) começa por considerar que existem dois critérios para determinar os efeitos das Grandes Reportagens em termos da visibilidade e repercussão na vida (praça

pública). O jornalista destaca os conceitos de “audiências” e “impacto”, sendo as audiências consideradas como o resultado mais imediato, e o “impacto” como algo que é mais diluído no tempo. Assim, o impacto imediato é aquele que se verifica no próprio dia em que a Grande Reportagem vai para o ar, ou no dia seguinte, enquanto o impacto diluído ou de médio prazo diz respeito à reação pública em função do conteúdo exposto. Este impacto não implica que o trabalho seja muito visualizado, uma vez que o importante é que provoque um “efeito prolongado no tempo”, ao tocar em determinados aspetos ou permanecendo na memória das pessoas.

Alexandra Borges (TVI) revela que as melhores reportagens que já realizou, e que marcaram a agenda política do país, foram importantes porque eram temas necessários, que interessavam às pessoas. Paulo Salvador e Carlos Rico consideram que estes são os efeitos desejáveis. Diana Matias considera também que esta é uma forma de medir a importância de uma Grande Reportagem, pois se for possível fazer as pessoas refletirem sobre um determinado assunto, guiá-las em relação a uma causa e incentivar o pensamento crítico, o jornalista está a cumprir a sua função.

Jacinto Godinho, por sua vez, realça que infelizmente é através desses efeitos que se mede a importância das Grandes Reportagens Televisivas. Para o jornalista da RTP, o que impera é a linha mediática, sendo essa linha responsável por organizar toda a nossa experiência e “toda a nossa experiência está estruturada entre a visibilidade e a invisibilidade”. Para o profissional, tudo o que seja objeto de discussão passa pelas redes sociais e só existe visibilidade quando isso acontece. Na televisão, as promoções feitas, não chegam nem a 90% da visibilidade que existe nas redes sociais, pelo que Jacinto Godinho considera que não pode existir repercussão, nem debate, nem impacto, se os conteúdos não passarem pelas redes sociais.

Já Pedro Coelho espelhou a sua frustração em relação às Grandes Reportagens que produz, porque considera que as suas reportagens não têm grande repercussão, com exceção de duas que considera terem tido grande impacto. O jornalista lamenta que não ponha as pessoas a falar como por exemplo as jornalistas Ana Leal e Alexandra Borges conseguem. Apesar de não existirem repercussões em termos políticos ou legais, a verdade é que as pessoas debatem os temas que elas expõem. Nesse sentido, Pedro Coelho prefere pensar que independentemente destes efeitos, o seu contrato com o público, com a verdade, está a ser cumprido. Como jornalista proporciona às pessoas a verdade sobre os assuntos que trabalha e depois cabe a cada uma dessas pessoas reagirem a essa verdade da forma que quiserem.

Luís Loureiro, por outro lado, não considera que a repercussão pública seja um sinónimo obrigatório da relevância de um trabalho. O jornalista entende que só por se poder exercer a função de vigilância sobre determinado assunto, sobre determinada entidade, essa possibilidade por si só já é relevante. “A relevância social não é métrica”, defende o jornalista da RTP, não sendo por isso obrigatório que exista impacto social em todos os conteúdos

produzidos. O jornalista dá o exemplo do caso “Watergate”, em que os jornalistas publicaram diversas notícias sobre o caso, mas que no início não existia impacto social, no entanto, esse trabalho foi importante e acabou por fazer cair um Presidente dos Estados Unidos. Nesse sentido, o jornalista da RTP considera que se pode andar anos a investigar um mesmo assunto, numa determinada época não tem grande impacto, mas que de um momento para o outro pode surgir uma pista ou um detalhe que acabe por contribuir para uma grande repercussão, fazendo “alterar a nossa perceção social sobre determinado assunto”.

José António Pereira (RTP) defende que o jornalista não deve realizar peças televisivas tendo em vista as audiências, porque elas não significam necessariamente que exista interesse público.

Neste ponto procurámos também perceber se os jornalistas consideram que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob forma de uma Grande Reportagem Televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais. Os nove entrevistados concordaram que as investigações jornalísticas devem informar o público sobre as irregularidades, no entanto, consideraram também que esse objetivo é redutor e que existem outras funções que é preciso destacar.

Carlos Rico (SIC) e Rolando Santos (TVI) salientam que este não deve ser o único objetivo, mas que é primordial na atividade jornalística e a sua vertente mais nobre. Alexandra Borges (TVI), José António Pereira (RTP) e Pedro Coelho (SIC) também concordam que este objetivo existe e Pedro Coelho destaca que ele existe mesmo que não tenha efeito, sendo que isso é o que tem acontecido ultimamente. Paulo Salvador (TVI) concorda que este é o objetivo, mas que não é só na investigação jornalística, mas em todos os temas, sejam irregularidades, injustiças ou só as pessoas.

Luís Loureiro começa por destacar que o jornalismo de investigação não é mais “contrapoder” do que os outros tipos de jornalismo. “Deve constituir-se como forma de vigilância”. Os jornalistas assumem-se como intermediários da sociedade que representam e têm a função de escrutinar os poderes. Para que uma sociedade seja democrática é imprescindível que uma verificação constante de tomada de decisões seja efetuada, é essa a função do jornalismo, seja a nível do poder político, judicial ou económico. Só assim, durante os 4 anos em que se escolhe determinado Governo, se vive democraticamente, quando existe alguém que assume a função de vigilante desses poderes. É este o papel do jornalismo e o futuro do mesmo, uma vez que só os jornalistas conseguem cumprir esta função de manter uma sociedade democrática ao exercer esta função de vigilância.

Jacinto Godinho concorda que um dos principais objetivos do jornalismo é o de ser mediador, dando voz “a quem não tem voz”. Deve assumir-se como o “porta voz dos invisíveis” e de quem não consegue expor os seus problemas de forma direta. Na sua opinião, quando não existe este

papel de contestação e pressão, é mais fácil que exista abuso por parte das entidades que deveriam ser vigiadas. É esse o papel do jornalista, o de manter o equilíbrio da sociedade.

Já Diana Matias considera este “objetivo redutor”, uma vez que o jornalismo não se deve limitar a denunciar, mas também se deve considerar a transmissão de conhecimentos ao espectador como um objetivo desta produção de conteúdos. Dar as ferramentas aos espectadores para os sensibilizar para determinados temas sociais é a missão do jornalismo, defende a jornalista da SIC.

#### **4.4.3. A responsabilidade social dos jornalistas e as funções de vigilância dos poderes e de prestação de contas.**

Face às funções que os jornalistas exercem diariamente, procurámos compreender se os entrevistados consideram que existe uma determinada responsabilidade social quando realizam trabalhos de investigação e Grandes Reportagens.

As respostas dos nove entrevistados coincidiram praticamente todas entre si, considerando-se que essa responsabilidade social é inerente à profissão do jornalista. Carlos Rico (SIC), Paulo Salvador (TVI), Diana Matias (SIC) e Alexandra Borges (TVI) foram sucintos na sua resposta, considerando que essa responsabilidade existe na atividade jornalística, sendo que Carlos Rico (SIC) considera que ela existente em toda a prática jornalística e não apenas na denuncia de determinados assuntos. Luís Loureiro (RTP) partilha desta ideia, mas assume que nos “assuntos que tratam situações mais sensíveis” essa responsabilidade é essencial, uma vez que se tratam temáticas que têm impacto direto na vida das pessoas. “Faz parte do edifício ético do jornalista ter noção dos efeitos e consequências da produção do seu trabalho jornalístico e mesmo assim seguir com essa produção, pela responsabilidade a ela inerente”.

Rolando Santos (TVI) e José António Pereira (RTP) concordam que essa responsabilidade existe e remetem para o código deontológico do jornalista, onde ela está bem expressa. O jornalista da RTP realça que a responsabilidade está “na denuncia sempre com base em factos e cruzando fontes”. O profissional da TVI acrescenta que essa responsabilidade tem vindo a diluir-se por se estar a confundir cada vez mais o jornalista com um produtor de conteúdos. O jornalista lembra que o jornalista é aquele que “tem de responder perante os seus atos, tem de assinar tudo aquilo que produz. Tem de ser responsabilizado por aquilo que produz e tem de respeitar o seu código deontológico”.

Pedro Coelho (SIC) concorda que assumir essa responsabilidade é a missão dos jornalistas. Se um padre e um professor têm uma missão bem definida, os jornalistas também têm a sua missão, que é a de servir e fornecer informação credível ao público. Jacinto Godinho (RTP), por outro lado, vê esta responsabilidade social como a verdadeira missão do jornalista. Na atualidade, o jornalista já não é o único produtor de informação e precisa de redefinir o seu

papel, que passa por “encontrar a sua essência”, tem de apostar na produção de trabalhos diferentes, baseados na “credibilidade e na verificação, que as pessoas possam ver e acreditar”.

Tendo em conta o quarto poder que os meios de comunicação deviam representar, procurámos também se as Grandes Reportagens cumprem uma função de vigilância de poderes e prestação de contas (*accountability*). Carlos Rico (SIC), Paulo Salvador (TVI), Luís Loureiro (RTP) e Alexandra Borges (TVI) consideram que esta é uma função assegurada pelo jornalismo, ideia partilhada pelos restantes entrevistados, que também concordam que o género desempenha estas funções no âmbito do sentido e dos efeitos que produz. Na opinião de Diana Matias (SIC), os jornalistas são o “famoso 4º poder” e desempenham o papel de contrapoder em relação aos poderes tradicionais instalados, sendo que nesse sentido o jornalismo desempenha um papel de alerta social. José António Pereira (RTP) considera que esta função de vigilância é inerente a todo o tipo de jornalismo e que é a função do jornalista estar vigilante sobre o que se passa na sociedade, alertando-a sempre que considerar que algo possa estar errado. O jornalista tem de ser os “olhos e ouvidos dos cidadãos”.

Rolando Santos recorre à expressão “todo o jornalismo que não incomode é uma grande propaganda” para apresentar o seu ponto de vista. O jornalista da TVI afirma que a função do jornalismo é garantir que alguém está a vigiar o que as pessoas que têm uma posição de poder, em qualquer área da sociedade, estão a fazer. Esta função de vigilância é “essencial para a democracia” e é um papel de “cão de guarda” que tem de ser assegurado por jornalistas prestigiados e altamente qualificados, para conseguirem desempenhar esse papel. Na sua perspetiva, uma democracia sem órgãos de comunicação social, e consequentemente sem jornalistas, é inconcebível.

Pedro Coelho defende que, apesar de essa função ser assegurada pelo jornalismo, os jornalistas não são “justiceiros”, considerando que existe uma missão para com o público de escutinar os acontecimentos com os quais se deparam. Conseguindo chegar a uma conclusão que seja mais próxima da realidade, da verdade que se quer expor, o jornalista deve investigar, explorar todos os ângulos da história, ainda que isso ponha em causa os poderes públicos e privados da nossa sociedade. A missão dos jornalistas é “de vigilância, de vigilantes do espaço público, ou cães de guarda”.

Jacinto Godinho, por sua vez, considera que todo o jornalismo deve assumir uma função de “*accountability*”, mas que a Grande Reportagem tem aqui uma outra missão. Não sendo a sua função apenas a de cumprir este papel de “*whatchdog*” dos poderes instalados na nossa sociedade, a Grande Reportagem tem também a missão de proporcionar um outro olhar sobre os assuntos. Dessa forma, torna possível que se julgue de outra forma, que se vejam os assuntos numa outra perspetiva e que assim se possa “fazer um juízo sobre as coisas de outra forma”.

#### **4.4.4. A repercussão e o impacto das Grandes Reportagens Televisivas na sociedade portuguesa.**

Terminámos a recolha das opiniões dos jornalistas pedindo-lhe que nos dessem exemplos de trabalhos de Grande Reportagem que se destacaram em termos de repercussão e visibilidade pública.

Os jornalistas Pedro Coelho, Diana Matias e Carlos Rico destacaram algumas das Grandes Reportagens que elaboraram e que entendem que tiveram mais visibilidade e repercussão. Carlos Rico destaca a Grande Reportagem “Pais à vez”, que fez recentemente, como uma das que suscitou mais debate na sociedade, por se tratar de uma temática que envolveu a possibilidade da lei portuguesa passar a contemplar como primeira opção a residência partilhada aos filhos de pais divorciados. Um tema que considerou como “fraturante”, pois divide opiniões. Diana Matias, por sua vez, realçou a grande reportagem intitulada “Somos o que comemos” como uma das grandes reportagens que teve grande impacto no âmbito da “Grande Reportagem SIC”, por se tratar de um tema sobre hábitos alimentares que teve um grande impacto em escolas e nas famílias, suscitando mudanças nesses hábitos alimentares - e ser hoje em dia um tema abordado em escolas. Já Pedro Coelho destaca a Grande Reportagem “Assalto ao Castelo” como uma das que teve maior visibilidade, por se tratar de um tema que pôs o país (político) a falar e levou, inclusive, a que se levantasse uma onda de incerteza sobre várias figuras da banca portuguesa.

Alexandra Borges destaca a série de reportagens que fez sobre a IURD como uma das principais a nível de visibilidade, por ter colocado em “causa todo o sistema de adoção em Portugal”, e por se terem denunciado inúmeras irregularidades, inclusive de órgãos públicos”, estando a decorrer um “processo de investigação no MP”. A jornalista destaca ainda outra reportagem que considera ter grande repercussão, que foi aquela que abordou o medicamento da Hepatite C, numa altura em que esse medicamento que curava a doença, estava a ser recusado aos doentes por ser demasiado caro. Essa reportagem esteve na origem do contrato que foi celebrado entre o laboratório e o Ministério da Saúde para que fosse fornecido o medicamento aos doentes. Já Rolando Santos destaca as Grandes Reportagens que realizou na Ilha Terceira como as que tiveram mais visibilidade. A Grande Reportagem que fez sobre a “Base das Lages”, que abordou a questão da base militar dos EUA na Ilha Terceira e a existência de armas nucleares no local, foi uma das que teve mais impacto, dando origem a uma segunda reportagem sobre questões ambientais, porque essa atividade militar norte americana na Ilha Terceira deu origem a contaminações e radioatividade que provocaram doenças nas populações. O jornalista destaca ainda uma outra reportagem, que também surgiu no âmbito da realização das anteriores, onde muitas crianças açorianas foram “compradas” quando a base militar estava ativa na Ilha Terceira - os americanos viam as crianças a viver em condições precárias e acabavam por as comprar aos pais e levá-las para a América, o que acabou por se



tornar uma espécie de negócio, porque existiam os “mediadores” que estabeleciam contacto entre o americano (que falava inglês) e o açoriano (que falava português). Por fim, Paulo Salvador destaca uma das Grandes Reportagens que teve um “impacto na audiência e redes sociais” brutal, alterando a vida de várias pessoas e do protagonista, sendo esta Grande Reportagem intitulada “O Telmo”.

Jacinto Godinho realça que, entre as várias reportagens que elaborou, sobre a “Cannabis”, sobre o “Lince”, sobre a “Falsificação de documentos”, que também tiveram grande impacto e repercussão, foi sobretudo a Grande Reportagem sobre a “Caça aos Golfinhos nos Açores” que teve o maior impacto em termos de visibilidade. Esta grande reportagem abordou a temática da caça aos golfinhos nos Açores na época em que Portugal tinha entrado na União Europeia, e em que uma das condições dessa entrada foi exatamente a de pararem com essa caça. No entanto, os Açores continuaram a caçar e a alimentar-se de golfinhos, vendo o assunto com grande normalidade - o jornalista destacou que na altura ainda não existia a sensibilidade que hoje existe para com esses animais. Não estando o jornalismo daquela altura (anos 90) habituado a controvérsias deste género, o assunto teve grande repercussão. Luís Loureiro destaca quatro entre tantos trabalhos que elaborou e que tiveram repercussão, nomeadamente uma reportagem sobre a UTAD, em que foram investigadas “relações perigosas entre professores de uma Universidade Portuguesa, no caso a UTAD, e plataformas de angariação de estudantes brasileiros”. Esta questão teve grande repercussão na comunidade académica. Outro dos trabalhos foi sobre a NOS, que envolvia uma situação judicial de 70 milhões de euros, que acabou por levar a NOS a modificar as suas metodologias. E também um trabalho em que foi abordada a poluição do rio Tejo, na zona de Vila Velha de Rosão, onde queriam construir um ETAR, sendo aqui a repercussão mais do lado ambiental. Luís Loureiro destaca, por fim, a situação da construção da Barragem de Fridão, em Amarante, uma infraestrutura que “o Governo acabou por não construir”. Já José António Pereira menciona a Grande Reportagem que realizou sobre “Pedrógão Grande” como o trabalho que chegou a mais gente, dada a importância pública daquele assunto, sendo uma reportagem em que o jornalista fez questão de tratar com grande cuidado, por se tratarem de entrevistas e testemunhos sensíveis, de pessoas que perderam muito naquele incêndio.

Por fim, a questão que finalizou as entrevistas realizadas, centrou a opinião dos jornalistas à cerca de todo o trabalho feito em Portugal em relação à produção das grandes reportagens televisivas. Esta questão não foi realizada diretamente a todos os jornalistas, por alguns deles já terem respondido e referido trabalhos de outros canais televisivos durante a entrevista. Sendo assim, a questão-base que orientou a entrevista foi a seguinte: “Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?”

Paulo Salvador (TVI), José António Pereira (RTP) e Carlos Rico (SIC) afirmam que se têm feito bons trabalhos de reportagem em Portugal. José António Pereira refere, ainda, que a

diversidade nos temas abordados pelas Grandes Reportagens, “enriquece o debate público e enobrece a missão jornalística”. Carlos Rico, por sua vez, acrescenta que a esse nível Portugal é uma grande escola, ainda mais tendo em conta o que se faz lá fora (e os recursos que eles têm), em relação aos recursos (inferiores) que Portugal detém. Jacinto Godinho considera que “o problema é que se tem que fazer [Grande Reportagem] com os mesmos meios” com que se faz a informação diária, o que não é compatível com a necessidade que a Grande Reportagem e o jornalismo de investigação exigem. O jornalista aponta os trabalhos de Pedro Coelho, da SIC, como um exemplo de jornalismo de investigação, além de admirar a persistência que a jornalista Sandra Felgueiras demonstra no programa “Sexta às 9”, em querer fazer bom jornalismo de investigação, apesar dos poucos recursos que tem disponíveis.

Rolando Santos (TVI) destaca uma aposta crescente neste género, uma vez que acredita que as televisões têm de se diferenciar, porque Portugal é um país pequeno, onde se torna difícil que a agenda tenha diversidade, sendo por isso necessário apostar em Grandes Reportagens que possibilitam a abordagem de temas diferentes.

Alexandra Borges (TVI), que destaca a exigência do público em relação ao produto que consome, salienta uma melhoria na qualidade dos conteúdos e um retomar do jornalismo de investigação. As televisões já perceberam que ganham credibilidade quando apostam em conteúdos de qualidade, defende a jornalista da TVI.

Diana Matias prefere não tecer comentários em relação ao trabalho dos canais concorrentes, mas afirma que na SIC existe bastante orgulho no trabalho que é feito nas Grandes Reportagens, cujo *feedback* é excelente. Pedro Coelho concorda que a SIC realiza e produz bons trabalhos, considerando que a equipa a nível da Grande Reportagem é bastante coesa e com bom potencial. Para além disso, o jornalista destaca que ninguém realiza um trabalho como o deles, dado que se preocupam com o conteúdo, mas também com a forma, e que essa “aliança forma/conteúdo é obrigatória”. Pedro Coelho destaca que não vê isso na TVI, realçando que apesar das histórias das jornalistas Ana Leal e Alexandra Borges porem o país a falar, não são histórias televisivas.

## Considerações finais

Neste trabalho procurámos investigar a importância que as Grandes Reportagens Televisivas têm no contexto do jornalismo de investigação, considerando as tendências, estruturas e modelos de produção jornalística seguidos na atualidade. Decidimos fazer esta análise a partir da perceção dos jornalistas e considerando também as funções, repercussão e impacto que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade. Para concretizar o trabalho a que nos propusemos, decidimos seguir uma abordagem de tipo misto, cruzando dois paradigmas de investigação, o quantitativo e o qualitativo. Através do cruzamento dos dados obtidos com a análise de conteúdo e as entrevistas, fomos capazes de reunir um conjunto de informação que nos permite considerar que atingimos os objetivos do trabalho, ao mesmo tempo que deixamos o nosso contributo para a investigação na área dos estudos em jornalismo.

Considerando os dados obtidos concluímos que a aposta no jornalismo de investigação tem aumentado, apesar dos profissionais entrevistados lembrarem que há ainda um longo caminho a percorrer nesta área, desde logo porque muitos trabalhos têm sido promovidos como jornalismo de investigação, quando na realidade não o são. Apesar dos trabalhos sob esta vertente do jornalismo terem aumentado, os jornalistas lembram que a falta de recursos humanos e financeiros constituem importantes limitações ao seu desenvolvimento.

O aumento dos trabalhos jornalísticos de investigação tem decorrido sobretudo através de um género em particular, a Reportagem. No caso da televisão, concluímos que é sobretudo nas Grandes Reportagens Televisivas que esta vertente do jornalismo encontra espaço para se apresentar. As respostas dos jornalistas entrevistados não deixam dúvidas quanto ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido através daquele que continua a ser considerado o “género nobre” do jornalismo. Neste sentido, os trabalhos de Grande Reportagem assumem-se efetivamente como o género jornalístico por excelência para a investigação, em grande medida porque, como lembram os profissionais, existe mais tempo para o seu desenvolvimento. Importa lembrar que a análise de conteúdo realizada permitiu concluir que desde 2015 houve um efetivo aumento do número de Grandes Reportagens produzidas pelos três canais generalistas.

Neste sentido, podemos corroborar a primeira hipótese que apresentámos, uma vez que os dados recolhidos nos permitem afirmar que as Grandes Reportagens Televisivas continuam a ter um papel importante no contexto do jornalismo de investigação, uma vez que a sua produção tem aumentado nos últimos anos em Portugal. Se os números relativos às Grandes Reportagens produzidas nos últimos dez anos já confirmavam a hipótese, as respostas dos jornalistas não deixam dúvidas, mesmo se estes deixam alguns alertas em termos do que é considerado jornalismo de investigação e dos obstáculos que podem impedir o seu desenvolvimento.

Os obstáculos ou dificuldades apontadas pelos jornalistas estão diretamente relacionadas com as dimensões que considerámos na segunda hipótese. Por um lado, destaca-se a crise que afetou o jornalismo e que levou a uma redução do número de profissionais nas redações. Os cortes que se fizeram sentir são particularmente relevantes quando se analisa um género, como a Grande Reportagem, que exige vários profissionais, mas também tempo para investigar e aprofundar o tratamento dos temas. Por outro lado, a rapidez de produção e consumo dos conteúdos, não é visível apenas ao nível do entretenimento, mas afeta também a área da informação. Os jornalistas alertam nesse sentido para o facto de as Grandes Reportagens serem um tipo de jornalismo que exige mais atenção da parte do espectador e que talvez este não esteja disposto a conceder essa atenção a determinados trabalhos jornalísticos.

Confirma-se desta forma a segunda hipótese, uma vez que a escassez de profissionais e a rapidez com é que necessário produzir conteúdos na atualidade são fatores que estão efetivamente a afetar as Grandes Reportagens Televisivas, enquanto género que exige maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico. Neste sentido, importa ainda recordar que os jornalistas defendem a importância de encontrar um equilíbrio entre aquela que é a necessidade de informação mais imediata, mais instantânea, fruto dos ritmos das sociedades modernas, e uma informação mais ponderada, mais reflexiva, que encontra nas Grandes Reportagens o seu espaço. Para além do equilíbrio entre os tipos de jornalismo, conclui-se também que a falta de profissionais nas redações dificulta o trabalho dos jornalistas e não contribui para a criação de conteúdos de qualidade, nomeadamente ao nível das Grandes Reportagens.

Entre as principais conclusões que a apresentação e discussão dos resultados nos permitem tirar, destaca-se o facto de os jornalistas sentirem que são livres no exercício da profissão, mas alertarem para as pressões que existem, sobretudo quando se faz investigação jornalística. As pressões podem assumir várias formas e vir de diferentes direções, mas de acordo com as respostas obtidas podemos concluir que as estruturas que suportam os jornalistas procuram quase sempre proteger os seus profissionais.

É ainda possível concluir que a relação com as fontes de informação é determinante para os jornalistas, sobretudo tendo em conta o trabalho de investigação que desenvolvem. Fomentar uma relação de confiança com a fonte é fundamental, mas garantir que esta compreende o seu papel, ou seja, que não pretende interferir na história, deve ser uma das principais preocupações do jornalista.

No que diz respeito aos modelos e estruturas das Grandes Reportagens, foi possível concluir que não existe um modelo único de Grande Reportagem, uma vez que são vários os aspetos que podem determinar a estrutura do trabalho jornalístico, desde a temática até ao próprio jornalista. Já no que diz respeito à estrutura, os dados recolhidos apontam para uma tendência de redução do tempo das Grandes Reportagens, mas sobretudo para uma produção e exibição

por episódios. A tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas que fica evidente na recolha efetuada, é explicada pelas respostas dos jornalistas, que remetem por um lado para a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar os assuntos, mas também para a rentabilização do investimento feito nestes trabalhos jornalísticos. Para a maioria dos profissionais não se deveria sequer falar de uma tendência, mas pelo contrário de um recurso, uma técnica que se pode recorrer em determinadas situações. Os jornalistas referem que a profundidade do tratamento jornalístico e a complexidade dos assuntos, que possam necessitar de uma explicação mais ampla, são circunstâncias que podem justificar a adoção de outro tipo de narrativas que se estendam no tempo.

Neste sentido, podemos confirmar a terceira hipótese apresentada, uma vez que é efetivamente a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar o tratamento jornalístico que contribuem para a adoção de novos formatos na produção das Grandes Reportagens Televisivas. Apesar de corroborarmos a hipótese, convém lembrar que os jornalistas alertam também para os cuidados a ter quando são adotados novos formatos, uma vez que a mensagem não se pode tornar impercetível para o espectador. É sobretudo neste ponto que as opiniões se dividem, o que dificulta que se tirem conclusões sobre esta estratégia de produção e exibição de Grandes Reportagens em episódios, numa lógica semelhante à dos conteúdos ficcionais.

Se é verdade que os dados recolhidos sobre as Grandes Reportagens produzidas nos últimos dez anos nos três canais generalistas não deixam dúvidas quanto a um aumento da produção e emissão dos trabalhos jornalísticos por episódios, as opiniões dos profissionais, por sua vez, destacam as razões dessa opção, garantindo que não existe nenhum risco para o jornalismo. No entanto, não podemos ignorar que a forma como têm sido promovidas as Grandes Reportagens Televisivas, as aproximam cada vez mais de episódios de novelas ou mesmo séries. Os próprios jornalistas alertam para a serialização compulsiva e para a utilização de técnicas que não fazem parte do campo jornalístico.

É por isso que consideramos que a hipótese quatro pode ser refutada, mas com algumas reservas. Podemos efetivamente concluir, pelas respostas dos jornalistas, que a tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas não afeta a compreensão do público, podendo mesmo ajudar na divulgação da mensagem junto do espectador. As temáticas mais complexas poderiam, através da divisão em capítulos, ser melhor explicadas e por isso não se confirmaria a primeira parte da nossa hipótese. Importa lembrar que estas conclusões são tiradas apenas com base no levantamento feito e nas respostas dos jornalistas, faltando neste contexto um dado importante, a opinião dos espectadores sobre a forma como os temas são abordados.

Já a segunda parte da quarta hipótese, que diz respeito ao facto de a serialização das Grandes Reportagens contribuir para a transformação de produtos jornalísticos em conteúdos ficcionais, apesar de as respostas indicarem no sentido da sua refutação, não escondem os riscos que

existem quando conteúdos informativos são considerados como produtos que devem ser promovidos da mesma forma que conteúdos ficcionais.

Os dados permitiram-nos também concluir que é sobretudo nos canais privados que existe uma maior preocupação na escolha dos temas para as Grandes Reportagens, uma vez que é preciso pensar nos conteúdos que podem garantir mais audiências. Apesar das audiências serem muito importantes, os jornalistas garantem que são realizados muitos trabalhos que não garantem audiências à priori, mas que são relevantes para a sociedade. Nas Grandes Reportagens analisadas identificámos a área da “Polícia e Justiça” como a temática mais trabalhada, o que nos parece retratar a preocupação de tratar assuntos relevantes, como os diversos casos de corrupção que assolaram o país nos últimos anos.

Conscientes de que para a informação resistir é preciso público, os jornalistas garantem que a possibilidade de as Grandes Reportagens poderem ter visibilidade suficiente para influenciar a agenda mediática é importante. Podemos assim concluir que o conjunto de conteúdos, como notícias, entrevistas, programas de debate, etc., que surgem após a emissão de uma Grande Reportagem, fazem parte da estratégia dos canais e constituem formas de introduzir temas para discussão pública. Concluimos ainda que nem sempre se pode medir o impacto de uma Grande Reportagem pelos números, ou seja, através de métricas, mas pelo contrário é preciso estar atento à sua repercussão em termos sociais.

Neste sentido, os jornalistas consideram que as investigações jornalísticas devem informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais, no entanto, realçam que esse não deve ser o único objetivo, nomeadamente das Grandes Reportagens Televisivas. A transmissão de conhecimentos aos espectadores, dotando-os de ferramentas que os sensibilizem para determinados temas é também uma importante missão do jornalismo.

Na nossa quinta e última hipótese, indagámos sobre a importância das Grandes Reportagens Televisivas ao nível da vigilância dos poderes e da prestação de contas (*accountability*), funções tradicionalmente asseguradas pelo jornalismo de investigação. Podemos confirmar a hipótese, na medida em que os jornalistas destacaram precisamente o seu papel ao nível do escrutínio e vigilância dos poderes, verificação constante da tomada de decisões, funções que, garantem, cabem ao jornalismo numa sociedade democrática. Os profissionais falam mesmo do famoso quarto poder que o jornalismo continua a desempenhar, funcionando como contrapoder em relação aos poderes tradicionais instalados e sendo os olhos e os ouvidos dos cidadãos.

Para terminar, podemos concluir que as Grandes Reportagens Televisivas são particularmente importantes no contexto do jornalismo de investigação, sendo o trabalho jornalístico que melhor permite um aprofundamento dos temas e, por conseguinte, melhor pode contribuir para transmitir conhecimento sobre determinados assuntos. Em termos de tendências, estruturas e

modelos de produção das Grandes Reportagens, destacam-se a redução do tempo médio destes trabalhos jornalísticos, resultado, por um lado, da rapidez de circulação e consumo da informação, numa época marcada pela “economia da atenção”. Por outro lado, a menor duração das Grandes Reportagens resulta também numa das tendências dos trabalhos mais recentes, a serialização, ou seja, o desdobramento de um trabalho em vários episódios, numa estratégia que permite um aprofundamento das temáticas, mas também uma rentabilização do investimento. Concluimos, por fim, que a repercussão e o impacto das Grandes Reportagens vão muito para lá das métricas indicadas pelas audiências, uma vez que este é um dos géneros que melhor pode contribuir para que o jornalismo cumpra as suas funções de vigilante e fiscalizador dos diferentes poderes.

## Limitações da investigação

Se é verdade que o estudo que desenvolvemos nos permitiu cumprir os objetivos que estipulámos para este trabalho, devemos reconhecer, no entanto, que não existem investigações perfeitas e que também esta apresenta limitações de vários tipos. Importa por isso, neste ponto em que encerramos o trabalho, fazer algumas considerações no que diz respeito às principais limitações que encontrámos.

De um modo geral consideramos que é sobretudo ao nível do desenho da investigação que nos deparámos com alguns obstáculos que impediram o trabalho de ir mais longe nos seus resultados. Referimo-nos em particular às dificuldades que encontrámos no momento de definição da amostra dos jornalistas a entrevistar, cujas opiniões constituem um dos elementos centrais deste trabalho. A ausência de respostas por parte dos profissionais selecionados para a amostra, foi um primeiro obstáculo com que nos deparámos. Apesar dessa limitação, procurámos avançar com os jornalistas que nos responderam, momento em que a distância e agenda dos jornalistas acabaram por se transformar numa segunda dificuldade.

O facto de nos encontrarmos na Covilhã, e as estações televisas, com os seus profissionais, em Lisboa e Porto, limitou a possibilidade de realizar um maior número de entrevistas presencialmente. Apesar de nos termos mostrado sempre disponíveis para ir ao encontro dos jornalistas, a verdade é que as agendas dos profissionais dificultaram a tarefa, obrigando a adoção de outras soluções, como o envio das questões por e-mail, na maior parte dos casos, e a realização de entrevistas por telefone, noutras situações. Importa reforçar a ideia de que foi também a agenda dos profissionais que limitou o número de respostas obtidas, uma vez que em diversas situações apesar da disponibilidade demonstrada pelos jornalistas, as ausências prolongadas para trabalho de reportagem, acabaram por impossibilitar a sua inclusão no trabalho, uma vez que existiam prazos para entrega do trabalho que era preciso respeitar.

Desta limitação metodológica, se assim lhe podemos chamar, que reduziu a amostra de jornalistas a apenas nove, decorre uma outra, e que se prende com a impossibilidade de fazer generalizações a partir dos resultados obtidos. Não sendo um objetivo deste trabalho, a verdade é que o número reduzido de jornalistas entrevistados não nos permitem extrapolar os dados para o universo de profissionais que desenvolvem trabalho de Grande Reportagem. Ainda assim, realçamos o facto de termos procurado estabelecer um equilíbrio entre os três canais generalistas, obtendo respostas de três profissionais de cada canal, numa tentativa de representação de cada estação.

Outra das limitações que gostaríamos de referir está relacionada com a escassez de trabalhos sobre aquele que é considerado o género nobre do jornalismo, a Reportagem, e sobretudo sobre a Grande Reportagem Televisiva. Apesar de existirem vários manuais que abordam o assunto, a verdade é que se tratam de obras focadas na vertente do ensino, ou seja, trabalhos onde são apresentadas as características da Reportagem e da Grande Reportagem, nos diferentes meios de comunicação. Quer isto dizer que são trabalhos que não estão centrados na investigação, mas na vertente educativa, que sendo importante, não é aquela que mais interessava para a investigação que realizámos. Neste sentido, não podemos deixar de destacar o trabalho de Jacinto Godinho, um dos jornalistas entrevistados, mas também autor das poucas obras que no contexto nacional abordam as origens da Reportagem.

Apesar da escassez de trabalhos académicos, acreditamos que o estudo que realizámos contribui para o desenvolvimento da área do jornalismo de investigação e da Grande Reportagem Televisiva, sobretudo porque ao cruzar as duas áreas, pode levantar novas questões sobre a aposta nestes conteúdos como fator distintivo do jornalismo. Por outro lado, acreditamos que os dados recolhidos podem também contribuir para que se desenvolvam novas investigações que considerem o impacto e a repercussão que as Grandes Reportagens Televisivas podem ter na sociedade, nomeadamente ao nível da vigilância dos poderes e da prestação de contas por parte das entidades públicas e privadas.

## Propostas para investigações futuras

A importância que o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas têm alcançado nos últimos anos, pode medir-se pelo aumento do número de programas dedicados a esta vertente e género do jornalismo, como verificámos, mas também pelos números das audiências. Esta é precisamente uma das primeiras dimensões que entendemos que pode e deve continuar a ser investigada, uma vez que não é ainda claro que o público procure programas de Grande Reportagem, sobretudo se pensarmos na rapidez com que atualmente se consome informação. Neste sentido, um estudo do lado das audiências poderia ser um importante contributo para esta área da investigação, nomeadamente procurando compreender que



temáticas os espectadores gostariam de ver tratadas através de Grandes Reportagens e através de que formatos.

Por outro lado, para lá do que os números das audiências possam indicar, será interessante perceber, junto das Direções dos Canais, mas sobretudo das Direções de Informação, quais os objetivos dos programas de Grande Reportagem, que estratégias têm sido adotadas para os promover e que custos têm para os canais de televisão. Enquanto género jornalístico que implica um aprofundamento das temáticas e um tratamento noticioso mais detalhado, as Grandes Reportagens envolvem a utilização de mais recursos, o que numa época de cortes no jornalismo, é uma importante dimensão a ser considerada em trabalhos futuros.

As investigações que venham a ser realizadas nesta área podem também passar por uma análise mais aprofundada das Grandes Reportagens Televisivas, nomeadamente do seu conteúdo, analisando cada trabalho, e procurando, juntos dos seus autores, compreender as opções em termos dos formatos escolhidos e das motivações para a escolha dos temas. Entrevistar um maior número de jornalistas é também um caminho que pode ser percorrido, desde logo porque isso poderia permitir que fossem considerados outros canais de televisão, onde o jornalismo de investigação e as Grandes Reportagens Televisivas também têm ganho espaço.

O trabalho pode continuar a ser desenvolvido através de diferentes perspetivas, mas uma que consideramos particularmente relevante está relacionada com o estudo da repercussão e impacto das Grandes Reportagens Televisivas na sociedade. As tendências identificadas neste trabalho podem ser o ponto de partida para novas análises em termos da repercussão das Grandes Reportagens. Por um lado, seria interessante analisar os conteúdos que os canais criam a partir destes trabalhos jornalísticos, ou seja, que notícias são criadas, que programas de debate são promovidos, de que forma a agenda mediática é afetada por uma determinada Grande Reportagem. Por outro lado, seria relevante perceber que consequências em termos sociais, económicos, políticos, podem derivar de um trabalho jornalístico desta natureza. Existem vários casos de Grandes Reportagens que nos últimos tempos estiveram na origem da abertura de investigações por parte do Ministério Público, de demissões de dirigentes associativos, de políticos, etc. Uma investigação que considere os diferentes impactos que um trabalho de Grande Reportagem pode ter, parece-nos não apenas relevante, mas decisiva para que se compreenda o poder que o jornalismo continua a ter, ao assumir determinadas funções, como as de vigilância dos poderes e prestação de contas.



# Referências Bibliográficas

- Amaro, V. F. (2004). O jornalismo investigativo no processo Casa Pia de Lisboa. O semanário Expresso e o caso português de pedofilia. Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação, 1-39. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaro-vanessa-jornalismo-investigativo.pdf>
- Amaro, V. F. (2008). *O jornalismo investigativo no processo Casa Pia de Lisboa. O semanário Expresso e o caso português de pedofilia*. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa.
- Ansell, G. (2011). Investigative Journalism Manual. Forum for African Investigative Journalism. FAIR, WITS University and Konrad Adenauer Foundation. Disponível em [url] [https://fairreporters.files.wordpress.com/2011/11/chapter\\_1-port.pdf](https://fairreporters.files.wordpress.com/2011/11/chapter_1-port.pdf)
- Araújo, V. (2011). *A continuidade do tempo relatado: a serialidade enquanto articuladora entre o jornalismo e a vida cotidiana*. Apresentado no Seminário Internacional Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos, Salvador. Disponível em [url] [https://analisedetelejornalismo.files.wordpress.com/2011/08/arac3bajo\\_valc3a9ria-vilas-bc3b4as.pdf](https://analisedetelejornalismo.files.wordpress.com/2011/08/arac3bajo_valc3a9ria-vilas-bc3b4as.pdf)
- Assumpção, D. & Villegas, G. (2013, outubro). *A reinvenção do jornalismo: tecnologia mudando a forma de produzir e fazer jornalismo* (pp. 773-779). Livro de actas 8º SOPCOM: "Comunicação Global, Cultura e Tecnologia", Escola superior de comunicação social, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Baptista, C. (2018). *Tendências do Jornalismo de investigação televisivo a partir do estudo de caso da reportagem da TVI "Segredo dos Deuses"*. Media & Jornalismo, 18(32), 95-104. Disponível em [url] <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5678/4557>
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bertocchi, D. (2005). Gêneros jornalísticos para espaços digitais. Livro de actas 8º SOPCOM: "Comunicação Global, Cultura e Tecnologia", Universidade do Minho. Disponível em [url] <http://www.sopcom.pt/actas/bertocchi-daniela-generos-jornalisticos-espacos-digitais.pdf>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação - uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Burgh, H. (2005). *Investigative Journalism: Context and practice*. London: Routledge.

- Burgh. H., (2008) *Investigative Journalism. Context and practice (2ª ed)*. London: Routledge.
- Cagé, J. (2016). [Trad.] *Salvar os Média. Capitalismo, financiamento participativo e democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Canavilhas, J. (2001). *O domínio da informação-espetáculo na televisão*. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-dominio-da-informacao-espectaculo-na-televisao.pdf>
- Coelho, P. & Silva, M. T. O lucro social e financeiro do jornalismo de investigação. *Media & Jornalismo*, 18(32), 73-94. ISSN 2183-5462. Disponível em [url] <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5677>
- Coelho, P. (2015). A investigação jornalística em televisão: Algumas reflexões sobre o futuro do jornalismo televisivo. In Sá, P. Serra & W. S. Filho (Org.) *A Televisão Ubíqua* (pp. 105-122). Covilhã: Livros Labcom. Disponível em [url] [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20150529-201507\\_pserrassawfilho\\_tvubiqua.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20150529-201507_pserrassawfilho_tvubiqua.pdf)
- Correia, F. & Batista, C. (2009, outubro). *Anos 60: um período de viragem no jornalismo português* (pp.1191-1202). Livro de actas - 4º SOPCOM "Comunicação Global, Cultura e Tecnologia", Universidade do Minho.
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry & research design. Choosing among five approaches*. London: Sage.
- Damásio, A. (2012). *O erro de Descartes: a emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Duarte, E. (2003). *Televisão: entre gêneros/formatos e produtos*. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte. Disponível em [url] <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/29392547598621364344690064304561456918.pdf>
- Emerim, C. (2010). *O texto na reportagem em televisão*. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul: Intercom. Disponível em [url] <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0879-1.pdf>

- Ferreira, B. (2010). *Viagem pela grande reportagem televisiva: o desafio do jornalismo investigativo na Rede Globo Brasil (1997-2007)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa.
- Forbes, D. (2005). *A watchdog's guide to investigative reporting*. Johannesburg: Konrad Adenauer Stiftung Media Programme (KAS).
- Freitas, A., Silva, A. I., & Amante, S. (2019). Re[a]presentações do jornalismo de investigação na voz dos profissionais de comunicação. In T. Antas de Barros, S. Ferreira, P. Lobo, S. Morais, P. Rodrigues, F. Sobral, & L. Sousa (Eds.), *Atas do 10º Congresso SOPCOM - Ciências da Comunicação, Vinte Anos de Investigação em Portugal* (pp. 663-683). Viseu, Portugal. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sopcom/x-congresso.pdf>
- Gadret, D. (2016). *A emoção na reportagem de televisão: As qualidades estéticas e a organização do enquadramento*. (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gearing, A. (2014). *Investigative journalism in a socially networked world*. Pacific Journalism Review, 20(1), 61-65.
- Godinho, J. (2011). *As origens da reportagem televisiva*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gomes, R. (2012). *A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Guimarães, A. & Fernandes, N. (2012, dezembro). *O Jornalismo em Evolução*. III Seminário de I&DT no Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Disponível em [url] [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4152/1/Adriana%20Mello\\_Nuno%20Fernandes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4152/1/Adriana%20Mello_Nuno%20Fernandes.pdf)
- Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's Detectives. The economics of investigative journalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Hillstrom, L. C. (2010). *Defining Moments. The Muckrakers and the Progressive Era*. Detroit: Omnigraphics, Inc.
- Hird, C. (2018). *Investigative Journalism Works: The Mechanism of Impact*. Adessium Foundation.

- Horrie, C. (2008). *Investigative journalism and English law*. In H. Burgh (Ed.). *Investigative journalism. Context and practice* (pp. 114-129). London: Routledge.
- Houston, B., Bruzzese L., & Weinberg S. (2002). *The Investigative Reporter's Handbook*. Boston: Bedford St. Martin's.
- Hunter, M. L. (Ed.) (2013). *A Investigação a partir de histórias. Um manual para jornalistas investigativos*. UNESCO Publishing. Disponível em [url] <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226456>
- Hunter, M. L., & Hanson, N. (2013). O que é o jornalismo investigativo? O jornalismo investigativo não é a cobertura habitual. In M. L. Hunter (Ed.), *A Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos* (pp. 7-12) UNESCO Publishing. Disponível em [url] <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226456>
- Jespers, J. (1998). *Jornalismo Televisivo*. Coimbra-Portugal: Minerva.
- Jornalismo & Jornalistas (Jan/Jun 2016). *Jornalismo de Investigação. Licença para revelar*. Edição do Clube de Jornalistas.
- Kaplan, D. E. (2013). *Global Investigative Journalism: Strategies for Support. Report to the Center for International Media Assistance*. Disponível em [url] <https://www.cima.ned.org/resource/global-investigative-journalism-strategies-for-support/>
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2014). *The elements of journalism: what newspeople should know and the Public should expect*. Revised and Updated Third Version [Epub]. United States: Crown Publishing Group.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2001). *The elements of journalism: what newspeople should know and the Public should expect*. New York: Crown Publishers.
- Lage, N. (2001). *Teoria e técnica da reportagem, entrevista e pesquisa jornalística* [PDF]. Disponível em [url] <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>
- MacFayden, P. (2008). *The practices of investigative journalism*. In Burgh. H. *Investigative Journalism. Context and practice* (pp. 138-156). London: Routledge.
- Machado, R. (2015). *O Jornalismo de Investigação: Face ao caso WikiLeaks*. (Tese de Mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã.

- Marques, G. & Aguiar, L. A. (2007). *“Última hora”: a invenção do jornalismo investigativo*. Rio de Janeiro: Departamento de comunicação social da PUC-Rio Disponível em [url] [http://www.pucRio.br/pibic/relatorio\\_resumo2007/relatorios/COM/com\\_gisele\\_marques.pdf](http://www.pucRio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/COM/com_gisele_marques.pdf)
- Martino, L. & Lobato, J. (2010). *A diversão que informa ou a informação que diverte? Notícias, lazer midiático e entretenimento*. São Paulo: Líbero, 28(14), 141-150. Disponível em [url] <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/10-A-diversão-que-informa-ou-a-informação-que-diverte.pdf>
- Mascarenhas, O. (2009). *O detective historiador: o jornalismo de investigação e a sua ética* (Tese de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- McCombs, M. E. & L. Shaw., D. L. (1972). *The agenda-setting function of mass media. The Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- Melo, S. A. (2015). De que jornalismo investigativo estamos falando? Apresentado no XXIV Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, Brasil. Disponível em [url] [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b29faa73-0764-405e-8558-024d7ea913f0\\_2853.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b29faa73-0764-405e-8558-024d7ea913f0_2853.pdf)
- Melo, J. & Assis, F. (2016). *Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório*. São Paulo: Intercom, 1(39), 39-56. Disponível em [url] <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>
- Melo, T. & Silva, T. (2016). *A Reportagem em contexto de Jornalismo de Proximidade*. Aveiro: Estudos em Comunicação, nº 22, 83-104. Disponível em [url] <http://www.ec.ubi.pt/ec/22/pdf/ec-22-05.pdf>
- Meyer, P. (2009). *The vanishing newspaper: saving journalism in the information age*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press
- Moraes, F. M. & Adghirni, Z. L. (2011). *Jornalismo e Democracia: o Papel do mediador*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, 14 (2), 1-15.
- Moreira, M. (2017). *A reportagem televisiva no panorama informativo da SIC* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa.
- Nascimento, S. (2010). *Jornalismo sobre investigações: relações entre o ministério público e a imprensa* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

- Nascimento, S. S. (2016). O impacto do jornalismo investigativo na agenda política: um estudo de caso. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 13(1), 32-41. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n1p32>.
- Nazakat, S. (2016). *How to become a Mouthpiece for the people. A manual for investigative journalism* [PDF]. Singapore: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Neto, J. (2018). *Jornalismo de televisão: instrumento de cidadania*. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/neto-joao-2018-jornalismo-televisao.pdf>
- Neves, B. (2007). *A reportagem televisiva como género jornalístico; o caso TCV*. (Monografia). Universidade Jean Piaget.
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., & Nielsen, R. K. (2019). *Reuters Institute Digital News Report 2019*. Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Nobre Correia, J. M. (2018). *Teoria da Informação Jornalística*. Coimbra: Edições Almedina.
- OECD (2018). *The Role of the Media and Investigative Journalism in Combating Corruption*. Disponível em [url] [www.oecd.org/corruption/The-role-of-media-and-investigative-journalism-in-combatingcorruption.htm](http://www.oecd.org/corruption/The-role-of-media-and-investigative-journalism-in-combatingcorruption.htm)
- Oliveira, J. N. (2007). *Manual de Jornalismo de Televisão*. Lisboa: Cenjor.
- Pantii, M. (2010). *The value of emotion: an examination of television journalists' notions on emotionality*. *European Journal of Communication*, 2(25), 168-181.
- Pinto, M. (2003). *O papel dos media na promoção da democracia e dos indivíduos na sociedade da informação* (Tese de mestrado). Universidade do Minho, Minho.
- Prior, H. (2016). *Esfera Pública e Escândalo Político. A Face Oculta do Poder*. Lisboa: Media XXI.
- Protess, D. L. (1991). *The journalism of Outrage: Investigative Reporting and Agenda Building*. New York: The Guilford Press.
- Dandall, D. (1996/2016). *The Universal Journalist*. London: Pluto Press.
- Rodrigues, A. (2006). *Jornalismo nas Ondas do Rádio. Estudo de caso: análise crítica do programa "O Ministério Público e cidadania"*. Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-jornalismo-ondas-radio.pdf>



- Rodrigues, A. (2006). *Jornalismo: nas ondas do rádio. Estudo de caso: análise crítica do programa “Ministério público e a cidadania”* (Monografia de bacharel). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Rublescki, A. (2009). *O jornalismo Pós-Moderno: uma discussão dos valores míticos na sociedade hiper-espetacular*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/anelise-jornalismo-posmoderno.pdf>
- Sá, S. (2019). *Jornalismo Integrador: o noticiário televisivo na era da abundância informativa*. Covilhã: Livros Labcom. Disponível em [url] [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201905291217-201904\\_jornalismointegrador\\_ssa.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201905291217-201904_jornalismointegrador_ssa.pdf)
- Santos, M. (2009). *Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral*. Comunicação e informação, 2(12), 21-32.
- Schmitz, A. (2011). *Classificação das fontes de notícias*. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Santa Catarina. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>
- Schudson, M. (1981). *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books Inc., Publishers.
- Sena, A. (2013). *Modos e mecanismos de credibilidade no jornalismo televisivo: O caso da SIC* (Dissertação de Mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Sequeira, C. (2005). *O Jornalismo Investigativo: o Fato por trás da Notícia*. São Paulo: Sumus Editorial.
- Serra, P. (2006). *O princípio da credibilidade na selecção da informação mediática*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-selecao-informacao.pdf>
- Silva, R. (2010). *A Transição do Jornalismo - Do Século XIX ao Século XX*. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-rodrigo-carvalho-transicao-do-jornalismo.pdf>
- Silverman, D. (2006). *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction*. London: Sage.

- Soares, H. & Oliveira, J. (2007). *A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e Newsmaking*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos. Disponível em [url] <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0744-2.pdf>
- Sousa, J. (2000). *As notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.
- Sousa, J. (2008). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>
- Sousa, J. P. (2000). *As notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva Editora.
- Sousa, J. P. (2008). *A teorização do jornalismo em Portugal até 1974. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teorizacao-do-jornalismo-1974.pdf>
- Sousa, J. P. (2008). *Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo*. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>
- Souza, C. & Luíndia, L. (2011). *O desafio da grande reportagem: a teoria, a técnica e a prática como elementos constituintes do trabalho monográfico em Jornalismo*. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Belo Horizonte: Intercom.
- Spinelli, E. (2012). *Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet*. Alterjor, 02(06). Disponível em [url] [https://www.researchgate.net/publication/316463665\\_JORNALISMO\\_AUDIOVISUAL\\_GERENOS\\_E\\_FORMATOS\\_NA\\_TELEVISAO\\_E\\_INTERNET](https://www.researchgate.net/publication/316463665_JORNALISMO_AUDIOVISUAL_GERENOS_E_FORMATOS_NA_TELEVISAO_E_INTERNET)
- Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: the financial crisis and the disappearance of investigative journalism [Epub]*. New York: Columbia University Press.
- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva Editora.
- Traquina, N. (2002) *O que é Jornalismo?* (1º ed.) Lisboa: Quimera Editores.

- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Velho, A. (2009). *O rádio sob os olhos de uma profissional do jornalismo*. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-velhoradio.pdf>
- Veloso, V. (2011). *Jornalismo Investigativo*. Funorte: Faculdades Integradas do Norte de Minas. Disponível em [url] <https://pt.scribd.com/document/54789268/JORNALISMO-INVESTIGATIVO>
- Vizeu, A. (2002, setembro). *O Jornalismo e as "teorias intermediárias": cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso*. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte.
- Vizeu, A. (2003). *A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística*. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, 1(22), 107-116.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in South America*. New York: Columbia Press University.
- Wolf, M. (1992). *Teorias da Comunicação. Mass media: contextos e paradigmas* (8ªed). Lisboa: Editorial Presença.



## **ANEXOS**



# Anexo I. Guiões para as entrevistas aos jornalistas

## I. Caracterização

1. Nome?
2. Idade?
3. É jornalista há quantos anos?
4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?
5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?
7. Considera que a Grande Reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?
8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das Grandes Reportagens Televisivas?
9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das Grandes Reportagens Televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?
10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a Grande Reportagem Televisiva? De que forma?
11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma Grande Reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?
12. Considera que o objetivo final da investigação jornalística deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?
13. Acredita que Grandes Reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?

## III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas

14. Considera que existe um modelo de Grande Reportagem Televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da Grande Reportagem?
15. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?
16. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da Grande Reportagem? Que vantagens apresenta?

17. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?

18. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?

19. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?

20. Esta tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?

21. Considera que um produto jornalístico, como as Grandes Geportagens Televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

22. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?

23. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?

24. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?

25. Considera que a importância das Grandes Reportagens Televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?

26. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma Grande Reportagem Televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?

27. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?

28. Na sua perspetiva, as Grandes Reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (accountability), que deve ser assegurada pelo jornalismo?

29. Qual a sua opinião sobre as Grandes Reportagens Televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?

#### **IV. Parte específica sobre as reportagens que cada um dos jornalistas realizou**

30. As Grandes Reportagens Televisivas são trabalhadas com um objetivo específico ou são as histórias que acabam por levar a que determinadas abordagens? Existe à partida um determinado ponto de vista que se pretende transmitir aos espectadores?

31. Depois de escolhido o tema da Grande Reportagem, como decorre o processo de recolha de informação? Como são identificadas as fontes, qual o fio condutor seguido e quanto tempo pode ser necessário até ter uma grande reportagem pronta?



# Anexo II. Guiões para as entrevistas aos Coordenadores

## I. Caracterização

1. Nome?
2. Idade?
3. É jornalista há quantos anos?
4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?
5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?
6. Há quanto anos é coordenador(a) do espaço de Grande Reportagem?

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?
7. Considera que a Grande Reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?
8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das Grandes Reportagens Televisivas?
9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das Grandes Reportagens Televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?
10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a Grande Reportagem Televisiva? De que forma?
11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma Grande Reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?
12. Considera que o objetivo final da investigação jornalística deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?
13. Acredita que AS Grandes Reportagens vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?

## III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas

14. Considera que existe um modelo de Grande Reportagem Televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?
15. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?

16. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da Grande Reportagem? Que vantagens apresenta?

17. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?

18. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?

19. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?

20. Esta tendência de serialização das Grandes Reportagens Televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?

21. Considera que um produto jornalístico, como as Grandes Reportagens Televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

22. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?

23. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?

24. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?

25. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?

26. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma Grande Reportagem Televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?

27. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?

28. Na sua perspetiva, as Grandes Reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?

29. No âmbito do programa de Grande Reportagem que coordena, qual a Grande Reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas?

30. Qual a sua opinião sobre as Grandes Reportagens Televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?

## **Entrevistas realizadas aos jornalistas da TVI**



# Anexo III. Entrevista à jornalista Alexandra Borges.

## I. Caracterização

### 1. Nome?

R. Alexandra Cristina Guerreiro Palma Borges

### 2. Idade?

R. 50

### 3. É jornalista há quantos anos?

R. Desde os 21 anos.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Enquanto estudava na Universidade Nova acumulei como produtora na TVE em Portugal, passei para a RTP como jornalista do telejornal, fui convidada para a CNN, passei pela Globo e integrei a TVI.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

Desde 2000.

### 6. Há quanto anos é coordenadora do espaço de grande reportagem?

Sou coordenadora do espaço de jornalismo de investigação de assinatura “Alexandra Borges” desde janeiro de 2019. Antes era coordenadora do grupo de jornalistas que investigou as adoções ilegais da IURD.

## II. Jornalismo de investigação e grandes reportagens televisivas

### 7. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

É raro e faz falta porque é o garante da democracia e melhora a qualidade desta.

### 8. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?

Sem dúvida.

**9. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

Aqui na TVI existe essa liberdade de informação. Nunca me senti condicionada.

**10. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

As televisões comerciais podem sofrer pressões do departamento comercial porque vivem da publicidade, mas nunca senti isso na TVI. As pressões que sinto, ou melhor, condicionalismos, têm a ver com o facto de denunciar pessoas poderosas que tentam asfixiar a TVI com processos cíveis pedindo milhões. Isto tem um nome e chama-se *bullying* judicial.

**11. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? de que forma?**

Ainda não. A TVI este ano reforçou o seu investimento na investigação jornalística porque sempre foi um fator diferenciador da informação da TVI.

**12. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? de que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?**

As fontes recusam-se a falar pelo telemóvel. Muitas vezes temos que garantir um encontro e investimos muito tempo a falar com elas e a garantir a sua confiança. O importante é a credibilidade do jornalista. Tenho a noção que, hoje, o meu nome já facilita muitos contatos.

**13. Considera que o objetivo final da investigação jornalística deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

O objetivo final é a verdade e fazer a diferença denunciando o que está mal.

**14. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

As grandes reportagens e o jornalismo de investigação com assinatura irão manter-se no futuro porque nenhum sistema informático pode substituir-nos e o público continua a aderir a este tipo de jornalismo. As pessoas conseguem distinguir com facilidade o trigo do joio.

### **III. tendências, estruturas e modelos das grandes reportagens televisivas**

**15. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Não há nenhum modelo. Uma reportagem tem que ter a duração ideal para a história que denuncia.

**16. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?**

Não acredito em modelos, mas na reinvenção de abordagens.

**17. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

A TVI foi a primeira televisão a apostar na serialização de grandes reportagens com os 10 episódios de “O Segredo dos Deuses” que denunciava as adoções ilegais da IURD. Esta foi a abordagem escolhida porque era impossível contar tantos casos em 30 minutos. Tal como lhe disse uma grande reportagem de investigação deve ter a duração ideal para a história que denuncia. Contudo, reparei em alguns casos que a serialização só faz sentido para captar audiências e, na minha opinião, isso não é válido.

**18. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Depende se está bem feita essa serialização.

**19. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

Não.

**20. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Desde que seja isenta, rigorosa, verdadeira e não ficcionada, nada na informação jornalística fica comprometido.

**21. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Não encaro dessa forma a serialização.

**22. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Não. A informação não pode ser “vendida” como ficção, mas muitas vezes a realidade ultrapassa a ficção e não se esqueça que é a realidade que inspira a ficção e não o contrário.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das grandes reportagens televisivas**

**23. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Existe. Sem público não há informação que sobreviva, mas, sobretudo, existe uma preocupação em tratar os temas que sejam importantes para a vida das pessoas.

**24. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

Na minha equipa, existe liberdade total.

**25. Uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?**

Sim, claro... marcam as agendas políticas e consequentemente as das TV's e de outros órgãos de CS.

**26. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Claro. As melhores reportagens que fiz marcaram a agenda política do país porque eram temas urgentes e importantes para as pessoas.

**27. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Sim.

**28. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Acredito que sim.

**29. Na sua perspetiva, as grandes reportagens cumprem um papel social? são um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

Acredito que sim.

**30. No âmbito do programa de grande reportagem que coordena, qual a grande reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas?**

São muitas. As adoções da IURD colocou em causa o sistema de adoção em Portugal e denunciou muitas irregularidades até de organismos públicos e, por isso, está a decorrer um processo de investigação no MP. A reportagem sobre o medicamento para a hepatite C, que curava os



doentes e lhes estava a ser recusado por ser muito caro, levou a questão ao ar e acabou com a assinatura de um contrato entre o laboratório e o Ministério da Saúde para que todos os doentes com hepatite C tivessem acesso ao medicamento e hoje Portugal é um país de referência na forma como tratou desta questão.

**31. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

A qualidade dos trabalhos tem vindo a melhorar nos últimos anos. As televisões perceberam que ganham em credibilidade e que o público exige a qualidade deste produto. Neste momento, está a acontecer o mesmo com o jornalismo de investigação. Estava moribundo e ressuscitou.



# Anexo IV. Entrevista ao jornalista Paulo Salvador

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Paulo Salvador

### 2. Idade?

54

### 3. É jornalista há quantos anos?

30

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Rádio universidade, Rádio Geste, Renascença, Jornais (Sete, Semanário), Jornal Universitário, RTP e TVI.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

26 anos

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

O jornalismo de investigação é o género mais nobre da profissão. Antes de haver TVs privadas só a RTP tinha grande reportagem. Foi a escola de todos. Com o surgimento da SIC e TVI houve um incremento deste produto. A SIC foi quem mais apostou numa primeira fase. Mais tarde a TVI também o fez. Há exemplos de grande qualidade em qualquer um dos três canais generalistas. NO entanto a GR é um produto caro pelo que as TVs privadas tiveram períodos em que investiram consoante o mercado publicitário o permitia. A SIC investiu muito no arranque do projeto, depois desinvestiu. A TVI fez o caminho inverso. Primeiro não podia, mas na última década tem vindo a investir cada vez mais e hoje é quem mais investe no jornalismo de investigação. Penso que é um género que tende a aumentar.

### 7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?

Já o respondi, mas sim é o expoente máximo para qualquer jornalista.

**8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

A questão não pode ser colocada em termos gerais, mas sendo assim respondo em termos gerais. Sim em termos gerais há liberdade para o fazer

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

A pressão sobre quem denuncia ou informa o público sempre existiu e sempre existirá. É inerente à profissão. O importante é saber lidar com essas pressões de forma que não afete o essencial da reportagem. As pressões são de todo o tipo porque todos querem influenciar quem conta a história. Ou para defenderem o seu ponto de vista ou para atacarem o de outros. No fundo todos os protagonistas querem sempre influenciar a história que vai ser contada.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

Atingiu a GR em períodos diferentes e em canais diferentes conforme respondi na pergunta número 6. Neste momento quer a TVI quer a SIC investem muito neste género jornalístico como fator diferenciador na guerra de audiências.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades? Como foi gerida essa relação no caso da sua grande reportagem “Viver na Coreia”?**

A fórmula deve ser sempre a mesma e um dos princípios básicos da nossa profissão. Respeitar as fontes, respeitar o contraditório e verificar os factos. Isso deve ser universal. Claro que devemos sempre tentar localizar fontes que nos merecem mais credibilidade e muitas vezes isso só se consegue com o tempo.

**12. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

Há uns anos daria outra resposta. Mas neste momento, dada a guerra de audiências, acredito que a GR pode ser o elemento diferenciador para fidelizar audiências e ganhar notoriedade. Acredito que as TVS vão continuar a investir.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

**13. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Historicamente as GR tinham, até aos anos 90 uma duração de 50 minutos. A partir de certa altura, ao serem integradas dentro dos jornais e devido à pressão publicitária que alongava os mesmos, a sua duração foi alterada para o máximo de 30 minutos. Uma opção de gestão de tempos de jornal e custos publicitários hora. Não existe um modelo a não ser na duração e na profundidade da abordagem.

**14. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?**

Não creio que haja.

**15. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

Não acredito que seja uma tendência de futuro. Acontece sobretudo por uma questão de rentabilização de custos e é decidida caso a caso, tendo em conta o potencial de interesse e impacto para a audiência.

**16. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Não creio que tenha grande efeito. Em alguns casos pode ser penalizador para a audiência, mas de uma forma geral são pouco episódios e as pessoas aceitam.

**17. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

Não acho que a complexidade justifique a extensão da história. A grande reportagem existe para contar histórias complexas. No entanto as televisões subvertem esse princípio para rentabilizar as audiências dos jornais.

**18. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Não, a reconstituição de cenas reais é uma ferramenta da narrativa do documentário e por vezes uma boa forma de visualizar e dar sentido ao que queremos contar. Se for feito com a devida ressalva de que é uma recriação e se não for romanceada, pode ajudar muito o discurso jornalístico.

**19. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Já respondi.

**20. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Não. Uma grande reportagem não é ficção, é jornalismo. O jornalismo nunca se promove como ficção.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

**21. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe? No caso da grande reportagem “Viver na Coreia”, como surgiu a escolha do tema? Foi um tema sugerido por si? Ou teve alguma grande reportagem que já tenha elaborado que foi fruto da denuncia que alguém fez e cujo tema foi investigado por si, partindo dessa ideia?**

Quem trabalha em televisão comercial não pode trabalhar sem pensar na sua audiência. Trabalhamos para ela, sempre. No entanto há temas que se impõem para lá desta lógica. O jornalismo é isso mesmo. É determinado pela atualidade. Mas quando se pensa em temas á margem da agenda informativa do momento devemos refletir sobre o impacto que a nossa história poderá ter. Essa preocupação pode e deve existir.

**22. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

Existe liberdade total para os jornalistas proporem.

**23. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?**

Sim, porque uma reportagem com grande impacto e audiência é potenciada pela estação em vários espaços televisivos da grelha de programação. Por exemplo há reportagens, como a que fiz em 2017 sobre o Telmo, que a reação foi tal que ele foi convidado para ir a vários programas de informação e até de entretenimento. E no ano seguinte voltámos a fazer nova reportagem para perceber o que lhe tinha acontecido.

**24. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

De uma maneira geral sim, acho que são efeitos desejáveis para uma GR.

**25. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

A GR não existe para determinados temas. Tudo por resultar numa grande reportagem. Sejam as irregularidades, sejam as injustiças sejam apenas as pessoas.

**26. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Evidente. O jornalista tem sempre uma enorme responsabilidade social.

**27. Na sua perspetiva, as grandes reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

Sim, sem dúvida.

**28. No âmbito das grandes reportagens que já realizou, qual a grande reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas? Como foi o caso da reportagem “Viver na Coreia”?**

Foram várias, mas talvez a maior tenha sido a do Telmo. O impacto de audiência e redes sociais foi brutal e alterou a vida de uma série de pessoas, sobretudo a do protagonista.

**29. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

De um modo geral a maioria são de boa qualidade.





# Anexo V. Entrevista ao jornalista

## Rolando Santos

### I. Caracterização

#### 1. Nome?

Rolando Santos.

#### 2. Idade?

46 anos.

#### 3. É jornalista há quantos anos?

Quase 18 anos.

#### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Sou jornalista desde 2001, embora tenha começado um bocadinho antes a fazer outras coisas sem carteira profissional. Comecei na RTP, em 2001, precisamente, pouco antes do onze de setembro. Estive lá até 2002, salvo erro. E depois em 2003 vim para a TVI e estou cá desde 2003 na TVI, portanto, já há mais de 15 anos de carreira. Vai já fazer 18 anos de profissão. Eu não trabalho especificamente na Grande Reportagem. Nós temos um grupo aqui de pessoas que faz especificamente só a grande reportagem, faz especificamente os programas da Ana Leal e da Alexandra Borges, as tais rubricas do jornal que passam duas vezes por semana. Eu fiz estas reportagens. E como qualquer jornalista da casa pode fazer: apresentar as suas propostas e se forem aprovadas, faz.

#### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

Quase 16 anos.

### II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

#### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

Acho que as televisões tendem a apostar cada vez mais nesse tipo de jornalismo, porque é o fator diferenciador que realmente lhes pode reter audiências e captar eventualmente novas audiências. As televisões, especialmente as televisões generalistas, hoje em dia têm um problema gravíssimo que é muito difícil de resolver, para não dizer impossível, que é que o seu público alvo tende a desaparecer. Todos os canais generalistas estão a perder audiências, de ano para ano. E, portanto, a sua audiência está cada vez mais a envelhecer e é-lhes cada vez

mais difícil captar a atenção dos jovens para esses canais. Como é que se pode contrabalançar isso? Uma das respostas tem sido precisamente essa do jornalismo de investigação. Criar, desenvolver, investigar histórias novas, diferentes, que não tenham sido abordadas em mais lado nenhum. Histórias cativantes, relevantes, que captem a atenção quer do público tradicional dos canais de televisão generalistas, quer de novos públicos eventualmente. Portanto, há uma tendência cada vez maior para apostar nesse tipo de programas e vê-se isso, aliás, pelo surgimento de programas ou rubricas específicas dos diferentes canais. No caso da TVI é recente. Temos agora duas rubricas semanais dentro do principal jornal da casa onde abordam precisamente e fazem esse tipo de trabalho. Por outro lado, temos aqui um problema. É que esse jornalismo de investigação é caro. Exige recursos humanos, exige acima de tudo que as pessoas, e estou a falar para um jornalismo de investigação bem feito, que as pessoas se dediquem muito tempo a investigar um único assunto. O último trabalho maior que fiz, sobre a Base das Lages, estive um ano e meio a investigar e, de certeza, não investiguei, não toquei todos os assuntos e todas as coisas, não persegui todas as pistas que queria. Portanto, isto exige um grande empenho, uma grande aposta por parte das televisões, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de dinheiro. E isso é precisamente o que falta cada vez mais às televisões em geral. Há cada vez menos dinheiro disponível porque o mercado publicitário está hoje em dia fraco. Nunca recuperou verdadeiramente da crise, e as televisões tendem a reduzir cada vez mais o seu pessoal e as pessoas, e a idade média das pessoas que trabalham, é cada vez mais reduzida. O jornalismo de investigação implica experiência, implica teres pessoas com experiência a trabalhar. Não é por acaso que normalmente não há jornalistas muitos jovens, ou com pouca experiência, a fazer jornalismo de investigação porque é preciso realmente ter uma certa tarimba. E o que se verifica é que há cada vez menos gente com essa tarimba nas televisões. Portanto, por um lado há uma aposta cada vez maior muito maior das televisões, que eu não sei se será de longo prazo por esses fatores que eu já expliquei, no jornalismo de investigação; por outro, há fatores que constroem claramente a qualidade e a profundidade desse jornalismo de investigação. Nem sempre há recursos humanos e materiais para isso, e, portanto, muitas vezes, o jornalismo de investigação que se faz não atinge a qualidade e a profundidade que se gostaria.

## **7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

Acho que a reportagem, se é grande se é pequena, eu não vejo as coisas tanto pelo tamanho. A reportagem é o género nobre do jornalismo televisivo, sem dúvida nenhuma, e do jornalismo em geral, e tem que se frisar isso, porque nesta altura precisamente devido aos tais fatores que temos estado a falar. Os tais constrangimentos de meios humanos e materiais. A tendência é cada vez mais que se faça o jornalismo sentado: o jornalismo de secretária. E isso é muito mau. Não quer dizer que esse jornalismo não tenha o seu papel. Eu fi-lo, e continuo a fazê-lo muitas vezes, mas o jornalismo realmente no seu melhor não implica isso. Implica nós sairmos

e irmos à procura das coisas. E falar com as pessoas, acima de tudo falar com as pessoas. Ouvi-las. Disso não há dúvida nenhuma.

**8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

Sim, acho que sim. Acho que há liberdade de expressão em Portugal. Em quinze anos de profissão, nunca senti que fosse limitado, ou eu ou os meus colegas fôssemos limitados naquilo que queremos fazer. Aqui ou ali há um episódio ou outro, uma situação mais ou menos desagradável. O condicionamento da comunicação social em Portugal, daquilo que me é dado a ver, não passa tanto por aquilo que não é permitido fazer, mas por aquilo que se faz. Ou seja, por vezes, há trabalhos que são pedidos que se percebe que o interesse não é meramente jornalístico. Isso acontece em todo lado, penso eu, não vale a pena estar a esconder. Agora haver censura, no sentido transicional do termo, em que se diz ao jornalista: “não podes fazer isto, não podes fazer aquilo, não podes abordar este tema desta forma”. Isso é uma coisa que felizmente eu acho que não temos em Portugal, pelo menos na minha experiência. E se temos são situações, apesar de tudo, excecionais. Eu falo sobre a minha experiência, que é limitada nesse aspeto, até porque eu tenho trabalhado em áreas que não são tão sujeitas a pressões. Os meus colegas da área da economia, da política, terão muitas histórias para contar, que eu não posso porque não tenho conhecimento direto.

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

Normalmente as pressões vêm por cima, como se costuma dizer. As pessoas sentem-se atingidas, ou prejudicadas, seja o que for, e falam com os nossos chefes, com os nossos editores, ou com os nossos diretores. Quando eles são realmente jornalistas de corpo inteiro, e na maior parte dos casos são, nós nem chegamos a saber sequer. A pressão acontece e o chefe, seja ele quem for, pura e simplesmente, atira para o caixote do lixo e o jornalista, que trabalha sob responsabilidade dele, nem chega a saber. Porque é a melhor maneira de não condicionar o trabalho do jornalista é ele nesse tipo de situações nem chegar a saber que houve uma pressão, porque às vezes o simples facto de sabermos que houve uma pressão condiciona o nosso trabalho. E, portanto, o que acontece frequentemente é que os editores e os diretores da área de informação recebem essas pressões, mas arrumam-nas para o lado, e não dão qualquer seguimento, e não dão sequer conhecimento delas aos jornalistas envolvidos. Haverá, às vezes, situações, claro, mas isso é normal, de queixas em que se percebe que poderá haver algum fundamento, mas aí é diferente. Todos nós temos as nossas falhas e nem sempre acertamos, nem sempre estamos no nosso melhor. Mas aí é uma situação diferente. Agora pressões, condicionamentos puros e duros, eu acho que não. Na maior parte dos casos é essa a realidade, pelo menos é a que me é dada a ver, pela minha experiência direta. Acho que cada um pode falar pela sua experiência direta.

**9.1. Na grande reportagem que realizou, “Passagem para a América”, teve algum problema nesse sentido?**

Não, não tive. Coisas muito ligeiras. Numa viagem posterior, pessoas que na rua nos dizem “Veja lá se da uma imagem mais positiva”, porque as pessoas sentem aquilo muito a peito, que a imagem da sua terra, até a própria imagem pessoal deles, é posta em causa. Depois há pessoas que têm interesses económicos, por exemplo, quem trabalha na área do turismo: quando sai uma reportagem sobre um local, um sítio, que põe em causa essa imagem, esse local, as pessoas sentem que estão a mexer no bolso, porque pensam “veem menos turistas”, portanto vai haver menos dinheiro a entrar em caixa, vai haver problemas, mas são coisas muito ligeiras. Houve outras situações de pessoas que se pronunciaram publicamente de forma desagradável. Não especificamente sobre essa reportagem, mais até a que eu fiz a seguir sobre a contaminação na Ilha Terceira que é uma questão ambiental muito forte e que pode ter impacto na imagem pública do local, que pode afastar os turistas, sei que houve pessoas que se manifestaram contra a TVI, contra mim pessoalmente, mas o jornalismo é isso mesmo. Se queremos ser jornalistas temos que ter um bocado de pele dura. Portanto, não podemos estar a pensar muito nisso, ou ser muito condicionados por isso. É o extravasar, digamos assim. Outras coisas mais complicadas são quando alguém em posição de poder, em posição de influência, fala diretamente com os nossos chefes e tenta condicionar o nosso trabalho através deles, mas neste caso, mais uma vez tanto quanto eu sei, isso não aconteceu. Aquilo foi realmente o extravasar de algumas pessoas, publicamente, ou em privado, que se manifestaram contra nós, e contra mim pessoalmente, mas é para isso que cá estamos. E quem não conseguir aguentar isso é melhor realmente escolher outra profissão, porque é isto mesmo quando nós estamos a fazer bem o nosso trabalho, há pessoas que não vão gostar. Faz parte.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

Atinge tudo. Toda a atividade jornalística. Na televisão sente-se claramente menos do que, por exemplo, na imprensa, que a situação é muito mais dramática, claramente dramática. É uma situação extremamente preocupante, nós arriscamo-nos a ter, a curto prazo, um panorama, diria, desolador, em termos de número e qualidade, em termos de órgãos de comunicação social escrita. Aliás, acho que podemos dizer que esse panorama já é desolador. Mas na televisão não havendo tanta dificuldade, em termos monetários, porque consegue captar dois terços ou três quartos do investimento publicitário no país. O fator monetário está sempre presente, limita sempre, nuns casos mais, noutros menos, mas limita sempre. Regra geral nunca se vai tão longe como se gostaria, mas acima de tudo acho que o fator que pesa mais até é a necessidade das empresas, dos canais, de terem conteúdos com alguma rapidez e irregularidade, o que significa que nem sempre se pode fazer apostas de muito longo prazo em termos de investigação. Dificilmente se consegue fazer como eu estive numa reportagem de um ano e meio de investigação, mesmo que não tenha sido a tempo inteiro, não é muito vulgar estar-se um ano e meio a investigar um assunto, seja ele qual for. Portanto sim, os

constrangimentos financeiros são uma realidade para todos, para toda a gente. É inevitável, vivemos em Portugal não há volta a dar.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades? Como foi gerida essa relação no caso da sua Grande Reportagem “Passagem para a América”?**

Claro, claro. Sem dúvida. Sem fontes não há jornalismo de investigação. Aliás, as fontes são essenciais para qualquer tipo de jornalismo. Depois podemos é falar nos diferentes tipos de fontes e eu percebo o que é que está a dizer, portanto é absolutamente crucial, por isso é que uma das características fundamentais de um bom jornalista em geral, especialmente o jornalista que quer fazer jornalismo de investigação: é a capacidade de conseguir estabelecer bons relacionamentos humanos, a capacidade de ouvir, e de respeitar as pessoas. Independentemente de gostarmos ou não delas, de gostarmos dos pontos de vistas delas ou não, temos de ter essa capacidade de ouvir sem julgar... pelo menos reservando esse julgamento. Nós não estamos aqui para julgar ninguém. Reservando esse julgamento essa é uma capacidade muito importante para qualquer jornalista. O jornalismo é uma profissão de gente que gosta de gente, ok? Se nós não gostamos muito de contato humano, se não gostamos muito de falar com pessoas, se não gostamos muito de procurar os outros, coisas boas ou não, se não tivermos essa capacidade de estabelecer essa interação, se calhar é melhor pensarmos em mudar de profissão. Ora, realmente nesta altura, com este jornalismo cada vez mais de secretária que nós temos centrado na internet, no telefone, por aí fora, seria perfeitamente possível trabalhar anos que se passam sem contactar uma fonte, de viva voz, de cara a cara. É perfeitamente possível, eu já o fiz. Noutra altura, eu trabalhei em horários em que efetivamente era isso que se pedia, a fazer madrugadas e manhãs, o contato que tens com as pessoas é um bocado limitado. É possível, não é desejado. Portanto, a fonte é essencial e a nossa capacidade de a comprovar é crucial. Nós temos de ter uma relação muito humana com as pessoas. Não podemos pensar na fonte num ponto de vista meramente utilitário que a gente usa e deita fora. Nós temos de gostar das pessoas, temos de ser capazes de manter esses contatos essas relações a longo-prazo porque só assim vamos inspirar confiança nas pessoas. Nós não sabemos quando é que vamos voltar a precisar delas. E as pessoas intuitivamente sabem quando é que nós estamos a relacionar-nos com elas de forma genuína, ou de forma meramente utilitária, cínica, elas sabem isso, muito rapidamente.

**11.1. Isso condiciona um bocado a forma como a fonte vai revelar aquilo que tem para contar?**

R. Sim, claro. Se a fonte percebe que nós estamos ali: “Este gajo está aqui só para me sacar a informação e depois dá-me um chute, e se calhar até vai ser pouco escrupuloso na forma como lida comigo e tal, não me inspira confiança.” Se não inspira confiança, a fonte não te vai dar nada. Não te vai dar informação. Nós temos de criar uma relação de confiança, e para criar

uma relação de confiança, temos de criar uma relação genuína, que o outro lado percebe que efetivamente nós nos interessamos por aquela pessoa e não só por aquilo que ela nos possa dar em termos de informação para o nosso trabalho. Aquela pessoa interessa-nos. Podemos gostar mais, podemos gostar menos, mas toda a gente tem qualquer coisa para nos dar e nós temos que mostrar. Doutra forma não conseguimos instilar esse sentimento de confiança. Sem confiança, não há fonte. Não há fonte.

## **12. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência?**

Penso que sim. Repare, mais uma vez eu não queria acentuar muito a grande reportagem, porque quando falamos em grande reportagem estamos a falar em duração. Nós na realidade não sabemos para onde é que as tendências do audiovisual nos estão a levar. No momento isto acontece, mas se calhar no futuro, a curto prazo, nós podemos chegar à conclusão que as pessoas não estão muito interessadas em ver coisas de meia hora, ou vinte minutos. Se calhar querem coisas mais pequenas, então põem-se um desafio que é fazer um trabalho de investigação que caiba num formato muito pequeno. Agora, de uns anos para cá estamos a fazer uma coisa que há uns anos seria absolutamente impensável, que é fazer autênticas séries de jornalismo de investigação. Como eu fiz para o caso das Lajes. Eu fiz 7 episódios. Até há poucos anos isso era uma coisa considerada impensável. Uma reportagem faz-se em meia hora, ou vá lá em uma hora, exceccionalmente se se justificar. Quanto muito poderá dividir-se em duas partes, a passar em duas semanas. Nunca passaria pela cabeça de ninguém fazer uma reportagem com horas a fio e dividir em episódios que passam diariamente, ou quase diariamente. Esse seria um formato que não passaria pela cabeça de ninguém, formato de telenovela, poderia dizer-se. E hoje em dia nós temos isso e as pessoas gostam disso. As audiências gostam. No futuro não sabemos, se calhar esse formato serializado continuará a resultar, mas se calhar terão de ser episódios mais pequenos, ou as pessoas, pura e simplesmente dizem: “não, isto farta-nos, portanto, queremos voltar ao que era antigamente”. Uma boa reportagem de vinte minutos ou meia hora e pronto, acabou. Esse é um dos problemas que nós temos hoje em dia: é que ninguém sabe para onde é que isto está a evoluir. Sabemos que está em evolução. Os gostos, as preferências. Sabemos que estão em evolução, não sabemos para onde é que vão, quando é que vai estabilizar. E isso é um dos grandes dramas que nós temos hoje na comunicação social em geral, na televisão em Portugal. Há uma grande fluidez nos hábitos de consumo e quem disser que sabe exatamente o que se vai passar a seguir, está a mentir. Sabemos o que está a acontecer em determinado momento, mas não sabemos se isso se vai manter por muito tempo, essa é que é a realidade. Portanto, sim, acho que sim, a grande reportagem é uma coisa que responde a uma necessidade das pessoas, um desejo muito forte das pessoas que é contarem-lhes uma história, bem contada sobre algo que elas não sabiam antes e de preferência que tenha relevância para a sua vida, que tenha uma importância, que não seja meramente entretenimento. Acho que esse desejo vai manter-se, depois o formato... se é grande, se é pequena, se é média, acho que não é o mais importante.

### III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas

#### 13. Não considera que exista um modelo na grande reportagem televisiva?

Não. O que eu acho é que é um método de trabalho, que é um método de trabalho jornalístico. Ponto final. E esse método mantém-se há cerca de 100 anos. Com altos e baixos. Bons exemplos, maus exemplos. O método é o mesmo: procurar as fontes, obter informação, confirmar essa informação com outras fontes independentes. Analisar tudo com o máximo detalhe, com o máximo de cuidado, ser equilibrado, procurar ouvir as diferentes partes envolvidas no assunto. E depois de recolher todos esses elementos apresentar um produto que responda, que esteja o mais próximo da realidade, reproduzir a realidade é uma coisa impossível, temos é de nos preocupar em nos aproximar o mais possível disso. Esse é o método. Depois podemos falar disto é em micro e em macro. Podemos falar de uma peça de 1m30, e depois podemos falar de uma série de reportagens que demora um ano, ano e meio a fazer e que ocupa várias horas. Mas o método é este. Tem de ser este e não pode ser outro. E esse é que é o problema que nós temos hoje em dia, é que isto está a ser diluído. Estes princípios jornalísticos básicos estão-se a diluir. Estão-se a perder. Na voragem, na audiência. Na voragem de ser o primeiro, de ser mais rápido do que a concorrência. Como dizem os americanos, *“you cut corners”*. “Se calhar não precisas de verificar isso, eu só tenho aqui uma fonte; duas era ótimo, mas se não tens duas também pode ser assim. Isto é uma coisa que parece duvidosa. O que é que te parece? Se calhar é melhor verificar isto. Ah, sim, tá bem, seria melhor verificar, mas não temos tempo então vai assim mesmo.” Cada vez há mais esta tendência. Cada vez queremos fazer mais, com menos. Mais coisas com menos gente, menos dinheiro, menos tudo. Então, vai-se cortando nestas coisas fundamentais que é o que faz o método jornalístico no seu aspeto mais nobre. Verificação de informação, verificação de fontes, equilíbrio na abordagem dos assuntos, ouvir todas as partes, tudo isso. Há uma tendência cada vez mais para se ir diluindo. Isso é que é grave, isso é que faz com que hoje em dia as pessoas tenham cada vez menos confiança nos jornalistas. Eu recordei que há 20 anos, talvez nem tanto, nós éramos uma das profissões, quando se faziam aqueles inquéritos, nós éramos uma das profissões mais respeitadas. E já só falo aqui no país, não falo lá fora. Nós estávamos ali no *top 3* e agora nos últimos anos caímos para o fim, pior que nós só praticamente os políticos. Portanto, isto é uma coisa que nos deve preocupar. Deve preocupar muito e se perguntarmos às pessoas se elas confiam naquilo que leem no jornal e veem na televisão e o que ouvem na rádio, as respostas não são agradáveis e isso é que nos tem de preocupar e grande parte da crise que vivemos tem a ver com isso. Portanto, a minha preocupação aqui não é tanto dos formatos. O formato é uma coisa que vai e vem. O público dita as preferências que ditam formato, o que interessa é o conteúdo e a forma como chegamos aos conteúdos. Se depois fazemos assim ou assado, se encaixamos, fazemos em fatias mais pequenas ou em fatias maiores, isso vai variando. O método é que tem de ser o mesmo, as preocupações éticas e deontológicas é que têm de ser as mesmas. Isso infelizmente é que se está a perder um bocado. As pessoas confundiram muito nos últimos anos o canal e o formato com o conteúdo, pensam “Isto é net e tal. A net é que é”. Não, a net é apenas um canal e o

canal tem de ser usado para transmitir bons conteúdos, elaborados da mesma forma que nós aprendemos nas faculdades de jornalismo. Eu não, porque não andei lá, mas aprendi depois noutros sítios. Também tive a minha formação nessa área que se aprende, todas aquelas regras que nós aprendemos e que são o *bê-á-bá* da profissão e que facilmente se esquecem quando começamos a trabalhar e isso é que é preocupante.

**14. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

Não faço a mínima ideia. Não faço a mínima ideia. Está, claramente. Claramente porque lá está. As pessoas querem coisas diferenciadas, não querem ver mais do mesmo. As pessoas estão sempre bombardeadas. Todos os dias. Vinte e quatro horas por dia pelos *smartphones*, pela televisão, seja o que for, pelas mesmas notícias. No entanto, quando as pessoas se sentam a ver televisão querem ver uma coisa diferente, uma coisa que não apareça em mais lado nenhum e querem ver isso de uma forma bem contada, querem uma história bem contada. Uma coisa que é comum a toda a humanidade, em toda a parte, os seres humanos são iguais em todo o lado. Nós gostamos de histórias, nós somos criaturas de histórias. Foi assim que o ser humano se transformou no que é hoje, foi assim que a linguagem se desenvolveu. Foi a nossa vontade e capacidade de contar histórias e isso é transversal. Em todo o lado é assim, todos nós, desde os caçadores recolectores da pré-história, na atualidade em África até as grandes cidades da Europa e da América. Isso é uma constante. Nós gostamos de histórias bem contadas. Portanto, temos é que nos preocupar em não só fazer a história, tem que ser uma história real, uma história com pés e cabeça, uma história onde nós preocupamos saber, conferir, confirmar que o que ali está é verdade. Nem sempre será verdade, mas temos que ter pelo menos a consciência de que fizemos tudo o que era humanamente possível para conferir a veracidade daquilo que ali está, porque agora não podemos crer também que qualquer história é boa, se não isto então vamos para a ficção, já não é jornalismo, é outra coisa... é outra coisa. Portanto, temos que separar bem as águas que é uma coisa que também se está a misturar um bocadinho.

**15. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público? Ou seja, o facto de em vez do público ver uma grande reportagem que seria de meia hora, ver em dias diferentes episódios da grande reportagem sobre o mesmo assunto?**

Pois... sinceramente, depende da maneira como nós fazemos. E nem todos os casos são iguais. Eu acho que este modelo ainda está um bocadinho verde para nós podermos dar grandes certezas sobre isso. Algumas coisas que nós sabemos e que aprendemos noutros formatos e noutras formas de expressão é a necessidade de irmos buscar conteúdo e explicar um bocadinho o que se passou no episódio anterior para que as pessoas não fiquem completamente perdidas. No final, anteciparmos um bocadinho o que é que vem a seguir para as pessoas saberem, terem noção do que as espera e ficarem com o seu interesse estimulado para verem o próximo



episódio. São pequenos truques que nós fazemos para que as pessoas não fiquem perdidas dentro desse fluxo, dessa serialização. Se resulta, se vem para ficar mesmo, não sei. Não sei sinceramente porque na televisão isto nós já vimos tanta coisa que parece que é a última bolacha do pacote e depois passado poucos meses, poucos anos, desaparece. Quase sem deixar rastro, não sei. É esperar para ver, não faço a mínima ideia. Neste momento parece que sim, mas no futuro logo se dirá, porque nós temos que ser muito cautelosos nestas coisas. Agora isto da televisão tem muito pouco de ciência ao contrário do que algumas pessoas querem fazer. Tem muito mais de arte do que de ciência, portanto é muitas vezes mais por tentativa e erro. Experimenta-se uma coisa, se resulta, ok, vamos continuar, mas depois às vezes deixa de resultar e nós não percebemos muito... exatamente, não percebemos muito bem porquê. Portanto, sobre isso reservo a minha opinião. Portanto, é esperar.

**16. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Claro, com certeza. É isso mesmo que se trata. É disso mesmo que se trata. As direções editoriais olham para determinada história e dizem: isto é uma história muito boa, não se justifica que a gente a despache em um episódio, numa reportagem de meia hora. Isto é tão bom e temos tanto conteúdo que podemos e devemos fazer render isto mais tempo. E se as audiências corresponderem, pronto, fantástico, então continuamos. E é disso que se trata. Agora não podemos é fazer isso a qualquer custo. Temos que ter a noção de que realmente o assunto é de interesse. É relevante e nós já sabemos que relevância e interesse nem sempre são as coisas, nem sempre coincidem e temos de ter a noção se temos conteúdos realmente para fazer esticar a história dessa forma. Portanto, isto tem de ser orgânico no fundo. Não podemos estar a forçar, a tentar, não se pode, como se costuma dizer, estar a tirar leite de pedra. Se a história não dá mais do que aquilo não podemos estar a esticá-la, não devemos estar a esticá-la. Agora se temos muito conteúdo, se temos muita informação, se fazemos uma reportagem de meia hora ou mesmo uma hora e chegamos ao fim a dizer: “deixei aqui toneladas de coisas que são tão boas, ou quase tão boas como as que vão entrar, é uma pena isto ser deitado fora.” Não faz sentido. Então, aproveita-se, rentabiliza-se. É também uma forma de tirar mais do dinheiro que se gastou. Portanto, uma reportagem que eu fiz, e fiz em episódios, sobre a contaminação da Base das Lages, foi uma reportagem que custou muito dinheiro à TVI. A TVI gastou muito dinheiro naquilo. Gastou dinheiro em análises científicas, contratamos um laboratório francês para ir à Ilha Terceira fazer emissões de radiação. Estamos a falar de um investimento muito substancial, portanto não faz sentido, como é óbvio, estarmos a reduzir aqui a uma reportagem de meia hora. Se temos conteúdos, se temos matéria para podermos fazer mais, com certeza. Porque é que não se há de fazer mais? Agora é preciso é ter muito cuidado em não passar aquela fronteira do exagero. Já não termos mais e estarmos aqui a fazer um bocado como as novelas. A fazer render o peixe. A fazer render o peixe, não faz sentido. Portanto, é preciso ter esse cuidado, essa noção.

#### IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas

**17. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Claro que há. Não, claro que sim, claro que sim. Há a preocupação com o número de espectadores. Isto é um negócio, não há volta a dar. Agora, isso não significa que, por vezes, haja histórias que são tão importantes e que mesmo que as direções editoriais tenham noção que se calhar não vão ter um grande impacto em termos de audiências, não quer dizer que não se façam na mesma. Apesar de tudo ainda vai havendo espaço para isso. Isto não há uma ditadura total do *rating* e do *share* e da audiência, não há. Faz-se muitas coisas, fazem-se muitas coisas porque se acha genuinamente que são importantes de fazer. Se nós quiséssemos fazer um jornal, por exemplo o jornal das oito, só com base no *rating*, e no *share* e na audiência, sabia-se perfeitamente o que é que era preciso fazer. E metade daqueles conteúdos não entravam, coisas de política ou economia não entravam, ou muitas delas não entravam. Punha-se muito mais desporto, muito mais futebol, punham-se mais escândalos, coisas tiradas da net, e *faitdivers* e não sei quê e de repente tinha-se ali um jornal de sucesso, bestial. Não era um jornal minimamente sério, portanto, ao contrário do que as pessoas pensam isto não há uma ditadura total, é claro que é um elemento fundamental, é um elemento chave aqui. Sem dinheiro, sem audiência, as empresas não sobrevivem, mas fazem-se muitas coisas e há outras coisas que vão para o ar que não correspondem inteiramente ao critério de audiência, nem pouco nem mais ou menos. Fazem-se porque genuinamente porque nós jornalistas, e somos jornalistas todos, desde o estagiário até ao diretor de informação, somos todos jornalistas, porque estamos convencidos de que é uma história importante e tem que ser partilhada com as pessoas.

**17.1 No caso da grande reportagem “Passagem para a América”, como surgiu a escolha do tema? Foi um tema sugerido por si? Ou teve alguma grande reportagem que já tenha elaborado que foi fruto da denúncia que alguém fez e cujo tema foi investigado por si, partindo dessa ideia?**

Não. Fui eu. Isto começou com a história da, aliás nem foi com a contaminação. Há muitos anos que me interessava a situação da “Base das Lages” e interessava-me especificamente um aspeto que era a presença de armas nucleares, porque eu sabia que é uma área de especialização minha, das relações internacionais, segurança e defesa, que os Estados Unidos tinham armas nucleares em muitas bases estrangeiras, especialmente naquelas que eles consideravam mais importantes e a “Base das Lages” foi durante muitos anos uma das bases mais importantes dos Estados Unidos, em todo o mundo, e portanto sempre me fez um bocado de espécie que nunca se tivesse falado da questão da presença, ou não, das armas nucleares lá. E falava-se, mas falava-se mais em meios académicos e não era um tema que entrasse no discurso, não era um tema abordado com muita frequência e, portanto, era uma questão que eu gostava de esclarecer de uma vez por todas. Havia muitos boatos, muitas informações sobre isso, havia

muita gente que garantia que sim, outro oficialmente disse que não existia, que nunca tinha existido e, portanto, fui recolhendo informação ao longo de muitos anos sobre essa matéria, com pouca ou nenhuma esperança de que isso alguma vez resultasse num trabalho jornalístico, porque isto não é fácil de calcular. São matérias classificadas, segredos, segredos de estado, portanto a não ser que surgisse algum documento secreto, alguém publicasse algum documento secreto sobre a matéria, dificilmente alguma vez se poderia confirmar isso. O que é que se passou? Nas zonas mais recentes, os norte americanos praticamente desativaram a base, e então centenas e centenas, para não dizer milhares, de trabalhadores portugueses que estavam lá que vieram para a reforma e para o desemprego. Portanto, houve muita gente que nos últimos anos ficou disponível, de repente, para falar e para contar, e para falar daquilo que sabia. Daquilo que tinha visto. Daquilo que tinha presenciado, daquilo que tinha experienciado e portanto há poucos anos, há cerca de dois anos, dois anos e meio, tive a possibilidade de saber que havia algumas pessoas que tinham lá conhecimento muito próximo sobre a realidade da base, sobre esses aspetos que eu falei, e que estão a falar abertamente sobre isso... Então, comecei a estabelecer esses contactos e rapidamente percebi que havia pernas para andar, mesmo sem os tais documentos ultra secretos que se pedia, só com base em testemunhos e naquilo que as pessoas iriam contando, fazer um trabalho sério. E no decorrer desse trabalho surgiu outro que é a contaminação química causada pelas atividades militares norte americanas na Ilha Terceira, que é uma situação muito, muito complicada e que causa problemas de saúde graves a um número muito significativo de pessoas lá. E no seguimento dessa, surgiu ainda outra história que é precisamente a história das crianças, porque no meio disto tudo comecei a ouvir uns boatos, pessoas a dizerem-me claramente: “Olhe sabe o que é que acontecia? Os americanos também levavam crianças daqui. Levavam crianças daqui? Como é que isso acontece? Pois, eles pura e simplesmente compravam-nas. Aqui a miséria era muito grande e, portanto, muitas vezes eram casais que não tinham filhos, outros até tinham, mas tinham tanta pena de ver aquela miséria. As crianças a viver ali em situações terríveis. Os bairros de lata eram mesmo ali à ponta da Base. Eles viam diretamente nos olhos deles a fome que aquelas crianças passavam, andavam nuas, descalças, sem nada e, portanto, pura e simplesmente, compravam-nas. Entretanto consegui também estabelecer contacto com uma investigadora local que fez uma tese de mestrado muito interessante sobre isto e que conseguiu falar com pessoas envolvidas nessas situações e conseguiu até falar com intermediários que estavam metidos neste negócio. Isto transformou-se num negócio e houve gente que fez fortunas à custa disso. Faziam intervenção. Os americanos não falavam português, os portugueses não falavam americano e então havia que estabelecer ali algum contato e muitas vezes eram os próprios portugueses, que trabalhavam na Base, ou familiares deles que faziam essa ligação. E, portanto, foi nesse contexto que a história surgiu. E a reportagem é muito isto. São as cerejas. Nós vamos atrás de uma coisa, uma coisa puxa a outra, outra puxa a outra e assim sucessivamente. É assim que as minhas coisas funcionam e foi também assim que a coisa aconteceu. Comecei por fazer uma reportagem, de repente a reportagem alargou-se, dentro do mesmo tema, a outra e depois, de repente, já tinha três.

**18. Uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? de que forma?**

Claro. Claro. Sem dúvida. Sem dúvida. Aliás, a gente vê isso todos os dias. A gente vê isso todos os dias. Até porque agora há a tendência de, mais uma vez, como se estava a falar há bocado, quando se aposta numa grande reportagem depois há todo um conjunto de produtos que se seguem, como os debates. São as entrevistas de *follow up*, são as reações, às vezes até campanhas que a TVI, no caso da IURD, que lançou uma campanha. Portanto, já não é só uma reportagem. É todo um conjunto de coisas que mobiliza a estação de televisão e às vezes também mobiliza a concorrência, se for caso disso, como aconteceu, por exemplo, no caso da Casa Pia, que de repente durante anos estava a comunicação social toda portuguesa envolvida nisso. A trabalhar nisso, de uma forma ou outra.

**19. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Sim, claro. Sem dúvida. Essencialmente há duas formas de a medir. É pelas audiências e pelo impacto... Uma coisa nem sempre é igual à outra, nem sempre corresponde à outra. Pelo impacto, pela discussão que gera na opinião pública. Há histórias que podem não ser muito vistas, mas que depois têm um efeito muito prolongado no tempo, porque tocaram ali num nervo qualquer ou porque ficaram na memória por qualquer situação. Portanto, há o impacto imediato que é o da audiência e esse é mensurável logo no próprio dia, ou no dia seguinte, quando vêm as audiências e depois há o impacto dilatado no tempo que é a reação pública que surge em função disso. São esses os dois principais critérios efetivamente.

**20. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Deve ser. Deve ser. Deve ser o principal, mas não quer dizer não hajam outras coisas. Mais uma vez, podemos contar uma história só pelo prazer de conta-la bem. O meu colega Rui Araújo, um dos jornalistas mais antigos da nossa praça, aqui estamos na área da televisão e que tem uma vastíssima experiência, já fez muito jornalismo desse tipo de expor as maldades, as malfeitorias públicas e privadas, e agora está numa fase da vida em que procura contar exatamente essas histórias, essas pequenas histórias e que às vezes captam tanto ou mais o interesse e a imaginação da audiência do que as outras. Pequenas histórias, ou sobre o moleiro, um pastor. Vai atrás daquela pessoa e vamos ver como é que esta pessoa vive. Portanto, a grande reportagem pode ser sobre o que nós quisermos. Agora não há dúvida de que na sua vertente mais nobre, acho que é precisamente essa. É de denuncia pública, daquilo que está mal. Acho que sim.

**21. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Claro. Sem dúvida nenhuma. Isto não é uma profissão como outra qualquer. Não deve ser. Não deve ser. Por isso é que temos um código deontológico e temos responsabilidades muito grandes perante a sociedade. Então, não deve ser. E esse é outro dos problemas que nós temos, essa responsabilidade está-se a diluir, está-se a transformar o jornalista num produtor de conteúdos, que é uma expressão que eu abomino particularmente. Não sei o que é que é isso um produtor de conteúdos. Eu sei o que é que é um jornalista. Um jornalista tem de responder perante os seus atos, tem que assinar tudo aquilo que produz. É responsabilizado por aquilo que produz e tem que respeitar o seu código deontológico. Um produtor de conteúdos eu não sei o que é que seja. É outra coisa qualquer, certamente muito respeitável, mas eu não faço a mínima ideia o que é que seja. E há cada vez mais essa tendência de esbater essa diferença entre o jornalista e o dito produtor de conteúdos e isso é muito grave e isso mais uma vez remete para o problema que estávamos a falar há bocado do desprestígio crescente da nossa profissão.

**22. Fala-se muito na cultura de cão de guarda dos jornalistas, nesse sentido, considera que as grandes reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

Sem dúvida. Sem dúvida. Sem dúvida. Há um, já não me lembro quem, mas há uma citação muito famosa que diz todo o jornalismo que não incomode é apenas propaganda, publicidade. Portanto, não seria tão radical a esse ponto, mas sim. Essa é a nossa função principal. É garantirmos que alguém está a olhar o que é que as pessoas e está a chamar a atenção para aquilo que os poderosos, as pessoas em posição de poder, seja na política, seja na economia, seja em qualquer outra área, estão a fazer. E isso é essencial para a democracia. Porque se não houver esse papel de cão de guarda, quem é que o vai fazer? São os ditos cidadãos jornalistas que agora também se tá muito na moda falar? Terão o seu papel, mas não me parece que possam responder a essas necessidades de forma cabal. Tem que haver uma comunicação social forte, jornalistas prestigiados, e qualificados, e capacitados, para poderem desempenhar esse papel. Democracia sem jornalistas e órgãos de comunicação social a sério não faço ideia o que é que seja.

**23. No âmbito das grandes reportagens que já realizou, qual a grande reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão mediática?**

Sem dúvida, estas últimas. Sobre as Lages, sobre a Ilha Terceira, sobre a questão da contaminação e da radioatividade, seja a das crianças, “A passagem para a América”, foram essas sem dúvida nenhuma as que tiveram mais repercussão. Sem dúvida.

**24. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas e o jornalismo de investigação que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais, seja na TVI, seja na concorrência neste âmbito?**

Basicamente é aquilo que já abordei na primeira resposta que há uma aposta crescente nesse género porque realmente as televisões sentem que têm que diferenciar, têm que apresentar conteúdos exclusivos, que não vêm em mais lado nenhum. Os jornais em Portugal, os jornais televisivos, por várias razões que agora não interesse mencionar, são muito longos. Em qualquer parte do mundo o jornal televisivo tem meia hora, uma hora no máximo, se for um jornal de um canal de cabo, em Portugal nós chegamos a ter jornais de duas horas e meia. Agora felizmente menos, bastante menos, mas mesmo assim temos jornais muito longos de uma hora e meia e, portanto, é muito difícil encher um espaço desses de uma forma apelativa para as pessoas sem recorrer, realmente, a formatos mais longos e diferenciados. De outra forma vamos ter dezenas e dezenas de reportagens, ou de peças, sobre as mesmas coisas que a concorrência vai passar. Porque Portugal é um país de 10 milhões de habitantes e 90mil e tal km<sup>2</sup>. Não há assim tantas histórias para fazer, não há. Pelo menos histórias ditas de agenda. A agenda não proporciona assim tanta variedade e diversidade. Portanto, temos de fazer formatos maiores e com conteúdos únicos que não se encontrem em mais lado nenhum. E, portanto, é isso que o jornalismo de investigação e a grande reportagem, e a pequena e média reportagem, também, proporcionam. De outra forma seria muito complicado. Não é fácil, para não dizer impossível, preencher um jornal de uma hora e meia com dezenas de peças, só dezenas de peças de 1m30 ou 2m, ou 3m, vá.

## **Entrevistas aos jornalistas da SIC**





# Anexo VI. Entrevista ao jornalista Carlos Rico

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Carlos Rico.

### 2. Idade?

53 anos.

### 3. É jornalista há quantos anos?

Há 33 anos.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Jornalista da Rádio Renascença de 1986 a 1989; Jornalista cofundador da Rádio Nova, de 1989 a 1992, onde exerci funções de chefe de redação; colaborador da RTP Porto como repórter entre 1991-92; Jornalista da SIC desde a fundação em 1992, tendo desempenhado as funções de coordenador da delegação do Porto e de subdiretor de informação do canal, entre 2000-2003.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

26 anos

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

Num país onde assistimos ao desaparecimento de títulos, ao emagrecimento acelerado das redações e ao desinvestimento na informação, louvo a coragem dos jornalistas e dos responsáveis de alguns órgãos de comunicação social que continuam a apostar no (bom) jornalismo de investigação que por cá se faz. Ouvimos muitas vezes expressões como “os jornalistas deviam era investigar os poderosos” ou “neste país toda a gente faz o que quer e não acontece nada” mas são inúmeros os casos estudados, tratados e denunciados diariamente pelos jornais, rádios e televisões portuguesas.

### 7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?

Não necessariamente. O que sucede é que a preparação de uma “grande reportagem” nos leva a aprofundar matérias e a estabelecer contactos com fontes especializadas ou implicadas nos assuntos abordados que acabam por nos abrir pistas de reflexão e investigação.

**8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

A minha experiência diz-me que sim.

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

Existem pressões sobre os jornalistas, independentemente de fazerem ou não o que se convencionou chamar “jornalismo de investigação”. Não são de agora e não vão deixar de existir. Quem achar que vem para esta profissão e não será, a dada altura, pressionado por interesses políticos, sociais, religiosos, económicos, culturais, desportivos ou outros, está redondamente enganado. Com que objetivo? Tentar silenciar “verdades inconvenientes” para determinados grupos, interesses ou individualidades.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

Parte da resposta está na pergunta 6. Com mais investimento haveria, seguramente, mais e melhor investigação jornalística.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades? Como foi gerida essa relação no caso da sua grande reportagem “Herdeiros de Maio”?**

A reportagem “Herdeiros de Maio” não é a que melhor ilustra essa - por vezes -, complexa relação com as fontes. No caso em apreço, estamos, sobretudo, perante testemunhos de pessoas que, de uma ou outra forma, viveram um determinado momento histórico - o maio de 68 - onde ele teve repercussões maiores.

**12. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

Acredito que vai continuar a haver um equilíbrio entre a necessidade de informar no imediato, porque essa instantaneidade é essencial ao funcionamento das sociedades modernas, e um jornalismo mais ponderado, mais reflexivo, em que se vai para lá da chamada “espuma dos dias”.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

**13. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Não sei se podemos falar de um modelo, nem mesmo em termos de duração da reportagem, que varia em função do material recolhido e do interesse para o grande público

**14. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?**

Julgo que não. No caso concreto da “Grande Reportagem SIC” aquilo que é prática comum é o debate prévio entre os jornalistas da equipa, os repórteres de imagem e a produtora do programa, para a definição do ângulo de abordagem, possíveis intervenientes, calendarização de todos os passos da história, etc. Por vezes, quando as reportagens têm uma forte componente gráfica, juntam-se a este trabalho prévio os elementos responsáveis pelo grafismo.

**15. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

Não acho que seja uma tendência. É um recurso que, em determinadas circunstâncias, faz sentido. A complexidade de determinadas matérias obriga, por vezes, a detalhar explicações, conceitos e pontos de vista que fazem estender a narrativa e obrigam, por isso, a compartimentar as reportagens, sob pena de se tornarem impercetíveis pelos telespectadores.

**16. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Em princípio, não afeta. Se a história tiver tensão, relevância e interesse público, o telespectador procurará seguir todos os detalhes, como se provou, recentemente, em “A Rede”, da jornalista da SIC Conceição Lino. Ou na série de reportagens da Miriam Alves sobre o cancro que, sendo constituída por episódios autónomos, assentava num tema de evidente relevância pública. Por outro lado, o recurso ao visionamento das reportagens quando e onde nos aprouver, acaba por ser um elemento facilitador.

**17. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

Não acho que se assista a essa aproximação ao estilo ficcional - pelo menos de forma generalizada - e julgo que os jornalistas, regra geral, se cingem aos detalhes relevantes para a compreensão da história

**18. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Como disse na resposta anterior, não considero que se esteja a seguir esse caminho de forma generalizada. A vida e a prática profissional têm-me, aliás, provado, que a realidade ultrapassa sempre a ficção.

**19. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Ver resposta 15.

**20. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Se a pergunta é “promover como se se tratasse de um conteúdo de ficção” a resposta é, naturalmente, não. Se a pergunta é “promover com a mesma frequência, intensidade e grau de exposição de um conteúdo de ficção” a resposta é, naturalmente, sim.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

**21. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Existe, claro. Se a história não é relevante, de que serve insistir nela?

**21.1. No caso da reportagem “Herdeiros de Maio”, como surgiu a escolha do tema? Foi um tema sugerido por si, pelo jornalista? Ou teve alguma grande reportagem que já tenha elaborado que foi fruto da denúncia de alguém?**

Foi sugerido por mim aproveitando o facto de se celebrar o 50º aniversário do maio de 68, cujas repercussões se fizeram sentir junto da comunidade portuguesa que, nessa altura, vivia em Paris.

**22. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

As duas são verdadeiras. Tentamos acrescentar valor e reflexão aos temas que estão, como diz, na agenda mediática, e todos temos em carteira histórias ou assuntos que propomos e que saem fora da agenda. A maior parte das vezes são aceites e acabam por resultar em reportagens.

**23. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?**

Condicionar, não. Pode sim, pelo seu impacto, ganhar uma relevância que transcende a própria reportagem, originando debates dentro e fora da estação. Não é a primeira vez que as

denúncias levantadas em determinada reportagem suscitam reações políticas, demissões ou processos judiciais.

**24. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Sim, penso que sim, sobretudo no impacto na vida pública.

**25. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Sim, essa função de denuncia, não sendo a única a ter em conta, é, sem dúvida, primordial, na atividade jornalística

**26. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Existe uma responsabilidade social em toda a atividade dos jornalistas.

**27. Na sua perspetiva, as grandes reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

É mais uma ferramenta dessa vigilância. Não a única, claro. Cabe aos cidadãos manterem-se em permanente estado de alerta, o que pressupõe estarem bem informados. Pela sua formação e obediência a regras éticas e deontológicas, os jornalistas são quem lhes garante uma informação rigorosa e verdadeira.

**28. No âmbito das grandes reportagens que já realizou, qual a grande reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas? Como foi o caso da “Herdeiros de Maio?”**

Das mais recentes, “Pais à Vez”, sobre a possibilidade de a lei portuguesa passar a contemplar como primeira opção a residência partilhada aos filhos de pais divorciados. É um tema fraturante, que divide opiniões, e que suscitou aceso debate. Quanto aos “Herdeiros de Maio”, foi uma abordagem diferente, mais documental, com testemunhos de quem viveu um tempo histórico que marcou a civilização ocidental nos anos que se lhe seguiram.

**29. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

Têm-se feito notáveis trabalhos em todos os canais. Ao nível do que de melhor se faz lá fora, na maior parte dos casos, com muito menos meios técnicos e humanos. Nesse aspeto, julgo que Portugal é uma grande escola.



# Anexo VII. Entrevista à jornalista e produtora editorial Diana Matias

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Diana Matias.

### 2. Idade?

35.

### 3. É jornalista/produtora editorial há quantos anos?

13.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Licenciei-me em Ciências da Comunicação - variante de Jornalismo na FCSH (UNL); fiz o estágio curricular na SIC e fui contratada como jornalista.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto produtora editorial da grande reportagem neste canal?

5 anos.

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

Acredito que continua a haver bom jornalismo de investigação em Portugal. Depois de alguns anos negros - com um desinvestimento profundo em trabalhos de fôlego, ao nível dos meios humanos e também do tempo/dinheiro despendido - a tendência parece dar sinais de querer inverter-se. O fenómeno das *fake news*, os desafios que as redes sociais estão a trazer ao jornalismo e a dispersão da audiência são fatores estão a sublinhar a importância da aposta em bom, rigoroso e aprofundado jornalismo.

**7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

Absolutamente. Na grande reportagem dispomos de um recurso precioso no jornalismo: tempo. Tempo para refletir, para "mastigar" a informação, para cruzar dados, para desenvolver um pensamento crítico sobre o que estamos a fazer e como estamos a fazer.

**8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

A independência é um pressuposto básico para o verdadeiro jornalismo de investigação, seja em televisão ou noutro meio. Sem liberdade de expressão a Grande Reportagem não existiria.

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

Há sempre pressões - de vária ordem e origem - e é dever do jornalista lidar com elas. Muitas vezes estamos "no meio" de conflito de interesses, somos alvo de tentativas de manipulação e de instrumentalização. Infelizmente, somos muitas vezes encarados como meios para atingir determinados fins. Cabe-nos a nós, com discernimento e experiência, e às direções/coordenações dos projetos jornalísticos, manter o recuo necessário a que as pressões não passem disso mesmo - tentativas de influenciar o trabalho jornalístico.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

Completamente. A asfixia financeira dos grupos de media em Portugal é uma realidade e a investigação jornalística não é imune a essa realidade. Deparamo-nos com frequência com falta de meios humanos e recursos financeiros para dar resposta aos temas que queremos abordar, seja porque implicam longos períodos de trabalho exclusivo, seja porque implicam deslocações prolongadas ao estrangeiro.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?**

As fontes têm uma importância extrema neste tipo de trabalho. São as fontes o nosso ponto de partida, são elas o nosso maior recurso. Acima de tudo é necessária uma relação de confiança e transparência. Há duas premissas que devem estar sempre presentes: por um lado o dever de sigilo / proteção da fonte de informação; por outro o dever de cruzar informações e confirmar dados.



**12. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

As grandes reportagens são e serão sempre espaço de investigação por excelência. E é precisamente por causa do ritmo alucinante com que hoje se produzem conteúdos - sem tempo e espaço para um pensamento crítico sobre o que estamos a fazer - que o jornalismo de investigação ganha importância e destaque. É fundamental - para cuidar do regime democrático em que vivemos - que haja tempo e espaço para um jornalismo cuidado, rigoroso, independente e ético.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

**13. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Não há um modelo estanque. O modelo de trabalho é flexível e adapta-se ao tema, aos recursos e tempo disponíveis, à forma como o trabalho no terreno decorre, à abordagem que fazemos do tema. Uma boa reportagem não se mede pela sua duração ou pelo seu formato, mas pela sua profundidade, rigor e pertinência.

**14. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?**

Não há modelos a seguir. Podemos desdobrar uma grande reportagem em vários episódios ou podemos optar por cingir o tema a um único capítulo... tudo depende do tema e do tratamento e abrangência que lhe queremos dar.

**15. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

Não é uma fórmula que sirva para todos os temas e abordagens. O fato de apresentarmos um tema em vários capítulos pode fazer sentido nuns casos e não fazer sentido noutros. Pode ser uma vantagem, sim, quando o tema é de tal forma complexo e tem tantas ramificações que a sua divisão em capítulos permite ao jornalista uma maior consistência na forma como aborda o tema e, simultaneamente, facilita a chegada da mensagem ao telespetador.

**16. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Não acredito que tenha impacto na aquisição do conhecimento. Isso só depende do interesse do espetador e da sua disponibilidade para seguir o tema durante um período mais longo de tempo. Acresce o facto dos conteúdos ficarem, por regra, acessíveis na plataforma online, pelo

que ficam disponíveis para serem vistos - ou revistos - com a regularidade que o telespetador entender.

**17. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

Justificam, sim, e normalmente é esse o critério que define a existência de mais capítulos. Não considero que seja uma aproximação ao estilo ficcional. Considero que é uma ferramenta que deve ser utilizada quando percebemos que esgotar o tema numa única reportagem implica uma abordagem redutora ao tema.

**18. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Como disse anteriormente, não considero que esta realidade seja uma aproximação ao entretenimento.

**19. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Não concordo. “Rentabilizar” um conteúdo só porque este exigiu mais investimento não é um critério jornalístico e não pode determinar opções numa grande reportagem.

**20. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Se há espaço onde há uma separação clara entre o que é jornalismo e o que é ficção é na grande reportagem. As promoções de Grande Reportagem em nada coincidem com as promoções de conteúdos de entretenimento. Cada conteúdo tem o seu espaço para promoção e os critérios são completamente distintos. Se me pergunta se as grandes reportagens devem ser promovidas respondo claramente que sim. Ambos - ficção e jornalismo - devem ter espaço de promoção em antena e noutras plataformas - mas com linhas próprias, bem distintas e definidas.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

**21. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Sim, é uma preocupação inerente ao nosso trabalho e é natural. Não estou a dizer que procuramos o tema “popular” e “vendível”. Mas, na nossa base, trabalhamos para as pessoas. Não para nichos. E por isso procuramos temas que sejam próximos das pessoas, que as inquietem, que as preocupem. Ao mesmo tempo denunciemos assuntos que estão “fora do radar”, mas que sabemos que são do interesse geral da sociedade. É o nosso papel.

**22. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

Na Grande Reportagem temos tempo e espaço para temas que estão fora da agenda mediática. É o espaço da pluralidade e diversidade de temas, por excelência. Claro que acompanhamos a informação diária - em temas que merecem uma abordagem mais profunda do que a informação diária permite - mas também vamos a temas fora do foco mediático.

**23. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?**

Pode influenciar sim. Muitas grandes reportagens dão origem a debates - que promovem a reflexão sobre o tema abordado - ou outras histórias/reportagens que são depois emitidas na mesma estação televisiva.

**24. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Sim, diria que poder ser uma forma de medir a sua importância. Se chegarmos às pessoas, se as fizermos refletir sobre um determinado assunto, mobilizar-se relativamente a uma determinada causa, se lhes dermos ferramentas para um pensamento crítico e construtivo sobre o mundo que as rodeia, penso que poderemos dizer que estamos a cumprir a nossa função.

**25. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Esse objetivo é redutor. Acho que o nosso objetivo vai além disso. Não nos limitamos a denunciar “irregularidades”, como refere. É preciso ir mais além. Diria que o nosso objetivo é informar. E informar pode ser sob a forma de denuncia, mas também pode significar que estamos a transmitir conhecimento aos telespetadores. Que lhes estamos a dar ferramentas para abordar de forma crítica determinados assuntos. Ou simplesmente que estamos a sensibilizá-los para determinadas temáticas sociais. Não é possível falar em objetivo..., mas em missão.

**26. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Claro que sim.

**27. Na sua perspetiva, as grandes reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

Sim, sem dúvida. E temos sempre em mente a responsabilidade de termos um papel com influência social. Somos o famoso quarto poder, funcionamos como um contrapoder face aos

restantes tradicionais poderes das sociedades democráticas (legislativo, executivo e judicial), desempenhando um papel de alerta social.

**28. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

Não me vou pronunciar sobre o trabalho da concorrência. O que posso dizer-lhe, no caso da SIC, é que podemos afirmar que emitimos, ao longo dos últimos anos, trabalhos de Grande Reportagem que nos orgulham e que tiveram impacto na sociedade e um excelente feedback.

**29. No âmbito do programa em que é produtora editorial, qual a grande reportagem que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas?**

É difícil definir uma única Grande Reportagem, mas talvez destacasse a reportagem “Somos o que Comemos”, sobre o excesso do consumo de açúcar nas camadas mais jovens da população. Temos noção do impacto que o trabalho teve em escolas e nas famílias. Testemunhámos algumas mudanças de hábitos alimentares e sabemos que, ainda hoje, muitas escolas usam esta reportagem como meio de trabalho, exibindo-a nas salas de aula e motivando os alunos a refletirem sobre ela.

# Anexo VIII. Entrevista ao jornalista Pedro Coelho

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Pedro Coelho.

### 2. Idade?

52 anos.

### 3. É jornalista há quantos anos?

30.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Portanto, eu tirei o curso, a licenciatura em Ciências da Comunicação. Depois da licenciatura fui fazer o estágio curricular na rádio comercial, onde estive um ano. Depois do estágio fiquei lá a trabalhar. Depois, decidi por vontade própria sair e fui trabalhar para uma outra rádio. Correio da Manhã Rádio, onde estive três anos. Fiz de tudo e cheguei a chefe de redação. Em 1992 quando a SIC foi criada, o Emídio Rangel, fundador da SIC convidou-me para vir trabalhar para a SIC e estou cá desde 1992 e aqui já fiz de tudo. Já fui jornalista do dia-a-dia, já fui repórter especializado em poder local do ambiente, já fui editor de sociedade e cultura, já fui editor executivo que é uma espécie de chefe de redação e desde 2008 que sou grande repórter. Portanto, faço basicamente grande reportagem. Agora faço escalas de fim de semana, uma vez por mês, mas de resto faço grande reportagem. Depois fiz um percurso académico ao mesmo tempo. Fiz o mestrado em 2004, fiz o doutoramento em 2014. Comecei a dar aulas na Nova em 2007. No ano letivo 2006/2007 e tenho estado lá sempre e, portanto, agora sou professor auxiliar convidado. E estou dividido entre dois mundos, claramente. Sou um híbrido. Sou jornalista académico ou sou académico jornalista. Já não vejo a minha vida sem esta mistura, percebe? Acho que uma coisa e a outra andam muito a par.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

27 anos.

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

A tradição do jornalismo de investigação em Portugal não existe propriamente. Nós não temos explorado muito o género, é certo. Sobretudo em televisão. É certo que nós fazemos muita coisa a que pomposamente chamamos investigação, em todos os canais, mas verdadeiramente não se tratam histórias, não é mais do que uma história desenvolvida com algum investimento, é certo, mas a matéria de investigação propriamente dita, sobretudo em televisão, ela escasseia. Algumas pessoas mobilizadas na área, sim, nas três televisões generalistas e nos canais de informação que estão associados a esses canais generalistas, mas verdadeiramente não há um grupo muito expressivo. O que é que nos temos? Temos especificadas duas, três pessoas, em cada um dos canais que de facto se esforçam para fazer investigação que estão a conquistar algum nome na praça, associados a essa temática especializada da investigação jornalística em televisão. E depois o que também conseguimos constatar é que sendo a televisão inimiga da investigação, não sendo a plataforma de acolhimento natural da investigação jornalística isso também traz muitos problemas, porque há muitos conteúdos que são tratados, e que são de investigação, mas que depois não têm uma correspondência visual. Isso é uma coisa que acontece muito e torna a adaptação à plataforma muito complexa. Insisto, de facto, a televisão não é a plataforma amiga da investigação. É quase o paradoxo. Se a investigação habitualmente destaca coisas que estão ocultas, a televisão mostra, ou seja, como é que a plataforma que vive da imagem consegue conviver com a investigação que assenta a âncora na necessidade de destapar coisas que estão escondidas. E essa é na minha ótica o maior drama a investigação em televisão, daí que, se por um lado há poucas pessoas a fazerem investigação em televisão, essas poucas pessoas têm ainda que lutar com a dificuldade da plataforma. E não me parece que uma coisa e a outra sejam expressões positivas em Portugal. Ou seja, se por um lado há pouca gente, por outro lado os poucos que existem têm dificuldade em trabalhar para a plataforma. Se formos para os jornais nós descobrimos mais gente a investigar. Aqui no Expresso, por exemplo, aqui ao lado, há jornalistas de referência associados à temática da investigação. É muito mais fácil fazer para o jornal do que fazer para televisão. Fazer investigação é sempre muito difícil. Um desafio enorme. Fazê-lo em televisão é um desafio acrescido.

## **7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

Eu acho que a investigação jornalística ela adapta-se sobretudo à grande reportagem. Porquê? Porque a grande reportagem, agora a nível da televisão, é um formato maior. Permite desde logo um maior investimento do ponto de vista visual, envolve mais pessoas, as equipas ficam maiores, tem produção associada, tem, habitualmente até tem produtores juniores associados, tem infografistas, tem autopromoções, tem sobretudo repórter de imagem, editor de imagem, ou seja, há aqui uma mira de olhares alternativos que se associam à equipa que tornam a equipa mais robusta. Claro que o trabalho do jornalista é o trabalho do jornalista e é sempre solitário. É um trabalho muito solitário: a fase da pesquisa, da investigação, depois no terreno com o repórter de imagem continua a ser um trabalho solitário, mas agora já com mais uma pessoa.

Depois com o editor, que é a fase em que eu me encontro agora nesta reportagem que estamos a montar, nestas duas reportagens que estamos a montar, continua a ser um trabalho mais ou menos solitário, mas vê-se muito grande por outros olhares. A produção, por exemplo, tem que estar sempre muito presente. Mas isto para lhe dizer o quê? Para lhe dizer que é claramente o espaço ideal para a investigação, é o da grande reportagem. Depois, nós como precisamos de ter conteúdos exclusivos no quotidiano, o dia-a-dia é o principal do nosso *workflow*. Nós por vezes vamos colocando algumas pequenas histórias de investigação nos jornais. Aqui a questão que se coloca é um pouco esta que é: “Então, mas não devia ser todo o jornalismo, jornalismo de investigação?” E nós percebemos que é impossível porque, aliás, há um autor que é o David Randall, que diz que o jornalismo de investigação começa quando acaba o jornalismo do quotidiano. Por uma razão simples, porque o jornalismo do quotidiano tem que ir para o ar, tem que ser emitido e as pessoas que estão a praticá-lo, muitas vezes têm de se render ao silêncio e o jornalismo de investigação começa a trabalhar a partir do silêncio. É quando o silêncio se impõe, que desperta o jornalismo de investigação. Por isso mesmo é que o investimento do tempo é decisivo, e aí a grande reportagem também é o formato que mais se adapta. Quando nós fazemos coisas à pressa para os jornais televisivos e lhe chamamos investigação, habitualmente temos que ter sérias reservas para perceber se aquilo é mesmo investigação. A maior parte das vezes não é. Há casos excecionais em que é, mas na maior parte dos casos, não é.

**8. O imediatismo e a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

São inimigas da investigação. Precisa de tempo. Precisa de prova. Depois a prova, da prova, da prova, da prova, da prova, da prova percebe? Portanto, é complexo. Não se adaptam. Os ritmos são diferentes.

**9. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

Sim. Isso não está em causa, ou seja, muitas vezes tem que ser o próprio jornalista a construir a sua própria rede que lhe permite ter liberdade de expressão, mas aí a montante tem que ter um trabalho fundamental que é o jornalista que esteja a construir uma história de investigação tem que ter a consciência absoluta de que a prova tem que ser uma prova à prova de bala. Uma prova madura. De outra forma, o trabalho sucumbe. Sucumbe a um qualquer processo judicial, sucumbe a uma discussão com um diretor que vem perguntar e tem todo o direito de perguntar, “mas o que é que tu andas a fazer, diz-me lá o que é que andas a fazer e como é que andas a fazer”. E às perguntas do diretor e do editor a história começa a vacilar porque não está sustentada. Quando a história está sustentada, quando a prova é à prova de bala é muito mais difícil que a história caia, por isso é que o jornalista tem de trabalhar para que a história seja credível. Seja sólida, porque a partir do momento em que temos uma história sólida é muito

mais difícil que a pressão tenha efeito. Se a história é sólida são poucos os diretores que conseguem contornar o efeito de uma história sólida.

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Acha que o objetivo das pressões é parar a história?**

Sim. Existem clarissimamente. O jornalista de investigação que lhe diga “eu nunca fui pressionado” está a mentir-lhe, porque a pressão surge das formas mais ínvias. Mais invisíveis por um lado e mais ínvias por outro. Muitas vezes nós estamos a ser pressionados e temos de ter o discernimento para perceber que estamos a ser pressionados. Qualquer coisa como uma palavra que nos digam, uma ação que nos digam, um bloqueio que tenhamos. São pressões e nós temos que estar atentos para não sucumbirmos ao efeito da pressão, para que a nossa história não sucumba ao efeito da pressão.

**9.1. Acha que o objetivo das pressões é parar a história?**

Na maior parte das vezes é, ou pelo menos condicioná-la. Muitas vezes pode não ser ostensivamente parar a história, mas a intenção de a condicionar parece-me que está sempre subjacente.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

Sim. Atinge sempre. Muitas vezes até é quase uma desculpa, porque se nós pensarmos bem a credibilidade associada a um bom trabalho de investigação gera um retorno financeiro quase imediato. Há uma frase de um autor, que eu gosto muito de citar que é o Felipe Maydel, que diz “a credibilidade gera influência e a influência gera credibilidade e ambas receita”. E é um pouco isto. Nós às vezes descuramos que um investimento um pouco maior, um bom trabalho jornalístico, faz aquilo que, alimenta aquilo que é o património principal do jornalista que é a credibilidade. Do jornalista e da estação para a qual ele trabalha, para o meio de comunicação social para o qual ele trabalha. Portanto, eu acho que por vezes a desculpa do custo é uma falsa desculpa. Nunca se tem em conta o efeito que esse custo vai provocar. É extraordinariamente positivo quando nós fazemos um trabalho e isso gerando audiência aumenta, reforça, a nossa credibilidade, quer do próprio jornalista quer sobretudo do órgão de comunicação social. Falar apenas do custo que é uma equação que é sempre colocada não me parece que seja razoável. Acho que há muito mais para lá do custo, percebe? E nós habitualmente, sobretudo as direções, as administrações, refugiam-se muito na questão do custo. Eu acho que a verdadeira questão que faz com que acabemos por não investir mais na investigação está relacionada com o receio do custo. Está relacionada, por exemplo, com o receio de que a investigação que o jornalista, ou a jornalista, faz possa pôr em causa interesses instalados, que são também os interesses da empresa para a qual o jornalista trabalha. Percebe? Esta para mim é a questão essencial. Muitas vezes nós não investimos mais, não dedicamos o tempo que deveríamos dedicar, porque à medida que formos escavando, podemos apanhar



coisas que não sejam favoráveis para a empresa para a qual trabalhamos. Desde logo, uma coisa que é básica, nós trabalhamos para empresas comerciais que ainda vivem, em grande parte, da publicidade. Se nós nos metermos com uma determinada entidade que invista em publicidade no grupo de comunicação social para o qual nós trabalhamos, e atenção eu estou a generalizar, não estou a fazer nenhum foco em nenhuma entidade em concreto, mas se nós acabarmos por escavar e irmos até ao encontro direto de uma determinada entidade que tem interesses que são interesses cruzados com o do grupo. Imagine o maior investido em publicidade no grupo. Como é que nós podemos levar a investigação até ao fim, percebe? E é isso também que levanta ondas de receio junto das administrações e das direções.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?**

A questão aqui é sempre a mesma. Não nos basta a denúncia de uma fonte. Essa denúncia tem que ser verificada tem que confirmada com duas, três, as fontes que forem necessárias para nós ficarmos convencidos de que aquela denúncia é verdadeira. De outra forma, a denúncia não existe. Quantas coisas já me disseram e eu não consegui confirmá-las e até à partida quando me diziam, aquilo para mim fazia todo o sentido. Quantas coisas já aconteceram dessas comigo, tantas em que aquilo faz todo o sentido, parece que é muito fácil concretizar, é muito fácil obter a prova e depois eu não consigo obter a prova. Quando eu não obtenho a prova e a prova não é um documento, apenas. A prova é a prova cruzada com documentos, documentos de fontes testemunhais, ou seja, é uma prova, tem que ser muito forte, percebe? E se não tiver, não faço a história. Isso não faço.

**11.1. No contexto da reportagem “Más Ações” como foi a relação com as fontes?**

A relação com as fontes gerou-se por uma coisa que é complexa. Por vezes gera-se uma relação de excessiva proximidade com as fontes, porque eles estavam muito empenhados em que eu fizesse a história. Eles, as vítimas. Estavam muito empenhados em que eu fizesse a história e de repente começam-me a inundar de informações. A inundar, inundar, inundar e isso, corremos um risco que é as pessoas perceberem que nós temos dúvidas e então para vencer o efeito das nossas dúvidas começam-nos a inundar de informação. E depois, nós estamos de tal forma mergulhados em informação que aqui o excesso de informação, que está por filtrar, não é bom conselheiro, não ajuda. O que é que nos temos que fazer nestas circunstâncias? Temos que filtrar. Temos de pôr de lado coisas que depois acabam por não interessar, que são muito importantes para as fontes, mas que para nós não tem interesse nenhum. Para a nossa história não tem interesse nenhum e temos que fazer um trabalho de pesquisa muito, muito, muito detalhada. Eu até posso estar muito próximo das pessoas, eu tento não estar, mas a partir do momento em que a história delas parece tão sólida e que elas estão a sofrer tanto com a história, a tendência natural é que nós fiquemos próximos das pessoas. O que é que nós temos de fazer? Temos que criar barreiras com as pessoas. Temos que pedir a informação se elas a

tiverem e ir procurar por outras vias, outras formas de confirmar aquela informação. Por maior que seja a proximidade e sobretudo por causa da proximidade, isso obriga-nos a um exercício muito maior de verificação. Aqui a disciplina da verificação é determinante para que a história tenha sucesso e quando temos que cortar com as pessoas, temos de cortar com as pessoas. Eu, ao longo desta história das “Más Ações”, por mais do que uma vez não fiz as coisas como as pessoas queriam que eu as fizesse, eu tenho a minha própria agenda, a partir do momento em que a história se enraíza, eu começo a trabalhá-la da forma que eu entendo trabalhar. Quer dizer, as fontes também pressionam. Não só são os interesses instalados que as fontes querem combater que pressionam. As fontes também pressionam e a pressão vinda das fontes, porque é uma pressão muito direta, é aquela ânsia absoluta para que as coisas sejam feitas. Sejam feitas daquela maneira. “Eu já tive tanto tempo à espera, finalmente tenho aqui um jornalista disponível para tratar a minha história, agora vou aqui usá-lo e vou tentar que ele conte a história como eu quero que ele a conte”. Isso não. Nós temos de estar conscientes que a pressão das fontes é tanto mais nefasta quanto a pressão dos interesses instalados e temos de saber lidar com isto. Com a pressão de um lado e do outro.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

#### **13. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Não, nós andamos sempre em guerra com o tempo. Porque agora, de repente, passaram as grandes reportagens para 25 minutos, o que é um absurdo, porque já há pouco assonaram a reportagem especial, que é um formato que tem 20 minutos. Para contar uma boa história podemos precisar de pouco tempo, mas habitualmente, regra geral, menos do que 30 minutos é um híbrido. Não deve também ser uma coisa com mais do que 35 minutos, depois começamos a precisar de outras estratégias para resgatar a atenção dos telespetadores, portanto temos que pensar que o tempo certo para uma grande reportagem, para uma boa história, ronda aí os 30 minutos. E é nessa lógica que nós nos devemos fixar, mas há documentários extraordinários de uma hora. Mas o documentário já é outro género. Já é um outro contrato com a audiência, percebe? Quando nós estamos a fazer um documentário temos uma audiência bastante mais reduzida, mas há um contrato entre o realizador e a audiência. A pessoa vê porque quer ver, percebe? É outra lógica de construção. Ao nível da grande reportagem eu fixo como tempo ideal os 30 minutos. Sinceramente, acho que é por aí, porque separa bem o tempo da reportagem especial que vai até aos 20 minutos.

#### **14. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Que vantagens apresenta?**

Curiosamente, essa tendência fui eu quem a inaugurou, veja bem. Em 2013, nós fomos a equipa, a minha equipa, foi a primeira a dividir um episódio de investigação jornalística em quatro. A dividir uma reportagem, um tema, em quatro episódios. Obriga a uma outra estratégia de

construção. Eu digo, inventou em Portugal, porque isso está mais do que inventado no estrangeiro. Nós fizemos pela primeira vez em Portugal. Foi a fraude do BPN, pusemos em quatro episódios e a partir daí eu tenho feito, quase sempre, pelo menos dois episódios. E porque é que nós fazemos isto assim? Ao contrário do que as pessoas pensam, no meu caso concreto, não é para alimentar a história, para que isto gere mais audiência, porque eu digo-lhe sempre o segundo episódio, regra geral, tem menos audiência do que o primeiro. Portanto, eu não ganho grande coisa em estar a serializar. Não ganho. O que é que eu ganho verdadeiramente? Eu ganho que uma história só pode ter 25 ou 30 minutos e eu se contar em dois episódios consigo contar melhor a história. Obriga-me a saber como é que a vou dividir, mas se contar em dois episódios, eu tenho mais tempo para contar melhor a história e também sei que fazer uma coisa de 50 minutos é muito para um canal generalista. É impossível. É absurdo. Por isso mesmo eu encontro a forma, e é difícil de o concretizar, de contar a história em dois episódios, porque é a melhor maneira de conseguir contar a história toda, percebe? Se não ficaria sempre pela rama. E eu não gosto que as minhas histórias fiquem pela rama.

**15. No seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público?**

É. O meu contrato com o telespetador, o meu grande contrato, expressa-se melhor se eu conseguir ter tempo para contar a história, percebe? Expressa-se melhor por essa via. Doutra forma, eu estou sempre a contar a história amputada e isso eu tento não fazer.

**16. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato?**

Sim. Claramente, é essa a minha questão. Não é pelas audiências. É que, porque como digo, insisto neste ponto, habitualmente, o segundo episódio tem sempre menos audiência do que o último. Portanto, não pode ser.

**16.1. No caso da reportagem “Más Ações” foi um dos exemplos em que o segundo episódio teve menos audiência do que o primeiro?**

Foi esse o caso. O primeiro teve mais audiências do que o segundo, embora estivessem muito próximos. E tiveram ambos boa audiência.

**17. Considera que o formato de serialização esteja a aproximar-se ao estilo da ficção?**

Portanto, eu compreendo isso que me está a dizer. É um facto, mas também temos que construir, por exemplo, eu quando construo a história sei que vou ter o segundo episódio, eu tenho que preparar o primeiro episódio, de forma a que as pessoas queiram ver o segundo. Portanto, eu já sei que vou ter que ter um fim que me transporte para essa dimensão. Se isto é uma estratégia mais associada à ficção, sim. Nós habituamo-nos a ver isso nas telenovelas, ou agora no *Netflix*. Aqui acabamos de ver um episódio que queremos logo ver o segundo. Aquilo deixa-nos sempre pendurados e aqui sim, esta estratégia de construção tem que estar presente. Nesta história que estou a fazer agora, o primeiro episódio está montado e termina de uma

maneira que quem vê o primeiro, quase que quer ver o segundo. Porque fica ali, pronto, uma ideia, mais ou menos, quase um *teaser*. O fecho da história é quase um *teaser* a remeter-nos para a necessidade de ver o segundo. A este nível sim. É certo que o jornalismo vai sempre importando estratégias de construção associadas ao entretenimento, no caso. Portanto, eu não me parece que seja razoável que nós misturemos jornalismo com entretenimento pelo contrário. Sou avesso à mistura, mas há estratégias de construção que me parecem, quase diria, fundamentais para que a coisa funcione, percebe? Ou seja, eu estando a importar uma estratégia formal, não estou a importar o conteúdo ao nível do entretenimento. Eu sou contra a mistura entre entretenimento e informação, o tal *infotainment*, eu sou contra e tento evitá-lo. Agora posso, por vezes, importar formatos discursivos que sejam fundamentais para que eu conte melhor a minha história. E sim, até ao nível formal. Eu tenho um empenho muito formal, muito intenso nas minhas histórias e se me disser: “Ah, mas isto também é importado do entretenimento”. Provavelmente, mas eu acho que a história televisiva, por ser uma história televisiva, precisa de ir buscar estratégias discursivas que a engrandeçam, que a tornem sólida também num ponto de vista formal. Desde que não prejudique a informação, isso é que não pode sair prejudicado.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

##### **18. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Eu não vou dizer que não existe. Eu trabalho num canal comercial. Eu não posso ser alheio à necessidade que as minhas histórias tenham público. Eu prefiro que tenham público, a que tenham audiência. São dois conceitos completamente diferentes. Porque o público interage com a história. As audiências consomem-na de uma forma, quase diria, amorfa. Portanto, eu prefiro que a história tenha público e eu tento fazer histórias que tenham público. Mas isto, por exemplo, agora estou a fazer uma história, esta que eu estou a fazer nesta altura que eu estou completamente convencido que não é uma história para massas. E ainda assim eu fiz, e ainda assim a empresa a para qual eu trabalho, permitiu-me que eu a fizesse e até digo mais. Foi uma história que, se calhar, se tivéssemos pensado bem, todos pensado melhor, se calhar não teria sido feita, porque é uma história difícil, muito complexa, que o investimento aqui acabou por ser muito grande, o resultado se calhar não vai o esperado, ou pelo menos o desejado. O esperado. Eu sei mais ou menos o que é que vai acontecer. Não vai ter uma audiência esmagadora. Tem muitas legendas, tem coisas estranhas, tem coisas que não são do quotidiano das pessoas. É sobre refugiados e não é propriamente uma população que interesse muito à maior parte das pessoas do país. Portanto, há aqui muitas dúvidas. Por vezes temos que arriscar, temos que entrar em ângulos que as pessoas também não estão muito despertas para eles. Até quem sabe se a coisa depois pega e nós conseguimos, porque temos aqui uma missão. Eu sei que tenho uma missão e a direção de informação da SIC também sabe que a tem,

de que há algum risco. Claro que depois se a história não tem audiência, já sei que a próxima tem que ter.

**19. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

Não. No meu caso, tenho tido o privilégio de ter histórias e vou sempre propondo às minhas chefias e eles vão aceitando e eu vou fazendo.

**19.1. No caso da grande reportagem “Más Ações”, como é que surgiu o tema? Foi por denúncia ou proposta por si?**

Chegou-me por denuncia. Chegou-me por um conjunto de pessoas que me trouxeram a história. Depois eu trabalhei antes de apresentar a ideia à direção. Trabalhei e achei que havia potencial. Gastei ali algum tempo e depois apresentei a ideia quando já estava muito maturada. Não fui com a ideia sem a ter trabalhado antes, percebe? Sem perceber o efeito que aquilo poderia ter. Portanto, e se calhar, até gastei para aí uma semana para perceber se aquilo tinha efeito ou não tinha. E foi só através dessa perceção que eu percebi que tinha efeito e foi aí que eu levei à direção.

**20. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva?**

Sim. Claramente. Aliás, o mais natural é que isso aconteça. Quando nós estamos a fazer determinada coisa, se a coisa tem sucesso, a coisa tem impacto, é muito natural que as pessoas que se reveem naquele tema possam ter uma coisa mais a acrescentar. Só para dizer eu fiz uma história sobre o BPN e depois em função do BPN fiz coisas sobre pessoas que deviam ao banco, ou seja, fiz duas histórias no espaço de dois anos. Todas associadas à temática do BPN. Depois, por causa do BPN, peguei no Banif, também por causa do efeito que tiveram as histórias do BPN, mas ainda dentro da mesma temática. Depois, por causa do Banif peguei no BES e fiz o “Assalto ao Castelo”. Depois, por causa do “Assalto ao Castelo” fiz “A Ruína”, muito ligada ao universo BES. E depois as pessoas que veem começam a confiar. “Então, o tipo faz a história dos bancos, deixa-me passar-lhe mais histórias de bancos”. E depois vieram as “Más Ações”, ou seja, tudo isto é uma sequência. A partir de uma acabei por trabalhar quatro bancos diferentes. A forma como a minha agenda se condicionou entre 2013 e 2018, ou seja, num espaço de cinco anos, fiz seis ou sete grandes reportagens todas sobre a mesma temática. Condiciona.

**21. No âmbito das grandes reportagens realizadas por si, teve alguma grande reportagem que se lembra de ter tido uma maior repercussão mediática, como por exemplo pronunciamentos por parte das pessoas envolvidas, como as entidades bancárias sobre as quais fez grandes reportagens?**

Habitualmente o que é que acontece, isto eu acho extraordinário, que é, e aconteceu-me em todos estes casos de que lhe falei, do BPN até ao BES, até ao BCP no caso. Houve um efeito,

uma influência enorme para condicionar a história da parte do exterior, portanto dos envolvidos, dos interesses instalados. Um interesse enorme para condicionar a história, mas depois algumas ameaças de que a história se não for correta há aqui claramente um processo. Portanto, a ameaça do processo está sempre presente, mas depois no final as histórias vão para o ar, são emitidas, algumas têm repercussão e, por exemplo, o Assalto ao Castelo teve uma enorme repercussão, mas depois ninguém me põe em tribunal. Eu até hoje confesso-lhe nunca ninguém me pôs em tribunal. Eu tive um caso, há uns anos, uma história que disse que nem sequer era de investigação, de um médico que me pôs em tribunal de facto. O processo foi arquivado. Não fui condenado, portanto estou à vontade porque trabalho muito a prova, percebe? Acho que isso essa é a questão fundamental. Não quer dizer que qualquer dia não aconteça.

## **22. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Vou ser sincero consigo. Eu, infelizmente, lamento imenso que as minhas histórias não tenham a repercussão das histórias de outros colegas meus de outros canais de televisão. Dou-lhe o exemplo da Alexandra Borges ou da Ana Leal. As histórias que elas fazem põem o país a falar e eu, tirando dois casos que me recordo, o caso do Assalto ao Castelo que de facto pôs o país a falar, e inclusivamente, levou o governador à Assembleia da República, mais do que uma vez, portanto avançou uma onda de dúvida sobre o governador do banco de Portugal, sobre um outro lado do Ricardo Salgado que ainda era desconhecido até então, ou seja, sim, teve um impacto muito significativo e é desse impacto que eu gosto, porque pôs o país político a falar sobre a história. A Ana Leal e a Alexandra Borges habitualmente põem o país, em geral, a falar sobre a história porque depois, de facto, do ponto de vista das alterações legais não há muita coisa que aconteça na sequência das histórias delas, mas elas de facto põem as pessoas a falar. Eu não tenho esse impacto, tirando uma que fiz em 2006, sobre uma miúda pastora que teve um impacto a nível das massas monumental. Aliás, ainda é hoje a reportagem mais vista da SIC. De resto, confesso-lhe as minhas histórias vão para o ar e parece que nada acontece, o que é uma frustração enorme para o jornalista que as faz. Nós quando fazemos uma coisa estamos sempre à espera que alguma coisa aconteça. O que é que eu acho que acontece as pessoas com as quais eu me meto, os tais interesses instalados, há ali um momento em que vacilam durante um tempo. Eles começam a ser olhados de uma outra forma, por mais instalados que estejam, começam a ser olhados de uma outra forma e isso já é uma vitória, mas como diz a Marta Gellhorn, que é uma grande repórter de guerra, e ótima jornalista, grande jornalista, grande repórter, e também de investigação, naturalmente, ela dizia, quando ela começou na profissão, ela entendia que ia mudar o mundo, tinha potencial para mudar o mundo. Depois, ela concluiu, à medida que o tempo foi avançando e a experiência dela crescendo, ela começou a perceber que os trabalhos que ela fazia, eram meras folhas ao vento. Isto. A expressão é dela. Acho que é muito interessante. Não têm efeito. Têm o efeito de uma folha ao vento e a conclusão a que ela chega no final de tudo isto, que é também a conclusão que eu quero chegar, estou a tentar

chegar, até para compensar a minha frustração, é que há um contrato que nós estabelecemos com o público que é o contrato com a verdade. E é essa a minha missão. É contar a verdade às pessoas. O que elas vão fazer com a verdade que eu lhes conto, dependerá exclusivamente delas, mas eu tenho que ter a certeza que aquilo que estou a fazer é contar a verdade.

**23. Considera que o objetivo final da investigação jornalística é o de informar o público sobre as irregularidades (públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais)?**

Mesmo que isso não tenha efeito, que não tem tido.

**23.1. Podem ser pequeninos, mas tem efeitos, as pessoas de certeza que falam.**

Sim. Não alteram nada. Os interesses instalados vacilam durante um tempo, mas passado um mês, dois meses, está tudo igual.

**24. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Sim. É a nossa missão. Nós temos uma missão, percebe? Nós pensamos sempre qual é que é a missão do professor, a missão do padre, a missão do médico, e todos nós sabemos dizê-la de uma forma muito fácil. Quando se pergunta qual é a missão do jornalista, a missão do jornalista é servir o público, é a de fornecer informação ao público. É isto que nós temos que fazer. Informação credível. Verdadeira. É isto que nós temos que fazer.

**25. Com a função de cumprir com a vigilância dos poderes e prestação de contas?**

Sim. Obviamente que está associado a isto. Nós não somos justiceiros. Não andamos aqui a fazer justiça pelas nossas próprias palavras. Não é disso que se trata. Agora temos uma missão para com o público que é explorar a fundo cada acontecimento com o qual nós temos que nos deparar. Explorar a fundo os ângulos todos que forem possíveis para chegarmos a uma conclusão, seja o mais próxima possível daquilo que é a verdade. Isto é a nossa missão. Se isso puser em causa os poderes públicos, que nós temos que obrigatoriamente vigiar, então que ponha. Mas isso é a nossa missão de vigilância, vigilantes do espaço público ou de cães de guarda que tem que se expressar.

**26. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal? Como por exemplo o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

Eu acho que há bons trabalhos aqui na SIC. Nós temos aqui jornalistas muito bons, estou-me a lembrar da Miriam Alves, por exemplo, a Amélia Moura Ramos, o Luís Garriapa, o José Manuel Mestre, ou seja, uns mais do quotidiano, uns mais da grande reportagem. Temos aqui um grupo muito coeso, muito forte que eu acho que tem muito potencial e tem feito muita coisa interessante ao nível da informação televisiva e das grandes reportagens. Eu acho que nós temos aqui, ao nível da grande reportagem, nós ainda não temos ninguém, fora daqui que faça

como nós fazemos. Nós temos uma preocupação com o conteúdo que é obrigatória e temos também uma preocupação com a forma e em televisão a aliança forma conteúdo é obrigatória. Eu não vejo isso na TVI, por exemplo. Por mais impacto que tenham as histórias da Ana Leal e da Alexandra Borges são histórias que não são histórias televisivas e nós temos de construir histórias televisivas. Temos que construir, porque estamos a trabalhar em televisão. Eu não estou a trabalhar para rádio ou para jornal. Estou a trabalhar para televisão. Eu tenho que conhecer a fundo a plataforma, conhecer a especificidade da plataforma e construir histórias para a televisão. Sem por em causa o conteúdo, mas potenciando o conteúdo para que tenha a melhor forma possível, que seja atraente do ponto de vista visual. Tem que ser, obrigatoriamente. Eu acho que essa é a distinção da SIC, ainda. Ainda. É a distinção que não existe ainda noutros canais. Isso não me parece que exista, sinceramente.



## **Entrevistas aos jornalistas da RTP**



# Anexo IX. Entrevista ao jornalista e documentarista Jacinto Godinho

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Jacinto Godinho.

### 2. Idade?

55 anos.

### 3. É jornalista há quantos anos?

31.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

É simples. Entrei para a RTP, trabalhei profissionalmente sempre na RTP. Eu por acaso até esqueço isso no currículo e não o devia fazer. Não o devia fazer se calhar por razões pessoais. Não é não me orgulhar, mas tive consciência de uma coisa que sempre acabou por me perseguir na minha carreira. Quando eu entrei para o jornalismo, nos anos 80, eu fiz, durante algum tempo, jornalismo na Rádio Universidade, de Lisboa, que era no Técnico. Foi aí eu aprendi coisas básicas do que é que era picar a agência de notícias, fazer o noticiário e fazê-lo sozinho. Mas eu realmente não tinha uma grande voz. Não tinha aquela voz coloquial. Naquela altura era muito importante, ainda vivíamos no tempo do estado novo em que quem dava a voz eram os locutores, tinham que ser vozes completamente bem trabalhadas e tudo isso. E isso acabou por me perseguir porque muitos desses jornalistas diziam que eu não tinha boa voz e eu inibi-me muito. Foi uma das razões que me levou para os documentários. Porque aí eu escolho um locutor e não tenho que expor a minha voz. Portanto, eu comecei efetivamente na Rádio Universidade, enquanto ainda era universitário. Depois, entrei para a RTP. Na RTP comecei no desporto, fiz jornalismo desportivo. Depois estive quase quatro anos, mais de quatro anos numa delegação a fazer tudo - jornalismo diário, de todo o género, desde peças de desporto, a economia, política, ou seja, foram os anos mais importantes da minha carreira porque passei por tudo. Multitarefas completas, inclusivamente fui pioneiro numa coisa que hoje em dia já é mais frequente nas delegações em que era um jornalista que fazia tudo. Eu fiz câmara, eu montei peças e isso foi muito importante até depois como documentarista. Voltei para Lisboa, trabalhei na informação diária, comecei a integrar as equipas de investigação, integrei todas as equipas de investigação dos anos 90, depois foi necessário fazer um programa chamado Crónica do Século, que era de documentário sobre os acontecimentos do século XX. Foi a minha primeira introdução no documentário, mas continuei a fazer grande reportagem. Sobre assuntos

da natureza, que eram aqueles que também gosto e muito me interessavam, mas depois de fazer esse último documentário sobre os Lobos, fiz uma série documental que ganhou o prémio Gazeta, o segundo prémio Gazeta, que era sobre a história da emigração “Eles que Partem”. Depois fiz o meu grande projeto da vida, que ainda estou metido nele, que é a história da PIDE. São resgatar 70 anos de jornalismo, como eu digo. A história da PIDE que é uma coisa longa que já vai em onze episódios e ainda tem mais. Depois, tenho feito todos os vários documentários. Todos os anos faço uma ou duas séries documentais.

**5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?**

33 anos.

## **II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas**

**6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?**

É uma pergunta complicada. Não é que seja difícil de responder. É talvez difícil de estruturar. Porque, pra já era preciso ter uma ideia muito clara do que é que é jornalismo de investigação, e sobretudo o jornalismo de investigação que se faz em Portugal. Porque hoje em dia há muita coisa que se faz em Portugal a que se chama jornalismo de investigação e é difícil distinguir aí o que é que é verdadeiramente jornalismo de investigação e o que é que é *pseudo* jornalismo de investigação, sendo uma outra coisa. Vamos lá ver se eu consigo já agora definir aqui três ou quatro exemplos de maneira a conseguir me explicar. Há uma pessoa que eu respeito muito e que eu acho que faz verdadeiramente jornalismo de investigação que se chama José António Cereja, no Público. O José António Cereja é um jornalista de investigação à antiga, pega num determinado tema, embora às vezes seja um pouco polémico, tenta reunir o máximo de informação e, portanto, e depois fazer uma peça sustentada com base nas provas que conseguiu reunir. Portanto, dentro, esse jornalismo de investigação, com esse modelo que diríamos quase uma espécie de jornalismo de investigação puro são muito poucas as pessoas que o fazem. Depois há outra coisa que se chama jornalismo de investigação, mas que não o é tanto, ou é difícil de verificar, que é o que tem acontecido, por exemplo, com os grandes casos que vão surgindo, tipo operação marquês e outras, que eu tenho dificuldade em associar aquilo a um verdadeiro jornalismo de investigação. Tem ali elementos de investigação, tem a maneira muito privilegiada com que alguns jornalistas têm com as fontes, conseguem realmente grandes cachas e até nem digo que o impacto daquilo não seja extraordinariamente forte, mas o problema ali é que há ali uma espécie de pacto entre o jornalista e uma parte das fontes, neste caso, por exemplo, com os investigadores, a procuradoria e praticamente aquilo que os jornalistas fazem é transcrever um pouco todas as coisas que conseguem, algumas delas estão em segredo de justiça, mas não interessa.. Portanto, são dados recolhidos, transmitem a visão de uma determinada facção. No caso da televisão, por exemplo, o que acontece muito é algo que parece jornalismo de investigação, que nalguns casos é, porque são histórias bem feitas, e

noutros casos eu tenho dificuldade em perceber, porque aquilo parece ser outra coisa, mascarada de jornalismo de investigação. Ou seja, quando, por exemplo, se faz uma peça, em que apenas se entrevista uma pessoa que denuncia um caso de violência doméstica. E a base do trabalho é o depoimento dessa pessoa, e a essa pessoa é tratada como uma vítima e a outra pessoa é tratada como um vilão, que à partida o próprio jornalista o trata como um vilão, que o tenta entrevistar através do telefone, sem ele saber que está a ser gravado. Apenas para realmente, tratando-o logo como se ele fosse arguido, tratando-o logo como se ele fosse culpado, pressionando de maneira a que outra pessoa sente que está a ser acusada, ou seja, e logo à partida. De entrada, o espetador parece não ter dúvidas de quem é que ali é culpado e de quem é a vítima, isso para mim, é um jornalismo de facção, jornalismo de causa ou jornalismo militante e, mas disfarçado sob jornalismo de investigação. Portanto, eu acho que aquela coisa nobre que nós associamos ao jornalismo de investigação, por causa dos novos tempos. E da necessidade que o jornalismo teve de encontrar outras formas de sobreviver economicamente acabou por se abastardar noutros formatos que ainda são muito difíceis de distinguir, de identificar, de nós lhe darmos um nome e um conceito, são coisas que é difícil dizer “Ah, é isto, ou é aquilo”. É um trabalho dos investigadores de o fazer, mas que de repente surgiram como fórmulas de sucesso para a partir da ideia mítica do jornalismo de investigação se criarem programas de impacto e até com algum sucesso comercial. Mas eu acho difícil, por exemplo, que se faça jornalismo de investigação semana a semana, ou seja são fórmulas, por assim dizer, diria eu, um pouco abastardadas de fazer jornalismo.

#### **7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

Não, não. Quer dizer, para já, a grande reportagem é um género abrangente e que não tem que ser sempre feita com base no jornalismo de investigação. Ou seja, vamos lá ver se eu me explico, dentro daquilo que é o nosso estereótipo do jornalismo de investigação. Nós temos um estereótipo de jornalismo de investigação que trata um caso quase policial, em que o jornalista funciona um pouco como um polícia que vai à procura de uma determinada polémica, que tem provas, vai buscar os documentos e que no final denuncia casos de corrupção, ou casos de abuso, ou outro tipo de ilegalidades e de crimes. A grande reportagem é um género abrangente, ou seja, abrange todos os temas do jornalismo, não tem propriamente de ser sobre esta coisa que é, vamos lá ver, o núcleo duro do jornalismo de investigação. É possível fazer grandes reportagens sobre a cultura, sobre a sociedade. Acompanhar o processo de tratamento de uma doença, ou por exemplo, o trabalho de um artista. Não há muito a tradição cá em Portugal, mas se nós virmos, por exemplo, a agenda de um programa histórico como o *Sixteen minutes*, vimos que cabe tudo dentro de uma grande reportagem, porque a grande reportagem ao mesmo tempo é um formato e é um género. Ou seja, como formato é algo que é um pouco rígido, anda ali à volta dos 30 minutos e os 50 minutos. Eu considero que historicamente um programa de grande reportagem é um programa que tem 50 minutos, embora conceda que 30 minutos também hoje em dia, pelas características do espectador. Porque 50 minutos já é demasiado

para a concentração e atenção do espetador atual, 30 minutos corresponde, neste momento, aquilo que seriam os 50 minutos há 30 anos atrás. Mas 10 minutos é difícil que seja uma grande reportagem, é uma peça alargada porque a grande reportagem ao mesmo tempo tem que ter uma unidade, tem que ter um caminho, apesar de nunca ter tido uma narrativa que a especificasse, por isso é que é difícil que ela seja um género. Embora eu considere que ela seja um género porque historicamente até pela imagem, pela representação que foi criando dentro do próprio jornalismo, ou seja, é um género como conceito, embora às vezes seja difícil de perceber qual é especificamente a linha concreta que a define, as características que a definem como género, mas pronto. A grande reportagem é uma coisa alargada, onde cabe lá tudo e cabe o jornalismo de investigação. É interessante que ao longo de algum tempo se confundisse grande reportagem com jornalismo de investigação. Mas não é. O jornalismo de investigação é uma possibilidade dentro da grande reportagem, mas a grande reportagem não esgota o jornalismo de investigação. Aliás, temos notado que cada vez mais, exatamente como a prioridade dos órgãos de informação é a atualidade diária, grande parte das grandes investigações vão-se decompondo em episódios de informação diária. Títulos de primeira página nos jornais que depois são replicados e tratados ao longo de dez, quinze, vinte edições, e a mesma coisa nos telejornais, por exemplo. Hoje um episódio, amanhã outro desenvolvimento depois outro desenvolvimento, outro desenvolvimento. Ora isso também é uma forma de fazer jornalismo de investigação. O jornalismo de investigação não tem que ser todo um trabalho de recolha que é feito e depois é traduzido numa única peça, numa única obra, aliás nos últimos anos cá em Portugal, sobretudo, alguns dos trabalhos de jornalismo de investigação têm sido feitos assim, ou seja, são várias peças que vão sendo publicadas ao longo do tempo. Exatamente, o jornalismo de investigação está é muito condicionado pelas condições em que se faz o próprio jornalismo, mas não é só as condições finais, é a maneira como estão estruturadas as apostas que se fazem nos meios. Um dos grandes problemas da grande reportagem, por exemplo, é que tradicionalmente, na televisão ela é feita pelos mesmos meios de uma redação jornalística. Ora, quem tem estado quase sempre à frente das direções são pessoas que vêm da área da informação diária, dos telejornais, por exemplo, portanto, eles concebem a estruturação da redação em função daquilo que são as prioridades óbvias e importantes que é abastecer a informação diária dos telejornais e portanto sempre que têm que fazer opções de compra de equipamentos, por exemplo, todas essas opções vão para as necessidades de operação de informação diária. Ora, a informação diária precisa de equipamentos de câmaras leves, por exemplo, não precisa do mesmo tipo de áudio, não precisa do mesmo tipo de equipamento para filmar, não precisa de *sliders*, não precisa de *charriots*, não precisa de *perches*, concentra-se cada vez mais tudo no próprio operador de câmara, que faz tudo. Tem o *teradek* para transmitir em direto, tem uma câmara para poder fazer câmara ao ombro e seguir. Portanto as prioridades da informação diária em muitos casos são incompatíveis com a linguagem que nós queremos para a grande reportagem. E esse é um dos grandes problemas da grande reportagem televisiva, nunca ter criado uma estrutura de meios própria. De meios físicos, tecnológicos, e de meios humanos. Porque também a equipa que

apoia um programa de grande reportagem não pode ser a mesma que apoia um telejornal. A agenda, as pesquisas, os produtores, é tudo diferente. O problema da grande reportagem cá em Portugal é que teve de fazer com os mesmos meios. Portanto, o que faz com que as pessoas da grande reportagem normalmente esses sim são *multitasking*. O *multitasking* ainda por cima disfarçado, que aprenderam a ter que fazer tudo desde de produção a enviar os *mails*, a fazer a pesquisa, até à realização, ao guionismo, tudo aquilo que antigamente estava dividido por tarefas, agora é reunido na mesma pessoa, o que torna as coisas muito difíceis. Eu às vezes digo fazer uma grande reportagem ou um documentário como aquilo que eu faço é praticamente fazer *Titanic* sozinho. É, porque nós temos que fazer tudo, temos que estar desde o início, até ao final. Isso às vezes pode ser bom porque dá-nos um controlo total sobre a obra, mas é muito frustrante porque nós demoramos muito tempo, ou seja, se pedíssemos a alguém para fazer o *titanic* ele demoraria séculos a fazê-lo, e portanto fazer um documentário nestas circunstâncias também é muito difícil porque temos que estar em todo lado, até a visionar as entrevistas, que é uma coisa que dá muito trabalho. E, portanto, é esse sobretudo o grande problema, tanto do jornalismo de investigação, quanto da grande reportagem.

#### **8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

Esse também é um tema um pouco complicado. Eu não sei se estou em boas condições para responder, porquê? Porque eu sinto que trabalhando num serviço público, na RTP, sempre tive liberdade de expressão para o fazer. Mas isso não significa que eu, mesmo na RTP, em várias fases, em várias alturas, não tenha sentido que há pressões, especialmente quando se tratam de determinados temas. Nunca aconteceu comigo, especificamente as pressões que tive vieram sempre de fora, nunca de dentro da casa, embora eu me lembre por exemplo que a única vez, porque eu fiz, durante os anos 90, fiz muito jornalismo de investigação, de atualidade, e a única vez que eu senti que tive que fazer uma coisa contra a casa, ou seja, sem a casa saber que estava a fazer, foi logo no início da minha carreira. Fiz um trabalho, uma reportagem, uma grande reportagem, sobre trabalho infantil e aí eu sabia que se dissesse aos meus chefes, na altura, que estava a fazer um trabalho sobre reportagem sobre trabalho infantil não teria a vida facilitada, então tive que camuflar aquilo sobre a contrafação de têxteis, e eles ficaram surpreendidos pelo trabalho ser sobre o trabalho infantil. Mas tirando esse caso acho que nunca senti verdadeiramente, mas sei de casos de pessoas que tiveram os seus trabalhos bloqueados por causa de determinados temas que trataram, na RTP. Agora, nas empresas privadas, eu penso que o problema não é tanto a liberdade de expressão, mas é quando se toca em determinados grupos económicos, por exemplo, a política, em determinados grupos económicos que são importantes para as próprias empresas. Aí é que eu penso que nalguns casos pode haver problemas, mas o que eu diria é que não me parece que seja um problema, vamos lá ver, estrutural do jornalismo. É um desafio que é colocado aos jornalistas. São casos que acontecem e que eles têm de lidar com eles, que põem à prova a sua consistência e a sua firmeza da profissão. Ou seja, estes casos existem sempre, às vezes há coisas que são difíceis de negociar,

e depende muito do próprio jornalista ter a capacidade e a coragem para os enfrentar ou com os lobbies e com as pressões internas dentro das redações. Mas não me parece que haja um problema. Acho que há problemas pontuais que pode haver liberdade de expressão por causa das pressões económicas, mas com loios que hoje em dia muitos grupos de comunicação social têm com determinados grupos empresariais, mas não me parece que, a um nível estrutural, exista um problema de liberdade de expressão cá em Portugal.

#### **9. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística? De que forma?**

Ah. Isso atingiram-se sempre. Já atingiram. Nunca houve verdadeiramente jornalismo de investigação em Portugal, no sentido de ter sido uma, vamos lá ver, de ter sido uma aposta séria por parte dos órgãos de imprensa, porque os órgãos de comunicação social da imprensa, da rádio e da televisão sempre foram deficitários, e sempre apostaram na informação diária, e tudo aquilo que é informação não diária, viveu sempre um pouco no satélite, pela vontade expressa de algumas pessoas. É verdade quando essas pessoas conseguiam, com a sua iniciativa desenvolver uma investigação séria ganhavam estatuto, ganhavam prémios e conseguiam ter autonomia dentro dos órgãos para fazerem mais jornalismo de investigação, mas sempre foi um processo assim casuístico, quase. Nós nunca tivemos cá um gabinete como o *Spotlight*, no *Boston Globe*, que era uma aposta firme, com ideias e com regras, da constituição de um gabinete de gente que só fazia investigação e que publicava as investigações quando elas estivessem prontas para sempre publicadas, não é semanalmente com a obrigatoriedade de submeter a investigação aos deveres da emissão diária. Portanto, cá em Portugal, quer dizer, sempre foi assim. Agora, até aparentemente como eu lhe disse há pouco, parece que há até mais jornalismo de investigação. Mas não há, não há. Existe um pouco a mesma coisa, e há muitos bons exemplos, por exemplo, o caso do Pedro Coelho da SIC, atualmente, é um bom exemplo de jornalismo de investigação. Eu faço jornalismo de investigação histórico, é o que eu digo muitas vezes, eu faço nalguns casos, as investigações que na altura não foi possível fazer. Uma espécie de resgate do jornalismo de investigação histórico que na altura os jornalistas da época não tinham condições e não puderam fazer. É uma outra vertente. Talvez possa não ter tanto impacto sobre a atualidade, mas que também é uma vertente importante.

##### **9.1. E considera que essa contenção de custo também acontece na grande reportagem televisiva?**

Acontece, claro. Aliás, basta ver a maior parte dos programas funcionam com uma limitação de meios impressionante. Por exemplo, o Sexta às 9, que é um programa interessante de investigação, porque eu acho que a Sandra tenta fazer um esforço sério de fazer investigação, só que realmente é muito difícil fazê-lo naquelas condições, estava há pouco a comentar com o professor Ricardo que ela deve ter nervos de aço para conseguir ter uma emissão semanal tratando daqueles temas, e aquilo normalmente era feito com três ou quatro jornalistas apenas,



e alguns deles jornalistas precários. Ou seja, que trabalham ali com alguma precariedade. Estar a fazer jornalismo de investigação com tanta precariedade é muito complicado.

**10. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?**

Sim. Vamos lá ver. Não se faz jornalismo de investigação sem fontes. Agora, a ligação com as fontes é muito problemática. Porquê? Porque hoje em dia muito daquilo a que nós chamamos também, e que vimos, visivelmente, nos programas que aí estão semanais de jornalismo de investigação, são programas em que, muitos deles, os temas existem por causa do interesse das fontes. Ou seja, há determinadas fontes que têm interesse em que determinados temas sejam tratados e sejam tratados pela perspectiva deles. Imaginemos um advogado que tem um caso complicado. E ele sabe que se quer condicionar o julgamento, ou o caso em tribunal. Vai ter alguns desses programas de televisão que têm uma espécie de escritório aberto que recebem muitas, muitas pessoas. Ele coloca lá um tema. O tema é aliciante, mas no fundo depois o que acontece é que a perspectiva com que o tema é tratado é a perspectiva de um lado. Porque normalmente depois não há tempo para tratar a outra perspectiva e porque aquela também é muito aliciante, também. Ou seja, eu, no meu tempo, em muitos casos, a fonte, eu ia ter com eles e eles retraíam-se e era negociar para conseguir trazer a coisa cá para fora. Hoje em dia é um pouco mais complicado. Ou seja, o jornalista tem interesse em contar a história, mas a fonte tem mais interesse ainda em que aquela história seja contada. E o problema é que em muitos casos consegue condicionar. O jornalista para ter a história fica nas mãos da fonte e conta a história por aquela perspectiva com que ela lhe chegou e é isso que é problemática. Portanto, ficamos com um jornalismo que não é verdadeiramente imparcial. É um jornalismo que é um dos lados. E portanto ficar nas mãos da fonte, ser controlado pela fonte, é um dos grandes problemas do jornalismo da investigação, porque obviamente eu também sei que em muitos casos depois é muito problemático se eu estou a precisar que alguém me dê informações e dados, se ele sabe que eu vou ter com o outro lado, que eu falo com o outro lado, a fonte pode-se esgotar. É um problema complicado porque está a afetar também a imparcialidade do jornalismo.

**11. A rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

Pode ameaçar? Não. Já ameaçou há muito tempo. Sempre ameaçou. Sempre ameaçou. Ou seja, vamos lá ver. Eu, historicamente, houve para aí três ou quatro períodos em que houve programas de grande reportagem de alguma forma sólida. Houve um tempo que em que era o programa, era o primeiro, “Grande Reportagem” dos anos 80, que durou de 81 até 84. Depois, nos anos 90 houve na RTP dois ou três períodos, um no programa chamado Repórteres e outro no Enviado Especial, que foi onde eu trabalhei, e isso foi consistente com outro momento que

foi na SIC, com o programa da Grande Reportagem, porque eles conseguiram o *copyright* da RPT, porque programa entretanto acabou na RTP, aqueles jornalistas formaram uma corporativa, criaram uma revista chamada Grande Reportagem, mas essa revista... o *copyright* Grande Reportagem foi adquirido pela SIC, que ainda hoje o tem. Depois, houve um período, ali na passagem do milénio, em que não houve programas absolutamente nenhuns. Depois, surgiu um programa que era a E-Reportagem, acho eu, que depois deu origem ao Linha da Frente. O Linha da Frente talvez seja o programa de grande reportagem há mais tempo em exibição, já tem mais de dez anos, penso eu. Não sei se sempre com o mesmo nome, mas tem. Depois o Sexta às 9, a grande reportagem metida dentro dos telejornais e o programa da TVI, o Repórter TVI, dentro do jornal, também já tem muitos anos. Embora tenha sempre variado um pouco de dia e de tudo isso. Mas todos estes programas acabaram. E acabaram quase sempre por problemas. Primeiro a grande reportagem acabou por causa de uma reportagem sobre a UNITA, que não interessava ao estado português. Naquela altura tinha uma relação com o MPLA. O programa Repórteres acabou também porque mudou a direção e aquilo tratava de temas polémicos e não lhes interessava. O enviado especial a mesma coisa. Mudou a direção e acabou. O programa Linha da Frente consegue-se manter porque normalmente não toca assim tanto em temas polémicos. O Sexta às 9 mantém-se por causa da perseverança da Sandra Felgueiras, extraordinária, e também porque é um programa que vai a seguir ao telejornal, tem audiências e isso é o suficiente para o manter. Portanto, ou seja, desde sempre todas as tentativas que houve para fazer programas de grande reportagem estiveram sempre limitadas, condicionadas pelos meios. Sempre. Sempre. Sempre. Sempre que é necessário negociar uma equipa ela é negociada com as necessidades do dia-a-dia. E, portanto, ter uma equipa durante 15 dias, três semanas, um mês, só a trabalhar com um determinado programa sempre foi difícil. Sempre foi complicado. Sempre foi extraordinariamente difícil. E por isso é que, por exemplo, o formato de 50 minutos nunca se aguentou, porque fazer 50 minutos implica mais 30 minutos, mais tempo de meios, mais tempo com uma equipa. É sempre difícil, ou seja, portanto, não podemos dizer que houve um momento bom e que agora com a aceleração da informação, porque efetivamente neste milénio a informação acelerou-se por causa dos canais de informação 24h. Todos eles estão tão bem ligados à redação mãe e introduziram mais uma fonte de pressão sobre os meios, sobre os meios humanos, os jornalistas, e sobre os meios técnicos e sobre os recursos todos. Mais uma fonte de pressão, portanto tornou-se ainda mais difícil haver um programa não só de investigação, como de grande reportagem segundo aquela fórmula clássica. A consequência disso foi de alguma forma tão bem termos perdido o espetador. Porque o espetador de um programa de grande informação, de 50 minutos, de uma grande reportagem, tem que adquirir uma cultura própria, uma linguagem própria. Como nós vimos, por exemplo, nalguns casos os canais de história, embora eles também para sobreviverem tenham ido um pouco para aquilo que é o infotainment. O documentarismo dos canais: *Nacional Geographic*, *Discovery* e até mesmo o História. Aquilo são fórmulas misturadas de documentário com entretenimento, com narrativas de ficção e tudo isso para serem atrativas. Mas pronto. Um relato sério mesmo baseando-se naquilo que era a história da grande reportagem em Portugal

é qualquer coisa que hoje em dia é difícil de sustentar porque nós não temos um espectador preparado para aguentar 50 minutos de receção de informação, com capacidade para absorver os dados do início de maneira a que no final ele se lembre daquilo que foi dito porque precisa de ter aqueles dados que é para compreender o que se passa a seguir. Porque, obviamente, numa grande reportagem dá-se muitos mais dados do que, sei lá, numa pequena peça. E mesmo as pequenas peças, aí é que se vê a cultura. Eu, para mim, o mais curioso é que a cultura da grande reportagem, a ideia da grande reportagem, ou seja, contar uma história sobre determinada lógica, linha, narrativa, não é uma coisa que tem que ser feita só em 50 minutos. É uma forma de tratamento da história televisiva e onde ela se vê mais é na própria peça, na construção da peça. A grande reportagem começa na própria peça do telejornal, porque há uma pequena estrutura ali, um tratamento da história, um modo de filmar, que não tem que ser feito em 50 minutos. Pode ser feito numa pequena peça. Ora, e onde nós vimos o problema da grande reportagem é a forma como as próprias peças deixaram de ser peças de narrativa de grande reportagem e passaram a ser peças num outro formato. Ou seja, passaram a ser, lá dentro da peça, uma espécie de pequenino telejornal em que a peça é composta por entrevistas, o jornalista para tratar de um tema pensa assim: “Vou ter de entrevistar A, B ou C, um especialista disto e daquilo, e depois os textos que faz são textos de ligação entre os vários testemunhos, são os testemunhos que dão os dados e os textos são uma espécie de pequeno pivot, que às vezes ele assume, fazendo os chamados vivos, ou então, indo buscar imagens para ilustrar. Uma peça sobre hospitais é uma peça composta, na cabeça do jornalista, por três ou quatro entrevistas, um doente, médico, especialista, não sei quê... e depois faz um texto de ligação, não sei quem disse isto, o outro disse aquilo e depois escolhe umas imagens para fazer as ligações”. Isto não é a estrutura de uma reportagem. A estrutura de uma reportagem tem uma linguagem diferente. Pode ser feita apenas com um caso. Pode ser feita de forma diferente. Um olhar diferente. Até o olhar que, em muitos casos, eu por exemplo na minha tese de doutoramento, a parte que não está publicada infelizmente, só tenho dois livros, mas a parte mais interessante não está publicada, eu analisei o programa Grande Reportagem e defini vários tipos de narrativa e uma delas que era uma espécie de narrativa poética, o olhar diferente sobre as coisas, permitia abrir muito o campo do contar histórias e da ligação à vida, em que por exemplo as escadinhas de uma cidade podiam ser o protagonista de um olhar diferente. Então tem que ser feito através de entrevistas, pode ser feito apenas numa narrativa muito inspirada no cinema ou no documentário tradicional e a grande reportagem tinha essa capacidade de ir buscar inspirações a várias coisas. E, hoje, essas inspirações desapareceram. A peça televisiva é uma peça que está cada vez mais condicionada pela agenda e pela lógica da informação diária, centrada sobre o *pivot*, centrada sobre o jornalista, centrada sobre a conversa, menos centrada pela câmara, menos centrada pela linguagem audiovisual, sobre a escrita das imagens e isso acaba até por na pequena peça do telejornal não se promover a cultura do espectador para a grande reportagem. Começa aí o problema da crise da grande reportagem. Começa exatamente na peça. Na pequena peça.

### III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas

#### 12. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem?

Acho, acho. Quer dizer, tem os seus prós e os contras. Eu, de princípio, não sou contra isso. Não, não sou contra o facto de haver uma serialização, porque isso implica também uma outra coisa. Implica perceber melhor o tempo, a construção da história e o prender a atenção do espectador. O único problema dessa questão é quando se recorrem, vamos lá ver, a recursos estilísticos, diria, retóricos, elementos retóricos dentro da própria narrativa que são mais próprios da ficção e do entretenimento do que propriamente da grande reportagem no estilo. Ou seja, o problema de muitas dessas séries é que elas são exaustivas, têm um único objetivo que é sabendo que um determinado tema interessa, de recorrerem a determinados truques retóricos ficcionais, no sentido de prender a atenção da audiência e às tantas o próprio tema acaba por se perder ali, ou seja, é uma espécie de prolongar eternamente no vazio à espera de uma promessa de algo que vai ser dito e que nunca se é dito. Faz-me lembrar o caso Maddie. O caso Maddie é um daqueles casos que atraía tanto, tanto a atenção das pessoas que era possível até hoje andar a fazer peças sem acrescentar absolutamente mais nada. E as pessoas veem aquelas peças. Veem aquilo. Veem aquilo com a expectativa. Diria, o problema é o de se cair no chamado jornalismo de expectativa. O jornalismo que promete. É um pouco como a maneira como as pessoas veem as telenovelas e veem os filmes. Ou seja, veem-nas porque no final há sempre a promessa de um desenlace. Os desenlaces são sempre ridículos, e às tantas, percebemos que a mais valia está na expectativa do que no desenlace, mas na ficção isso funciona, tudo bem. Ou seja, nós somos arrastados para um fim e às tantas até gostamos que aquilo... O jornalismo é um pouco diferente, ou seja, para arrastarmos a pessoa para a seduzirmos para esse isco. Que é um isco. Para esse artifício. Temos que lhe dar qualquer coisa de sério. Isso não pode abandonar a seriedade. E esses recursos que hoje em dia se recorrem, visuais, de uma imagem muito barroca, com muita mistura, *loops*, repetição de imagens constantes. Uma música que promete não sei quê, repetição constante de histórias, um avançar que parece que não se avança, tudo isso acho bastante problemático. Ou seja, o problema de alguns desses formatos da serialização, tanto da serialização como da mistura do jornalismo de investigação porque promete, parece ser uma coisa de justiceiro, ou seja, torna também um jornalista justiceiro da realidade quando no fundo o que ele está a fazer é uma espécie de, vamos lá ver, o mercado de si próprio. Ou seja, a mais valia. Está a pôr-se a si próprio à frente do próprio tema. O problema que se corre aí é de criar aquilo a que se poderia chamar hoje verdadeiramente um dos grandes perigos do jornalismo, que é o jornalismo populista. Só para aproveitar o tema. Hoje em dia, grande parte do populismo em Portugal está no jornalismo. É o jornalismo que faz o populismo. Aquelas grandes linhas mestres do populismo, ou seja, o nacionalismo, por exemplo. O discurso do ódio, que é o discurso contra o outro, e isso verdadeiramente, onde nós vemos isso é no jornalismo. Porque todas essas grandes peças, que

parecem grandes peças de denúncia são peças que incentivam o ódio contra os corruptos dos políticos, contra os corruptos dos violadores. Há sempre o discurso, vamos lá ver, da vitimização forte e da vilanização do outro. Ora, e isso, em vez de conduzir as pessoas para uma visão racional, e complexa da realidade, condu-las para o populismo porque a maior parte das pessoas sai dessas peças indignadas com este, com aquele, às tantas, até se torna difícil para nós, termos uma posição contrária. Ou seja, por exemplo, a partir de determinadas peças sobre o caso Carrilho e Bárbara Guimarães, ninguém tem dúvida de que a vítima está num lado e que o vilão está no outro lado, quer dizer. E, mesmo nas nossas conversas, introduzir um argumento a favor do outro lado, nós até quase sentimos uma inibição de como estar a defender o vilão. Isso é mau. Não é a tarefa do jornalismo. A tarefa do jornalismo não é essa. A tarefa do jornalismo é exatamente tentar desativar as paixões, tentar fazer com que as pessoas consigam ver a perspectiva do outro. Ainda que às vezes a perspectiva do outro seja quando indefensável. Mas uma coisa é dar as pessoas a oportunidade de ver a perspectiva do outro e depois decidir por si próprios. Terem dados para pensar. “Ele não fez bem”. Julgarem por si próprias. Outra coisa é já terem esse julgamento feito pelo jornalista e depois a reação do público é apenas replicar a indignação. Ficarem apenas mais indignadas. Isto são as fontes do populismo. E infelizmente muito daquilo que alimentou o populismo hoje em dia, como movimento político e social na Europa, vem dos *media*. Infelizmente vem dos *media*, ou seja, dos recursos a que eles recorrem também para serem mais populares.

**13. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Vamos lá ver. Pode, pode afetar se for a si. Ou seja, se for no sentido de o levar a pensar mais pelas suas paixões e ligar-se pela sua cabeça. Por outro lado, a serialização é uma forma, lá está, de tentar contornar um pouco aquela cultura do espectador que hoje em dia é muito concentrada, é muito sintetizada, e que não tem paciência para a longa duração. Portanto, não tendo paciência para a longa duração, a maneira de tentar fazer com que um tema, que exige realmente a longa duração, não seja esgotado, não seja trabalhado, por exemplo, num documentário de 1 hora e 30 minutos é fazer três trabalhos de 30 minutos. Três trabalho de 30 minutos, hoje em dia, apesar de tudo, é mais fácil para a atenção do espetador do que um trabalho de 1 hora 30 minutos. Tem a ver um pouco, lá está, com a cultura do espetador. Seria necessário trabalhá-la de uma outra maneira. Eu não acho que seja impossível, porque obviamente as pessoas conseguem estar a ver séries durante 7 horas seguidas e passam noites inteiras a ver séries. O problema não está na sua capacidade de concentrar a atenção, está na linguagem. Ou seja, a linguagem das séries, a linguagem da ficção é uma linguagem extraordinariamente atrativa que consegue fazer as pessoas mergulharem. A linguagem do jornalismo. A linguagem do jornalismo é uma linguagem mais difícil, mais complicada. Por isso mesmo é que cada vez mais recorre aos elementos da ficção para se tornar mais leve e mais atraente, mas é muito difícil. Sair da sua linguagem própria, porque é preciso dados, é preciso trabalhar documentos, por exemplo, eu não sei o que é isso. Não é assim tão atrativo. E,

portanto, é uma forma. Eu acho que o lado negativo é exatamente esse. É não trabalhar a cultura do espectador, no sentido de o aproximar verdadeiramente dessa cultura, de voltar a reter a atenção sobre a informação e os dados. Pode desviá-lo, ou seja, pode introduzir lá está o elemento de ficcionalização, de telenovelização dentro do jornalismo, mas pronto é como tudo. Tem os seus prós e tem os seus contras.

**14. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

Sim. Sim, justificam. Sem dúvida. Aliás, eu acho que toda a expectativa, porque acho que uma das formas de reajustar novamente o processo jornalístico, é uma outra maneira de pensar a distribuição e tal como de alguma forma as novas plataformas digitais de distribuição como a *Netflix*, o *Loui*, a *Amazon* estão a conseguir reajustar novamente a distribuição e por isso mesmo a qualidade de um formato que estava muito decadente, que era a série televisiva, por causa exatamente das necessidades das massas, das televisões generalistas dos Estados Unidos que faziam que as séries tivessem formatos muito populistas, as séries estão a conseguir regressar à vertente de autor, estão a conseguir contar histórias sem ser num formato contínuo de um filme, por exemplo, longas, longas durações, que como nós vimos até mesmo para os autores, para os guionistas, para os produtores, são muito mais confortáveis, por assim dizer. Eles podem trabalhar melhor os seus personagens, as histórias acabam por ter uma outra profundidade. Eu estou à espera que isso chegue também, já chegou ao documentário, não há dúvida. Porque essas plataformas de distribuição estão a conseguir fazer com que haja séries documentais a serem distribuídas e a serem feitas com qualidade, porque têm meios para o fazer. Porque um dos grandes problemas do trabalho documental autoral, de autor, é exatamente ter que combater, competir ao lado dos formatos das massas. Sendo distribuídos por uma televisão generalista, ou seja, sendo distribuídos por uma televisão generalista é uma espécie de combate frustrante. Porque, por exemplo, se eu fizer um documentário que tenha 100 mil espectadores, 100 mil espectadores não é nada se tiver que competir com a televisão que tem... com o telejornal que tem 5 milhões, ou 3 milhões, agora não tanto. Estou a dizer no global, pronto. A informação nos vários canais, as pessoas estão a ver a informação às 8h da noite são para aí 5 ou 6 milhões, embora sejam distribuídas pelos vários canais generalistas. E, portanto, aquilo é uma frustração. Toda a gente acaba por dizer que não vale a pena. Há um desinvestimento, mas 100 mil pessoas para ver um documentário é muito bom. 100 mil pessoas que vão ver um concerto é um sucesso. Se eu tivesse 100 mil pessoas a pagar um euro, 50 cêntimos por alguns documentários, que não é praticamente nada, é o preço de um café, rentabilizava o documentário. E, portanto, 100 mil pessoas, desde que sejam 100 mil pessoas dispostas para consumir aquele produto, eu realmente não preciso de o distribuir para uma televisão generalista, se tiver uma plataforma que consiga explorar esta possibilidade é ótimo. Eu acho que as plataformas de *streaming* conseguem-no fazer e felizmente estão a fazê-lo. Ainda não chegaram a Portugal e eu espero que um dia cheguem a Portugal. E então aí sim. Há

possibilidade de apostar noutros formatos, nos formatos de episódios, de serialização, até porque, realmente, eles são ótimos no sentido de fidelizar espectadores, poder tratar a informação de uma forma mais profunda. Esses são os prós. Os contras são os de recorrem a recursos ficcionalizantes.

**16. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Pode. É isso que eu estava a dizer, ou seja, vamos lá ver. Eu tenho pensado muito sobre esse tema. Tenho dedicado parte dos meus *papers* científicos a refletir sobre a ligação entre o jornalismo e a ficção, porquê? Por um lado, é exatamente por causa dessa espécie de atração que essas fórmulas de sucesso do jornalismo têm pela ficcionalização, criando umas coisas híbridas a que nós chamamos *infotainment* que agora já está a ter um outro nome que é o nome de entretenimento *info*, porque *infotainment* significa que é informação com elementos do entretenimento, cada vez mais é entretenimento com elementos de informação, em que o elemento principal, a estrutura principal, é a do entretenimento. Ora, por um lado isto significa que em muitos casos o jornalismo aproxima-se da ficção, mas demonizando sempre a ficção. Ora é verdade que se hoje em dia nós sentimos que as pessoas conseguem perceber até melhor a sua vida através das ficções. Existe até uma frase que eu trabalho muito nos meus textos que é, porque é que as pessoas dizem “a minha vida dava um filme” e não dizem “a minha vida dava uma reportagem”. Seria muito mais óbvio, porque a reportagem conta a vida dela própria. Por um filme não é ela própria. É representada por um ator, por uma ficção e não é a própria vida que está contada, mas as pessoas dizem isso porquê? Porque não há dúvida que a estrutura da ficção, formato, fim e uma narrativa da ficção se tornou a narrativa dominante, se tornou a narrativa através das quais as pessoas conseguem perceber melhor e contar melhor a vida, perceber melhor o que acontece. Ora, mas isto é um problema que é as pessoas refletirem e pensarem sobre a vida a partir das ficções. Existem as ficções boas, que são os filmes de autor que efetivamente conseguem levar as pessoas a pensar densamente sobre aquelas grandes questões da vida e existem as ficções más que são as estruturas de *Hollywood* que em vez de nos levarem a refletir sobre a vida, nos levam para uma desvirtuação da própria realidade. Ora, eu penso que no jornalismo se tem que pensar assim também, ou seja, é preciso pensar de que forma é que o jornalismo consegue contar a realidade, parte, vamos lá ver, parte de uma situação muito mais desfavorável, porque não tem capacidades narrativas tão, vamos lá ver, tão atraentes, tão trabalhadas, como as da ficção, tem que recorrer a elas nitidamente, mas como é que recorre a elas sem se pôr em causa? Como é que recorre a elas sem se pôr em causa? Será que isso é possível? Será que a fronteira entre a ficção e o jornalismo não é uma fronteira tão eticamente tão incontornável? Eu acho que não. Eu acho que existe uma possibilidade de trabalhar as histórias, de perceber o elemento da ficção, para tornar as histórias do jornalismo mais atraentes, desde que se tenha uma consciência muito firme de como é que isso não afeta a verdade da história. Como é que isso não vai afetar a credibilidade que as pessoas têm, para perceber que aquela história aconteceu mesmo. Isso tem sido muito

trabalhado e bem trabalhado, acho eu, através de uma coisa que é o jornalismo literário que se passa mais na imprensa. A televisão não tem conseguido encontrar ainda as boas fórmulas, mas eu acho que tem que pensar sobre isso, ou seja, como é que recorre às técnicas, porque eu não acho que sejam técnicas da ficção, são técnicas de escrita que foram trabalhadas pela ficção, mas que podem ser usadas no jornalismo, desde que sejam bem usadas e com consciência. Desde que não sejam recursos dramáticos excessivos, porque aquilo que está a acontecer no chamado docudrama, às vezes são recursos dramáticos excessivos das más telenovelas, dos maus filmes da série B, traduzidos e levados para reconstituições dentro dos trabalhos sobre violência doméstica, e que aquilo são espetáculos deploráveis e que não trazem nada de novo ao jornalismo.

**17. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Ah. Isso eu não tenho dúvidas, de maneira nenhuma. Acho que a serialização é uma forma ótima de rentabilizar os conteúdos e não só. Também de ser uma forma mais justa para com as nossas fontes. Porque às vezes nós temos que sacrificar muito, especialmente no jornalismo televisivo, fazemos uma entrevista como esta de uma hora, por exemplo, e só pomos um excerto de 20 minutos. É muito difícil. Muito difícil. Fazer jus ao pensamento de uma pessoa que entregou generosamente esse pensamento, confiou em nós, uma hora de pensamento. Às vezes que estão ali para calmamente nos explicarem porque é tomaram determinadas atitudes e depois tudo aquilo é resumido num excerto de 20 segundos, 30 segundos. Às vezes para os espetadores é demais, para a pessoa que está a ver é de menos, é de muito menos. Portanto, eu obviamente acho que a serialização para mim tudo o que seja levar as pessoas a ver bom jornalismo é ótimo. Não tenho nada contra a serialização a não ser nesses aspetos que é de transformarem o jornalismo num espetáculo televisivo.

**18. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Não, não. Nunca se pode aproximar da ficção. Tudo isso é problemático. Tudo isso são coisas problemáticas, mas pronto, lá está. As promoções não fazem parte da peça. Não podem pôr em causa a peça. Às vezes podem pôr, ou seja, pode-se criar ali uma forma de produção que desvirtua completamente o sentido da história. Toda a informação prévia pode desvirtuar. Há peças inteiras que são boas, mas que podem ser desvirtuadas pelo título, porque o título pode dar uma informação errada, uma perspetiva errada sobre o que lá se dá. As promoções são extraordinariamente complicadas. Eu tenho muito cuidado com as promoções nos trabalhos e reconheço que algumas promoções podem introduzir ali elementos paródicos, de humor, que desvirtuam a própria peça, mas lá está. Desde que haja uma ligação profunda, um cuidado, também por outro lado é importante chamar a atenção para os trabalhos.



#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

**19. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Não. Existe, obviamente. Embora na RTP, em muitos casos exista também o problema do interesse público, ou seja, a questão é considerar, é encontrar histórias que sejam interessantes do ponto de vista do interesse público e, ao mesmo tempo, captem a atenção dos espectadores. O que eu acho é que a atenção dos espectadores é uma coisa que está hoje em dia também muito deturpada, pervertida, lá está, por uma certa lógica dominante da telenovelação da informação diária, que aposta sobretudo em três ou quatro temas, e que são temas também um pouco virais, andam à volta das questões da vida privada, por exemplo, a violência doméstica, o *bullying*, tudo aquilo que tem a ver com o indivíduo, ou então o desporto, por exemplo, ou então a política, mas vista sempre de um ponto de vista de quem vence e quem perde. E eu acho que um dos objetivos dos programas de grande reportagem era conseguir abrir isso, conseguir ter, não andar atrás desses temas, e conseguir ter outros temas, diferentes. Isso é muito difícil. Não é que eles não o consigam. Por exemplo, o Linha da Frente eu acho que tem tentado fazer isso, só que lá está às vezes é difícil que o tema que está um bocado fora da atualidade, das chamadas tempestades mediáticas, em que tá toda a gente a falar daquilo, possa ter visibilidade. É difícil. Quando acontece é quase um milagre.

**20. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva?**

Podem. Podem. Mas lá está. Para ganhar visibilidade precisam de ter impacto. Para ter impacto precisavam de ter equipas especializadas em conseguir grandes histórias, ou grandes cachas, que tivessem impacto. Eu, por exemplo, demonstrei através deste documentário que vou aqui exibir, sobre a gravação secreta da Assembleia Selvagem, que mesmo um tema de história pode ter algum impacto e levar as pessoas a discuti-lo. É verdade que depois a discussão rapidamente se esgota, mas pronto, não é isso que interessa. O que significa que temas fora da caixa, fora da agenda, podem ter impacto, desde que sejam bem investigados, bem estruturados e que exista uma aposta nisso. Isso podem. Não tenho dúvidas disso. Deviam, aliás. Deviam, aliás.

**21. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Bem, infelizmente, é. Não há outra possibilidade, porque hoje em dia o que impera é o foco, a linha mediática. A linha mediática é a linha que organiza e estrutura a experiência e a experiência, toda a nossa experiência, não é só a experiência mediática, toda a nossa experiência está estruturada entre a visibilidade e a invisibilidade, daí que se tenham desenvolvido também tanto as redes sociais. Porque as redes sociais são uma forma de escape para jogar o jogo da visibilidade e escapar da invisibilidade. Não há nada que hoje em dia seja objeto de discussão que venha à palavra que não tenha visibilidade. Tem que ter uma certa

forma de visibilidade, se não tiver visibilidade, não existe. E mesmo tanto a promoção que as televisões fazem, os jornais, e grande parte, sei lá, 90%, não têm essa visibilidade. Não têm repercussão, não é debatida. Não têm impacto.

**22. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Também. Também. É um dos grandes objetivos do jornalismo é de servir de mediador, ou seja, de servir de, vamos lá ver, diria de ser a voz daqueles que não têm voz, também. Ou seja, ir atrás dessas injustiças, lá está, ser um pouco o porta voz dos invisíveis. Daqueles que normalmente têm problemas, mas não têm a capacidade de se explicar. Nós também percebemos que efetivamente quando não existe pressão, quando não existe pressão mais facilmente se cai no abuso. Acontece em todo lado. Até mesmo nas relações pessoais. Se nós deixamos que o outro faz aquilo que quer, rapidamente cai no abuso. Tem que haver contestação, pressão, equilíbrio. O jornalista sempre teve esse papel, essa função de ser o equilíbrio da sociedade. Eu tenho grande carinho por essa missão, de ser a voz dos invisíveis, daquelas pessoas que normalmente não tem possibilidade, de forma séria, colocarem os seus problemas. Já não estou tão de acordo quando o jornalista se torna a voz dos oportunistas, ou seja, daqueles que sabem utilizar o jornalismo para eles próprios estabelecerem a sua agenda e obterem os seus fins. Tradicionalmente, eram os políticos que faziam isso, agora são as empresas económicas, são os escritórios de advogados, são os escritórios de comunicação. É preciso ter tudo muito cuidado com isso.

**23. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Não existe uma responsabilidade social. Verdadeiramente é isso que estrutura a missão do jornalista. Ou seja, a palavra jornalística, se ela é para ser levada a sério, é exatamente essa. É uma missão. Ou seja, hoje em dia, o jornalista já não é único produtor de informação. Houve uma altura que era, hoje não é. Hoje toda a gente produz informação, portanto a informação que vai ao público é imensa, portanto o jornalista está obrigado a redefinir o seu papel. Vamos lá ver: redefinir o seu papel é encontrar a sua essência. Porque aqui há uns anos atrás, nas escolas de jornalismo dizia-se facilmente que o jornalista é aquele que faz informação e até se diziam que os locais onde trabalhavam eram órgãos de comunicação social. Ora, órgãos de comunicação social, nos órgãos de comunicação social trabalhavam os jornalistas. Hoje em dia é tudo órgão de comunicação social. Portanto, os jornalistas têm que fazer a diferença. E a única diferença é pelo trabalho de credibilidade, não é pura e simplesmente publicar uma história. É uma história que tem de ser credível, tem que ser verificada, tem que ter provas, a pessoa tem que acreditar. É um trabalho diferente, e portanto, essa missão do jornalismo, é uma missão, obviamente, de responsabilidade social.

**24. Na sua perspectiva, as grandes reportagens cumprem um papel social, também? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

Sim. Sim. Sim. Mas isso é por todo o jornalismo, não é só a grande reportagem? Todo o jornalismo deve fazer isso. Deve ser *accountability*. A grande reportagem tem uma outra missão, que não é apenas a da notícia e a peça, que é poder dar um olhar diferente para os temas. Um olhar mais profundo. Uma outra perspetiva. Uma outra perspetiva mais equilibrada. Trazer um outro tempo para o tempo no jornalismo. Lá está, por isso é que em muitos casos os formatos narrativos de algumas dessas séries de investigação é que eles não introduzem um novo tempo. Aquilo também é tudo na catapulta, ou seja, fórmulas repetidas, *loop* de imagens sobre imagens. Às tantas há ali muito barroquismo, há ali muito barroco da imagem, e não há introdução de um novo olhar. Um olhar diferente e eu penso que, apesar de tudo, existe um espaço para isso, porque no cinema nós temos isso. Nós temos essa capacidade de trabalhar o olhar diferente no cinema. E eu gostaria que não fosse apenas o cinema a trabalhar esse olhar, que o jornalismo o pudesse fazer e a grande reportagem é exatamente o tempo para isso. Portanto, na grande reportagem não há só a missão *watchdog*, de vigilância, também há, mas há sobretudo o cuidar do olhar do espetador, de maneira a que ele consiga perceber que é possível ver as coisas com um outro olhar, com um outro tempo, com uma outra tranquilidade e com uma outra perspetiva. Para poder julgar de uma outra maneira, para poder fazer um juízo sobre as coisas de uma outra forma. Essa é que é verdadeiramente a nossa missão.

**25. No âmbito das grandes reportagens que já fez, qual que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas?**

Sem dúvida aquela que se falou mais foi uma das reportagens que eu fiz no início que foi sobre a caça aos golfinhos nos Açores. Porquê? Por várias razões. Aquilo o tema foi discutido na Assembleia da República. Houve processos em tribunal. Eu fiz muitas reportagens que levaram a isso. A estes temas e com questões, por exemplo, uma das grandes especialidades que eu tinha no jornalismo dos anos 90 foi sobre o crime digital. Fui o primeiro a denunciar um caso de *hackers* em Portugal, de falsificação de cartões de crédito, fiz uma grande reportagem de 90 minutos sobre isso; sobre o *download* de filmes ilegais e sobre os novos formatos, também; eu fiz vários tipos de reportagem sobre o trabalho infantil, sobre a natureza, por exemplo, sobre o caso do Lince, por exemplo, é histórico; as primeiras reportagens sobre o Lince que depois levaram a um programa de proteção do Lince, que envolviam Portugal fui eu que fiz; reportagens sobre a Cannabis, hoje em dia a Cannabis tornou-se novamente um produto. A primeira reportagem sobre a Cannabis, uma outra perspetiva sobre a Cannabis fui eu que fiz. Normalmente, vamos lá ver, não ostento isso como um orgulho, mas eu tenho todo um passado de muitos anos a fazer jornalismo de investigação de coisas inéditas. Todos eles tiveram impacto. Houve duas, sobretudo, que tiveram grande impacto: foi uma sobre o trabalho clandestino para a Alemanha, numa altura em que havia gente que era levada sem condições absolutamente nenhuma e eu investiguei dois casos de morte em que as pessoas foram

mandadas morrer em Portugal. E as pessoas ficarem sem seguro, sem nada, e isso teve muito impacto. Mas sem dúvida a coisa que teve mais impacto foi a caça aos golfinhos nos Açores. Porquê? Porque era um tema completamente inédito. Os Açores não estavam habituados ao jornalismo. Não estavam habituados a um jornalismo, segundo eles, que fosse mau, que fosse crítico. A televisão era uma televisão, litúrgica, católica, eram peças sobre a Igreja, peças sobre as coisas boas. Era tudo benévolo. E, de repente, vem uma grande reportagem sobre um tema que para eles, ainda por cima, eles não viam aquilo como um tema grave, porque toda a vida tinham caçado golfinhos, comiam a carne do golfinho, só que havia já uma nova sensibilidade. Uma sensibilidade que hoje em dia nós compreendemos: muito ecológica, pró defesa dos animais, aquela sensibilidade de *pet*. O golfinho é uma coisa fofinha. E quando Portugal entrou para a comunidade europeia, uma das condições que levou à entrada de Portugal foi acabar com a caça aos golfinhos nos Açores. Mas eles continuaram a fazer. E eu soube disso e fiz uma grande reportagem que não foi nada difícil de se fazer. Deva-se dizer, não me foi nada difícil de fazer. Mas é óbvio que o impacto daquilo foi brutal nos Açores. Foi brutal. Aquilo foi discutido durante muito tempo, na Assembleia cá em Portugal, lá também. E um outro trabalho que eu tive que foi muito discutido foi sobre uma coisa também pioneira que era sobre as hormonas para a carne, também foi uma descoberta completamente para as pessoas, que na altura ainda não se falava da forma como nós comíamos veneno através dos alimentos. Havia uma certa inocência e, portanto, nós descobrimos que havia uma série de produtores que usavam um produto para que as vacas crescessem mais depressa, para reter a água e, portanto, para produzir muito mais carne, mas que era uma carne sem qualidade, artificial. Também isso teve muito impacto. Agora, o trabalho que eu faço é mais um trabalho de resistência. É um trabalho de resistir de maneira a que persista um determinado tipo de jornalismo de documentário na RTP, que ele não se perca, que haja uma certa cultura, infelizmente é quase um trabalho de resistência, mas pronto.





# Anexo X. Entrevista ao jornalista José António Pereira

## I. Caracterização

### 1. Nome?

José António Pereira.

### Idade?

25 anos.

### 3. É jornalista há quantos anos?

5 anos.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Fiz um estágio curricular no Correio da Manhã e na CMTV, de maio a julho de 2014. Fui convidado a ficar a trabalhar lá, onde estive até maio de 2015. Comecei na RTP a 1 de julho desse ano. Antes, ainda enquanto estudante, passei por um jornal regional, em Resende, e por duas rádios, uma em Resende também, outra em Lamego.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto jornalista neste canal?

R. Trabalho na RTP desde julho de 2015.

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 7. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

Considero que numa sociedade democrática, o Jornalismo tem um papel que pode ser determinante. Um papel que passa pelo escrutínio dos poderes públicos e da missão que desempenham e que se quer coerente. Em nações onde a imprensa ocupa um lugar livre e independente, a vigilância passa, desde logo, pela missão de um jornalista como responsável por estar atento àquilo que, aos olhos da sociedade possa estar errado. Isto é, o jornalista deve ser capaz de, no decorrer da sua missão, ser os olhos e ouvidos dos cidadãos e relatar sempre que há sinais de erro no decurso de uma ação política, por exemplo, ou de uma conduta de cariz público. É determinante em toda e qualquer nação que o Jornalismo esteja ao serviço dos cidadãos. Sinto que em Portugal, a investigação tem tido um papel determinante nesse sentido e tem-se imposto como missão nobre.

**8. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

É um espaço muito nobre, que merece ser respeitado e considerado, mas, do meu ponto de vista, o trabalho do dia-a-dia, o relato, em direto, a reportagem mais curta, o debate, a entrevista, são igualmente espaços nobres. Não sinto que o Jornalismo se possa dividir em secções. Até porque é muitas vezes na corrida do dia que surgem pistas para investigações maiores e mais trabalhadas que exigem tempo.

**9. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos através das grandes reportagens televisivas?**

Devo começar por dizer que, no exercício da minha profissão, nunca me senti censurado. Nunca me cortaram determinada frase do texto. Nunca me obrigaram a dizer de outra forma. Nunca me pediram que não dissesse. Não me faz sentir privilegiado, porque o jornalismo deve ser isso, mas faz-me sentir livre. Não me parece que em Portugal haja censura. Pelo menos nunca ouvi queixas nesse sentido e todos os dias me cruzo no terreno com colegas de outros órgãos de comunicação social. Pode haver pressões - é normal, mas também não acredito que haja cedências.

**10. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Que tipo de pressões? Por parte de quem? Com que objetivo?**

Existem, com certeza. Por parte dos visados nessas investigações, muitas vezes expostos a verdades inconvenientes. E com o objetivo claro de não verem "em praça pública" os factos que os podem beliscar. Em concreto, a mim, nunca me aconteceu qualquer tipo de pressão.

**11. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva? De que forma?**

É normal que de uma maneira geral possa ter afetado, como afetou o Jornalismo como um todo. Como afetou as redações que mingaram, ou os recursos que são mais escassos e que obrigam a uma ginástica frequente do ponto de vista da gestão de meios. Ainda assim, o Jornalismo tem resistido e a grande reportagem, em particular, também tem dado provas de que está de boa saúde. A base elementar do jornalismo, a resposta à pergunta, continua presente em permanência na sociedade.

**12. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades?**

As fontes adquirem a mesma importância sempre. É um ponto de vista muito pessoal. O que reconheço é que a relação entre o jornalista e a fonte, no caso de uma reportagem que envolva maior tempo de investigação, possa aproximar-se o que, naturalmente, até do ponto de vista



da natureza humana, e que a confiança possa ganhar força. Não nos podemos esquecer que não existem fontes desinteressadas. E, portanto, a relação entre os jornalistas e as fontes deve ser trabalhada para que os factos apresentados possam ser cruzados a fim de se noticiar a verdade e apenas a verdade. Ou seja, o jornalista deve confrontar a fonte. E a fonte deve deixar ser confrontada.

**13. Considera que o objetivo final da investigação jornalística deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

A investigação jornalística deve por o dedo na ferida sempre que há interesse público sobre determinado assunto. Um ministro que mente e falta às responsabilidades, por exemplo. Uma associação que vive de fundos públicos, mas que não respeita o papel que tem aceitando irregularidades, outro exemplo. O jornalismo deve confrontar os donos dos lugares públicos que têm impacto na vida das sociedades a fim de escutinar a verdade.

**14. Acredita que grandes reportagens, vão continuar a ser, no futuro, o género de investigação por excelência? Ou a rapidez com que atualmente é necessário produzir conteúdos pode ameaçar os géneros que exigem maior tempo na recolha de informação e profundidade no tratamento jornalístico?**

O paradigma atual do jornalismo precisa de uma reflexão, naturalmente, porque a forma como os cidadãos consomem notícias está a mudar. Aliás, o próprio cidadão já participa na construção de narrativas jornalísticas. Essa realidade ganhou força com o desenvolvimento tecnológico e com a crescente posição dos media na internet. Isto não quer dizer que as grandes venham a ser ameaçadas, pelo contrário. Podem e devem ser apenas pensadas outras narrativas e a promoção noutras plataformas que, de certa forma, estejam a par dessa mudança de paradigma. A rapidez nunca vai interferir numa grande reportagem se as redações tiverem plena consciência de que uma grande reportagem só está concluída quando der resposta às perguntas basilares do jornalismo.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

**15. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Que características tem esse modelo? Por exemplo ao nível da duração da grande reportagem?**

Uma grande reportagem tem, em média, à volta de 30 minutos. Mas isso é relativo, conforme as linhas editoriais de cada canal. Não existe um modelo que se deva seguir rigorosamente. Fica ao critério do jornalista e dos factos que quer apresentar. A estrutura é-lhe livremente dada a pensar. Repito. O único cuidado da grande reportagem é fazer dela exatamente uma grande reportagem que só está concluída quando der resposta às perguntas basilares do jornalismo.

**16. Se não existe um modelo, existe alguma referência em termos de reportagem que seja seguida ou que seja vista como o modelo a seguir?**

Cada profissional terá as referências nas quais se inspira, evidentemente. Mas acho que cada assunto faz dessa uma reportagem única. A forma como apresenta os factos, como cruza as fontes, como conta a história. Ou seja, não há duas reportagens iguais, até porque o trabalho jornalístico, que vive dos factos objetivos em concreto, é subjetivo do ponto de vista da interpretação.

**17. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem? Que vantagens apresenta?**

Não é uma realidade ainda muito predominante em Portugal. A TVI já avançou com isso. A SIC também. Mas são casos isolados. A tendência pode vir a instalar-se, mas considero que não se pode generalizar, para já. Há assuntos que podem ficar esgotados numa única grande reportagem. Há outros que podem precisar de mais tempo. É relativo, como disse. E em determinados casos, essa "serialização" também está ligada à linha editorial de um canal que em dada altura responde a interesses económicos e à luta pelas audiências. Quero com isto dizer que muitas das vezes, é apenas uma estratégia de chegar a mais público o que pode ter um efeito perverso se desconsiderar os factos.

**18. De que forma é que, no seu entender, esta serialização pode afetar a compreensão por parte do público e a função de lhe propiciar um instrumento imediato de conhecimento?**

Se uma reportagem for apresentada por partes, corre-se o risco de a mensagem não chegar completa ao público. Um telespectador pode ter visto a primeira parte, num dia, não ter visto a segunda parte, noutro dia. Corre-se esse risco de estar a levar a promover uma opinião que é tida apenas com uma parte da história. Deve-se por isso ter em atenção que cada episódio deve cruzar fontes e factos a fim de não permitir a criação de uma opinião pública condicionada por um lado apenas.

**19. Na sua opinião considera que a complexidade das histórias e a necessidade de aprofundar e adicionar muitos detalhes são elementos que justifiquem este formato e a aproximação ao estilo ficcional (novela)?**

São como disse assuntos de maior envergadura que justificam um trabalho mais alargado e que não cabem, a bem da razão, em meia hora de televisão. Assuntos que cruzam dezenas de intervenientes, por exemplo, que analisam uma teia maior do que o esperado e que se descobriu no decorrer da investigação. Essas "séries" podem fazer sentido, se forem equilibradas.

**20. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

São apenas narrativas diferentes, e construções distintas do habitual. Não sinto que tenha havido ficção nos trabalhos do género que vi em Portugal. Além do mais, é regra, o Jornalismo não é nem pode ser ficção.

**21. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos onde existe ou existiu mais investimento?**

Pode, como lhe disse, ser uma forma de chegar a mais público e de posicionar o assunto no comentário entre telespectadores. Ou seja, captar mais audiência. Mas isto não é rigoroso, não está estudado sobre o assunto. É um ponto de vista unicamente pessoal.

**22. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido como um conteúdo de ficção?**

Não, de todo. Uma grande reportagem deve ser promovida dentro das lógicas de um canal, como um produto sério e informativo. Repito: Jornalismo não é nem pode ser ficção.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

**23. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Não existe essa preocupação diretamente, pelo menos na redação em que trabalho. Mas se a investigação jornalística puser o dedo na ferida onde há interesse público, naturalmente, o assunto vai ser captado por um número maior de espectadores porque, à partida, esse assunto tem influência direta na vida de mais gente como escrutínio da verdade.

**24. Os temas escolhidos para as reportagens, seguem normalmente a agenda mediática ou existe liberdade para os jornalistas apresentarem propostas diferentes?**

É muito relativo. Há assuntos que se aprofundam porque estão na ordem do dia e iniciam-se investigações com base em pontas soltas. Mas os jornalistas, na redação da RTP, têm o direito e devem apresentar propostas diferentes.

**25. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva? De que forma?**

Não condiciona, mas pode influenciar, sim. A própria agenda pode avançar em função de uma reportagem televisiva por se exigir, por exemplo, a reação de determinada figura política a um assunto.

**26. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Não, de todo. As audiências não significam o interesse público. O jornalista não pode trabalhar em função das audiências.

**27. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Sim, o jornalismo tem esse papel.

**28. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Existe, pois. Até porque o código deontológico do jornalista diz que devemos combater a censura e lutar contra as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. Nesse sentido, a responsabilidade é mesmo social na denúncia sempre com base em factos e cruzando fontes.

**29. Na sua perspetiva, as grandes reportagens cumprem um papel social? São um género que podem cumprir a função de vigilância dos poderes e prestação de contas (*accountability*), que deve ser assegurada pelo jornalismo?**

O jornalismo como um todo cumpre esse papel social e deve estar vigilante. A vigilância passa por estar atento àquilo que, aos olhos da sociedade possa estar errado. Isto é, o jornalista deve ser capaz de, no decorrer da sua missão, ser os olhos e ouvidos dos cidadãos e relatar sempre que há sinais de erro. Já disse uma vez a uma estudante de jornalismo que o jornalista nem deve atormentar nem confortar. O jornalista deve, sim, com insaciável questionar, procurar a verdade em todas e quaisquer circunstâncias. E os factos é que farão o conforto ou a tormenta para alguém. O jornalista não deve partir com esse princípio, até porque deve ser isento, sempre.

**30. No âmbito das grandes reportagens que já fez, qual que se lembra de ter tido mais repercussão, em termos de visibilidade pública e de implicações para as pessoas envolvidas? Como foi o caso da reportagem do Linha da Frente de 1º depois de Pedrógão Grande?**

A Grande Reportagem sobre Pedrógão Grande, provavelmente, foi a que chegou a mais gente por ser um assunto de importância pública. Foi uma reportagem cuidada, em que dispensei o texto por considerar que aquele trabalho precisava de ser visto com vários momentos em que o telespectador pudesse refletir, já que os testemunhos eram fortes de gente que tanto perdeu. Não considero que a reportagem, até pelos comentários que me chegaram, tenha tido impacto negativo na vida das pessoas. Serviu foi como um alerta para algo que, ao fim de um ano, não estava ainda devidamente tratado.

**31. Qual a sua opinião sobre as grandes reportagens televisivas que têm sido realizadas em Portugal nos últimos dois anos? Como avalia o trabalho realizado pelos canais na concorrência neste âmbito?**

Às vezes, questionamos o cuidado de determinada investigação quando é posta no ar precocemente, fruto da corrida do dia a dia ou datas apontadas para exibição que são imediatas. Isso enfraquece. Mas de uma maneira geral, sinto que as reportagens que o país tem visto têm sido diversas e com assuntos diversificados, o que só enriquece o debate público e enobrece a missão jornalística.



# Anexo XI. Entrevista ao jornalista Luís Loureiro

## I. Caracterização

### 1. Nome?

Luís Loureiro.

### 2. Idade?

50.

### 3. É jornalista há quantos anos?

27.

### 4. Breve descrição do percurso profissional até chegar ao atual canal?

Ora bem. O meu percurso profissional. Eu tenho um percurso académico *sui generis* porque eu tirei um curso de Bioquímica, portanto a minha licenciatura não é em Comunicação Social, nem em Jornalismo, nem em Ciências da Comunicação. Depois tirei um doutoramento em Ciências da Comunicação, mais recente, em 2012, na Universidade do Minho, mas até aí a minha formação académica passava por uma licenciatura em Bioquímica e eu pensava em vir a ser bioquímico. Mas como ao andar na universidade, quando andava na universidade tive a sorte de poder fazer rádio, nas rádios locais da altura, portanto, foi essa experiência na comunicação que me fez tentar a via do jornalismo. E em 1992 vim trabalhar para o Porto para a Rádio Nova. Na altura a Rádio Nova era uma rádio de notícias, como a Antena 1 ou a TSF. A Rádio Nova ainda existe hoje, mas é praticamente uma rádio de música. Na altura era um projeto que a Sonae, o grupo Sonae, tinha a par do jornal público em que se antevia vir a ter grande futuro. Era uma rádio muito bem equipada, moderna, muito arejada. De facto, foi uma grande escola para muitos jornalistas. Há muitos exemplos de jornalistas hoje que são primeira linha em Portugal que passaram pela Rádio Nova. Dou o exemplo de Alberto Carvalho, o exemplo do José Carlos Castro. Há tantos. Muita gente. O Helder Silva. Há muitos exemplos. Muitos exemplos de grandes jornalistas que estão em *media* nacionais, o Carlos Rico. Tanta gente. Fizeram parte da tal escola da Rádio Nova. Eu estive lá entre 92 e 94. Depois fui para a rádio comercial, na altura trabalhando na delegação norte na Rádio Comercial, portanto, no Porto, também. Durante três anos, trabalhei na Rádio Comercial. E depois entrei na RTP em 97. Fui convidado a vir para a RTP em 97. Portanto, e desde então estou na RTP e, portanto, há 22 anos que estou na RTP.

### 5. Há quantos anos desempenha a atividade enquanto membro do programa Sexta às 9?

No “Sexta às 9” comecei em início de 2015.

## II. Jornalismo de Investigação e Grandes Reportagens Televisivas

### 6. Como é que vê o jornalismo de investigação que se tem feito e que se faz atualmente em Portugal?

Ora bem. É uma pergunta que é complexa porque nós temos uma história, temos um historial e o jornalismo de investigação, evidentemente, já não é uma realidade de agora, sendo que em termos dos media tem vindo a deslocar-se, claramente, e nomeadamente ao nível do seu impacto, para as televisões. Ou seja, nós tínhamos historicamente um jornalismo de investigação que estava mais sediado nas revistas e nos jornais, de trabalhos de grande qualidade, nos últimos, 20/25 anos, nós tínhamos jornalismo de investigação de grande qualidade essencialmente publicado em revistas como a *Visão*, antes disso revistas como a *Grande Reportagem*, nos anos 80. E em alguns jornais de referência como o jornal *Expresso*, o semanário *Expresso*, e, entretanto, depois, o jornal *Público*, com trabalhos mais desenvolvidos nestes meios. Portanto era basicamente neste jornalismo impresso que nós observávamos muito mais o jornalismo de investigação. Há grandes nomes que fizeram a sua carreira no jornalismo de investigação, que basicamente trabalharam na imprensa, portanto nas revistas de especialidade, jornalísticas, como as que eu citei, deste o Barata *Fame*, nos anos 80, depois os grandes jornalistas da *Visão*, por exemplo o Miguel Carvalho que ainda está no ativo, está perfeitamente no ativo, aliás é um dos grandes jornalistas de investigação atuais, mas também o Cereja no *Público*, o Castanheira no *Expresso*, etc. Quer dizer, nós temos uma série de grandes jornalistas que fizeram o seu percurso, grandes jornalistas de investigação, que fizeram o seu percurso nesses jornais. O Rui Pereira, que já não é jornalista, um grande jornalista de investigação, provavelmente o maior jornalista de investigação que eu conheço em Portugal e um dos mais corajosos. E, portanto, há uma série de pessoas, de jornalistas que, de facto, marcaram muito estas décadas de jornalismo de investigação em Portugal. Entretanto o jornalismo de investigação tem-se mantido de algum modo nestes *media*, nestes jornais, nomeadamente. Infelizmente revistas como a *Visão*. A *Grande Reportagem* já tinha desaparecido há bastante tempo, mas como a *Visão*, a revista *Visão* foram perdendo força, foram-se afundando aos poucos e não continuam a produzir, naturalmente, bom jornalismo de investigação, mas este jornalismo de investigação depende já muito mais da competência e da tenacidade dos jornalistas do que propriamente de uma abertura dos meios e dos suportes daquilo que cada meio oferece como plataforma para a publicação de trabalhos muito desenvolvidos aos jornalistas. Portanto, eu conheço particularmente a luta que é desenvolvido por jornalistas como o Miguel Carvalho, na *Visão*, para conseguir espaço para trabalhar durante meses um trabalho, um tema, e conseguir apresentar grandes investigações como ele apresenta. Ele, de facto, continua a apresentar grandes investigações, de grande nível, e na minha opinião, é neste momento um jornalista de investigação de maior nível a trabalhar em Portugal. Entretanto, esta falta de jornalismo de investigação, ou forma como o jornalismo de



investigação se foi diluindo nas revistas, nos jornais, e isto também tem a ver um bocadinho com a falta de tempo de leitura que nós temos. Nós, entretanto, as pessoas começaram a ter cada vez mais dificuldade em concentrar a sua atenção, a nossa atenção está demasiado dispersa. Passamos muito tempo inundados de informação, mas não estamos, de facto, a ponderar nunca a leitura. Preferimos ver muita coisa ao mesmo tempo e acabamos por não ver nada. E, portanto, há um ruído imenso de informação à nossa volta, mas na verdade nós apreendemos muito pouca dessa informação. E isto tem a ver naturalmente com a prevalência agora dos meios digitais, com a leitura apressada que nós fazemos da informação, eu quase nem diria as notícias, eu resumia mesmo da informação dos nossos olhos, aos nossos olhos, através dos media tem. E acabamos por não estar a aprofundar, como cidadãos, um conhecimento a cerca das temáticas e isto aqui naturalmente prejudicou muito os media que se baseavam na leitura. E nós passamos a ter, digamos assim, especialmente a partir do surgimento do Sexta às 9h, embora a SIC, por exemplo, sempre teve uma equipa de poucos jornalistas, mais baseada essencialmente na carreira desses jornalistas, na existência desses jornalistas, para fazer investigação, como é o caso do Pedro Coelho na SIC. Mas a SIC nunca teve propriamente um esquema de jornalismo de investigação muito, muito definido, ou seja, manteve sempre a sua intervenção a esse nível muito aberta, o que eu acho que não está mal. Acho que está bastante bem. Mas a RTP, há coisa de uns 7 anos decidiu criar uma equipa específica para fazer jornalismo de investigação, com a criação do Sexta às 9. E a RTP aí deu uma pedrada no charco, porque na altura isso fez todo o sentido, na RTP, onde eu trabalho, no serviço público de televisão. Fez todo o sentido, de facto já se percebia que havia, um défice de jornalismo de investigação nos meios mais tradicionais, impressos, nomeadamente, embora ainda existissem excelentes jornalistas de investigação e continuam a existir, mas, na verdade, o espaço que estava a ser dado era cada vez mais reduzido e, por outro lado, a televisão manteve e tem mantido, apesar das suas oscilações e da influência também dos media digitais, a televisão mantém uma força social muito grande. E, portanto, o jornalismo de investigação passou a fazer sentido também como conteúdo na televisão. E isto tudo vem de uma tradição, também, vem de uma tradição de jornalismo de investigação que já vinha transitando para as televisões a nível Europeu e a nível das televisões americanas, por exemplo, agora nas décadas mais recentes, portanto... embora sempre tenha havido grande jornalismo de investigação também apresentado em televisão, mas era apresentado de vez em quando, a investigação raramente chegava, digamos, à televisão, como algo que era, portanto, feito de raiz nas redações de televisão. As redações de televisão estavam mais especializadas naquilo que era o seu núcleo, que era a produção de notícias, mais rápidas, mais instantâneas, portanto, no fundo, respondendo às características do próprio meio. Assim como na rádio: as características do próprio meio: um meio mais rápido, de reação mais imediata, etc., aí isso levavam. Portanto, não havia digestão da informação, mas era em programas específicos, de vez em quando aparecia uma grande reportagem, mas não havia espaços definidos para esse jornalismo: jornalismo com metodologia, jornalismo de aprofundamento, de investigação, etc. E a RTP, portanto, deu essa pedrada no charco em 2011, por aí. Entretanto, percebeu-se, pois

claro isto nas televisões acontece muitas vezes assim, percebe-se que tinha audiência, portanto, a RTP, por exemplo, no Sexta às 9h, durante montes de tempo, continua a ser o programa mais visto da RTP naquele espaço horário. A RTP tem a audiência do telejornal. Depois tem o período a seguir ao telejornal. O programa mais visto da RTP é o Sexta às 9. Continua assim, foi sempre. Portanto é um dos programas mais vistos da RTP. A concorrência privada que inicialmente não tinha, não aparecia com nenhuma estruturação que se pudesse aparentar com o jornalismo de investigação decidiu avançar, nomeadamente a TVI através da Ana Leal, etc. Embora eu tenha fortes reservas relativamente aquilo que a TVI faz a nível de investigação, mas isso são reservas do ponto de vista deontológico e ético porque me parece que o jornalismo de investigação não é um vale tudo, aliás é bem pelo contrário. O melhor jornalismo de investigação é aquele em que não precisa de valer tudo para nós darmos toda a informação e eu acho que a TVI salta a cerca demasiadas vezes, portanto tenho grandes dúvidas sobre a qualidade daquilo que eles fazem, não duvidando que às vezes é necessário também arriscar, portanto em lógica de jornalismo de investigação também é necessário arriscar, mas tenho muitas dúvidas relativamente aquilo que eles fazem, mas isso pronto pode ser outra conversa a seguir, não sei. Isto aqui já é muita informação, Joana.

#### **7. Considera que a grande reportagem é por excelência o género jornalístico da investigação?**

Não forçosamente. Não forçosamente. A grande reportagem é (a) reportagem, antes demais. Nós dentro dos géneros jornalísticos não podemos confundir o jornalismo de investigação com um género jornalístico. Isto é uma perspetiva de um professor de géneros jornalísticos também, porque eu também dou aulas de géneros jornalísticos na Universidade. E o que é que diferencia em termos de uma teoria de géneros jornalísticos, a grande reportagem do jornalismo de investigação, sendo a grande reportagem de facto uma, estando dentro do género reportagem, claramente, ou seja é um aprofundamento do género reportagem, a grande reportagem para mim envolve sempre a necessidade de ir ao terreno contar histórias, de absorver bem essas histórias, de as verificar, evidentemente, também envolve algumas coisas que podem ser de investigação, mas não forçosamente de investigação, é essencialmente um género que, um subgénero da reportagem. Enquanto o jornalismo de investigação é uma mistura de géneros. O jornalismo de investigação é aquilo que o jornalismo deveria ser. Portanto não tem que ser, não tem que ser um género jornalístico. É uma metodologia, é parte mais de uma lógica de metodologia de trabalho e não da predefinição de géneros, porque eu posso ter reportagens, eu posso necessitar de fazer reportagem e posso necessitar de fazer fortemente, posso necessitar de planear o meu trabalho de investigação que esse trabalho tenha uma componente de terreno muito forte, e de histórias muito forte, mas também posso não necessitar de nada disso. Eu estou, nesta fase, a fazer dois trabalhos. A fazer um trabalho para o Sexta Às 9, que vem na sequência de um outro em que necessitei de fazer reportagem para o primeiro e agora no segundo não estou a necessitar de fazer reportagem, não necessito. Tenho que fazer outra coisa, tenho que fazer outra coisa. Tenho que saber, de perceber os factos, documentá-los

muito bem, perceber a relação entre documentos, entre informação documental, etc., e, portanto, fazer aqui, por exemplo, jornalismo de dados, e não propriamente reportagem. Portanto o jornalismo de investigação, se nós o tratássemos como género jornalístico, por si quer dizer ele nem se quer fazia sentido porque nós não conseguíamos dizer o que é que era esse género jornalístico. O que é ele é? Pronto, ok, é jornalismo de investigação, sim, mas ele passa por uma variedade metodológica tão grande que de facto não se consegue definir intrinsecamente. O que ele pode é, ok, dizemos que é jornalismo de investigação, mas não me parece que nós possamos falar de um género jornalístico quando falamos de jornalismo de investigação, parece-me que aqui estamos a falar de um aprofundamento do que é o jornalismo apenas, portanto, jornalismo de investigação é jornalismo. Ponto. E depois o resto nós podemos dizer o que é que se aprofunda mais no jornalismo de investigação adicionando metodologias de investigação, ao jornalismo que era necessário já fazer.

**8. Considera que existe liberdade de expressão que permita dar a conhecer determinados assuntos no programa “Sexta às 9”?**

Existe. Existe. Acho que o Sexta às 9 é um espaço de liberdade de expressão, sim. Não houve até agora nenhum tema nós tivéssemos em mãos que conseguíssemos confirmar, que conseguíssemos investigar, as pessoas às vezes pensam “eu faço a denuncia e eles vão investigar”. Não. Não é assim. Portanto, às vezes as pessoas até nas redes sociais, etc., podem acusar a equipa do Sexta às 9 de silenciar determinados assuntos. Nós não silenciámos nada, o que acontece é que muitos assuntos que nos são apresentados pelas pessoas não são investigáveis. Não dá para seguir, não há pistas que nós possamos seguir, não há testemunhos que possamos validar, não há documentos. Portanto, a partir do momento em que nós não temos esses elementos, claro que nós não adivinhamos. Portanto, ninguém tem aqui uma bola de cristal para adivinhar quem são os malandrecos do país. Portanto, nós podemos até saber coisas, saber muitas conversas, um diz que disse, mas se não for além disso nós não pomos no ar. Esse é o único critério para silenciarmos um assunto. É não conseguirmos verificar e não conseguirmos investigar. O resto tem sido sempre a história, a nossa história, do Sexta às 9. Por mim até agora não houve um único tema que eu tivesse proposto à Sandra que fosse silenciado, depois de investigado. Portanto, eu sinto que é um espaço de liberdade de expressão, a esse nível sim. E absolutamente fundamental à democracia. Absolutamente fundamental. Nós eu penso que, em Portugal, se neste momento deixasse de existir um espaço como o Sexta às 9 era a democracia que estaria em perigo. Ou seja, seria muito mau sinal. Seria muito mau sinal para o país. Não é que o Sexta às 9 seja perfeito. O Sexta às 9 tem muitos defeitos, muitos defeitos mesmo. Desde logo nós temos um defeito que é termos uma equipa muito curta que é uma coisa que eu continuo a achar inacreditável: que não se dê mais recursos ao jornalismo de investigação e que não haja mais aposta em jornalismo de investigação, porque eu acho que o jornalismo que faz a diferença é este. É este. É a grande reportagem. É. O resto é mais do mesmo. Já toda a gente já viu aqui, ali ou acolá. Já viu nas redes sociais. Já viu em todo o lado. O que as pessoas não viram, não sabem, é aquilo que é produto do trabalho

mais aprofundado dos jornalistas e é aquilo que é produto do trabalho que só os jornalistas podem fazer, porque é aquilo que dá sentido a ser-se jornalista hoje em dia. É aquilo que dá sentido a ser-se repórter, porque o resto qualquer pessoa consegue ser. Qualquer pessoa agora pega numa câmara e filma. Qualquer pessoa pega... eu não estou a dizer que se substituem os repórteres de imagem, se substituem os repórteres fotográficos, etc. porque não. Os bons, os muito bons, continuam a fazer todo o sentido e têm o seu olhar, assim como os bons jornalistas. Mas precisam de estar a fazer aquilo que ninguém pode fazer por ele. E neste aspeto só o grande jornalismo, o jornalismo de investigação, a grande reportagem, este tipo de abordagens ao jornalismo mais aprofundado é que fazem sentido.

**9. Existem pressões a quem faz jornalismo de investigação, nomeadamente através das grandes reportagens televisivas? Por parte das entidades que estão a ser analisadas?**

Normalmente, é curioso que eu já fui colocado na posição, muitas vezes, como jornalista, como repórter, ao longo da minha carreira. Perguntavam-me se eu era alvo de pressões, etc. Até à fase em que fiz mais jornalismo de investigação não era muito pressionado, existiam pequeninas pressões, coisinhas, enfim, do dia-a-dia, sem expressão. No jornalismo de investigação existe muita pressão. Existe muita pressão, porque, porque de facto, descobrir a careca a alguém não é vida fácil. E, portanto, nós necessitamos de ter um arcabouço muito forte, quem faz jornalismo de investigação tem que ter um arcabouço muito forte, desde logo tem de ser um arcabouço dos factos, e de uma capacidade de verificá-los muito bem, porque a melhor segurança que o jornalista pode ter é o conhecimento que ele adquire a cerca do assunto que está a tratar. É o melhor arcabouço. É a melhor defesa. E quando nós estamos bem defendidos aí não há pressão que possa resultar. A menos que nós sejamos fraquinhos e acabemos por ceder a essa pressão em toda a linha. Pronto, mas isso eu quero acreditar que quem faz jornalismo de investigação não está aqui para brincar. Portanto, quando não está aqui para brincar, em princípio também não está aqui para ceder a pressões. Portanto, sim, mas as pressões existem. Existem, são muitas vezes bastante fortes, muitas vezes feitas por cima. Tentam não incidir sobre os jornalistas, mas incidir sobre a estrutura que o suporta. São muitas vezes feitas através de outro tipo de departamento que não propriamente o departamento de informação, por exemplo, a direção de informação, etc. São feitos a nível empresarial de outras formas. Por exemplo, sei lá, grandes empresas podem ameaçar cortar patrocínios, coisas do género, o que coloca em causa, por exemplo, o trabalho do jornalismo de investigação em empresas privadas. Na RTP nesse aspeto está mais imune, porque é um organismo, é uma televisão pública. Eu já tive exemplos disso. Já fiz trabalhos, por exemplo, sobre a NOS, em que eu fiz um trabalho há uns anos e soube que havia indicação do departamento de Marketing da RTP que a NOS estava a ameaçar cortar as parcerias que a RTP tinha com a NOS, por exemplo, nos festivais, no NOS Alive, no NOS primavera *sound*, etc, etc. Portanto, a RTP era *media partner* e eles na altura em que nós estávamos a preparar-nos para pôr no ar um trabalho que era bastante duro para eles. Envolvia um negócio de 70 milhões de euros, um negócio, digamos, não era propriamente um negócio, era uma situação judicial que envolvia 70 milhões de euros, num bolo. E eles terão

feito entender ao, evidentemente são informações que vieram através da minha estrutura, que poderia haver consequências nas parcerias. Portanto, isto naturalmente chegou-me através das estruturas internas, da minha empresa. Mas chegou-me sabendo eu que as estruturas internas da minha empresa estavam imunes a isso, que nós iríamos avançar com o trabalho na mesma, e avançamos. E avançamos. E depois acabou por não haver propriamente consequências. Portanto, às vezes essas pressões são feitas, até podem não ter como intenção a realizar-se ou concretizar-se a pressão, mas pelo menos ela tentou obter um efeito. Ela tentou obter um efeito. Eu dei naturalmente este exemplo, claro que se eu tivesse a falar com um jornalista agora, tinha de ter mais cuidado a dizer isto, mas dei este exemplo porque sei que está numa investigação académica. Estamos dentro de um espaço mais reservado a esse nível. Portanto, estas pressões existem. Constantemente. Constantemente. Pelo nosso trabalho. É mais usual que o nosso trabalho tenha pressões, do que não tenha. No Sexta às 9, nós temos pressões todas as semanas. Coisas do género ameaças que vão por em tribunal, que não sei quê. Trinta por uma linha. Portanto, isto há múltiplas formas de nós sermos pressionados. Agora, a questão é se nós nos deixamos pressionar ou não. Isso é sempre...E para isso nós precisamos de uma estrutura também que nos segure, porque ninguém está aqui a fazer a figura de um super-herói, que depois fica a lutar sozinho. Portanto nós temos que ter, e nesse aspeto, historicamente, o jornalismo de investigação sempre teve de ter uma estrutura editorial tão simples quanto forte e eu dou o exemplo, por exemplo, o exemplo histórico mais evidente disto é o do *Washington Post* durante a crise do *Watergate*, durante o escândalo *Watergate* em que existia uma estrutura editorial do jornal que suportava totalmente a investigação feita por dois jovens jornalistas, O Berstein e o Woodward, e essa estrutura editorial era basicamente reportada a um editor o Ben Bradlee. Portanto, o Ben Bradlee era a minha Sandra Felgueiras, por exemplo, que é a minha coordenadora do Sexta às 9. Nós temos uma estrutura muito simples, reportamos diretamente, eu não reporto a mais ninguém. Não reporto a mais ninguém. É muito raro eu falar com elementos da direção da RTP e nós já trabalhamos com algumas direções de informação, desde que eu estou no Sexta Às 9h, há 4 anos e meio e foi sempre muito raro eu falar com outros elementos da direção de informação da RTP, por causa dos trabalhos que tinha em mãos. Porque é sempre a Sandra Felgueiras que faz essa ponte. É ela que assume que os trabalhos que temos em mãos são para avançar, não são para avançar, ou vão avançar na próxima semana. É ela que faz essa gestão, de acordo com as informações que nós temos, portanto, no fundo deixando a equipa o mais liberta possível para fazer o seu trabalho, para verificar bem a informação, para que o nosso trabalho seja o mínimo atacável possível. Mas nós não conseguimos garantir que ele não é atacável, como é óbvio, infelizmente, mas eu pelo menos tento que o meu trabalho não seja atacável, que não seja... que fique imune, nomeadamente, aquilo que pode não ser um trabalho isento, que pode não ser um trabalho que pode ter tido ali distorções, etc, etc. Isso eu tento que o trabalho não tenha esse tipo de contaminações, vá.

**10. A contenção de custos que tem vindo a atingir vários meios de comunicação já atingiu a investigação jornalística e a grande reportagem televisiva?**

Sim. Claro. Claro que atinge muito. Normalmente, digamos que o jornalismo de investigação e a grande reportagem são elos fracos, porquê? Quando pensamos em custos, quando pensamos imediatamente em custos, nós temos muito a mania de olhar para números e esquecemo-nos do que é que isso significa qualitativamente. Quantitativamente nós temos o jornalista a investigar o assunto durante duas semanas ou três, ou durante um mês ou dois, ou durante três meses, que às vezes é necessário. Um jornalista dá ideia que é um recurso que não está a ser bem aproveitado para fazer 50 notícias. Podia estar a fazer 50 notícias, pois, mas ele se tivesse durante esse tempo a fazer 50 notícias, ele ia fazer 50 notícias igual, exatamente iguais às que todos os outros conseguem fazer e acho que até muita gente consegue fazer sem precisar de ser jornalista. Enquanto ele a investigar bem um assunto e a pôr no ar uma história que mais ninguém tem, que mais ninguém terá, porque é como uma investigação académica, quem está a investigar, por exemplo, sobre jornalismo de investigação na academia vai ficar a perceber muito mais desse assunto do que qualquer outro investigador universitário, porque não está a investigar essa área, portanto, torna-se um especialista e portanto, quando nós somos especialistas num determinado assunto, se o soubermos transmitir bem nós vamos fazer a diferença, vamos produzir um efeito sobre a forma como a sociedade pode ler o mundo em que nós estamos, totalmente distinto de fazer mais do mesmo. Mais do mesmo é mais do mesmo, ponto final. Não adianta nada. Já outros fazem, já. Para isso já existem outras plataformas, outros métodos de trabalho. Portanto, quando nós estamos a falar de recursos, devíamos analisar isto de forma absolutamente qualitativa. O que é que isto produz em termos da nossa perceção e do conhecimento que nós temos do mundo em que vivemos e isto não se mede por números, por lógicas numéricas, lógicas aritméticas. Não, não é por aí. Não é seguramente por aí. Portanto, mas infelizmente é por aí que muitas vezes os gestores fazem a sua análise. E por isso os recursos, claro, é muito fácil dizer: “este jornalista está há quinze dias a trabalhar na mesma coisa, é como se estivesse a trabalhar numa coisa enquanto o outro fez 50 notícias, portanto o outro vale 50 vezes mais. Não vale nada. O outro em termos de valor social, do seu trabalho, vale muito menos do que aquele que esteve a trabalhar uma, duas semanas, ou três, num tema só. Vale muito menos. Vale muito menos porque o que fez 50 notícias produz ruído e o que faz apenas um trabalho, bem feito, sobre a mesma temática, que necessitava de ser bem investigada, vai produzir algo mais que não estava ainda, ou que era absolutamente necessário produzir em termos sociais. Portanto, faz toda a diferença.

**11. As fontes adquirem maior importância no contexto do jornalismo de investigação? De que forma se gere a relação com estas quando se realiza uma grande reportagem em que existem denúncias sobre pessoas e/ou entidades? Como acontece essa relação nas grandes reportagens televisivas que realiza?**

Nós temos naturalmente muitas fontes de informação, que é uma das coisas “estranhas”, ao jornalismo do dia-a-dia, ao jornalismo rápido. São as fontes de informação, porque

normalmente o jornalismo rápido, o jornalismo do dia-a-dia é muito feito de fontes institucionais, portanto, são as agendas institucionais, etc, etc. E não se sai disso. Exatamente porque ele é rápido, ele é jornalismo instantâneo e as fontes institucionais são aquelas que também são fontes profissionais, portanto já estão profissionalizadas, já sabem o que é que os jornalistas precisam e servem-lhe o prato já pronto a digerir. No caso, as fontes não institucionais que têm muito a ver com as questões de denúncia, com as questões que são muitas vezes investigadas pelo jornalismo de investigação são fontes que não são profissionais, mas ao mesmo tempo, muitas vezes, são sempre fontes interessadas, evidentemente. Não existem fontes independentes. Eu não me lembro de lidar, alguma vez, com fontes que não tivessem interesse no assunto, ou não considerassem que tivessem algo a ganhar com a divulgação daquela matéria. Muitas vezes o que acontece é que são já pessoas que não têm nada a perder, portanto já estão por tudo. Pronto, a relação com as fontes, portanto, tem que ser sempre com base nesse pré-conhecimento, ou seja, eu tenho que saber desde logo, é bom que eu perceba qual é o interesse que a fonte tem naquele assunto. E isto tem muito a ver, é assim, nós temos fontes mais anónimas, às vezes temos fontes que pode ser um antigo ministro, que pode ser um atual secretário de estado, pode ser alguém que está ligado a uma estrutura pública, de governo, de um partido, de, sei lá, de uma empresa. Tudo. Portanto as fontes podem ser colocadas; podem estar colocadas a um nível básico ou a um nível, um elevado nível de decisão, etc. Mas, portanto, isto não invalida que nós as consideremos como fontes válidas de informação. Portanto, agora o que eu tenho é que saber desde logo, tenho que me posicionar perante essas fontes e dizer ao que venho e a que que eu venho. Eu venho a informação concreta, informação validável, informação que eu possa confirmar com fontes independentes, com outras fontes. Portanto, isso tem que ser claro como água, tem que ser claro como água, eu não posso de forma nenhuma estar a alimentar uma expectativa de que estou aberto a tudo aquilo que a fonte tem para me dizer, a tudo aquilo que a fonte quer que eu faça, ou tem interesse que eu faça e a partir daí eu vou docilmente aceitar tudo aquilo que dali vem. Não. Eu nunca estou numa posição de aceitar docilmente o que dali vem. Eu estou numa posição crítica. Portanto, eu recebo a informação da fonte, mas a pessoa, essa pessoa, ou esse conjunto de pessoas, sabe sempre que aquilo não é comprado ao preço que está a ser vendido. Aquilo vai ser verificado. Aquilo vai ser escrutinado. E, portanto, a minha relação com as fontes tem de ser sempre uma relação que não deve ser demasiado cúmplice. Eu não sou cúmplice de ninguém. Eu não sou cúmplice de ninguém. Eu vou ter que fazer o meu trabalho. Portanto, e este é o grande cuidado que eu tenho que ter na relação com as fontes. Por outro lado, eu também tenho que ter o cuidado de saber que eu vou ter que falar com o outro lado da história, com o lado prejudicado, não é o lado prejudicado, é o lado visado. O lado visado pela história. E no jornalismo de investigação é muito raro que nós façamos um jornalismo neutro, o jornalismo de investigação visa sempre, vai sempre provocar moça em alguma situação. E portanto quem é visado pela situação também tem o direito de se defender, também tem o direito de me tentar convencer de que aquilo que eu tenho não é propriamente a verdade e portanto eu também tenho que dar a essa parte o direito dessa parte de se defender. Mas tenho

que ter sempre presente, acima de tudo, a consolidação da informação, por isso é que eu não posso ir abordar, por exemplo, há uma questão metodológica aqui, eu por exemplo, entendo o trabalho jornalístico, como entendo o trabalho de um investigador da polícia judiciária. O investigador da polícia judiciária recolhe primeiro todos os indícios da prática de um ilícito qualquer, de um crime, normalmente a polícia judiciária é polícia criminal, portanto recolhe os indícios da prática de um crime e só depois é que vai buscar o acusado. Só depois é que vai prender o suspeito. E vai colocá-lo perante os indícios. E é a partir daí que se desenvolve o interrogatório. A minha postura como jornalista de investigação é a mesma em termos metodológicos. Eu nunca vou revelar logo ao visado que ele é visado numa coisa que eu ainda nem sequer tenho as coisas consolidadas. Eu tenho que saber, tenho que ter já um conjunto de factos consolidados para poder levar, porque se não, quer dizer, nem sequer faria sentido. Nem sequer faria sentido. E eu colocar-me-ia numa posição em que poderia ser mais facilmente manipulado. Portanto, nós temos que estar sempre atentos às fragilidades em que nos encontramos, quer do lado de uma fonte interessada em que o assunto avance, quer do lado de uma fonte interessada em que o assunto seja parado. E, portanto, o meu lado é frágil sempre que eu, por exemplo, aceitar que toda a informação que me vem de uma fonte interessada em que o assunto avance, que essa informação é boa e que eu não a vou verificar suficientemente, estou frágil. E estou frágil quando não consolidei bem a informação que me veio da fonte que fez a denuncia, por exemplo, e estou, e me coloco nessa posição perante o outro lado. Estou aí muito fragilizado. Muito fragilizado porque posso ver a minha história cair em três atos. Completamente. Se eu não verifiquei bem, se eu não fiz bem o meu trabalho. E isto, atenção, Joana. Isto não quer dizer que uma pessoa que tenha, mesmo que tenha estas preocupações nem sequer quer dizer que a cada assunto eu faça sempre bem o meu trabalho. Eu apercebo-me muitas vezes de que uma vez fiz bem, outra vez fiz mal. E, portanto, vai-se aprendendo também com os erros.

#### **11.1 Cada caso é um caso, não é?**

Claro, cada caso é um caso. Claro, exatamente. Exatamente e depois é isso. É que cada caso é mesmo um caso. No jornalismo de investigação não há casos iguais. Nunca há casos iguais.

### **III. Tendências, estruturas e modelos das Grandes Reportagens Televisivas**

#### **12. Considera que existe um modelo de grande reportagem televisiva? Existe um padrão que funcione em todos os casos?**

Ora bem. Para a grande reportagem eu acho que existe um padrão, vá, em termos de estruturação de um trabalho. Existe mais ou menos um padrão. Eu, mais uma vez, sou favorável a que nos contemos a história tal como a história pede para ser contada e isto significaria uma desconstrução total dos modelos sobre os quais normalmente são estruturados os trabalhos de grande reportagem, ou seja, nós temos que mergulhar muito bem na história. Eu, por exemplo, vejo a esmagadora maioria dos trabalhos estruturados sobre uma lógica de uma peça



jornalística, nomeadamente as peças jornalísticas televisivas, eu vou falar aqui mais sobre o jornalismo televisivo que é aquilo que eu conheço melhor. Sobre o jornalismo televisivo eu acho que as peças televisivas são sempre estruturas numa lógica de *off/entrevista*, *off/entrevista*, *off/entrevista*. Isto não tem de ser assim. Não tem de ser assim. Não tem de ser conduzido pelo *off* do jornalista, nem tem que ser conduzido por entrevistas. A história pode ser feita de outras formas. E nós temos que estar absolutamente abertos a uma desconstrução também deste modelo porque este modelo, de facto, é um modelo que se aplica 99% das vezes. Depois há quem consegue, de facto, mergulhar numa história e contá-la com imagens, com sons, com conversas, com momentos e porquê? Porque captou muitíssimo bem, porque soube mergulhar nela muito bem quando estava no terreno, soube perceber bem que história é que queria contar e quando falo da pessoa, do repórter, falo dos repórteres. No caso da televisão é uma equipa, falo também do repórter de imagem que é fundamental neste processo. Os repórteres de imagem são absolutamente fundamentais, eles também têm que saber muito bem que história é que estão a contar. Tem que haver uma comunicação muito grande no seio da equipa para que isso se possa fazer, mas nem sempre de facto é comum. O modelo mais comum de *off/entrevista*, *off/entrevista*, *off/entrevista*, está assim porque é o modelo mais fácil também. É o modelo que, em que, mais rapidamente o trabalho ficará editado porque não obriga, por exemplo, a um visionamento do material que é muito mais baseado nas entrevistas realizadas do que propriamente num visionamento e porque há duas fases do trabalho de grande reportagem pra mim. A primeira fase que é o terreno, onde deve haver um investimento muito grande, deve-se permanecer no terreno o tempo que for preciso para se contar bem uma história e, depois, deve-se visionar muitíssimo bem, em tempo real todo o material obtido, porque há coisas, há preciosidades que o repórter de imagem captou e há até conteúdos que a própria imagem permite transmitir que nós no terreno não nos apercebemos. Portanto, há ali uma riqueza escondida no próprio material que nos traz o terreno que nós muitas vezes não sabemos que existia. Portanto, o trabalho deve ser um trabalho o mais pensado possível, o mais refletido possível, o menos apressado possível. Portanto, e é exatamente o contrário daquilo que normalmente se faz estruturando as peças em *off/entrevista*, *off/entrevista*, *off/entrevista*.

**13. Qual a sua opinião sobre a tendência de serialização das grandes reportagens televisivas? Acredita que este é um formato narrativo que vai dominar o futuro da grande reportagem?**

Ora bem. Eu mais uma vez aplico aquilo que estava a falar sobre a grande reportagem. Cada caso é um caso. Cada história é uma história. A serialização das reportagens, e nomeadamente do jornalismo de investigação. O jornalismo de investigação poderá fazer sentido porquê? Porque muitas vezes nós temos um conjunto de informações que podemos pôr no ar, ou podemos publicar, e essas informações fazem faltar outras informações. Isto é o caso, quer dizer, basta nós vermos o que aconteceu no *Watergate*. É uma serialização. O *Watergate* andou a ser publicado, com histórias sucessivas. É uma serialização, mas não prevista. Andou a ser

publicado com histórias sucessivas durante um ano e meio. Portanto, e fez cair um presidente dos Estados Unidos. Agora, a serialização compulsiva, a serialização programada, não faz sentido, como é óbvio. Não faz sentido em coisa alguma, no jornalismo. Não faz sentido nós programarmos uma coisa assim. Faz sentido se nós temos, de facto, por exemplo, tem sido feito isso em casos com muita informação. Pronto, ok. Tudo bem. Às vezes não seria necessário serializar aquilo porque depois ela torna-se muito repetitiva, acaba por andar sempre à volta do mesmo, etc, etc. Mas em alguns casos faz sentido, por exemplo, no caso da investigação que o Pedro Coelho fez ao sistema financeiro português, aos bancos, etc, faz todo o sentido. Era muita informação para tratar num programa só. Portanto, aí faz sentido uma grande investigação, uma coisa estruturada. Pronto. E em termos de televisão servido em fascículos. Tudo bem. Faz sentido porque há ali conteúdo. Mas há outros casos em que não faz sentido. Portanto, isto tem que ser avaliado caso a caso. Tem que ser avaliado caso a caso. E podem acontecer de facto no jornalismo de investigação situações como eu falei. Eu, por exemplo, vivi uma assim, há uns anos quando fiz um trabalho de investigação sobre um conjunto de relações, digamos perigosas, entre professores de uma universidade portuguesa, no caso a UTAD, e plataformas de angariação de estudantes brasileiros para a UTAD, que eram pequenas empresas, intermediárias, que faziam a angariação destes estudantes. Nós para fazermos saltar a informação, para conseguirmos desenvolver a informação, acabamos por desenvolver uma estratégia de investigação sucessiva, que foi, que se baseou em pôr cá fora dados. Os dados que nós tínhamos, mas que nós sabíamos que ainda não eram tudo. E, portanto, na esperança, que se veio a confirmar, de que o facto de os precedentes, nós estávamos interessados em desenvolver mais o assunto, nos iam levar a ter mais informações, mas essa serialização da reportagem foi uma serialização que teve a ver com uma metodologia. Teve a ver com a metodologia da investigação. Nós metemos coisas cá fora, mas não sabendo, mas sabendo que não sabemos nada sobre o que virá aí a seguir. Portanto nós não guardávamos informação nenhuma. Nós dávamos a informação que tínhamos. Sabíamos era que o assunto ainda não estava morto. Ou seja, sabíamos é que ainda podíamos desenvolver mais o assunto, mas não tínhamos a informação para desenvolver. Portanto, tínhamos que demonstrar também a potenciais fontes de informação, que naquele caso eram muitas, havia muitas fontes anónimas. As fontes eram anónimas, mas a informação que nos deram não o era. Era informação verificável, com documentos de transferências bancárias, com tudo e mais alguma coisa, e nós acabamos por demonstrar, sem a menor duvida, relações perigosas que existiam entre uma série de professores, cerca de quarenta professores da UTAD, e as plataformas de angariação de estudantes brasileiros. E, portanto, houve, digamos que o trabalho, aliás, acabou por ficar tão consistente, que há pouco tempo foi realizada pela polícia judiciária uma rusga, uma operação de buscas muito intensa na UTAD que resultou na apreensão de muitos documentos, etc, etc. E há pessoas que vão ser constituídas arguidas, ou já foram, neste processo. Portanto, e mais, nós apesar deste trabalho termos envolvido o nome de cerca de quarenta professores não tivemos um único processo em tribunal. Um único. Apesar de nos ameaçarem muito com isso. Não tivemos um único. Portanto, o nosso trabalho foi seguramente todo muito verificado

e, portanto, isto já foi há dois anos e tal, já ninguém nos vai agora acusar em tribunal, relativamente a essa história.

**14. Esta tendência de serialização das grandes reportagens televisivas pode ser entendida como uma forma de rentabilizar os conteúdos?**

Pode. Pode. E o meu grande problema é esse. A minha resistência relativamente a isto tem a ver com essa situação precisamente. É apenas estar a fazer render o peixe. Lembro-me, por exemplo, de um trabalho da TVI sobre a IURD. A certa altura já se estava ali a fazer render o peixe e o trabalho acabou depois por se revelar muito inconsistente. Portanto, há aqui, às vezes, trabalhos em que se serializa mais as coisas para se fazer render um peixe que se sabe que vai render, do que propriamente para se apresentar uma investigação consistente, capaz, bem ancorada, com muita informação, com muita informação. Como eu disse, por exemplo, a SIC já o fez no caso do sistema bancário português, etc, por exemplo, e fez muito bem. Em duas ocasiões, o Pedro Coelho investigou todo o dossiê do novo banco do BES, e do Novo Banco. E depois investigou também um dossiê relativo ao Milénio BCP e apresentou em séries e estavam muito bem. Estava muito bem. No caso que eu dei da IURD, na TVI, já tenho muito mais dúvidas. Muito mais dúvidas. Aliás, sobre o jornalismo da TVI, em termos de jornalismo de investigação, tenho muito mais reservas do que aquilo que, por exemplo, tenho em relação ao jornalismo que a SIC tem apresentado, a esse nível.

**15. Esta forma de contar histórias reais, como se fossem ficção e, portanto, um produto do entretenimento, não pode estar a prejudicar a informação jornalística?**

Completamente. Sem dúvida. Sim. E quando se trabalha numa lógica de demasiada dramatização, por exemplo, quando se coloca demasiado ênfase na simulação. Na simulação de entrevistas. Tudo isso, é extremamente perigoso. Extremamente perigoso. Portanto, não. Faz com que as pessoas, de facto, a certa altura duvidem se estão a ver uma ficção se estão de facto a realidade, quer dizer, não me parece bom para o trabalho jornalístico. Não. Não me parece bom. Aproxima-se muito mais de sensacionalismo. Não é nada bom. Não é nada bom.

**16. Considera que um produto jornalístico, como as grandes reportagens televisivas, deve ser amplamente promovido, ou não, como um conteúdo de ficção?**

Não. Não. O conteúdo jornalístico deve ser promovido como uma notícia. Uma das coisas que o jornalismo de investigação tem é que produz notícias. Eu também sou professor de investigação jornalística e digo aos meus alunos: “Vocês ao fazerem um trabalho de investigação jornalística vão ter de produzir uma notícia. Eu tenho que ter uma ideia fundamental que possa extrair do vosso trabalho de algo que ainda não se sabia, sobre uma determinada situação. Portanto, isso é uma notícia.” O conteúdo jornalístico só pode ser promovido, entre aspas, como conteúdo jornalístico. Mais nada. Sou absolutamente contrário a promoções de outra ordem. Sou absolutamente contrário a promoções de outra ordem. Embora realmente agora a lógica de promoção dos programas, etc, etc, nos faça correr muitas

vezes esse risco. Incluindo no próprio Sexta às 9, por exemplo. No Sexta às 9, por vezes, eu não estou muito de acordo com as *promos* do programa que nós fazemos, mas pronto. É um outro departamento e às vezes o nosso trabalho acaba por ser apropriado de uma forma, e acaba por ser trabalhado, embora na RTP haja um cuidado em que somos nós que propomos os textos para a *promo*, temos esse cuidado, noutras estações não sei se será assim. Na RTP são os jornalistas, eu, por exemplo, quando há uma peça minha que é promovida durante a semana sou eu que faço a primeira proposta de textos para essa *promo*. E é o que faz todo o sentido. É evidente que depois se calhar as coisas não ficarão exatamente como eu gostaria, mas pelo menos existiu um controlo mais fundado no jornalismo e nos jornalistas daquilo que vai para o ar. E nesse aspeto, quer dizer, também nunca tive nenhum problema relativamente às *promos* que eu dissesse: “isto não pode ser, não é?”. Também nunca tive esse problema.

#### **IV. Temas, importância, função e impacto das Grandes Reportagens Televisivas**

##### **18. Na escolha dos temas de reportagem, existe preocupação em procurar histórias que captem a atenção do maior número de espectadores? Ou essa preocupação não existe?**

Existe. Existe. Sem dúvida. Sim. É óbvio que na RTP nós não estamos tão sujeitos, eventualmente, a essa ditadura das audiências, mas existe uma preocupação de nós percebermos o impacto social das nossas histórias. Nós acabamos por disfarçar um bocadinho isso. Quer dizer, qual é o impacto social de uma história que nós vamos fazer? Nós na ponderação que fazemos de se vamos desenvolver primeiro esta história, ou se vamos atrás daquela, é evidente que o impacto social tem um peso muito importante. Portanto, no fundo, dentro desse impacto social, está a expectativa de uma audiência, como é óbvio. É o lado perverso do impacto social. Claro que se as nossas histórias tiverem impacto social, excelente, mas nós tendemos sempre também a ler uma expectativa da audiência que é o lado perverso da coisa. Sim, mas assumo claramente que existe isso... que existe essa preocupação.

##### **19. E uma determinada reportagem televisiva pode condicionar e/ou influenciar a agenda de uma estação televisiva?**

Pode. Pode e deve. Eu acho que no caso da RTP quando nós temos histórias nossas, quer dizer, o Sexta às 9, não é uma quinta à parte. Não vive aqui numa espécie de Oásis. Portanto deve ter, eu acho que é natural que tenha consequências nos noticiários, diários, etc. Claro. É bom que tenha. É bom que tenha. Porque são os ecos. Aquilo tem que ser eco. Tem que ser eco. Faz todo o sentido.

##### **20. Existe uma responsabilidade social por parte dos jornalistas na denuncia de determinados assuntos?**

Existe. Sempre. A responsabilidade social existe sempre. Não é só em determinados assuntos. É em todos. Mas claro que nestes assuntos em que estão em causa situações muito sensíveis, situações que podem fazer alterar grandes decisões, situações que têm impacto na vida de

muitas pessoas. A responsabilidade social dos jornalistas é absolutamente fulcral. Portanto, tem que existir, nesse aspeto, da parte do jornalista, sempre, um edifício ético, ele tem que estar feito de um edifício ético muito sólido. Portanto, tem que ser alguém que sabe exatamente medir as consequências daquilo que está a fazer. Não sendo, evidentemente, toldado por elas, evitando correr o risco de: “isto vai provocar um efeito enorme nisto, nisto ou naquilo e, portanto, eu não vou fazer, não”. Portanto, o que não pode é acontecer que o feitiço se vire contra o feiticeiro, como as pessoas costumam dizer, ou seja, que o facto de eu ter sobre um trabalho uma noção de que aquilo vai ter determinados efeitos devastadores numa determinada situação, me impeça de o fazer. Portanto, isso é que não faz sentido.

**21. Considera que o objetivo final da investigação jornalística, neste caso apresentada sob a forma de uma grande reportagem televisiva deve ser o de informar o público sobre as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais?**

Sim. A história do jornalismo de investigação é basicamente essa. É uma história de escrutínio. Escrutínio dos poderes. Portanto, o jornalismo de investigação não é mais contrapoder do que qualquer outra forma de jornalismo, ou de qualquer outra abordagem ao jornalismo, mas deve constituir-se sempre como uma forma de vigilância. Os jornalistas são intermediários das sociedades que representam e os poderes. Portanto, estão sempre ali num ponto intermédio. Eles estão a desempenhar bem as suas funções, farão também bem essa função de escrutínio, de constituir sociedades mais democráticas. Portanto, a sociedade só pode ser mais democrática se tiver capacidade de vigilância. Ninguém, porque não é só quando nós elegemos o partido para governar, de 4 em 4 anos, que nós garantimos que vivemos em democracia. Aliás isso é uma balela, na minha opinião. Nós garantimos que vivemos em democracia se durante os 4 anos em que um partido, ou uma organização política vai estar no governo, ou vai estar no poder, ela possa ser constantemente escrutinada, possa ser constantemente vigiada, as suas decisões possam ser constantemente avaliadas, pelas pessoas. E, portanto, e isto aplica-se a organizações políticas, aplica-se também ao poder judicial, aplica-se ao poder económico. Aplica-se a tudo. Portanto, os poderes devem estar sob escrutínio para nós podermos afirmar que vivemos numa sociedade minimamente democrática. Se não houver escrutínio, não há democracia. Portanto, e eu acho que neste aspeto o jornalismo de investigação é que pode e deve desempenhar um papel fundamental. Fundamental. E é um papel que está longe de estar esgotado. Nunca não se esgota. É por isso é que eu digo: queremos falar de futuro do jornalismo? Não é propriamente a falar de meios digitais ou meios analógicos que nós vamos falar do futuro do jornalismo. O futuro do jornalismo está aqui, neste tipo de conteúdos, naquilo que os jornalistas podem fazer que mais ninguém pode fazer por eles.

**22. Considera que a importância das grandes reportagens televisivas se mede em função da sua visibilidade, repercussão e impacto na vida (praça) pública?**

Não forçosamente. Não forçosamente. A repercussão pública, por vezes, não é sinónimo, imediato, da relevância de um trabalho. Um trabalho pode ser muito relevante, mesmo não

tendo uma grande repercussão pública, exatamente porque é que ele é relevante? Porque desde logo se ele se estabeleceu numa lógica de escrutínio, de *accountability*, de verificação dos poderes instituídos e dos poderes que existem de facto nas sociedades, o facto de existir, só o simples facto, de isso se ter feito, dessa verificação, desse escrutínio, de alguém estar em cima desses poderes, já é relevante por si. Portanto, eu considero que a relevância social não tem que ser uma métrica aqui. Nós não temos que ter um impacto social brutal em todos os trabalhos. Alguns têm, outros não, mas não têm que ser todos. Eu, por exemplo, sei lá... se regressarmos ao *Watergate*, será que as primeiras histórias do *Watergate* tiveram relevância a esse nível? Tiveram repercussão social? Os americanos começaram a ler histórias sobre o *Watergate* em julho de 1972 e em novembro de 1972 eles reelegeram o Nixon. Portanto, isto é o que a história nos diz. O *Watergate* deitou o Nixon abaixo já ele estava no segundo mandato. Depois de ter sido reeleito, já em eleições que houve depois de se começarem a conhecer os contornos do *Watergate*. Portanto, a repercussão social não é propriamente uma métrica. Agora que era absolutamente fundamental aqueles jornalistas terem feito o que fizeram? Ninguém tem dúvidas. É claro como água. Foi absolutamente fundamental eles denunciarem aqueles esquemas de vigilância da casa branca sobre os adversários e sobre quem estava a omitir informações à imprensa à cerca da guerra do Vietname, etc. Portanto, para mim, essas coisas não têm de estar casadas, podem ser perfeitamente separadas. Daí que, mais uma vez, isso tenha a ver com os tais recursos que se dão ao jornalismo de investigação, ou seja, nós não podemos medir os recursos que damos ao jornalismo de investigação só sobre as repercussões públicas, pelas audiências. Não podemos medir. Não dá. É outra coisa. Estamos a falar de outra coisa. Eu posso estar vários anos a investigar coisas que não têm grande repercussão pública, mas de hoje para amanhã vão dar uma coisa que vai alterar completamente a nossa perceção social à cerca de um determinado assunto. Porquê? Porque estive a fazer jornalismo de investigação ao longo deste tempo todo e de um momento para o outro caiu-me nas mãos algumas coisas que, inclusive, tem repercussão social muito forte. Portanto, isto é um investimento. Tem a ver com o nosso futuro comum. Bom, e eu acho que tem a ver sinceramente com a verdadeira importância do jornalismo no mundo atual.

**23. No âmbito do programa Sexta às 9 em que trabalha, além do caso da UTAD que já mencionei, qual o trabalho jornalístico que se lembra de ter tido mais visibilidade pública e implicações para as pessoas envolvidas?**

Ora bem. Aí está. Por exemplo, esse da UTAD, em termos de efeitos públicos, é relativamente limitado porque tem a ver com os esquemas dentro de uma Universidade. Pronto, a repercussão pública teve-a, e muito, provavelmente na comunidade académica em Vila Real e pouco mais. Repercussão pública, mesmo direta. Claro que, sobre o nosso modo de ver o funcionamento de uma universidade também terá tido efeitos muito nefastos. Os cidadãos passaram a duvidar um bocadinho mais de algumas situações. Pronto, mas, o que a mim me dói, porque também sou do centro universitário, não queria que isso acontecesse, mas na verdade é a tal coisa, eu aí não posso estar a misturar a repercussão que o caso possa ter com a minha responsabilidade

em revelá-lo. Um dos casos que eu fiz que teve maiores repercussões públicas foi o caso da NOS, que eu referi há pouco. A NOS tinha, na altura em que nós fizemos este trabalho, uma espécie de acordo tático com uma série, com dois agentes de execução, basicamente, para executar dívidas, pequenas dívidas a pessoas, e não dívidas à NOS. No total isto perfazia 70 milhões de euros, portanto, era muito dinheiro. Era muita gente envolvida nisto, mas estávamos a falar muitas vezes de dívidas que começavam por ser de 100 euros, mas que, depois da entrada em campo dos agentes de execução, das injunções, dos esquemas jurídicos que as pessoas não entendiam transformavam-se rapidamente em dívidas de 500/600 euros. Uma dívida de 100 passava para isso, porque depois entravam as taxas disto, as taxas daquilo mais não sei quê. Portanto, isto teve um impacto muito grande, essa peça, esse trabalho, porque desde logo a NOS teve de modificar as suas metodologias, e teve de passar a utilizar esquemas um bocadinho mais sérios para avaliar situações de dívidas. Não quer dizer que o problema tenha sido resolvido por inteiro, quer dizer que a partir dali houve alguma moralização na forma como ele passou a ser tratado. Claro que uma dívida é uma dívida. As pessoas devem pagá-la e, portanto, o princípio é esse. Agora não podem é ser selvaticamente tratadas quase como se fossem devedores de milhões, e ver os seus ordenados penhorados, ver as suas contas bancárias penhoradas, etc, etc. Portanto, a questão tinha mais a ver com isso. Com uma influência direta sobre a vida das pessoas em que o nosso trabalho acabou por denunciar essa situação precisamente, indo buscar histórias simples, de pessoas simples, quer dizer, que a certa altura já nem conseguiam pagar dívida nenhuma porque nem sequer tinham hipóteses. Esse foi um caso. Também já fiz um caso sobre o Rio Tejo. A poluição do Rio Tejo que eu penso que também teve uma repercussão social muito importante na zona de Vila Velha de Rodão. Tinha a ver com a determinação de um grande poluidor que lá existia que obrigou esse grande poluidor a comprometer-se com a construção de um ETAR com a obra de vários milhões também. E por acaso nessa história eu recebi grandes pressões. Portanto, eu recebi pressões razoáveis, porque esse grande poluidor pertence a um grande grupo económico e esse grande grupo económico contratou um *spin doctor* para tentar convencer-me de que aquilo que o Sexta às 9 tinha não era nada, que não valia nada, etc, etc. E, portanto, nós não íamos a lado nenhum com aquilo, o que acabou por ser contrariado pelos factos que nós apresentamos, etc, que foram inequívocos e que acabaram por denunciar uma situação de uma empresa que tentava disfarçar aquilo que lançava para o rio, e disfarçava a gravidade daquilo que fazia no Rio Tejo de muitas formas. Desde logo utilizando, digamos, o conhecimento que tinha nos ciclos de poder, no poder político e, portanto, nós acabamos por denunciar isso tudo e fazer ali um trabalho que eu acho que foi muito interessante também. E que tem repercussão social desse aspeto mais do lado ambiental. Ou seja, é uma repercussão social forte porque pelo menos ali contribuiu-se para alguma coisa, embora pouco obviamente. O Rio Tejo infelizmente ainda tem muitos focos de poluição ao longo do curso, mas pelo menos ali num dos focos de poluição a coisa terá ficado um bocadinho mais normalizada. Portanto, vou-me lembrando de muitos trabalhos. Fiz um trabalho também agora recente sobre a Barragem de Fridão em Amarante o governo acabou por decidir não a construir, o que eu considero uma boa decisão, só que pronto há ali contornos

na decisão que nós ainda estamos a investigar. Portanto, parece-nos que há ali outros aspetos nesta decisão que podem ser polémicos, mas eu ainda não posso. Estamos a fazer investigação à volta disso, mas aí também há um impacto social forte, a construção de uma barragem, etc, tem um impacto social muito forte. Pronto e depois basicamente, sei lá, há muitos. Há muitos.